O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes

SILVIO JOSÉ BENELLI

O ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

SUMÁRIO

Apresentação

> O Estatuto da Criança e do Adolescente emergiu na cena democratizante pela qual atravessava o país ao final dos anos 1980 como grande promessa. Muitos sonhos e esperanças foram depositados nesse novo arranjo, no qual a criança foi pensada como sujeito de direitos, pessoa em desenvolvimento e prioridade absoluta. Mas é chegada a hora, ou mesmo já passa da hora, de indagarmos sobre as ilusões que abrigou ou que ajudou a desfazer, o tipo de atuação profissional que facilitou ou impediu, bem como as forças que afirmou e as capturas que tornou possível. Sobretudo, se as políticas públicas da infância foram pensadas e implementadas sob o marco da proteção integral e dos direitos humanos (Cruz; Guareschi, 2009, p.11).

O tema do protagonismo social da Psicologia como ciência e profissão, focalizando de modo explícito as implicações éticas e políticas de sua produção de conhecimentos científicos e de técnicas de intervenção, vem sendo intensamente problematizado ao longo das últimas décadas (Conselho Federal de Psicologia, 2003, 2005, 2007a, 2007b, 2008; Yamamoto, 2007). A Psicologia, que inicialmente era predominantemente um saber e uma técnica comprometida com os interesses da elite brasileira, tem passado por uma intensa revisão autocrítica (Bock; Gonçalves; Furtado, 2002; Ferreira Neto, 2004; Benelli, 2009), passando a desenvolver outras

tecnologias voltadas para o compromisso social (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007; Conselho Federal de Serviço Social, 2007; Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, 2007; Cruz; Guareschi, 2009, 2012, 2013). A Psicologia como profissão, hegemonicamente centrada no *modelo clínico tradicional*, tem sofrido impactos positivos e críticos do pensamento dialético marxista, do institucionalismo e também do pensamento de Foucault (1979, 1999), Deleuze e Guattari (Hüning; Guareschi, 2005), e, se parte da categoria não se questiona, outra vem fazendo caso das objeções propostas, buscando superar os limites disciplinares da Psicologia (Dionísio; Benelli, 2012).

A Psicologia é uma importante tecnologia social de produção de realidade social: ela não é apenas uma área do conhecimento científico que busca fazer o "bem". Um excelente trabalho que busca problematizar a Psicologia como ciência e como profissão foi realizado por Ferreira Neto (2004). Também problematizamos a excessiva psicologização da vida contemporânea (Benelli, 2009), perguntando: como se aceita com naturalidade – inclusive solicitando-se com avidez – uma psicologização prescritiva da existência humana e a demanda crescente por sofisticação e desenvolvimento psicológico para pessoas normais? A que se pode remeter a ausência de uma perspectiva ético-política crítica em profissionais da psicologia quando realizam seu trabalho visando à prevenção ou à promoção de saúde? Uma possibilidade para compreender tais fenômenos pode ser encontrada na hipótese da expansão da *cultura psicológica* proposta por Castel (1987). De acordo com esses autores, aparentemente a Psicologia como ciência humana parece estar superando a mera função de mistificar as contradições das relações sociais, dirigindo-se para uma prática mais ampla, que visaria ao cultivo do relacional ou à expansão de uma cultura relacional.

Atualmente a Psicologia, buscando novos rumos, tem empreendido grandes esforços para adotar um compromisso ético com a transformação social, alinhada com os interesses do polo subordinado na sociedade capitalista, tal como se pode verificar pelos

últimos congressos da categoria (Conselho Federal de Psicologia, 2003; 2005; 2007a, 2007b, 2008). A ação do psicólogo, em última instância, se dá em contextos estabelecidos no cenário de instituições da sociedade (Benelli, 2004), normalmente intervindo em sistemas institucionais (Id., 2014, 2015), além de estabelecer uma relação ativa com esse cenário. É sobre esse âmbito da prática profissional e de seus modos de constituição sobre o fazer do psicólogo que tais congressos buscam orientar e definir a intervenção dos psicólogos nos variados sistemas institucionais, como os sistemas prisional, educacional e laboral, no sentido de auxiliar o psicólogo na configuração de sua prática.

Uma interessante perspectiva teórico-técnica que parece levar em conta a intersecção entre Psicologia e política, desejo e poder é a da Análise Institucional (AI) (Baremblitt, 1998; Costa-Rosa, 2000, 2013; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004; Benelli, 2004, 2009), que se instrumentaliza com a noção de *subjetividade*, buscando superar a dicotomia entre subjetivo (que seria o plano do desejo, dimensão psicológica do indivíduo) e objetivo (o plano político do poder) do contexto sociocultural. Analisando as relações de poder que permeiam e constituem as instituições, precisamos buscar ocupar as brechas no instituído que possibilitam a elaboração de estratégias alternativas, buscando o aspecto instituinte, criativo, transformador das instituições, e não uma homeostase na sua repetitividade congelada.

Nesse contexto de politização dos saberes teórico-técnicos da Psicologia, de engajamento social e de luta pela transformação social, abrem-se novos campos de intervenção para o profissional psicólogo, como, por exemplo, uma atuação avisada, politicamente informada e situada no vasto campo das políticas públicas e, particularmente, no âmbito da assistência social (Cruz; Guareschi, 2009, 2012, 2013). Já não se trata apenas de propor novas técnicas ou apenas construir novas referências para a ação, mas de enfatizar uma participação propriamente política. A Psicologia já detém condições de instrumentalizar as intervenções, podendo elaborar novos conhecimentos, incursionar por áreas adjacentes dos saberes

disciplinares e, ao mesmo tempo, empreender ações propriamente políticas que incidam nos rumos da realidade social.

Normalmente, o psicólogo ainda é visto como um especialista da intimidade humana, que dominaria competências teóricas e técnicas para intervir na personalidade da pessoa, atuando sobre suas disposições afetivas, sentimentos, emoções, racionalidade e em sua dimensão relacional. Esse psicólogo é caracterizado, sobretudo, como um clínico da interioridade individual, e se espera que ele seja capaz de realizar verdadeiros prodígios com relação à conduta individual, no segredo de uma sala de atendimento psicológico.

Ora, quando esse psicólogo entende que há dimensões históricas, sociais, coletivas, institucionais e políticas que produzem a vida social como tal, que produz saberes dotados de poderes, e que por sua vez são produtores de diversos tipos de sujeitos sociais, uma atuação meramente clínica começa a parecer paliativa e talvez mesmo alienada, senão mistificadora da realidade. Como continuar sendo psicólogo a partir dessa concepção crítica? Uma possibilidade está no engajamento e na atuação do psicólogo no campo das políticas públicas. Não se trata necessariamente de ingressar num partido político e disputar cargos públicos em eleições. Um espaço que permite uma intervenção desse tipo é a atuação do profissional psicólogo em conselhos municipais. Nesse sentido, vamos relatar nossa própria experiência de participação nesses conselhos, oferecendo informações técnicas e estratégicas sobre esse tema.

A interface da Psicologia com a Assistência Social no campo das políticas públicas tem recebido atenção crescente do Conselho Federal de Psicologia, que já realizou diversos seminários sobre o tema, criando o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e produzindo referências técnicas para o trabalho do psicólogo e do assistente social no campo da Assistência Social na atualidade (Conselho Federal de Serviço Social, 2007). O CREPOP tem como objetivo sistematizar e difundir o conhecimento e as práticas psicológicas aplicadas ao setor público estatal do mercado profissional. Trata-se de um espaço de pesquisa, produção de referência e articulação política das várias áreas

de atuação da categoria dos psicólogos em políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

O campo da Assistência Social como política pública está se abrindo como uma importante frente de trabalho, intervenção e pesquisa pelos profissionais da Psicologia. A divulgação de informações e a capacitação nessa temática são importantes tanto para alunos de Psicologia quanto para profissionais da rede socioassistencial, visando contribuir para uma inserção crítica e transformadora nesse âmbito da realidade.

Atualmente os psicólogos estão cada vez mais envolvidos com trabalhos em entidades assistenciais e em diversos dispositivos que elaboram e executam políticas públicas em múltiplos setores: infância, adolescência, famílias, idosos, deficientes, saúde etc., tanto no âmbito federal quanto no estadual e municipal. Pensamos que é fundamental esses profissionais terem conhecimento da problemática mais ampla que envolve a Assistência Social e seus temas conexos em nosso país (Conselho Federal de Psicologia, 2003, 2005, 2007a, 2007b, 2008; CREPOP, 2007; Conselho Federal de Serviço Social, 2007). Essa investigação pretende oferecer uma contribuição crítica aos psicólogos que trabalham nesse campo. Precisamos ter coordenadas claras numa área complexa e nebulosa, para que nossa intervenção seja efetivamente capaz de buscar o equacionamento dos problemas sociais de modo crítico, ético, dialético e potencialmente transformador.

Temos focado a construção de nossa carreira acadêmica enquanto pesquisador, começando pela iniciação científica ainda na graduação, passando pelo mestrado e pelo doutorado, nos temas do impacto que as instituições produzem na existência das pessoas. Temos nos ocupado em estudar como e para que certas instituições emergem na história, quais são seus modos de funcionamento e o que produzem em termos de efeitos éticos. No campo da Psicologia Social, utilizando operadores de analistas institucionais e da genealogia foucaultiana, estudamos a produção do seminarista e do clero no contexto do estabelecimento institucional seminário católico (Benelli, 2004, 2006a, 2006b, 2007, 2013).

Nossa hipótese é que a condição de alguém que experimenta intensos processos de institucionalização deve ser considerada de modo relevante em si mesma, e sua vida, atitudes, ideias, sentimentos e condutas devem ser estudados nesse contexto institucional. Acreditamos que o período passado em um ambiente institucional especial constitui uma parte significativa da existência de crianças (7-12 anos) e de adolescentes (12-18 anos) considerados em "situação pessoal e social de risco". Esse lapso de tempo pode deixar marcas profundas na sua subjetividade e se configura como um tema de estudo apropriado em si mesmo. A institucionalização de crianças e adolescentes em estabelecimentos assistenciais parece-nos relevante, sendo um assunto que merece ser mais bem estudado e compreendido.

Tendo concluído o doutorado (Benelli, 2007, 2013), procuramos continuar desenvolvendo pesquisas na área da Psicologia Social, estudando as instituições e os sujeitos sociais que elas engendram pelo imbricamento de poderes, saberes e modalidades de produção de subjetividade (Foucault, 1999; Costa-Rosa, 2000, 2013).

Na pesquisa de pós-doutorado realizada – base deste livro –, permanecemos na área da Psicologia Social e no campo da análise de instituições nas quais nos especializamos, mas investigamos outros sujeitos e as instituições que os produzem; estudamos estabelecimentos institucionais assistenciais voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes consideradas em "situação pessoal e social de risco" numa cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. Desse modo, constituímos uma investigação psicossocial crítica no campo da Assistência Social, procurando caracterizar os atendimentos socioassistenciais oferecidos pelas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes.

Essas questões não são novas em nossa trajetória profissional. A disciplina Psicologia Comunitária foi lecionada diversas vezes em cursos de graduação, discutindo o engajamento social dos profissionais da Psicologia junto de organizações comunitárias (Campos, 1998; Lane; Codo, 2001; Bock, Gonçalves;

Furtado, 2002). Alguns trabalhos sobre a produção institucional do estudante (Benelli, 2002, 2003a, 2003b) e do jovem religioso (Benelli; Costa-Rosa, 2002, 2013) foram publicados. Também prestamos serviços voluntários numa entidade assistencial, focada no atendimento da infância e da adolescência consideradas em "situação pessoal e social de risco". Acompanhamos o desenvolvimento de suas atividades de 2003 a 2010, com envolvimento crescente em trabalhos de assessoria, sendo a porta de entrada na área da Assistência Social, das entidades assistenciais, dos conselhos municipais, do trabalho em rede, tematizados na pesquisa realizada, cujos resultados foram apresentados nesta publicação.

No ano de 2007 fomos eleitos como membro efetivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); ao mesmo tempo, tivemos assento titular no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), atividades consideradas socialmente relevantes e sem remuneração, o que nos permitiu acesso livre à documentação pertinente e também às entidades assistenciais, tornando esta pesquisa plenamente exequível: foi a partir desse lugar privilegiado que a investigação foi feita com êxito. Também buscamos obter as autorizações formais para a realização das investigações, por meio de termos de consentimento esclarecido, observando os critérios éticos necessários. O percurso formativo realizado nos permitiu entender que:

> Muitas questões pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, hospitalares, da saúde coletiva, etc. podem se tornar mais inteligíveis quando enquadradas num marco institucional global. Entendemos que os problemas institucionais são também problemas sociais. Soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem soluções políticas para sua metabolização. A política não é uma questão técnica (eficácia administrativa) nem científica (conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração), é ação e decisão coletiva quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social (Benelli, 2004, p.250-251).

Estudar as entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes consideradas em "situação pessoal e social de risco" foi um modo útil e implicado de prosseguir com nosso aprimoramento profissional, bem como de construir um saber relevante para a área das políticas públicas voltadas para esses atores sociais. Trabalhamos com a hipótese de que o reconhecimento, ainda que cognitivo em dado momento, da especificidade e das vicissitudes mais correntes das instituições assistenciais dedicadas a atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, pode funcionar como um importante operador de análise, inclusive como um bom ponto de partida para construir possibilidades de equacionamento para os eventuais problemas e sofrimentos dos diversos atores institucionais. As determinações sócio-históricas e institucionais também possuem um caráter dialético, pois ao tomar conhecimento de suas contradições, é possível atuar ativamente sobre tais determinantes e modificá-los (Costa-Rosa, 2000, 2013). O texto está organizado em diversos capítulos:

O Capítulo 1 apresenta uma síntese sobre a perspectiva psicossocial crítica empreendida: trabalhamos com operadores teóricos, técnicos, políticos e éticos embasados pelo materialismo histórico, pela AI e por meio de contribuições da genealogia de Michel Foucault e da instigante produção de Costa-Rosa (2013), longe de qualquer ecletismo ligeiro.

O Capítulo 2 é metodológico e explicita nossos objetivos, a abordagem adotada na produção dessa investigação e a forma de análise dos resultados da pesquisa de campo.

O Capítulo 3 apresenta relatos e análises sobre nossa atuação como membro do CMDCA e do CMAS. A partir de um trabalho de pesquisa com participação observante em dois conselhos municipais, apresentamos a teoria que fundamenta esses espaços de inovação institucional no âmbito das políticas públicas para crianças e adolescentes e da Assistência Social. O percurso pessoal como conselheiro/pesquisador nos colocou diante de impasses práticos que os conselhos enfrentam para funcionar de modo efetivo e consequente no cenário municipal. Com o auxílio de instrumentos da AI

desde a perspectiva de uma Psicologia Social crítica, procuramos apreender as contradições que atravessam essas instâncias de controle social das políticas públicas.

O Capítulo 4 analisa os planos de trabalho de duas entidades assistenciais públicas e duas privadas. Optamos por apresentar de modo detalhado e exaustivo tais planos, por causa de sua riqueza analítica e por parecerem eloquentes por si mesmos. Não é comum encontrar tais detalhes sobre os planos de trabalho institucionais das entidades assistenciais, e torná-los disponíveis é uma das contribuições e singularidades desta investigação. A compilação, apresentação e análise desses planos de trabalho podem permitir entender qual seria o estado da arte da socioeducação para crianças e adolescentes na atualidade.

O Capítulo 5 apresenta os relatos da observação participante e análises sobre os pressupostos teórico-técnicos, pedagógicos, psicológicos, políticos e éticos que fundamentariam os projetos socioeducativos elaborados pelos estabelecimentos assistenciais públicos e privados.

O Capítulo 6 problematiza o tema das redes sociais, procurando explicitar a conexão que pensamos haver entre uma estratégia de captura e de gestão dos riscos sociais. Para tanto, analisamos o processo de naturalização do discurso neoliberal na área da Assistência Social detectado ao revisar a literatura impressa e a disponível na internet, relativas ao tema das redes sociais e da gestão empresarial das organizações da sociedade civil. Compreendemos que discursos inovadores podem se reduzir apenas a uma retórica vazia que pretende difundir a ideia de transformação justamente para manter tudo como está. Uma rede não só se presta a apoiar, intensificar e conectar de modo produtivo, mas também pode ser utilizada para capturar, conter e gerenciar os coletivos sociais. Pensamos que a dimensão política, enquanto participação coletiva, autogestiva e autoanalítica, é essencial quando se busca equacionar os problemas sociais de modo não funcionalista.

As conclusões problematizam a Assistência Social como instituição social, definindo o modo de ação das entidades assistenciais

na atualidade e indicando algumas formas de encaminhar os impasses detectados. Finalmente, vêm as referências bibliográficas utilizadas na elaboração desta investigação.

Manifestamos nossos agradecimentos ao Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, orientador e colega doutor supervisor, por acolher nossa proposta de pesquisa, por seu apoio fundamental e decisivo. Também somos gratos aos colegas membros do CMDCA e aos colegas do CMAS, pelo aprendizado e pela oportunidade de realizar essa investigação em AI. Aos dirigentes das entidades assistenciais que nos abriram suas portas e autorizaram as visitas de observação participante, nosso muito obrigado. Finalmente, agradecemos à FAPESP pelo apoio financeiro (Pós-Doutorado Processo 08/50674-0).

1
A perspectiva psicossocial para investigar entidades para crianças e adolescentes na Assistência Social

> O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuível pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática (Foucault, 1999, p.142).

A perspectiva psicossocial

O enfoque desta pesquisa parte de uma perspectiva institucional crítica e problematizadora tanto da Psicologia – campo de saberes, de práticas e de produção de realidade social – quanto da Assistência Social enquanto política pública. O olhar adotado é

pautado por um conjunto de instrumentos teóricos que foi sendo elaborado ao longo de um processo ativo de formação, de estudos, de reflexões, de produção de pesquisas e de publicações. Os instrumentais analíticos empregados incluem elementos do Materialismo Dialético, da Análise Institucional, da Psicologia Social, da Filosofia de Michel Foucault, bem como da Psicanálise de Freud a Lacan.

Propõe-se que a perspectiva para construir uma interessante interface entre a Psicologia e a Assistência Social poderia ser designada como modalidade psicossocial. Com essa possibilidade, pretende-se que a Psicologia não se reduza a uma oferta de serviços clínicos e terapêuticos, num viés terapêutico curativo, adaptativo e normalizador.

Longe de qualquer ecletismo superficial e apressado, convém explicitar que se trata de uma perspectiva teórica multidisciplinar e transdisciplinar – pois objetos complexos exigem também perspectivas complexas de abordagem – e é preciso notar que cada um desses itens que compõem os pressupostos teórico-técnicos adotados guarda sua especificidade, não podendo ser reduzido a um denominador comum que apagasse seus aspectos irredutivelmente singulares e excludentes. Merece destaque o fato de que eles permitem diferentes níveis de análise, o que enriquece sobremaneira a compreensão dos fenômenos investigados.

Procuramos driblar tanto uma excessiva psicologização da existência social quanto uma sociologização extremada, calcada em certo politicismo da vida social. Para alcançar esse objetivo, é importante construir uma perspectiva teórica consistente e operativa, partindo de uma abordagem que seja no mínimo dialética quanto ao tratamento do tema. De partida, é preciso considerar que é possível transitar por universos teóricos que vão dos mais tradicionais e conservadores aos mais contestadores, revolucionários e emancipadores no campo da Psicologia, no plano acadêmico e científico e no Serviço Social. De igual modo, a prática profissional de psicólogos e de profissionais do Serviço Social pode estar mais ou menos alinhada com perspectivas mais arrojadas ou mais tradicionais,

sendo também condicionadas pelas questões sócio-históricas estruturais, conjunturais e institucionais. Assim como a Psicologia não se confunde com o campo da saúde, a profissão do Serviço Social não se confunde com o campo da Assistência Social. Ambos os profissionais têm suas agências de formação específicas e podem trabalhar em diversos campos sociais e institucionais.

Estamos no início do século XXI, atravessando grandes transformações socioculturais produzidas pelo impacto do desenvolvimento tecnológico e da informática no cotidiano – novas formas de relacionamento, de produção, de consumo, de produção de subjetividade se manifestam. A subjetividade (modos de ser, sentir, pensar e agir constitutivos do sujeito em determinado momento histórico) é tecida no contexto institucional pela rede de micropoderes que sustentam o fazer cotidiano (institucional), operando efeitos de reconhecimento/desconhecimento dessa ação concreta.

A produção de subjetividade remete fundamentalmente ao plano micropolítico, microfísico das relações instituintes e instituídas no contexto das entidades assistenciais. As relações pedagógicas, terapêuticas e educativas entre educadores sociais e a clientela não são estáticas entre polos constituídos, mas estão em permanente constituição e ordenação – plenas de vicissitudes –, em constante transformação dos lugares e posições no interior das relações, numa pulverização dos lugares instituídos e instituintes. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando conseguem – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade em seus vários atores, sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem, e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais.

As técnicas de vigilância, punição, controle social e produção de sujeitos também estão se sofisticando a partir do suporte da tecnologia de ponta. Mesmo nesse contexto de mudanças, as antigas instituições totalitárias ainda não desapareceram da sociedade

contemporânea (Benelli, 2004). Goffman (1987, p.11) define a instituição total "como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada". Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso, tratamento) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente. Dentre as práticas sociais de modelagem da subjetividade, a internação em instituições totais tem sido historicamente uma estratégia extremamente frequente. Essas instituições foram e continuam sendo utilizadas como agências produtoras de subjetividade, modelando-a de acordo com o contexto institucional ao promover relações peculiares entre dirigentes e internados no conjunto das práticas institucionais (Goffman, 1987; Foucault, 1999; Benelli, 2004, 2006b, 2007, 2013, 2015). Além da presença das instituições totalitárias e disciplinares clássicas, temos o florescimento de inúmeras instituições mais abertas, nas quais os indivíduos permanecem uma boa parte do seu dia, mas que já não funcionam em regime de internato. É possível que muitos dos estabelecimentos assistenciais se enquadrem na categoria de instituições que funcionam apenas durante o dia, recebendo eventualmente uma turma de usuários pela manhã e outra no período vespertino, alternando com a escola a tarefa de se ocupar com as crianças e adolescentes tidos como "pessoas em situação pessoal e social de risco". As instituições assistenciais se tornaram mais abertas e flexíveis, abandonando a estratégia do confinamento permanente.

Para estudarmos a multifacetada realidade que constitui a Assistência Social para crianças e adolescentes e as entidades que a executam, necessitamos de uma abordagem também complexa e transdisciplinar. Nossa perspectiva pauta-se na AI, na qual incluímos um conjunto variado de autores (Baremblitt, 1998; Foucault 1999; Costa-Rosa, 2000, 2013; Martins, 2002; Barus-Michel, 2004; Rocha, 2006; Rodrigues, 2013) que nos permitiram realizar uma pesquisa transversal, transitando por

diferentes campos de saberes e práticas sociais: saúde, educação não formal, Pedagogia, Assistência Social, Direito, Justiça, Psicologia Social, pensamento institucionalista e também foucaultiano, por meio da revisão da literatura, buscando compreender nosso tema de investigação.

Vamos tratar desses autores e resenhar suas contribuições para nosso trabalho, sabendo que eles possuem diferenças expressivas e aspectos singulares que não podem ser uniformizados de modo eclético. Respeitando suas especificidades conceituais, entendemos que eles nos permitem níveis diversos de análise que tornam nossa abordagem do fenômeno social sobre o qual nos debruçamos mais acurada.

Explicitando o campo das abordagens psicossociais

Podemos afirmar que Vasconcelos (2008) utiliza uma perspectiva de análise histórica e conjuntural para propor sua formulação específica quanto ao que denomina *campo das abordagens psicossociais*, fornecendo elementos valiosos para nossa perspectiva analítica, razão pela qual optamos por resenhar extensamente seu trabalho. De modo um pouco aleatório, ele organiza um conjunto de elementos que incluem aspectos teórico-assistenciais, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais. O campo teórico-prático aplicado das abordagens psicossociais é nomeado por Vasconcelos

> no plural, por sua perspectiva eminentemente pluralista, multidimensional e interdisciplinar, e marcado inexoravelmente por um engajamento ético e político nas lutas dos vários movimentos sociais universais e seus projetos históricos, bem como na construção de políticas sociais universais e marcadas pelos princípios da integralidade, intersetorialidade e ampla acessibilidade, como direito do cidadão e responsabilidade do Estado (p.11).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2005) está sendo construído por equipes multiprofissionais compostas por trabalhadores do Serviço Social, psicólogos, pedagogos e também por diversos outros profissionais. Essas equipes desenvolvem atendimentos e intervenções com indivíduos e famílias considerados em "situação pessoal e social de vulnerabilidade", sobretudo por causa da pobreza. O objeto de trabalho desses profissionais consiste em manejar os problemas sociais em suas múltiplas manifestações na coletividade social. Há múltiplos componentes psicossociais envolvidos nessa problemática, o que exige abordagens também complexas, criativas e inovadoras.

Vasconcelos (2008) mapeia de modo sistemático a história de todo um conjunto de práticas, movimentos e abordagens teóricas e técnicas do campo psicossocial, discutindo ainda o processo de construção de conhecimentos e descrevendo algumas características do processo de trabalho nessa área. Ele delineia o percurso no campo da saúde pública e da saúde mental do século XIX até o presente, explicitando as principais forças em luta pela hegemonia nessa área, caracterizando as tendências que construíram as perspectivas tradicionais do campo e revisando as importantes tendências que emergiram durante o século XX que permitiram a superação do modelo médico e clínico (terapêutico-curativo) convencional, normalmente alinhado com os interesses da elite hegemônica, na direção de formular modalidades de atuação profissional que pudessem ser caracterizadas como abordagens psicossociais. Essa perspectiva inovadora de trabalho profissional se alinha a interesses, necessidades, demandas e desejos do polo subordinado, ou seja, "os interesses popular-democráticos, com forte ênfase na análise das interligações da subjetividade com os fenômenos políticos, sociais, grupais, institucionais e culturais" (p.16).

Depois de apresentar o panorama histórico das práticas e das diferentes contribuições teóricas, disciplinares e profissionais que compõem o campo das diferentes abordagens psicossociais, Vasconcelos passa a apresentar alguns dos pressupostos teóricos

que orientam o campo, alinhados com uma perspectiva democrático-popular crítica. Ele afirma que "as abordagens psicossociais constituem uma área de conhecimento cujo objeto é a interseção de fenômenos psicológicos, sociais, biológicos e ambientais, formando um campo aplicado". (2008, p.141). A seguir, ele enumera os princípios teóricos que balizam o campo das abordagens psicossociais:

a) Os fenômenos psicológicos estão numa relação de interação dialética integral com todas as outras dimensões da vida, devendo ser situados no seu contexto histórico, com suas determinações e finalidades sociais, políticas e culturais. Considera-se a incidência sobre os fenômenos psíquicos dos fatores e dos processos biológicos, ambientais, sócio-históricos, culturais e políticos. A maioria das abordagens clínicas convencionais tende a escotomizar a vida social e a considerar apenas o homem na sua individualidade descontextualizada, tal como propõe a perspectiva liberal. No ato do atendimento, os planos individuais, sociais e coletivos devem ser considerados de modo concomitante e dialético.

b) O "objeto" de conhecimento e de intervenção deve ser considerado em sua complexidade dialética integral.

> Este movimento de ampliação do objeto das abordagens e da Atenção Psicossocial implica uma verdadeira revolução epistemológica e teórica no processo de construção do conhecimento, na direção de maior complexidade, bem como em um processo de crítica, desconstrução e reconstrução dos paradigmas convencionais de conhecimento científico e profissional (p.143).

c) Responsabilização dos serviços públicos pela integralidade das necessidades sociais de seus usuários, o que implica na provisão integrada de atendimento pelas diversas agências do Estado ou pelos dispositivos de atenção intersetorial. As práticas privadas da Medicina e da Psicologia tendem a oferecer serviços cada vez mais especializados e fragmentados, sob a lógica do mercado. O cidadão de direitos fica reduzido a um consumidor, e muitas de suas

necessidades não podem ser atendidas pelas ofertas privadas. Contrariando essa tendência, o autor insiste

> na perspectiva da atenção pública e gratuita como direito social e responsabilidade do Estado, baseado nos princípios da universalização, integralidade, intersetorialidade, descentralização e territorialização da atenção, integração institucional e da gestão, bem como de participação e controle social das políticas e programas pela sociedade civil e pelos trabalhadores (loc. cit.).

d) É preciso evitar tanto o reducionismo da "psicologização" da vida social quanto o politicismo e a "sociologização" dos problemas sociais que suprimiriam as particularidades dos fenômenos psíquicos. Os "processos de subjetivação" e a "produção de subjetividade"[1] são concomitantes e dialeticamente integrados, ou seja, a "realidade psíquica" se produz no contexto sócio-histórico, político, ideológico e cultural mais amplo da produção coletiva da vida social. Como aponta Vasconcelos,

> as abordagens psicossociais direcionadas pela perspectiva popular-democrática não podem considerar a subjetividade e os processos psíquicos como fenômenos estritamente individuais e singulares [...] os processos grupais e institucionais, as relações e a cultura de gênero, as formas de interação com o meio ambiente, bem como os processos coletivos e culturais mais amplos da socie-

1. É importante observar que o tema da subjetividade é tratado por diferentes autores sob vários pontos de vista, de acordo com Benelli e Silva (2015). Podemos indicar os trabalhos de Foucault (1982, 1984, 1985), de Deleuze e Guattari (2009) e Lacan (1979, 1998), que apresentam aspectos específicos e singulares, divergentes e irredutíveis entre si, mas também com alguns possíveis pontos de contato, evitando ecletismos ligeiros. Interessa-nos particularmente o "processo de subjetivação" e de "constituição do sujeito", bem como os operadores propostos pela Psicanálise de Freud e Lacan para entender o processo de constituição subjetiva, que é sempre histórico, social, inconsciente e estrutural.

> dade, mesmo políticos, são inteiramente atravessados por processos subjetivos e psicológicos, e o desvelamento desses processos é fundamental para qualquer perspectiva emancipatória (Vasconcelos, 2008, p.144-145).

e) É preciso considerar que "a maioria dos fenômenos físico-químicos, biológicos e ambientais sofre forte influência dos fenômenos humanos" (Ibid., p.145) e isso se verifica de modo exemplar na engenharia genética, na poluição e na destruição da biodiversidade, na força da indústria farmacêutica. Como o autor aponta,

> Os processos biológicos que incidem sobre os fenômenos psicossociais em estudo não podem ser considerados como se constituíssem uma determinação isolada dos processos psíquicos ou como processos independentes da dimensão social, histórica e ambiental, como normalmente faz o paradigma biomédico convencional, orientado pelo positivismo (loc. cit.).

f) "As abordagens psicossociais que visam a um compromisso com os interesses históricos dos grupos populares devem levar em conta o contexto das desigualdades sociais, étnicas, culturais, linguísticas e de gênero, em que se inserem" (loc. cit.). Isso implica num esforço de contextualizar os problemas concretos em diversos níveis de análise, superando a tendência a considerar o indivíduo de modo isolado do seu contexto pessoal, da sua classe social e dos demais planos coletivos que são constitutivos do seu modo de ser, bem como se busca evitar os processos de "culpabilização individual" (Guareschi, 1999). Considera-se a existência de "mecanismos estruturais de opressão e discriminação social, de gênero, étnica e cultural e de desigualdade no acesso formal a serviços" (Vasconcelos, 2008, p.146.) Também é preciso estar atento aos processos de sobrecodificação da subjetividade, que imprimem marcas e formas de ser e introjetam a subordinação e todo um conjunto de representações sociais hegemônicas, bem como de características específicas nos membros dos grupos populares espoliados.

> g)
>
> As teorias psicossociais comprometidas com uma perspectiva popular-democrática devem evitar qualquer perspectiva teórica funcionalista que isole e autonomize a dimensão psíquica ou que a aprisione em fronteiras rígidas de normalidade e de doença que acabem empurrando-a na direção da adaptação e do ajustamento dos indivíduos e grupos humanos aos valores e padrões sociais aceitos pela sociedade mais ampla (loc. cit.).

Considera-se que os processos psicológicos são tecidos e transformados de modo concomitante com os processos sociais, históricos, políticos, ideológicos e culturais. Processo coletivo, designado como processo de produção de subjetividade e de subjetivação. Como o autor aponta,

> A transformação da realidade psíquica interna em cada indivíduo se produz de forma inteiramente conectada e ao mesmo tempo conflituosa com a realidade social e cultural externa, uma vez que o inconsciente e o desejo forçam permanentemente os limites atuais da realidade, conformando os processos instituintes e transformando o real existente (loc. cit.).

Ainda como parte dos elementos que compõem o objeto das abordagens psicossociais, indica os seguintes elementos são apontados:

> – o conhecimento crítico da realidade, das relações de poder e das contradições e lutas sociais na sociedade envolvidos nos processos psicossociais;
> – a luta pela transformação social das condições concretas de vida, de moradia e de trabalho, e de reprodução social dos usuários da Atenção Psicossocial;
> – o amplo reconhecimento das necessidades específicas dos indivíduos e grupos sociais usuários da Atenção Psicossocial, particularmente daqueles com algum grau de dependência ou fragilidade,

aumentando a oferta, a universalização e a acessibilidade a dispositivos adequados de atenção e cuidado;
– a mudança dos serviços e políticas sociais envolvidos, bem como dos saberes científicos e profissionais que incidem no campo e dos pressupostos epistemológicos que os sustentam;
– a ampliação e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais dos usuários e principalmente dos indivíduos mais fragilizados, no sentido do seu empoderamento, autonomização, participação política e social, e conquista de plena cidadania.
– a reinvenção de modos de viver no sentido de maior criatividade e inovação, estimulando indivíduos e grupos sociais para que questionem os padrões aceitos de normalidade e os mecanismos de estigmatização e discriminação, para que ampliem o rol de possibilidades e a aceitação das diferenças existenciais na vida social e cultural, exatamente na direção contrária da adaptação e do ajustamento (Ibid., p.146-147).

Características principais do campo e de seu processo de produção de conhecimento

A construção do conhecimento no campo das abordagens psicossociais deve levar em consideração as seguintes indicações:

a) A configuração do campo psicossocial e do seu objeto são amplas, mas como não é possível lidar com tantas variáveis e processos complexos de modo indiferenciado, é necessária uma delimitação clara quando se trata de circunscrever um tema de estudo ou de pesquisa, além de processos de intervenções concretas. Nesse caso, vale a distinção feita pela AI entre *campo de análise* e *campo de intervenção* (Baremblitt, 1998).

As abordagens psicossociais constituem portanto um campo eminentemente plural, multidimensional e complexo, já que composto por variados fenômenos e objetos, mas que realiza

> delimitações temáticas e interventivas provisórias, e dentro desse campo delimitado, este objeto mais específico é visto da forma ampliada [...], em um movimento que busca uma totalização progressiva, mas sempre inacabada, mediante um conhecimento pluralista e interdisciplinar, mas sempre em processo aberto de contínua produção e de novas incorporações (Vasconcelos, 2008, p.148).

b) Busca-se superar a perspectiva baseada nos especialismos, própria da postura acadêmica convencional (Chauí, 2000). É comum que os profissionais empreguem uma teoria de modo prévio no seu contato com a realidade, procurando fazê-la enquadrar-se na sua visão teórico-técnica, de modo reducionista. Contrariando tal tendência, é preciso tomar

> como ponto de partida irredutível a aceitação da complexidade do tema, fenômeno, prática ou programa de política pública em foco, reconhecendo as características próprias e as formas com as quais esses objetos e temas emergem historicamente para nós, como desafio para nosso conhecimento teórico e nossa intervenção prática. [...] é só a partir da complexidade do próprio objeto que as definições teóricas e contribuições metodológico-operativas mais concretas poderão ser definidas com maior precisão (Vasconcelos, 2008, p.149).

c) Na definição das questões fundamentais a serem investigadas, é importante levar em conta a distinção que a AI propõe entre o que seria a "demanda explícita ou oficial", sempre marcada por uma "encomenda" por parte do grupo dominante interessado em fortalecer o controle e a subordinação, e a "demanda implícita", portadora dos interesses do polo subordinado, que se encontra normalmente reprimido e emudecido (Baremblitt, 1998). Portanto, não se trata ingenuamente de aprimorar o funcionamento da instituição sem mais, mas de

> redirecionar o foco da abordagem no sentido das demandas e dos interesses dos atores e grupos sociais submetidos a relações sociais e institucionais de exploração, dominação e opressão, pois geralmente eles são os portadores das forças mais efetivamente instituintes e transformadoras da realidade social (Vasconcelos, 2008, p.150).

Os analisadores espontâneos e construídos (Lourau, 1995; Baremblitt, 1998) são tomados como lugares da emergência e da explicitação das demandas reprimidas e implícitas dos atores sociais do polo subordinado.

d) O ponto de partida e o principal pressuposto das abordagens psicossociais se fundamentam numa "clara postura ético-política, definida a partir de valores comuns e da práxis histórica, e que se refletem em escolhas teóricas" (Vasconcelos, 2008, p.150), alinhada com os interesses e projetos históricos das classes populares. Trata-se de

> um compromisso ético e político básico e inarredável com as necessidades, interesses, projetos históricos, lutas e ações dos movimentos sociais populares e da maioria da população, por um lado, e em particular, com o primado da responsabilidade social pela produção da Atenção Psicossocial em políticas, programas e serviços públicos de saúde, saúde mental, assistência social, trabalho e educação, orientados pelos princípios da universalidade, integralidade da atenção, intersetorialidade e interdisciplinaridade (Ibid., p.151).

e) A práxis é tomada como o principal critério de aferição, escolha e produção de conhecimento. Evitando formular perspectivas idealistas, é preciso considerar que a busca da emancipação é uma construção dialética instituída/instituinte, na qual "o novo sempre emerge como uma transformação e conservação, em outro nível, do velho" (Ibid., p.153). Portanto, é importante avaliar as experiências alheias para aprender com elas e avançar a partir de

seus elementos críticos e progressistas, empregando-os na invenção de novas possibilidades sociais de existência. Nesse sentido,

> não há espaço para desperdícios da rica práxis humana, em nome de uma essência do gênero humano que emergiria automaticamente quando se superasse o que identificamos hoje como os obstáculos societários e históricos para uma idealizada emancipação humana a priori, que supostamente viria já previamente dirigida "para o bem" (Ibid. p.154).

f) Considerar concretamente o que se faz na prática, aquém e além dos discursos oficiais, com todas suas implicações científicas, políticas e éticas, exige também a superação de certo conservadorismo próprio da academia bem pensante, avessa às inovações e aos seus riscos inerentes,

> tais como os de *híbris heróica*, de simplificações e ecletismos, de supervalorização unilateral de processos e perspectivas particulares, de desconhecimento de uma outra produção significativa já disponível, etc. Para enfrentar esses riscos, há maiores exigências de rigor epistemológico, de organicidade permanente com a pesquisa, com as práticas nas políticas públicas e com os movimentos sociais, e de análise da implicação dos produtores deste conhecimento (Ibid., p.154-155).

A opção estaria entre as alternativas de errar criando e inovando enquanto se busca acompanhar os fluxos múltiplos e efervescentes da vida social, ou manter-se na defensiva, procurando assegurar velhas construções teóricas já consolidadas e conquistas políticas do passado que dão segurança ao preço da paralisia e imobilidade.

g) O coeficiente de transversalidade é tomado como parâmetro para mensurar a potência emancipatória das abordagens e projetos psicossociais:

> Segundo uma indicação conceitual/operativa de Guattari, o grau de autonomia e a potência emancipatória de um grupo-sujeito militante em relação ao seu contexto dependem da capacidade de identificar e colocar em questão o máximo de dimensões em que se está implicado ou que atravessam transversalmente o grupo (Ibid., p.155-156).

h) O potencial contra-hegemônico de um grupo, projeto ou teoria psicossocial e a capacidade de apresentar alternativas contraditórias no sentido propriamente dialético ao estabelecido podem ser calculados a partir da capacidade de criar redes de aliados, articulando diálogos e interações com intelectuais, técnicos e gestores, tanto com os mais convencionais quanto os mais engajados, críticos e militantes, construindo equipes interprofissionais e multiprofissionais de trabalho que funcionem de modo democrático e horizontal.

Algumas características do processo de trabalho no campo psicossocial

Vasconcelos (2008) fornece uma formulação/síntese que procura explicitar as características do processo de trabalho no campo psicossocial:

> O processo de trabalho na Atenção Psicossocial tem entre suas características o fato de que é hegemonicamente do tipo trabalho-intensivo, é majoritariamente sustentado em tecnologias leves e em relações pessoais diretas entre trabalhadores entre si, com a população em geral e particularmente com os usuários de serviços, e mobiliza forte implicação pessoal dos trabalhadores. Essas características têm profundas conseqüências para os trabalhadores da área e para a gestão do trabalho e dos recursos humanos no campo (p.159).

A hegemonia do modo de produção capitalista cria formas de gestão, administração e trabalho marcadas pela hierarquização vertical e autoritária, pela centralização e controle burocrático, sendo basicamente heterogestivas, visando produzir bens de consumo, explorar a mais-valia e reproduzir as relações sociais de dominação-subordinação-exclusão. Tais modalidades de trabalho nefastas também incidem no trabalho que se pretende realizar na perspectiva psicossocial.

> Essas tendências são reforçadas pelas condições desfavoráveis de trabalho no contexto neoliberal, marcadas pelo desinvestimento geral nas políticas públicas, desemprego massivo, precarização e perda dos direitos básicos do trabalho, baixos salários, multiemprego, deterioração da infra-estrutura; controles crescentes e forte exigência de produtividade quantitativa, etc (Ibid., p.159-160).

O processo de trabalho no campo psicossocial é pautado por perspectivas bastante diversas, inclusive nas esferas da gestão, da administração e do planejamento (Ibid.):

a) Tem fortes implicações pessoais, relacionadas com a formação crítica, com o engajamento social e político e com a militância pela transformação social. Dirige-se para o atendimento de necessidades sociais e pessoais de coletivos e de indivíduos, sobretudo quando realizado no âmbito público, em meio a relações que configuram bens de uso (que se produzem e se consomem na própria relação social) visando produzir outras formas de sociabilidade. É marcado por um componente ético e simbólico profundo, incluindo dimensões religiosas/espirituais ou ideológico/políticas duradouras. As características e o estilo pessoal do trabalhador, bem como a sensibilidade para as questões de gênero, estão implicadas nas formas de contato com os usuários.

b) Expõe o trabalhador a um contato permanente com situações complexas, que envolvem sofrimento humano intenso, pobreza, miséria e morte, o que gera forte desgaste, estresse e cansaço.

c) Impulsos contrários de envolvimento e de necessário afastamento geram tensão no trabalhador.

d) A improvisação, o amadorismo, a fragilidade teórico-técnica, os investimentos estruturais incipientes, o clássico descaso das autoridades políticas quanto à importância da construção, fortalecimento e consolidação das políticas públicas repercutem nas condições de ação dos trabalhadores, os quais devem tomar

> decisões importantes, mas geralmente são tomadas em curto prazo de tempo, em contextos de incerteza, falta de informações suficientes, ausência de diretrizes claras preestabelecidas, com baixa padronização ou muito dependente das circunstâncias, e que por outro lado costumam ter profundas implicações na vida e no destino das pessoas e grupos implicados (Ibid., p.160).

e) Exige autonomia do profissional, marcado por um diferencial teórico-técnico e ético-político alinhado com os interesses populares, que normalmente não corresponde às expectativas mais comuns que permeiam o imaginário social, e

> uma vez que valoriza dimensões normalmente recalcadas nos indivíduos e na vida social, se sustenta em informações confidenciais, é obrigado a avaliar mais profundamente as demandas latentes dos usuários e as implicações das decisões nos diversos atores envolvidos, e também porque implica levar em conta normas institucionais, conhecimento teórico-operativo e oferta de serviços de apoio ou de referência, elementos normalmente desconhecidos do público. [...] em muitos casos, suas posturas, decisões e encaminhamentos têm dificuldades de ser inteiramente compreendidos pelos usuários e suas famílias, ou até, às vezes, podem gerar rebeldias ou contestações abertas (Ibid., p.160-161).

f) A fragilidade das condições institucionais de trabalho, aliadas com a especificidade da abordagem profissional no campo

social prático, nem sempre permite o reconhecimento pleno de uma ação técnica de qualidade:

> A combinação dessas características do processo de trabalho com a crescente deterioração das condições de trabalho [...] têm implicações explosivas para os profissionais e demais trabalhadores do campo psicossocial. Uma das mais flagrantes no contexto atual é a forte incidência de sofrimento no trabalho, expresso nas altas taxas de prevalência de sintomas de *burn out* (esgotamento) entre trabalhadores e profissionais das áreas social, saúde, saúde mental, educação e segurança (Ibid., p.161).

Médicos, enfermeiros, professores, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, bombeiros, agentes penitenciários, policiais e cuidadores em geral seriam os profissionais mais vulneráveis aos efeitos insalubres do trabalho direto com os problemas sociais nas suas múltiplas manifestações. Sabemos que uma riqueza de problemas é produzida pelo capitalismo predatório e espoliador, que também é o responsável pela lógica do desinvestimento e desresponsabilização do Estado quanto ao equacionamento dessas questões.

Vejamos quais são as características desejáveis do ambiente, dos recursos humanos e da gestão do trabalho no campo psicossocial, de acordo com Vasconcelos (2008):

a) A cultura institucional deve ser radicalmente democrática e autogestiva, e isso

> requer uma cultura política e estilos de cogestão participativos e o mais democráticos possível, que possibilitem liberar as forças instituintes/subjetivantes e a força autogestora e criadora do trabalho vivo em potência, bem como ir pactuando gradualmente nos coletivos os princípios ético-políticos mais gerais que direcionarão a prática comum e global dos trabalhadores e dos serviços, além de permitir estabelecer o planejamento das metas prioritárias de curto, médio e longo prazo (Ibid., p.162).

b) A formação em serviço por meio de uma intervenção institucionalista

> exige fortes programas de capacitação e educação permanente no trabalho, capazes de promover uma ressocialização dos profissionais e trabalhadores que amplie e remodele padrões de formação e culturas profissionais convencionais com que foram treinados na universidade e na maioria dos demais ambientes de trabalho (loc. cit.).

c) A supervisão profissional permanente no campo de atuação

> requer um programa permanente de supervisão profissional em campo que seja competente para incluir não só a aquisição de novos conhecimentos teóricos e operativos, mas também e particularmente para abordar questões estratégicas da inserção do serviço no contexto mais geral das políticas sociais na cidade e no país, os desafios e conflitos das relações de poder e dos processos grupais vivenciados na vida institucional e nos dispositivos de trabalho com os usuários e as questões da implicação pessoal, subjetiva e/ou relacional com o sofrimento no trabalho (loc. cit.).

d) Supõe instituições e estabelecimentos eficazes, eficientes e resolutivos. Também "exige o desenvolvimento de agências eficientes e de um programa abrangente de saúde e saúde mental no trabalho, para lidar com as múltiplas implicações do sofrimento oriundo do trabalho" (loc. cit.).

e) Exige um engajamento politizado e uma participação política efetiva dos trabalhadores, além da

> atuação sindical e corporativa (dos conselhos específicos de cada profissão) dos servidores e demais trabalhadores, para lutar por contratações permanentes, boas condições de trabalho, remuneração e carreira profissional, contrapondo-se às tendências de deterioração [...], particularmente associadas ao contexto neoliberal (loc. cit.).

f) Exige uma articulação do trabalho em rede efetiva, concreta, implicada, com

> forte integração dos diversos atores e agências que atuam em um mesmo território, em fóruns específicos regulares dentro de um mesmo campo de políticas sociais e entre os demais, para promover o conhecimento das necessidades comuns, das possibilidades de cooperação e trabalho conjunto (como o encaminhamento responsável e monitorado, o trabalho em rede, o apoio matricial, o planejamento integrado, etc., como formas de intersetorialidade e de implementação da integralidade), para identificação de problemas/desafios e articulação de lutas comuns, e particularmente no exercício do controle social, nos conselhos distritais e municipais das políticas setoriais (Ibid., p.162).

g) O usuário não pode ser tido como mero colaborador ou coadjuvante no trabalho; ele é o protagonista do processo de trabalho, é o sujeito da ação:

> implica estimular e subsidiar a participação e o empoderamento dos usuários e seus familiares, tanto nos serviços como nos conselhos das políticas sociais em nível local, distrital, municipal, estadual e nacional, como atores legítimos e imprescindíveis de uma gestão a ser direcionada para seus interesses e demandas (loc. cit.).

h) São múltiplas as dimensões que devem receber atenção dos profissionais:

> requer um processo de recolocação e reproblematização das noções de cuidado, de sua humanização nos serviços, revalorizando-se os aspectos qualitativos, subjetivos, de gênero (particularmente em relação à atenção à mulher) e de geração (principalmente na relação com crianças, idosos e no campo dos cuidados paliativos) da atenção, da relação profissional-usuário, de conhecimento e in-

> tegração com o suporte provido pelas redes sociais dos usuários, de forma comprometida com o desenvolvimento de oficinas e outras estratégias concretas de sua implementação nos serviços de saúde e saúde mental. (loc. cit.)

Vasconcelos resume assim suas contribuições para o campo das abordagens psicossociais:

> um modo de pensar diferenciado (no qual a concepção de paradigma da complexidade é chave); um compromisso de conceber o objeto de estudo e de prática profissional pela ótica das múltiplas dimensões em que ele emerge na realidade e se coloca como desafio para atores sociais e gestores de política pública, engajados nas lutas sociais populares; uma perspectiva epistemológica própria, uma forma particular de organizar o conhecimento, que inclui dialogar de forma interdisciplinar, pluralista e não linear, várias abordagens progressistas relevantes; uma concepção própria de pensar e exercer o engajamento ético-político; uma estratégia própria para identificar parceiros e mobilizar alianças entre atores e abordagens emancipatórias; uma perspectiva de inacabamento que exige se assumir mais riscos e um constante papel ativo e criador do(s) sujeito(s) produtor(es) do conhecimento e que realiza(m) a práxis, e que adota(m) tal perspectiva ética (Ibid., p.166).

A dimensão ético-política constitui o principal fundamento das abordagens psicossociais; é sua origem e horizonte na práxis desenvolvida no campo social:

> É no terreno dos valores e da práxis que temos o núcleo básico de formação e aliança no campo: a partir dos desafios concretos das práticas e programas psicossociais, mas gradualmente ir compreendendo-os como inseridos nas mazelas e contradições mais amplas da sociedade atual, o que nos engaja, portanto, nas lutas dos movimentos sociais democrático-populares, por amplos

> direitos civis, políticos e sociais, bem como por políticas públicas universais, integrais e participativas, de qualidade e acessíveis para toda a população (loc. cit.).

Alguns operadores técnicos das abordagens psicossociais no âmbito da Assistência Social

A Atenção Psicossocial é um tipo de atuação profissional desenvolvida por profissionais da área de Psicologia – embora não exclusivamente –, envolvendo um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com a finalidade de estruturar processos e ações de atendimento de indivíduos e de grupos que procuram por serviços públicos de Assistência Social (Lancetti, 1996; Conselho Federal de Psicologia, 2009), de saúde e de saúde mental (Amarante, 1995; Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003), entre outros. De modo geral, pode-se considerar a Atenção como uma ação constituída por uma série de elementos técnicos instrumentalizados e empregados por diversos profissionais nos campos da Assistência Social, da saúde e da saúde mental, da Educação etc. "Atenção", com inicial maiúscula, designaria assim o conjunto de ações realizadas em diversas áreas do campo social, focadas em práticas múltiplas, nas quais estariam incluídas as noções de tratamento, de cuidado, de promoção e inclusive de atenção.

Há um conjunto de práticas de Atenção orientadas por perspectivas teóricas, técnicas, éticas e políticas encontradas no campo das abordagens psicossociais que precisa ser explicitado, configurando propriamente o que se denomina de atendimento psicossocial, oferecido por uma equipe profissional multidisciplinar.

"Atendimento" significa ato ou prática de atender; remete à oferta de uma atenção sistemática para o sujeito que procura por determinado estabelecimento assistencial, público ou privado. Inclui o conjunto organizado de atividades do processo técnico de trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, no qual as

especialidades profissionais se complementam e se superam na direção da integralidade da atenção.

O atendimento psicossocial tem como objetivo promover um atendimento especializado, partindo de uma postura ético-política crítica que se expressa em uma série de atitudes e procedimentos técnicos que incluem: acolher e dar apoio; escutar; atividades de informação e de orientação; o manejo da transferência; o encaminhamento; o acompanhamento e o monitoramento; as visitas domiciliares; a construção de trabalho em redes; as oficinas e os grupos. Tais atividades e ações se caracterizam por perspectivas institucionalistas, crítico-políticas, psicanalíticas, socioassistenciais e educacionais, devendo compor um projeto ou plano de atendimento para cada sujeito que é recepcionado no serviço.

O encaminhamento designa o ato de orientar, dirigir e conduzir os usuários de dado serviço institucional a procurar e a acessar determinados serviços especializados junto de outros serviços, programas e projetos desenvolvidos por outros estabelecimentos que compõem a rede de atendimento público territorial. O acompanhamento implica em monitorar os encaminhamentos realizados para outros serviços, informando-se sobre o atendimento que está sendo oferecido aos indivíduos encaminhados. Trata-se de saber se eles estão sendo atendidos e quais os impactos desses atendimentos quanto ao equacionamento de suas queixas e demandas.

O atendimento inclui a atenção às diversas dimensões dos sujeitos que procuram por serviços de Assistência Social, de Saúde e de Saúde Mental, tais como atenção ao corpo, atenção jurídica, psicológica, econômica ou social. Inclui um conjunto de ações e procedimentos técnicos desenvolvidos pelo serviço e também por sua necessária articulação em rede com outros serviços, programas e projetos de atenção no campo das políticas públicas. O "trabalho em rede" não pode ser reduzido a uma estratégia de captura e de mera gestão dos problemas sociais, fazendo os indivíduos atingidos por eles circularem indefinidamente por uma série de estabelecimentos sociais, nos quais possam ser monitorados, vigiados e

controlados enquanto são mantidos na pobreza e na subalternidade, sem se rebelarem contra a manutenção indefinida de condições de vida insuportáveis (Benelli; Costa-Rosa, 2010).

A acolhida inicial em determinado estabelecimento pode ser um atendimento individual operacionalizado por meio de técnicas de entrevista, visando receber o sujeito que procura algum tipo de atendimento, ofertando uma escuta que lhe permita articular, no plano discursivo, suas dificuldades. As principais ferramentas de trabalho no atendimento psicossocial são os grupos e as oficinas, visando potencializar a autonomia pessoal e social, a organização do coletivo, promover uma participação mais ampla na vida social e fortalecer as redes de convivência e de apoio. Parte-se do princípio de que os indivíduos que procuram pelos serviços públicos diversos são cidadãos-usuários; são sujeitos de direitos e de deveres e são também sujeitos desejantes, sujeitos do inconsciente. Os temas da cidadania, da política e da subjetividade se atravessam e são inseparáveis no âmbito da Atenção Psicossocial, nos campos da Assistência Social, da saúde e da saúde mental.

Certamente, o atendimento psicossocial produz efeitos terapêuticos (no pior dos casos, também pode produzir efeitos iatrogênicos), mas não se busca particularmente promover efeitos "psicoterapêuticos" individuais, promovendo transformações numa certa interioridade psicológica pessoal. Esse atendimento também é um tipo de "atendimento psicológico", embora não possa ser considerado estritamente apenas "psicoterapêutico" num sentido clássico, tal como se propõe numa abordagem clínica tradicional, focada no atendimento individual curativo. A atuação profissional no atendimento psicossocial pode lançar mão de tecnologias psicológicas básicas, mas se distingue da psicoterapia por seus objetivos e estratégias. A psicoterapia pode ser uma das ferramentas dentro de um processo de atendimento psicossocial, assim como podem ser utilizados os grupos, as oficinas e inclusive o uso adequado de medicação, prescrita pelo médico, como coadjuvante do processo de atendimento psicossocial. Mas tais elementos não são oferecidos *a priori* nem de modo exclusivo aos usuários.

Busca-se evitar tanto uma perspectiva estritamente psicologizante e patologizante dos impasses vivenciados pelos sujeitos (Benelli, 2009) quanto sua medicalização (e "psiquiatrização") e medicação, promotoras de grandes efeitos iatrogênicos.

A Atenção Psicossocial se pauta por um viés crítico e politizante dos problemas sociais em geral, sendo que seu equacionamento integral passa necessariamente pela construção de uma cidadania radicalmente democrática e popular.

Sobre a genealogia: saberes, poderes e sujeitos em produção

Outro plano de análise pode ser encontrado na perspectiva genealógica. Foucault (1999) desenvolveu a noção de "arquipélago carcerário", expressando com essa ideia a difusão do poder disciplinar pelo tecido social. Parece ser uma hipótese interessante para estudar a emergência de estabelecimentos abertos e flexíveis para a gestão social de crianças e adolescentes considerados em "situação pessoal e social de risco". Foucault afirmou que diversas outras instituições, bem além do direito penal, construíram o arquipélago carcerário: colônias agrícolas para adultos e crianças pobres, abandonadas e consideradas vadias; refúgios para tirar moças e meninas da prostituição; colônias penitenciárias industriais; orfanatos para crianças abandonadas ou indigentes; estabelecimentos para aprendizes; fábricas-conventos etc. Houve um alargamento dos círculos carcerários, e nessas instituições a prisão foi se diluindo lentamente, até desaparecer por completo. Surgiu também uma série de dispositivos que não reproduzem a prisão "compacta", mas utilizam alguns dos mecanismos e técnicas carcerárias, tais como os patronatos, as obras de moralização, as centrais de distribuição de auxílios e vigilância, a construção de cidades operárias. Haveria uma grande organização carcerária que reúne todos os dispositivos disciplinares que funcionam disseminados na sociedade.

As fronteiras entre o encarceramento, os castigos judiciários e as instituições de disciplina tendem a desaparecer para constituir um grande *continuum* carcerário que difunde as técnicas penitenciárias, até as disciplinas mais inocentes. Ele transmite as normas disciplinares até a essência do sistema penal e faz pesar sobre a menor ilegalidade, sobre a mínima irregularidade, desvio ou anomalia, a ameaça da delinquência. "Uma rede carcerária sutil, graduada, com instituições compactas, mas também com procedimentos parcelados e difusos, encarregou-se do que cabia ao encarceramento arbitrário" (Ibid., p.246).

Assim como a justiça penal, a prisão transforma o processo punitivo em técnica penitenciária. O arquipélago carcerário transporta essa técnica da instituição penal para o corpo social inteiro, num investimento capilar e microfísico, produzindo sujeitos dóceis, adestrados e úteis. As múltiplas relações de poder atravessam a produção do conhecimento, constituindo campos de saber (Ibid.). Os saberes "científicos" e, dentre eles, as ciências humanas, podem ser compreendidos como dispositivos políticos articulados com as estruturas sociais, produzindo efeitos de verdade, de poder e de saber que desenham as figuras do delinquente, do louco, da "criança em situação de risco" e do "adolescente infrator", entre outras.

O contexto contemporâneo das entidades assistenciais

Há uma história relativa à infância e à adolescência como alvos das políticas públicas (Cruz; Hillesheim; Guareschi, 2005). Houve uma construção social dessas categorias sociais (Ariès, 1985; Banditer, 1985), e à sua invenção sempre estiveram ligadas diversas formas de intervenção, de regulação e de controle social (Bujes, 2000), pois as políticas públicas têm participado da construção de determinadas formas históricas de ser criança ou adolescente ao utilizarem padrões de normalidade e anormalidade,

etapas evolutivas e cuidados prescritos para esses atores sociais que foram elaborados pelas ciências humanas, principalmente pela Psicologia.

No Brasil do século XIX, a institucionalização da infância abandonada começou com a internação em estabelecimentos religiosos numa parceria com o poder público municipal (Rizzini, 2006, 2008; Marcílio, 2006). No início do século XX, com as mudanças sociais e políticas, o Estado começa a ter uma maior participação nos cuidados com a infância: aparece o termo "menor", remetendo a uma noção de menoridade desses atores sociais ligada a questões de criminalidade. Com o crescimento urbano desordenado, os "menores" se tornaram um problema para o poder público (Bulcão, 2002). A estratégia consistia em internar crianças e adolescentes em estabelecimentos correcionais cujo processo educativo se baseava na disciplina do trabalho (Martins; Brito, 2001). Eles passam a ser percebidos a partir da noção de periculosidade, e, com uma preocupação acerca de sua gestão e tutela, instituições de internação surgem para ligá-los a aparelhos de correção, buscando seu enquadramento, controle e normalização. Foucault (1999) descreve a sociedade disciplinar e os estabelecimentos que ela cria, centrados na vigilância e na normalização dos indivíduos. É nesse contexto que também surge a noção de prevenção da delinquência, buscando vigiar aquilo que pode ser potencialmente perigoso. A Medicina, a Pedagogia, o Direito, a Psicologia e a Psiquiatria passaram a se ocupar com a higienização e controle dos espaços públicos (Cruz; Hillesheim; Guareschi, 2005).

É possível observar a articulação histórica de saber e poderes em práticas discursivas e não discursivas, criando dispositivos produtores de subjetividade infantil e adolescente tidos como naturais e universais, que passaram a ser objeto psico-médico-biológico-legal, passíveis de ordenação e classificação. Ao longo do século XX, as políticas públicas buscaram criar medidas sistemáticas de intervenção, visando recuperar e reintegrar os "menores delinquentes" à vida social, sobretudo por meio dos reformatórios em regime fechado (Martins; Brito, 2001). Durante a ditadura militar,

foi criada a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), pautada em métodos terapêuticos e pedagógicos que visavam recuperar e ressocializar os menores infratores, mas sem sucesso, tendo sido muito criticada.

O ano de 1989 foi declarado como o ano internacional da criança – a infância e a juventude foram temas internacionais importantes durante a década de 1980, culminado com a *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1989, que incorporou a Doutrina da Proteção Integral, segundo a qual crianças e jovens são considerados pessoas em desenvolvimento e indivíduos vulneráveis. No Brasil, todo esse movimento culminou na publicação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), que estabeleceu o caminho para a intervenção popular nas políticas de assistência, traçando as diretrizes da política de atendimento: criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas segundo leis federais, estaduais e municipais. Iniciou-se então uma fase de desinstitucionalização, caracterizada por uma nova política que ampliasse quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia da prática da lei (Brasil, 1990).

Apesar dos inegáveis avanços, uma leitura inicial do ECA nos permitiu observar, logo de partida, alguns aspectos desse documento que merecem ser problematizados: a adoção de uma visão psicológica evolutiva naturalizada e idealizada quanto ao desenvolvimento dos indivíduos, a crença na estratégia da privação de liberdade como medida legal diante das infrações à lei, as noções complexas de "sociedade", "comunidade" e "família nuclear" no atual contexto social, entre outras. A própria noção de crianças e adolescentes em "situação de risco pessoal e social" parece ambígua, pois parece recobrir as figuras do "menor carente" e do "adolescente delinquente e marginal" na evolução da legislação relativa à infância no país. Crianças e adolescentes se encontram em

situação de vulnerabilidade pessoal (podem ser privadas de condições de vida familiar normal e estável) e social (exposição à mendicância, à exploração sexual, ao tráfico de drogas e à violência) por causa da situação de pobreza na qual sobrevivem, sendo que isso se deve a causas estruturais sócio-históricas do modo de produção do capitalismo monopolista contemporâneo. Por outro lado, a sociedade também se sente ameaçada e em risco diante da criança pobre de hoje, que pode se tornar o criminoso de amanhã. Daí a importância das entidades assistenciais que possam atender essa clientela. O ECA ainda contempla a criação dos Conselhos Municipais Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecimentos que também pretendemos conhecer melhor.

Situar o cuidado e a atenção à infância e à adolescência no contexto mais amplo da história política do Brasil permite mapear as diversas políticas públicas implementadas nesse campo: alguns períodos da história nacional fornecem pontos de referência que possibilitam estudar as mudanças nas concepções e práticas sociais relativas a esse tema. De modo geral, Merisse (1996) afirma que o atendimento à infância brasileira pode ser estudado por meio de uma série de fases: uma fase *filantrópica* inicial, seguida por outra de caráter marcadamente *higiênico-sanitária*; uma terceira fase de orientação *assistencial* e, finalmente, uma fase centrada na dimensão *educacional* que perduraria até a atualidade. De modo semelhante, Pinheiro (2004) apresenta quatro grandes etapas relativas às representações sociais predominantes quanto a crianças e adolescentes na história brasileira: no período do Brasil Colônia, eles foram tomados enquanto *objetos de proteção social*; a partir do início do Brasil República, tornaram-se *objetos de controle e disciplinamento*; em meados do século XX, passaram a ser *objetos de repressão social*. Finalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, começaram a ser considerados *sujeitos de direitos*. No contexto sócio-histórico, práticas sociais, valores, ações políticas e instituições concretizam essas diferentes concepções com constantes embates simbólicos entre as configurações da infância e da adolescência, em momentos de enfrentamento, superposição e hegemonia.

Quanto aos estabelecimentos de proteção a crianças e adolescentes, fechados ou abertos, há estudos que apontam para os efeitos positivos da institucionalização de crianças e de adolescentes (Pinheiro, 2004; Morais et al., 2004; Santana et al., 2004; Siqueira; Dell'aglio, 2006; Costa; Assis, 2006; Borgheti, 2007), focalizando a dimensão do cuidado, da proteção integral e da socialização. Outros trabalhos já tendem a enfatizar seus efeitos iatrogênicos (Guirado, 1986; Marcílio, 2000, 2006; Benelli, 2002, 2003a, 2003b, 2004), mais atentos à dimensão do controle e à normalização social.

2
A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO

> O protótipo das representações sociais do pobre na cultura brasileira inclui as seguintes características: sexualmente promíscuo, primitivo, anômico, vadio, pouco inteligente, violento e com vocação para a marginalidade e delinquência (Patto, 1990, p.209).

Estudamos o tema da institucionalização de crianças e adolescentes e como esses atores sociais são produzidos no plano sócio-histórico a partir de uma perspectiva institucionalista ampla. Consideramos necessário analisar as diversas práticas institucionais (formativas, educativas, pedagógicas, terapêuticas, correcionais, socioeducativas), problematizando seus pressupostos subjacentes, focalizando especificamente estabelecimentos que funcionam em regime aberto.

Esta pesquisa foi realizada a partir de um pano de fundo teórico-técnico, político e ético fornecido pela AI (Lourau, 1995; Goffman, 1987; Baremblitt, 1998; Foucault, 1999; Costa-Rosa, 2000, 2013; Barus-Michel, 2004; Rocha, 2006; Lemos, 2007; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Campos; Guareschi, 2009), pelo pensamento foucaultiano e também pelo instrumental teórico de Costa-Rosa (op. cit.) visando a um posicionamento analítico e crítico num campo composto por entidades assistenciais que atendem

crianças e adolescentes considerados em "situação pessoal e social de risco" num município do interior do estado de São Paulo. Esses estabelecimentos assistenciais funcionam a partir de uma lógica institucional que articula normas legais e atores institucionais num processo de produção social, cujos resultados convém analisar.

Nossa atuação como membro do CMDCA e do CMAS permitiu uma experiência de imersão intensa no campo e proporcionou um conhecimento minucioso dessa realidade. Também foi feita uma análise documental nos arquivos desses conselhos relativa às entidades assistenciais voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, tais como organizações governamentais (OGs), organizações não governamentais (ONGs) e outros estabelecimentos filantrópicos. A condição de conselheiro permitiu acesso livre à documentação pertinente e também às instituições assistenciais, tornando esta pesquisa plenamente exequível – foi a partir desse lugar privilegiado que se realizou a presente pesquisa. Investigamos entidades assistenciais voltadas para crianças e adolescentes numa cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, estudamos seus projetos programáticos e também seu funcionamento concreto, procurando detectar seus problemas e dificuldades, seus aspectos positivos e sua eventual efetividade socioeducativa. Também buscamos obter as autorizações formais para nossas investigações, por meio de termos de consentimento esclarecido, dentro dos padrões éticos da pesquisa psicológica.

Tínhamos as seguintes interrogações: quantas e quais são as instituições assistenciais dedicadas ao atendimento de crianças e adolescentes considerados em "situação de risco" nessa cidade? Como, quando e por que elas surgiram? Como elas se apresentam atualmente quanto aos aspectos físicos, funcionários e clientela? Poderíamos classificá-las com caráter predominantemente filantrópico e assistencialista, ou seriam mais voltadas para a promoção humana, atentas para as possibilidades de transformação social? Seu modo de funcionar, do ponto de vida socioeducativo, seria focado numa pedagogia tradicional, renovada ou dialética? Que tipo de profissionais compõem seus quadros? Há processos de formação

e preparação dos funcionários para lidar com a clientela? Como essas instituições sobrevivem do ponto de vista financeiro? De onde vêm seus recursos? Como são utilizados? Quais as principais dificuldades desses estabelecimentos assistenciais? Quais seus aspectos positivos? Que tipo de efeitos eles estão produzindo em sua clientela e no contexto social da cidade na qual se localizam? Foi na direção dessas questões, entre outras, que avançamos nossa pesquisa de pós-doutorado, tendo publicado diversos trabalhos, nos quais procuramos responder tais questões (Benelli, 2014; Benelli; Costa-Rosa, 2011, 2012, 2013).

Visamos assim fornecer aos gestores públicos (Secretaria da Assistência Social, Juiz da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar – CT, CMDCA; CMAS) e às próprias entidades assistenciais dados orientadores relevantes para a realização de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e da adolescência do município. As escolas maternais, jardins de infância e creches infantis não fizeram parte do nosso campo de investigação, nem unidades da Fundação Casa (antiga Febem).

Com relação aos aspectos éticos envolvidos na realização da presente investigação, nosso projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FCL, Unesp, Assis, SP. Todo o trabalho de análise documental realizado em arquivos e de observação participante foi efetuado a partir de um termo de consentimento livre e esclarecido devidamente assinado pelos participantes/estabelecimentos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência e Letras – Unesp/Assis, protocolo nº 030/2008, em 30 de outubro de 2008, e todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido antes de sua inclusão na amostra.

A prática adotada para esta pesquisa – AI – se insere no movimento institucionalista (Baremblitt, 1998). O objetivo de conjunto dessas tendências é propiciar e apoiar processos de *autoanálise* e *autogestão* dos coletivos sociais: comunidades, grupos, instituições etc. (Id., 1998). Utilizamos alguns recursos teórico-técnicos dessa análise: o *campo de análise* (Ibid.) nos permitirá delimitar um

objeto ou um campo e aplicar-lhe o aparelho conceitual da AI para entendê-lo, para compreendermos como se colocam e se articulam suas determinações, suas causas, como se geram seus efeitos etc. Nesse caso, consideramos que o campo da Assistência Social é o âmbito no qual se localizam as entidades assistenciais públicas e privadas que procuramos investigar.

O *analisador institucional* (Lourau, 1995; Baremblitt, 1998) será outra ferramenta importante para a pesquisa. Ele não precisa ser constituído de material verbal; pode ser um monumento, uma planta arquitetônica, um arquivo, uma distribuição do tempo ou do espaço na organização. Sua materialidade expressiva é totalmente heterogênea. Ele sempre é analítico em si mesmo, contendo elementos para se autoentender, para começar o processo de seu próprio esclarecimento. É um produto que pode analisar-se. Os analisadores podem ser históricos quando produzidos no próprio contexto da instituição analisada, mas também podem ser construídos, inventados, com o objetivo de explicitar os conflitos e resolvê-los. Um interessante analisador institucional com o qual nos deparamos foi uma pesquisa que a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) realizou em parceria com a universidade local, relativa às entidades assistenciais públicas que atendem crianças e adolescentes considerados em "situação pessoal e social de risco". Tal pesquisa é exemplar, pois revela muito sobre a perspectiva hegemônica no campo quanto ao atendimento dessa clientela.

Em diferentes momentos da constituição de um campo de análise, é possível realizar vários tipos de *diagnósticos*, sempre provisórios, da estrutura, da dinâmica, dos processos, das contradições principais e secundárias, meramente opositivas em suas diferenças e antagônicas (contraditórias no sentido dialético), dos conflitos, das defesas, das magnitudes de produção, reprodução e antiprodução, dos analisadores, dos territórios e das linhas de fuga da organização estudada. Esta pesquisa detectou dois paradigmas dialeticamente opostos, lutando pela hegemonia no campo da Assistência Social: o Paradigma Filantrópico ainda impera soberano, e o que denominamos de Paradigma Socioassistencial começa a se

esboçar no horizonte jurídico-político, sobretudo parecendo-nos ainda pouco consistente na prática.

O institucionalismo afirma que a sociedade é um tecido de instituições (Ibid.). Estas, segundo o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, *normas* ou *regularidades de comportamentos*, como a linguagem, as relações de parentesco, a educação, a religião etc. A Assistência Social pode ser pensada como uma instituição social, bem como as políticas públicas que promovem as crianças e os adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Ela articula saberes e práticas por meio de um discurso lacunar e ideológico, configurando uma formação social contraditória e caracterizada por uma ordem latente, para além da manifesta. Ela articula um conjunto de interesses segmentares diversos e contrários, inclusive contraditórios; daí a necessidade de uma hermenêutica para decifrar os sentidos de seus discursos e práticas.

As *instituições* se materializam em dispositivos concretos; as *organizações*, por sua vez, se compõem de unidades menores, nomeadas de *estabelecimentos*. A SMAS, as entidades assistenciais, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os conselhos municipais podem ser considerados estabelecimentos e costumam incluir dispositivos técnicos, como instalações materiais, maquinaria, arquivos e aparelhos, que recebem o nome de *equipamentos*. Todos esses elementos: instituição, organização, estabelecimento e equipamento adquirem dinamismo através dos agentes (atores institucionais), os sujeitos que são os suportes e protagonistas da atividade coletiva microfísica responsável pela substância da instituição. Os atores institucionais protagonizam *práticas sociais* que podem ser verbais, não verbais, discursivas, teóricas ou técnicas.

Também distinguimos duas dimensões fundamentais das instituições: o plano instituinte (processo dinâmico, dialético) e o plano instituído (produto) (Ibid.). *Instituinte* seria o conjunto de forças que tendem a fundar instituições, momento fundacional original; é o processo ou movimento criador e dinâmico, que inclusive

mantém a instituição viva e sempre renovada, atualizada e em transformação. *Instituído* seria o resultado material dessa força instituinte. Para entender uma instituição, devemos ter em mente que os instituídos, os organizantes-organizados que constituem a rede social, não atuam separadamente – eles se interpenetram em vários níveis. *Atravessamento* é o nome que damos à interpenetração no nível reprodutivo, conservador. *Transversalidade* é o movimento de interpenetração no nível do instituinte, do criativo, do novo (Ibid.). Convém assinalar que, para a AI, o instituinte vai muito além daquilo que se contrapõe de modo articulado ao instituído, no campo das chamadas contradições dialéticas; ele compreende todo um campo de pulsações que ainda não passaram pela mediação ideológica e imaginária e que podem escapar a elas, funcionando como linhas de transformação dinâmica do campo institucional com seus diversos componentes. Uma análise complexa deve articular esses planos das relações entre instituído e instituinte.

Os dados do presente estudo foram obtidos pela participação observante e reflexiva no amplo campo de análise composto pelas entidades assistenciais enquanto conselheiro municipal, além da análise documental. Foram estudados e analisados os documentos das entidades assistenciais arquivados nos conselhos municipais, com base no conhecimento concreto de suas especificidades, procurando detectar seus referenciais teórico-metodológicos, os aspectos administrativos e funcionais da equipe gestora, além da concepção política do projeto socioeducativo.

Foi com essa concepção teórico-técnica que procuramos participar do CMDCA e do CMAS. Procuramos mergulhar na literatura específica sobre o campo e participar concretamente dele. A perspectiva institucionalista pautou também a análise documental que realizamos ao estudar os planos de trabalho das entidades assistenciais socioeducativas públicas e privadas arquivados nos conselhos municipais. Visando à exequibilidade da pesquisa, a partir da análise documental nos arquivos dos conselhos municipais, selecionamos duas entidades assistenciais mantidas pelo poder público municipal e duas entidades privadas que atendiam crianças e

adolescentes considerados em "situação de risco pessoal e social". Em cada estabelecimento institucional, pelo menos três visitas de observação participante foram feitas durante dias normais de funcionamento. Para tanto, a anuência de seus dirigentes foi adquirida de acordo com critérios éticos.

Para realizar essa etapa da pesquisa, utilizamos a técnica da observação participante (Barbier, 1985; Brandão, 1986b; Demo, 1987, 2004; Benelli, 2006b), qualitativa, rigorosa, sistemática e vivencial. É participativa, embora participativa não implique aqui num delineamento conjunto. Ela foi delineada e reorientada para se manter adequada e sensível às características da situação. Entendemos a pesquisa como uma prática investigativa e participação enquanto valorização e uso das perspectivas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos. A observação participante foi do tipo não estruturada; assim, os fenômenos a serem observados não foram predeterminados, mas sim observados e relatados da forma como aconteceram, visando descrever e compreender o que estava ocorrendo na situação dada.

As vantagens dessa técnica, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), independem do nível de conhecimento e da capacidade verbal dos sujeitos; permite "checar", na prática, a sinceridade de certas respostas ou comportamentos que poderiam ser dados apenas para "causar boa impressão"; permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar temas que os sujeitos não se sentem à vontade para discutir; e permite o registro dos fenômenos o mais próximo possível de seu contexto temporal e espacial. Não tínhamos hipóteses prévias a serem testadas diretamente, apenas hipóteses provisórias que foram aperfeiçoadas ou não pela própria observação. A técnica da observação participante envolveu três fases: (1) aproximar-se da entidade e estabelecer vínculos com seus membros; (2) observar o contexto dos sujeitos para coletar dados; e (3) registrar os fenômenos, comportamentos, ações, diálogos e acontecimentos observados.

Para analisar e interpretar os dados coletados, operamos com uma grade analítica de base lógico-histórica e de inspiração

marxista dialética criada por Costa-Rosa (2000; 2013) – instrumental utilizado para mapear paradigmas contraditórios num determinado campo de análise (o da Saúde Mental pública, por exemplo, ou o da instituição Assistência Social) e articular os temas da instituição e da produção de subjetividade.

Costa-Rosa propõe quatro parâmetros mínimos como definidores de determinado paradigma de produção institucional num determinado campo de análise: a) concepções de "objeto" e dos "meios" de ação; b) concepção das formas de organização do dispositivo institucional; c) modos da inter-relação entre a instituição, a clientela, a população e o território e população-instituição; d) concepção dos efeitos terapêuticos (educativos, socioeducativos, pedagógicos) e de seus desdobramentos éticos. Esse instrumental já se mostrou útil para análises institucionais nos campos da Psicologia, da educação e da religião católica (Benelli, 2006a, 2006b, 2007; Benelli; Costa-Rosa, 2002, 2013) e pensamos que se revelou muito eficaz para cartografar a instituição Assistência Social e analisar os estabelecimentos socioeducativos descritos.

3
Participando de conselhos municipais: inserção institucional no campo de análise

> Quando os cidadãos comuns começam a participar do "jogo democrático", seus interesses entram em colisão com os interesses da elite, que reage lançando mão de todo tipo de violência, da mais sutil e dissimulada até a mais francamente ostensiva e brutal. Diante da participação popular, "as elites acham que isso é um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las. Não prestam serviços, atuam paternalisticamente [...]. Procuram tratá-las como crianças para que continuem sendo crianças" (Freire, 1979, p.37).

Acompanhamos o desenvolvimento das atividades de uma entidade assistencial entre 2003 e 2010, com envolvimento crescente em trabalhos de assessoria. Tendo sido indicado por ela, candidatamo-nos e fomos eleito como membro efetivo do CMDCA, atividade considerada socialmente relevante e sem remuneração. Em seguida, ao assumirmos nossas funções, passamos a representá-lo no Conselho no CMAS. Essa foi uma experiência que fizemos por 3 anos, aliando atuação profissional, engajamento político e reflexão teórico-crítica, estudo e produção de pesquisa científica.

O objetivo deste capítulo é relatar as descobertas nessa área de atuação, contribuindo com os colegas psicólogos que estejam fazendo experiências semelhantes e também estimulando outros a se engajarem nessa frente de atuação. Queremos ainda oferecer uma série de informações estratégicas, permitindo que outros profissionais psicólogos ou colegas de outras áreas das ciências humanas se apropriem de questões importantes que poderão permitir-lhes uma intervenção avisada, prudente e consequente, superando o desconhecimento e a ingenuidade teórico-técnica e política. Gostaríamos de elaborar um pequeno manual teórico-prático para a atuação de profissionais das ciências humanas em conselhos municipais. Nesse sentido, uma literatura específica sobre o assunto será apresentada, bem como fontes de informação, que são abundantes e estão disponíveis na internet.

Participando e pesquisando em conselhos municipais

Ao longo do ano de 2008, exercemos nosso mandato de conselheiro municipal participando de 23 reuniões de trabalho do CMDCA e de 21 reuniões do CMAS, bem como diversas atividades, tais como visitas a entidades, organização e/ou participação em diversos eventos na área. Em 2009, participamos de 22 reuniões do CMDCA e de 21 reuniões do CMAS. Colaboramos na organização e realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e também da Conferência Municipal de Assistência Social. No ano de 2010, participamos de 15 reuniões de trabalho do CMDCA e de 17 reuniões do CMAS. Nesses três anos, trabalhos de supervisão institucional em entidades assistenciais e num Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) também foram realizados.

A imersão na complexidade da experiência cotidiana dos conselhos municipais, aliada à apropriação da literatura e à produção de uma escrita, reflexão e análise, foi a estratégia adotada nesta investigação. Tendo nos especializado em pesquisar utilizando a

perspectiva da AI e da imersão no campo de investigação pela observação participante (Benelli, 2006b, 2007), aplicamos essas estratégias durante a atuação como conselheiro municipal. Ao mesmo tempo que fomos nos apropriando dos saberes pertinentes – num processo de formação em serviço –, desempenhamos uma atuação consequente enquanto agente público. Um relatório de campo foi elaborado, no qual se pôde relatar as reuniões dos conselhos, recolhendo documentos (resoluções, leis, orientações normativas, planos de ação, ofícios diversos etc.), além de redigir reflexões e análises diante dos impasses, problemas e experiências variadas, vivenciadas enquanto conselheiro/pesquisador.

Nosso objetivo é apreender a forma como os sujeitos configuram o social e também como são construídos por ele, em um movimento que é individual, único e, ao mesmo tempo, coletivo, histórico e social. O tipo de conhecimento produzido por meio de uma abordagem crítica e dialética em Psicologia Social pode ser caracterizado como um estudo de singularidade (Benelli, 2009). Cada caso é único, mas como a teoria e o método dialético permitem apreender as determinações constitutivas do fenômeno investigado, sua possibilidade de generalização encontra-se ancorada na capacidade explicativa alcançada sobre uma diversidade de fenômenos. O conhecimento assim produzido a partir de um exemplar funciona como instância deflagradora da apreensão e do estudo de mediações que concentram a possibilidade de exemplificar a realidade concreta. Isso é possível porque cada indivíduo, apesar de ser único, contém a totalidade social e as expressa no seu agir, pensar, sentir e falar. No caso dos conselhos municipais, o controle e o ocultamento da informação, do segredo como estratégia de manipulação, além da falta de acolhida e de oferta inicial de formação para os conselheiros ingressantes foram alguns dos problemas encontrados. Tivemos que nos apropriar pessoalmente de conhecimentos, inclusive contrariando fortes interesses institucionais da SMAS, por meio de um intenso trabalho de pesquisa, sobretudo utilizando a internet. Isso nos permitiu colecionar muitos documentos sobre as mais diversas questões, pertinentes para uma atuação informada como conselheiro municipal.

Caracterização dos conselhos municipais

Os conselhos municipais (Raichelis, 1998; Gohn, 2004; Anhucci, 2007; Brasil, 2006a, 2007b, 2007c, 2007d, 2007e, 2007f, 2008; Ministério Público do Estado do Paraná, 2009; Assis, 2009) são uma inovação política no cenário nacional e representam uma forma de democracia direta, indicando que pessoas, grupos e instituições têm capacidade de conduzir os rumos do próprio destino e também do país. A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) reconhece que o poder do povo pode ser exercido de duas maneiras: por meio da participação, também conhecida como democracia participativa, e pela eleição, também conhecida como democracia representativa. A partir da Constituição de 1988, temas como saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar, Educação, moradia e tantos outros passaram a fazer parte do horizonte dos cidadãos brasileiros como direitos a serem garantidos pelo Estado. A principal tarefa do Estado seria enfrentar e produzir soluções para os problemas que afetam a população, garantindo o acesso aos direitos conquistados pela sociedade. A conquista dos direitos determina como os cidadãos vão viver coletivamente, e a luta pela sua ampliação está relacionada com a busca constante de modos mais dignos e valiosos de viver.

As políticas públicas são ações concretas, como serviços, programas, projetos e benefícios que têm o compromisso de validar leis. Elas podem ser entendidas como aquilo que os governos federal, estadual e municipal decidem fazer ou não diante de uma situação. Para tomar essa decisão, são analisados os aspectos técnicos, as forças sociais em jogo e os problemas que os governos consideram mais importantes. A conquista da democracia participativa abriu a possibilidade de a sociedade civil (e não só dos órgãos do Estado) participar das decisões sobre a política pública por sua atuação nos conselhos, como os conselhos de Assistência Social, de saúde, dos direitos da criança e do adolescente, tutelar e muitos outros. Normalmente, os conselhos de políticas públicas são órgãos vinculados ao Poder Executivo, são criados por leis e devem se

orientar pelo que elas definem. Isso significa e exige uma partilha de poder entre as instâncias do poder público e da sociedade civil organizada.

Os marcos legais dos conselhos municipais podem ser encontrados na legislação, começando pela Constituição Federal (Ibid.), e cada conselho possui suas próprias normas. Por exemplo, o CMDCA se fundamenta no ECA (Id., 1990) e nos "Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente" (Id., 2007a). O CMAS é normatizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Id., 1993), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Id., 2004b) e pelas Normas Operacionais Básicas NOB/SUAS (Id., 2005).[1]

Os conselhos municipais (Id., 2004f; Assis, 2009) são espaços públicos de participação, institucionalizados pelo Estado, com o objetivo de promover a participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas. Por exemplo, a LOAS, a Lei Orgânica da Saúde, o ECA, o Estatuto do Idoso, ou seja, a legislação de cada área prevê que a sociedade e os governos participem em conjunto de todas as decisões a serem tomadas. Uma forma importante de garantir uma participação efetiva no município no qual se vive é fazer parte de um dos diversos conselhos. Os municipais, em geral, são permanentes e contínuos, mesmo com a substituição de membros que participam como conselheiros. Certamente, a excessiva rotatividade de conselheiros atrapalha seu bom funcionamento, sobretudo porque algum tempo é necessário para se aprender a atuar como conselheiro, e a não permanência dos membros no cargo sabota a possibilidade de seu efetivo funcionamento.

São os diversos conselhos que tomam decisões sobre a política pública e exercem o controle social em sua determinada área (recebem informações, decidem, acompanham, fiscalizam e avaliam

1. Muitos desses documentos podem ser encontrados em sites, tais como: http://www.obscriancaeadolescente.gov.br; www.mds.gov.br; www.mds.gov.br/suas; www.promenino.org.br/; www.mds.gov.br/cnas/; www.cnas.gov.br; http://www.sdh.gov.br/.

as ações). Cada conselho tem seus objetivos: fortalecer a política pública em que atuam (saúde, segurança, criança e adolescente, idoso, deficiente, Assistência Social etc.), buscar garantir o direito à cidadania, promover a participação da população na gestão das políticas municipais e realizar o controle social. Este implica na participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão e políticas públicas. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade, em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades, com vistas a aumentar o nível de eficácia e de efetividade das políticas e dos programas públicos.

Todo conselho é criado a partir da elaboração de um projeto de lei municipal que o institui (Brasil, 2007f), que também cria o Fundo Específico, como no caso do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (Ibid.). Como cada área tende a publicar diretrizes para estruturar, reformular e colocar em prática os respectivos conselhos, estas servem de base para a elaborar a lei municipal de criação de cada conselho, que, além de criá-los, define o número de conselheiros titulares e suplentes (composição), o período de cada mandato dos conselheiros (eleição), a estruturação (se terá secretaria executiva, comissões temáticas etc.) e também a regulamentação das competências, das atribuições, das responsabilidades e das prerrogativas dos conselheiros, estabelecendo o funcionamento do conselho e normalmente criando comissões de trabalho. Estabelece ainda disposições gerais quanto ao Fundo, quando ele existe, além de acompanhar a elaboração e execução do orçamento público (Ibid.; Assis, 2009).

Um Conselho Municipal é formado por pessoas da comunidade e por servidores públicos municipais – a população indica metade dos conselheiros, e a prefeitura indica a outra. Isso se denomina paridade (Brasil, op. cit.; Assis, op. cit.), o que pretende indicar que tanto os representantes da população quanto os da prefeitura têm força igual dentro do Conselho.

Cada Conselho também deve elaborar seu próprio *regimento interno* (Brasil, op. cit.; Assis, op. cit.), tomando como base os

modelos do Conselho Nacional e Estadual da sua área, especificando como será o funcionamento do Conselho, como será composta a mesa diretora, como serão realizadas as reuniões, como funcionará a Secretaria Executiva (quando existir) etc. A s*ecretaria executiva* (Ibid.) é uma peça-chave para o bom andamento dos conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e também de outros conselhos: sua existência é fundamental para dar suporte administrativo. Um conselho só funciona corretamente se houver cuidado com três aspectos importantes: *dimensão administrativa, dimensão técnica* e *dimensão política* (Brasil, op. cit; Assis, op. cit.).

Com relação à *dimensão administrativa,* é preciso: elaborar e cumprir o regimento interno; definir uma agenda de reuniões, na qual se registrem a presença dos conselheiros por assinatura em livro, constando data, horário e local da reunião; definir a pauta das reuniões e encaminhá-la antecipadamente aos conselheiros; nas reuniões, dar a todos os conselheiros oportunidade de falar, garantindo-lhes a participação nas discussões; caso não seja possível cumprir toda a pauta, é importante dar prioridade a alguns assuntos; as votações só devem ser realizadas quando todos os conselheiros estiverem esclarecidos sobre os assuntos em pauta; é importante ler a ata, elaborada pelo(a) secretário(a) no início da reunião e, caso seja possível, recomenda-se enviá-la com antecedência para os conselheiros. As atas devem ser registradas em livro próprio e devem ser escritas sem deixar parágrafo, sem pular linha, escrevendo os números por extenso e registrando tudo o que foi discutido e decidido na reunião.

Na *dimensão técnica,* o conselho pode funcionar a partir da criação de comissões temáticas ou de comissões de trabalho (Brasil, op. cit.; Assis, op. cit.), que o auxiliam em determinados temas para que suas decisões e pareceres sejam baseados em informações e análises fundamentadas. É importante que as comissões de trabalho se reúnam em separado para trabalhar e que elas funcionem ativamente, cumprindo suas funções e atribuições, levando depois suas discussões, propostas e ações realizadas para o plenário do

conselho. Isso exige tempo, disponibilidade, engajamento, suporte técnico-administrativo, local de trabalho adequado, material de escritório, telefone, computador etc. Tudo isso deve ser disponibilizado pela Secretaria Municipal à qual o conselho está ligado; deve constar na lei municipal e precisa de dotação orçamentária. Podem ainda existir outras comissões (permanentes ou provisórias) se o conselho achar necessário.

O conselho deve elaborar um plano de gestão para os anos de duração do seu mandato, contendo as ações e estratégias para alcançar as metas propostas. Também deve elaborar anualmente seu plano de ação ou plano de trabalho (Assis, op. cit.), especificando suas metas, assim como as ações e as estratégias para alcançá-las nesse período. Esse plano de trabalho deve se basear nas decisões da Conferência Municipal da respectiva área e, além disso, contribuir para elaborar e aprovar o Plano Municipal específico: de Saúde, de Assistência Social, de habitação etc. O Plano Municipal é o documento que representa toda a política do município na área. O Plano de Gestão e o Plano de Ação anual orientam o funcionamento do conselho, evitando que ele funcione ao sabor das vicissitudes locais, dando-lhe uma diretriz proativa e imprimindo-lhe iniciativa própria.

Quanto à *dimensão política*, os conselhos municipais desempenham importante e difícil função política na sociedade: tomar, com poder político e econômico, as decisões relacionadas com o financiamento das atividades de cada área, visando construir a cidadania e o bem da coletividade (Brasil, op. cit.; Assis, op. cit.; Tavares, 2009). Para isso, devem assumir alguns papéis políticos: a) garantir a representação dos vários segmentos definidos pela lei; b) buscar construir a articulação com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, com o CT e o Ministério Público; c) promover a integração, a intersetorialidade e o trabalho em rede (Assis, op. cit.) com as outras políticas públicas (saúde, educação, cultura, esporte, habitação etc.); d) dar transparência a todas as decisões da área, garantindo a participação do usuário nas decisões; e) abrir as reuniões do conselho a todos os interessados; f) assegurar a participação popular na

eleição dos membros do conselho; g) registrar as entidades e programas de atendimento à criança e ao adolescente (Brasil, op. cit.). As importantes atribuições do CMDCA e do CMAS estão explicitadas, respectivamente, nos "Parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente" (Id., 2007a) e nas "Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social" (Id., 2006a). Tais parâmetros normativos devem ser seguidos quando os municípios elaboram as leis de criação dos respectivos conselhos.

Relatos e análises da experiência de participação observante nos conselhos municipais

Tendo sido indicados por uma entidade assistencial, da qual éramos membros da diretoria, concorremos ao pleito eleitoral, sendo eleito e empossado como membro do CMDCA para o biênio 2007-2009. Ser membro desse conselho municipal exigia a participação em suas reuniões e trabalhos, que costumavam acontecer ordinariamente uma vez por mês e, quando necessário, de modo extraordinário. Cada reunião podia durar duas ou três horas. Sempre havia uma pauta para essas reuniões, que costumava ser publicada previamente no jornal local, para conhecimento público.

Os membros que compõem o CMDCA totalizavam 16 titulares e seus respectivos suplentes, sendo que 8 eram representantes do poder público municipal, vindos de diversas secretarias municipais. Os outros 8 eram representantes da sociedade civil, oriundos de organizações diversas: de instituições religiosas que tinham programas na área da infância e da adolescência, da Ordem dos Advogados do Brasil, de entidades sociais de atendimento à criança e ao adolescente, da classe dos empregadores, da classe dos empregados, da Associação de Moradores, da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais. O conselho contava com uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, e havia três

comissões de trabalho: a de visitas, a de análise de projetos e documentação e a de finanças. Fomos eleitos para representar o CMDCA no CMAS, de modo que participamos das atividades desses dois conselhos municipais, procurando conhecer sua constituição, sua dinâmica e seu modo de ação. O CMAS é composto por cinco representantes do poder público e cinco da sociedade civil.

Não participamos de nenhuma capacitação prévia para atuar nesses conselhos – nosso aprendizado foi se dando ao longo da experiência concreta. Desde logo, inicialmente nossa ignorância era enorme, e isso incomodava muito, pois não sabíamos nada sobre conselhos municipais, sobre legislação, tampouco sobre Assistência Social. Movidos pela necessidade de saber sobre essa temática para podermos nos situar, começamos a explorar o conteúdo dos arquivos que pertencem ao CMAS e ao CMDCA, que ficavam na sala da secretária dos conselhos. Tais arquivos estão repletos de documentos, apostilas, livros e atas, constituindo um acervo ao qual passamos a ter acesso e a utilizar. Os conselheiros não tinham livre acesso a esse material, embora não houvesse nenhuma regra formal nesse sentido. Quando íamos para as reuniões, verificávamos sistematicamente o conteúdo dos armários e arquivos com naturalidade, pensando ingenuamente que podíamos fazê-lo, já que pertenciam aos conselhos dos quais éramos membros. Mais tarde, soubemos que as explorações causaram grande incômodo para a secretária executiva, que não apenas era a responsável por zelar por essa documentação, mas também se sentia proprietária dos arquivos, sendo que os conselheiros deveriam pedir a ela o que precisassem. Ora, como solicitar o que nem se sabia que existia? A secretária executiva nunca explicou aos conselheiros sobre o material disponível nos arquivos nem estava acostumada com o fato de algum conselheiro se interessar por esses documentos. É provável que, exceto nós, os demais conselheiros não tivessem maior interesse por documentos e informações ou tempo para entendê-los e utilizá-los. Por outro lado, verificamos que os funcionários do poder público municipal pareciam não gostar da apropriação dos cidadãos às informações sobre

os programas, projetos, serviços e, sobretudo, aos dados do financiamento da Assistência Social municipal.

A partir de investigações, descobrimos que existem diversos dispositivos que colocam em prática as políticas públicas no campo da assistência social no país. No município, existem quatro Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), o CT, o CMDCA, o CMAS, as entidades assistenciais públicas e privadas, a SMAS, além de outras secretarias e diversos conselhos temáticos. No nível estadual, existe o Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA). No nível federal, existe o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). As políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente (Brasil, 1990, 2007f, 2008; Assis, op. cit.) e a Assistência Social (Brasil, 2007b, 2007c, 2007d) compõem um vasto campo de análise, comportando planos teórico-técnicos, institucionais, jurídicos, ideológicos, sociopolíticos e éticos que precisam ser conhecidos, estudados e analisados.

Desde as primeiras reuniões no CMDCA e no CMAS, notamos que ambos tendiam a se ocupar, quase que de modo predominante, de obrigações "cartoriais", tomando ciência, de modo superficial, de documentos oficiais encaminhados pela SMAS ou por outras instâncias oficiais para sua aprovação. Estes eram "benzidos" muito rapidamente com vistas ao cumprimento de obrigações burocráticas do município com o Estado ou com a União. Os documentos para ciência, análise e aprovação costumavam ser apresentados em uma única via, passavam depressa pelas mãos dos conselheiros, que não entendiam bem do que se tratava (contudo, não pareciam muito preocupados com isso), enquanto o presidente, que normalmente dirigia as reuniões de trabalho, tentava explicar o conteúdo da documentação em pauta, dizendo da urgência com que ela devia ser aprovada pelo conselho, para que a SMAS pudesse encaminhá-la para os órgãos respectivos. Normalmente essa

documentação, que tratava de planos municipais oficiais da SMAS relativos a programas e serviços focalizados na criança e no adolescente e na Assistência Social, tendia a ser aprovada sem maiores perguntas ou sem uma análise mais detida, e os conselheiros não sabiam sua origem, por que viera e que fins ela visava; simplesmente despachavam documentos. Nossa impressão era de que os conselhos, na maior parte do tempo, estavam simplesmente acolitando o poder público municipal, sem assumir o papel proativo que a legislação lhes designa.

Participando das atividades dos CMDCA e do CMAS, fomos nos inquietando, e diversas perguntas surgiram: como funciona a máquina administrativa municipal? Quais são os grupos políticos que se confrontam no cenário do município? Quais são seus projetos político-sociais? São originais e divergentes? Estão alinhados com os interesses de partidos nacionais relevantes? Eles visam interesses eleitoreiros ou a construção da cidadania?

Embora se afirme que as indicações para membros componentes dos conselhos municipais, por parte do poder público, sejam apresentadas pelas pastas das secretarias municipais e selecionadas pelo prefeito em exercício, pudemos perceber que os conselheiros representantes do poder público municipal eram indicados à revelia; não eram consultados e às vezes nem informados, podendo inclusive ser surpreendidos com um telefonema da secretária do CMDCA/CMAS informando ao indivíduo a data da próxima reunião da qual deveria participar. Havia certa rotatividade de conselheiros representantes do poder público municipal, e sua falta de compromisso tendia a esvaziar e a sabotar (talvez de modo não intencional e não premeditado) as possibilidades de efetiva atuação dos conselhos. Por outro lado, como era de se esperar, os conselheiros representantes do poder público municipal estavam bastante acostumados com a máquina municipal e também resignados quanto às poucas possibilidades de se realizar um trabalho realmente efetivo: para eles, praticamente bastava participar das reuniões e despachar documentos. Os conselheiros que representavam a sociedade civil eram eleitos por votação, em assembleia

especialmente convocada para o pleito eleitoral dos membros dos conselhos. Era normal constatar sua cooptação pelo poder público, sobretudo por meio de verbas públicas, pois suas entidades haviam obtido no passado junto das autoridades políticas, em negociações tipicamente clientelistas, verbas que tinham que defender com sua aquiescência às imposições e manobras dos gestores municipais. Era comum ver sempre as mesmas pessoas, nos mais diversos conselhos, por anos a fio.

Observamos que os membros dos conselhos não pareciam ter consciência de seu lugar e de seu papel no contexto sociopolítico municipal, mantendo uma atitude passiva, subserviente e descomprometida, quando não francamente aduladora dos gestores municipais. O conjunto dos conselheiros não tinha tempo para agrupar – muito menos para se tornar – um grupo de trabalho efetivo. Havia reuniões ordinárias mensais e outras extraordinárias (convocadas para tratar de questões emergenciais, ou em caráter de urgência, cujos documentos eram objeto de uma apresentação informativa rápida e superficial, sendo aprovados ou encaminhados às pressas e sem maiores discussões). Não havia reuniões semanais das comissões de trabalho, por exemplo, porque os representantes do poder público municipal e os da sociedade civil organizada não dispunham de tempo para tanto; os primeiros já tinham sua cota específica de trabalho como funcionários públicos municipais, e a participação nos conselhos significava um acréscimo de ocupações e responsabilidades; já os segundos exerciam uma participação voluntária como conselheiros, que era considerada uma atividade "social relevante" sem remuneração. Um excesso de reuniões também era evitado para não tornar as "discussões redundantes e cansativas", conforme ouvimos alguns membros dos conselhos comentando. E se os representantes do poder público tinham suas ocupações, os membros da sociedade civil também as tinham; portanto, considerava-se que muitas reuniões de trabalho eram inviáveis. Outras atividades, além de reuniões, tais como cursos ou capacitações, poucas vezes eram cogitadas. Também é verdade que os membros mais antigos do CMDCA, sobretudo os

representantes do poder público, tinham mais experiência com as políticas municipais, demonstrando maior resignação e uma aceitação fatalista do mau funcionamento da administração pública municipal.

Durante o ano de 2008, chegamos ao mês de agosto ainda sem ter definido o Plano de Ação dos dois conselhos; além de alguns rascunhos pouco consistentes, nada fora elaborado. Contudo, é preciso ressaltar que o CMDCA organizou e promoveu a eleição dos membros do CT e realizou um curso de capacitação para os novos conselheiros tutelares eleitos, do qual também participamos. A pauta de ação dos conselhos não era decidida pelos conselheiros, mas era ditada pelas mais diversas contingências.

Os membros do CMAS e do CMDCA não pareciam dominar os aspectos técnicos da área da Assistência Social ou da criança e do adolescente em seus níveis estadual (CONSEAS/CONDECA) e federal (CNAS/CONANDA) e não demonstravam preocupação com o que desconheciam. Também não pareciam se questionar com relação aos aspectos teórico-técnicos, jurídico-políticos e ideológico-culturais das ações governamentais sobre os objetos de trabalho do CMDCA e do CMAS. Os conselhos podem ser considerados transitórios, parecem sem passado e sem futuro e carecem de compromisso político e social de longo prazo. É provável que os membros dos conselhos dos quais participamos, por seu pouco preparo intelectual, teórico-técnico, ideológico, político e ético acabassem por se tornar "acólitos" do poder executivo municipal. Normalmente respondiam pontualmente às demandas urgentes que lhes eram encaminhadas pelas diversas instâncias da realidade cotidiana (entidades assistenciais, órgãos públicos diversos) muito mais do que criando e elaborando ativamente uma agenda própria de projetos e atividades.

Diferentemente do que propõe a orientação oficial com relação à representação do governo junto do CMDCA, verificamos que o prefeito municipal indicava apenas funcionários do segundo ou do terceiro escalão para o cargo de conselheiro municipal. Dificilmente estes poderiam trazer uma contribuição efetiva da secretaria

que representavam para o Conselho e acabavam representando a si mesmos nas deliberações, refletindo e agindo a partir do senso comum, sem considerar o contexto público, político e social municipal. Na verdade, os representantes do poder público escotomizavam a instância que representavam.

Os representantes da sociedade civil estavam claramente despreparados para o cargo de conselheiros e podiam se tornar "inocentes úteis" para as atuais políticas públicas na área da Assistência Social e na dos Direitos da Criança e do Adolescente. Muitos não possuíam formação universitária, desconheciam o funcionamento da máquina administrativa municipal, o lugar das políticas públicas sociais no contexto do capitalismo neoliberal globalizado ou as implicações éticas das ciências humanas (Psicologia, Direito, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia etc.), bem como a ampla rede social de atendimento à criança e ao adolescente, com sua numerosa documentação e legislação.

As instalações materiais (prédio, mobiliário e equipamentos) da SMAS, nas quais se localizava a sede dos conselhos municipais, eram velhas e improvisadas. As condições de funcionamento eram muito precárias: não havia sequer material de consumo (tinta para impressora, papel e cópias de xérox) à disposição dos conselheiros. Predominava uma estética da pobreza, pois o prédio era antigo, os ambientes eram feios, improvisados e pouco acolhedores, a mobília e os equipamentos eram mal conservados, e a aparência geral era desoladora. Por falta de funcionários, os arquivos e a documentação dos conselhos estavam empilhados e amontoados nos armários, sem organização. Tudo era velho e as instalações da SMAS tinham o aspecto triste dos seus usuários: elas transpiravam pobreza, feiura, improvisação e falta de investimentos. O conjunto denotava o pouco investimento econômico numa área reconhecidamente improdutiva: a da Assistência Social.

Os conselhos tentavam, em suas reuniões mensais, elaborar um Plano de Ação para o ano corrente, mas tendiam a ser "atropelados" pelas urgências do cotidiano: solicitações de análise de documentação que acompanhavam as inscrições de novas

entidades nos conselhos e as visitas de inspeção nas que solicitavam inscrição. Os conselheiros pouco conheciam a legislação específica em vigor, e isso dificultava a análise da documentação das entidades, que solicitavam sua inscrição nos conselhos, precarizando e comprometendo a qualidade dos pareceres emitidos com relação às entidades. O trabalho ficava pouco profissional e bastante improvisado.

O CMDCA e o CMAS não dispunham de uma secretaria executiva desde que haviam sido criados. Tinham apenas uma funcionária pública na função de assistente de escrita para assessorá-los e cuidar da documentação e dos arquivos. Depois de muita pressão para que o município cumprisse a legislação, o prefeito criou o cargo de secretária executiva, que passou a ser ocupado pela mesma funcionária, sendo que ela trabalhava francamente a favor dos interesses do poder público municipal. Essa funcionária procurava orientar os conselheiros de acordo com a vontade do gestor da SMAS, ocultava e manipulava informações, apresentando aos conselheiros apenas aquilo que lhe parecia pertinente; além disso, entendia que o presidente do conselho tinha autoridade sobre os demais conselheiros e também atuava como uma "superconselheira". Ela era muito gentil, apresentava-se prestativa e servidora, mas participava muito bem do jogo de poder. Considerava que os membros da sociedade civil estavam de passagem pelo conselho e que não era bom eles saberem tudo o que acontecia na área da Assistência Social do município.

No CMDCA, apenas tivemos acesso ao Regimento Interno e ao Plano de Gestão quando a conselheira-presidente, representante do poder público e auxiliar direto da Secretaria Municipal de Assistência Social deixou o cargo, e uma conselheira representante da sociedade civil assumiu como novo presidente. Só então os conselheiros puderam se apropriar um pouco mais de suas funções. Contudo, o Plano de Ação não contemplava atividades concretas – tratava-se apenas de retórica e não se procurava colocá-lo em prática, pois o conselho apenas respondia às demandas que chegavam, ocupando-se com elas.

As comissões de trabalho do CMDCA não eram ativas nem se reuniam para trabalhar de modo autônomo. Elas funcionavam minimamente quando uma entidade solicitava inscrição ou renovação; algum conselheiro levava os documentos para ler individualmente, depois dava seu parecer. A comissão de visitas então ia inspecionar essas entidades quando uma viatura oficial era disponibilizada para tanto, o que era bem difícil de se conseguir.

Lamentavelmente, a partir da experiência como conselheiro municipal, não se esperava que os conselhos municipais fossem realmente efetivos, pois suas atividades principais se resumiam a reuniões mensais ou quinzenais para discutir uma pauta de questões e promover o encaminhamento de documentação. Os conselhos geralmente tinham grandes dificuldades em colocar em prática um Plano de Ação na direção da construção dos direitos sociais dos cidadãos. Muitas vezes, eles eram criados nos municípios apenas por causa da exigência do cumprimento burocrático das determinações da legislação federal e estadual que atrelou os diversos âmbitos das políticas públicas aos diversos conselhos municipais temáticos. Mas o poder público municipal não demonstrava a menor intenção de partilhar a informação, o poder ou o dinheiro dialogando com os conselheiros, muito menos de se deixar substituir pelos conselhos quanto à definição da política municipal nos diversos setores.

Aparentemente, o que as secretarias municipais esperavam dos conselhos seria apenas um funcionamento burocrático formal e servil, sancionando a documentação oficial que devia ser expedida aos órgãos competentes, e tudo sem mais demora. Não se esperava que o conselho municipal exercesse concreta e efetivamente suas prerrogativas e atribuições legais. As secretarias municipais não manifestavam muita vontade de partilhar a gestão das políticas públicas com os conselheiros. Na verdade, algumas delas entendiam que os conselhos estavam a seu serviço e não deviam colocar obstáculos no cumprimento de seus compromissos burocráticos com as instâncias estaduais e federais, aprovando imediatamente toda e qualquer documentação que lhes fosse encaminhada. Podia ser por

isso que não enviavam cópias de documentos para todos os conselheiros nem previam tempo hábil para a análise da documentação – "tudo é para ontem" costuma ser a expressão de ordem hegemônica no serviço público. Assim, a cobrança de documentos e relatórios parecia ser aleatória e não se podia prever quando determinado relatório deveria ser encaminhado, visando antecipar sua divulgação, análise, discussão e deliberação.

Parecia não haver calendário ou previsibilidade no funcionamento das diversas áreas públicas, predominando a improvisação, o atropelo e a pressa. A finalidade dessa descoordenação calculada parecia ser evitar qualquer possibilidade de reflexão. Havia sempre pressão em cascata de uma instância (federal, estadual) para outra (municipal), que se via na urgência de apresentar relatórios, prestação de contas, enviar projetos visando captar verbas públicas de última hora etc., o que pressionava, por sua vez, o conselho, estranhando que ele perguntasse, quisesse informações, esclarecimentos e tempo para refletir e analisar a documentação. Não, tudo devia ser encarado apenas tecnicamente; a tomada de ciência era apenas "pró-forma", limitava-se ao "ouvi dizer" e a um folhear rapidamente de papéis, já que o mais importante era a assinatura que avalizava a documentação. Não era preciso pensar, analisar, nem mesmo perguntar.

Muitas vezes, conhecendo conselheiros municipais em diversos lugares, observando sua formação, qualificação e orientação política, também entendemos que teriam dificuldade em fazer tudo isso com a devida e necessária competência. Não víamos desejo de aprender a fazer um trabalho efetivo, talvez porque isso estivesse muito acima de sua disposição, de sua vontade ou de sua capacidade.

Normalmente, os técnicos das diversas secretarias municipais eram os que sabiam, pensavam e planejavam as ações e dependiam apenas da chancela do conselho municipal para expedir a papelada e colocá-las em prática. A política entendida como reflexão e luta pela conquista de direitos sociais, como esforço para validar direitos assegurados por lei e também como trabalho coletivo empenhado na criação de novos direitos era substituída por uma

perspectiva meramente técnica e formal: reproduzia-se o mesmo, sem qualquer crítica, contestação ou invenção. As diversas políticas públicas de Assistência Social, dos direitos da criança e do adolescente e da educação se reduziam a um caráter reformista modernizante, que pretendia integrar os assistidos no sistema social que aí estava, buscando apenas "capturar" os pobres e atrelá-los aos mecanismos de educação-trabalho-produção-consumo, na medida do possível, sem maiores utopias, num pragmatismo possibilista sem remédio.

A partir dessa experiência, entendemos que não bastava esperar que o poder público concedesse aos conselhos municipais o que era seu por direito, aquilo que estava assegurado na lei – a realidade não é assim e as coisas não são concedidas gratuitamente. Seria necessário lutar com estratégia e inteligência, indignando-se diante da resignação dominante que repetia incansavelmente: "não adianta, tudo sempre foi assim". O que não adiantava era dizer que "não adiantava". Muitas vezes, as entidades estavam paralisadas em sua alienação, resignação e imersas em sua precariedade estrutural, esperando que o conselho cumprisse suas funções. Quem iria despertá-las para o engajamento político na luta pela transformação social? Era preciso então recuperar os conceitos e as práticas sociais da organização coletiva, da reivindicação, da contestação, da manifestação popular pública, da denúncia, do enfrentamento, exercitando nossa capacidade de indignação, buscando construir outros sentidos e outras forças que imprimissem direções diversas para a realidade social dos pobres, dos excluídos e dos trabalhadores.

Realmente, ao chegar no CMDCA e no CMAS, éramos muito ingênuos. Pensávamos ter ingressado num grupo de pessoas capazes, altruístas, interessadas no bem comum; além disso, considerávamos todos iguais e no trabalho coletivo. Mas as coisas eram assim: os funcionários públicos constituem um grupo que não se mistura com os representantes da sociedade civil, que são passageiros. Nesse caso, não é bom que eles tenham acesso a muita informação e, sobretudo, que descubram irregularidades, falcatruas e mesmo a fragilidade e a improvisação da SMAS e da máquina pública municipal.

Os membros do CMDCA e do CMAS, representantes do poder público e outros funcionários da prefeitura municipal que trabalham com o conselho, a secretária executiva, assistentes sociais, advogados que assessoram a SMAS e também o CMAS, precisam ser considerados a partir da cultura organizacional específica do funcionalismo público municipal. Seu comportamento, seu desempenho como conselheiro é profundamente condicionado por tal cultura organizacional que predomina na máquina pública, e observamos que eles são muito sensíveis às oscilações conjunturais, que criam variações perturbadoras negativas ou que trazem mudanças mais favoráveis.

Como descrever a cultura organizacional típica da máquina pública municipal? Ela seria caracterizada por alguns aspectos comuns ao funcionalismo público em geral: é possível notar o coleguismo, o corporativismo, uma acomodação ao cargo e ao papel a desempenhar, uma complacência e uma resignação conformista diante da inoperância, da falta de agilidade, da morosidade burocrática, da falta de vontade política e do autoritarismo vertical e personalista que se observa no funcionamento da máquina administrativa municipal. Há também um clima de medo e de persecutoriedade entre os funcionários com relação aos seus superiores hierárquicos. Isso parece se intensificar extraordinariamente em ano de eleições. A regra predominante, informal e onipresente parece ser "não pense, obedeça".

Nas relações entre superiores e subordinados, é comum o despotismo, o autoritarismo ostensivo, as remoções ou remanejamentos de pessoal, que são transferências claramente rebaixadoras e humilhantes, visando inferiorizar ou castigar o indivíduo considerado como merecedor de punição. O chefe hierárquico pode ser claramente centralizador, manipulador e maquiavélico ao perseguir e pressionar seus subordinados, espalhando pânico, terror e tensão entre eles. Os que desfrutam de algum privilégio em termos salariais, tais como gratificações adicionais pelas funções desempenhadas, têm muito medo de perdê-las e ficam reféns do benefício. Muitas vezes, tais privilégios são obtidos pela demonstração de

fidelidade canina e de zelo perfeccionista no cumprimento de suas obrigações, participando do jogo burocrático tal como preconizado pela hierarquia e pela tradição institucional local.

Podemos dizer que a máquina pública funciona de modo a cumprir burocraticamente todas as exigências e formalidades legais, permanecendo mais no plano da aparência: é preciso parecer cumprir todas as disposições legais e todos os documentos, e os relatórios devem ser produzidos de modo a demonstrar isso. Mas a realidade não acompanha obrigatória e fielmente os papéis; há concessões à realidade, há maquiagem de dados, há conchavos e manipulações, de modo que a ficção predomina sobre a realidade. Podem-se amenizar tais afirmações, falando apenas em "ajustes". De qualquer modo, os documentos não apresentam quaisquer indícios da – às vezes brutal – selvageria que campeia pelos bastidores institucionais.

"Falar em dinheiro público é tabu", diz uma das regras informais da cultura organizacional municipal. Não se deve perguntar sobre orçamentos, fundos municipais, valores de convênios federais, estaduais e municipais. Tampouco é de bom tom perguntar sobre quem gastou, onde o fez, como fez e quem foi beneficiado com tais recursos. Perguntar pela eficácia, pela resolubilidade e pela qualidade do serviço está fora de questão. Buscar obter informações, perguntar, querer saber, questionar, é tornar-se perigoso para a cultura institucional que reage persecutoriamente diante daquele que pergunta. Quanto menos se conversar sobre o financiamento das políticas municipais, quanto menos se souber a respeito de verbas, gastos e prestações de contas, melhor. Não pensar, não perguntar, obedecer, cega e docilmente, é a melhor atitude para manter-se nas graças do superior imediato. A autoridade costuma evitar a formação de lideranças novas e alternativas e tende a não defender ideias programáticas, mas apenas posições de poder, preferindo adeptos fiéis a companheiros competentes; gosta de ter seguidores, de receber aplausos e elogios, mas não gosta de cobranças, de prestação de contas, de críticas e de "ingerências".

Aos poucos, as informações sobre os acontecimentos dos bastidores da SMAS chegavam de modo pessoal. Fomos informados de

que a SMAS se reuniu com o presidente do CMAS – e com os conselheiros que lhe interessavam – para articular a eleição do novo presidente do CMAS em 2009. Os dois conselheiros que estavam tumultuando e polemizando as questões financeiras da SMAS nas reuniões do conselho não podiam ser eleitos de modo algum para nenhum cargo, nem de presidente, vice ou de secretário. O secretário da SMAS, seus assessores e o presidente em fim de mandato convenceram um conselheiro representante da sociedade civil de que ele era a pessoa mais adequada para ser o novo presidente. Depois de alguma relutância, ele aceitou. O secretário da SMAS manipulou a eleição tanto do CMAS quanto do Conselho do Idoso, organizando-a de modo que fossem eleitas pessoas dóceis, pouco informadas e, portanto, facilmente manipuláveis, podendo ser conduzidas conforme a necessidade. Soubemos então que, dessa mesma forma, havia sido eleito o presidente do CMAS que estava em fim de mandato: de acordo com a vontade pessoal do secretário de plantão na época. Então aquele presidente não era um membro isento atuando no conselho. Tendo sido escolhido o candidato de sua preferência, bastava que o Secretário Municipal de Assistência Social comunicasse sua decisão para os conselheiros representantes do poder público, e tudo seria feito de modo que ela se confirmasse na reunião na qual seria eleito o novo presidente do CMAS. Isso exemplifica perfeitamente o que se denomina de "prefeiturização dos conselhos municipais".

Quanto à Conferência Municipal de Assistência Social de 2009, apenas três membros do CMAS compareceram ao evento, sendo todos representantes da sociedade civil. A fragilidade do CMAS era patente, e os gestores do poder público tomaram conta do evento sem nenhum tipo de resistência ou concorrência. As autoridades disseram as coisas de praxe no momento de abertura; o gestor da SMAS apresentou uma série de slides sobre os programas, projetos e serviços assistenciais que compõem a rede socioassistencial no município, explicitando o número de atendimentos realizados e comunicando a criação de novas unidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente, assim como de mais um CRAS.

O gestor da Secretaria Municipal da Fazenda apresentou oralmente dados sobre o orçamento público da Assistência Social: os recursos próprios alocados no Fundo Municipal de Assistência Social somariam R$ 4.262.900,00 por ano; os gastos com RH da SMAS totalizariam R$ 3.000.000,00; o município receberia por meio de convênios federais (PMAS – SUASweb) o valor de R$ 810.500,00 e por meio de convênios estaduais (PMAS – SEADS/SP) o valor de R$ 480.000,00. Ele não utilizou o projetor multimídia nem distribuiu essas informações por escrito. Tivemos que obtê-las com ele, posteriormente, por e-mail. Como entendeu que era uma solicitação do presidente do CMAS, não manifestou resistência em disponibilizar essas informações. Os participantes da conferência não se apropriaram de informação alguma, apesar da demonstração de aparente abertura do gestor municipal. Os dados apresentados oralmente tampouco foram discutidos, analisados ou problematizados.

Depois dessas apresentações, apesar de haver quatro grupos de discussão e o tempo foi muito curto, tudo foi apresentado às pressas no plenário. Os delegados foram eleitos por aclamação pública para participarem da Conferência Estadual e tiveram seus dados pessoais anotados para os encaminhamentos burocráticos. O tema da Conferência e os subtemas para discussão eram muito bons, mas tudo foi feito de modo formal e às pressas, sem tempo, sem maior preparação, e lamentavelmente se desperdiçou mais uma rica oportunidade de crescimento no campo da Assistência Social no município. É notável o grau de impermeabilidade dos atores sociais e sua resistência ao tema da politização da Assistência Social, no sentido de assumi-la como política pública de fato. Assim, podemos considerar que o evento foi mais uma conferência meramente burocrática e formal para cumprir exigências legais.

Após um evento realizado às pressas e de modo bastante improvisado, apenas foram preenchidos alguns formulários para serem encaminhados a instâncias superiores, e a realidade municipal continuou intacta, como se nada tivesse acontecido. A máquina pública municipal tem grande poder de pasteurizar os

movimentos de transformação, burocratizando, tornando tudo inócuo e sem efeito concreto. Trata-se apenas de gerir as coisas, fazendo de tudo para dar a impressão de que as coisas estão sendo feitas, mas de modo calculado para não fazer nada. Para isso, basta que a aparência seja convincente. O pior foi perceber que éramos apenas mais um "inocente útil" trabalhando para colaborar com a construção dessa encenação.

O CMDCA realizou em 2009 a "VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente", que teve como desafio colaborar na elaboração de diretrizes para uma política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente que garantisse a integralidade e consolidasse as políticas temáticas já vigentes, como as seguintes: combate à exploração sexual, erradicação do trabalho infantil, promoção do direito de meninos e de meninas à convivência familiar e comunitária. Os trabalhos da conferência, que duraram apenas quatro horas, contaram com a presença de 71 pessoas. Depois do credenciamento, com a entrega de uma pasta e do café da manhã, os trabalhos da conferência municipal foram iniciados com uma apresentação de slides com o projetor multimídia relativa ao ECA, ao CMDCA, ao CT, aos membros do judiciário da área da infância no município, bem como à rede socioassistencial e à escolar que atendem a crianças e a adolescentes no município. Em seguida, o promotor da vara da infância e da juventude realizou uma palestra com o tema: "A realidade da criança e do adolescente no município", abordando algumas questões da política de serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial para crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais e vítimas de doenças mentais e psicológicas, mas de uma perspectiva que consideramos descontextualizada e contrária à da luta antimanicomial que se desenvolve no Brasil. Abordou-se a questão do uso e de dependência de drogas de modo pouco crítico e sem maiores aprofundamentos quanto aos aspectos sociais e políticos implicados na temática; a violência escolar foi apresentada de modo tradicional e absolutamente conservador, ignorando todos os debates sobre a situação da educação

escolar brasileira oferecida para os membros das classes subalternas, culpabilizando, simplesmente, os indivíduos; a questão da cidadania também foi abordada de modo tradicional e autoritário, focalizada na obrigação do cumprimento das regras sociais pelos indivíduos, com acentos moralizantes. Tivemos a amostra de um discurso bastante conservador que permeia o pensamento do Judiciário no plano municipal quanto à criança e ao adolescente.

Podemos considerar que, dentro de suas muitas limitações, o CMDCA realizou a Conferência Municipal da melhor maneira que pode. A realidade do funcionamento do Conselho, o grau de consciência, de disponibilidade de tempo, de alinhamento político e de engajamento de cada um dos conselheiros, incluindo-se aí a conjuntura municipal, condicionam fortemente as possibilidades de atuação do CMDCA. Apesar das orientações claras e precisas emanadas do CONANDA, pensamos que essa Conferência Municipal foi mais um evento oficial promovido pelo CMDCA que cumpriu suas obrigações, mas ela não terá nenhum efeito concreto na política municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Apesar disso, os conselheiros ficaram muito alegres com o "êxito" da conferência.

Preocupado com a formação dos membros dos conselhos municipais dos quais participávamos, compilamos uma série de documentos, gravamos num CD e distribuímos aos colegas conselheiros. Tendo solicitado pessoalmente por escrito, obtivemos, junto do CONANDA, materiais e livros para formação dos conselheiros, que distribuímos para eles. Também conseguimos documentos e livros com o CNAS para que os conselheiros se capacitassem, mas nosso esforço foi inútil: os conselheiros alegaram que não poderiam ler todo aquele material, pois não dispunham de tempo para isso. Já que a SMAS não fornece material para os conselheiros, havíamos buscado tal material por conta própria, solicitando-os à Brasília. Naturalmente, não pedimos autorização para o CMAS nem informamos a secretária executiva sobre tais gestões que estávamos empreendendo. Também obtivemos, apesar da enorme resistência dos funcionários da SMAS, informações sobre o orçamento municipal

da Assistência Social e conseguimos uma senha para que os conselheiros pudessem acompanhar os convênios federais e estaduais do município, mas tudo isso foi em vão: eles não pareciam interessados nem em documentos nem em orçamentos públicos.

Soubemos depois que essas diversas ações pessoais desencadearam muita irritação nos colegas conselheiros, em técnicos da SMAS e, sobretudo, na secretária executiva do CMAS. Técnicos da SMAS e a secretária executiva se sentiram atropelados por nossas iniciativas e incursões pelos meandros da Assistência Social municipal. Certamente o narcisismo das pequenas diferenças também se manifestou, juntamente com a inveja, o ultraje, o sentimento de ser invadido, de perder o controle e a demonstração prática de incompetência profissional por parte dos ofendidos. A secretária executiva era muito centralizadora e se acostumara a manipular o presidente do CMAS, bem como os conselheiros representantes do poder público municipal no CMAS e no CMDCA. Mas as investidas e ações pessoais junto da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social e ao MDS significaram a perda de controle por parte da SMAS e da secretária executiva sobre os conselheiros, pois prescindimos de sua intermediação seletiva para termos acesso às informações necessárias de modo integral.

Infelizmente, não pudemos contar com o apoio dos colegas conselheiros do CMAS: os cinco representantes do poder público no conselho estavam subordinados aos secretários municipais e aos interesses da SMAS; eram funcionários públicos municipais, estavam imersos e reféns do coleguismo e do corporativismo do funcionalismo municipal; eram alienados, tinham pouca ou nenhuma formação crítica, tinham medo de serem perseguidos em seus ambientes de trabalho, não tinham consciência do que significa ser conselheiro municipal nem demonstravam muita preocupação com isso, assoberbados com seu trabalho na respectiva secretaria municipal e sem disposição, tempo ou implicação para seu cargo no CMAS e suas tarefas. Já quanto aos representantes da sociedade civil, três estavam alinhados com os interesses da SMAS, cooptados por meio de verbas públicas para suas entidades de origem e

não tinham autonomia crítica, tempo ou interesse em assumir tudo o que implica o CMAS. Sobravam apenas dois membros mais críticos e engajados no CMAS, mas éramos considerados pessoas polêmicas, "criadores de caso" e talvez inclusive perigosas. A estratégia que adotavam conosco era tentar nos conduzir, contornar e controlar, até que nosso mandato de conselheiro finalmente terminasse.

Tivemos informações de que funcionários da SMAS estavam preocupados e mesmo enciumados com o fato de que estávamos dando algumas palestras sobre o tema da Assistência Social. Inclusive conversaram sobre isso com o presidente do CMAS, mas ele lhes teria dito que não via problema nisso, pois não tínhamos nenhum compromisso de exclusividade com o conselho e se estávamos dando tais palestras, é porque deveríamos ter competência para tanto. Os funcionários da SMAS e a secretária executiva do CMAS resolveram "manter(-nos) ocupado com tarefas", pensando que assim conseguiriam nos envolver e fazer que parássemos de incomodar, buscando nossa cooptação por meio do trabalho. Aos poucos, descobrimos como nossa presença e nossas perguntas, às vezes absolutamente ingênuas e curiosas, produziram grande incômodo no gestor da SMAS e entre os funcionários. Vários conselheiros foram chamados pelo gestor da SMAS anterior para conversar sobre isso: ele queria saber quem éramos, por que perguntávamos tanto e por que queríamos saber de tudo. Não seríamos capazes de imaginar tamanha reação à nossa atuação como conselheiro municipal. Diziam que nunca se vira antes algum conselheiro ter essa atitude ou procurar se informar tanto. E o pessoal da SMAS era muito cioso das informações. Além disso, ouvimos dizer que muitos problemas decorriam da inveja e do medo que alguns deles tinham de perder espaço de influência.

O comportamento do poder público com relação às demandas da população costuma ser predominantemente manipulador e paternalista, sendo que a ação do CMDCA e do CMAS pode ser utilizada para promover gestores públicos de plantão. As resoluções aprovadas por instâncias superiores, relacionadas com os

conselhos, não são leis e, portanto, não obrigam o poder público municipal a efetivá-las. Inclusive leis federais são aprovadas, mas sem determinar a dotação orçamentária específica que permita sua efetivação cabal. Isso acontece com a LOAS, com o ECA e com resoluções do CONANDA. Pensamos que tais documentos legais são aprovados mais pelo seu efeito simbólico e visando a uma estratégia de manutenção da hegemonia das elites no poder. No plano político, é preciso parecer que se promove o bem para as classes subalternas e, sobretudo, é importante aparecer cuidando dos interesses dos oprimidos. Portanto, não é realmente necessário efetivar tais determinações legais, mas apenas empregá-las como retórica para adornar discursos políticos e em empreendimentos de fachada na área social, com objetivos "marketeiros" e eleitorais.

Como a lei não obriga estritamente, inclusive por falta (ou alegação de falta) de recursos financeiros, a realidade depende exclusivamente da (boa) vontade política dos que ocupam os cargos de governo, de seus colegas de confiança e dos funcionários públicos em geral. Ora, sabemos que onde não há lei e dotação orçamentária específica, há espaço para que campeie o arbítrio dos mandantes de plantão. Acrescentamos que os políticos em geral não se caracterizam por uma esmerada formação crítica e que seu nível de compromisso ético com os interesses das classes populares deixa muito a desejar. Os conselhos municipais e as políticas públicas setoriais que dependem de sua ação ficam sem sustentação legal e econômica, permanecendo numa situação crônica de fragilidade e expostos a todo tipo de manobra, de esvaziamento, de utilização manipuladora e de sucateamento.

É preciso considerar ainda que os conselhos municipais competem e concorrem com o poder público em áreas específicas das políticas públicas, desempenhando também funções complementares. Muitas vezes, os gestores municipais entendem que os conselhos representam apenas uma reorganização burocrática na administração municipal e que não implicam em mudanças ou transformações radicais nas formas de gestão da coisa pública. Naturalmente, a lógica política municipal é distinta da dos conselhos,

que buscam elaborar e executar políticas de modo programático, enquanto os gestores municipais estão premidos pelo tempo de duração do mandato e precisam produzir fatos com rapidez, para que redundem em publicidade e votos. Os conselhos são mais lentos, não estão preocupados com interesses eleitorais; os gestores, muito pelo contrário, não perdem de vista essa questão. Isso também leva ao que se pode chamar de "prefeiturização" dos conselhos.

Do lado dos conselheiros, não parece que o problema seja propriamente a ausência de informação: ela existe, é abundante e está disponível, sobretudo na internet. O que parece faltar – ou mesmo inexistir – é a necessidade de localizá-la, a falta de vontade e de capacidade para se apropriar delas e de decisão para colocá-las em prática. Um dos obstáculos enfrentados pelos conselheiros é a extrema complexidade da realidade, o que exige um esforço considerável e deliberado, além de condições de treino e de habilidades intelectuais específicas para a apropriação proveitosa de tais conhecimentos (Brasil, 2007f). Consideramos que tais saberes superam a improvisação baseada no senso comum que tende a predominar entre os conselheiros. Além de certo nível de complexidade técnica, ainda há outra dificuldade: é preciso acompanhar as mudanças, as idas e vindas das decisões e das orientações normativas das instâncias superiores (MDS, CNAS, CONSEAS, CONANDA, CONDECA etc.). Não advogamos que somente especialistas capazes de trabalho intelectual efetivo possam ser conselheiros, mas o trabalho intelectual é parte integrante e indispensável para que esse agente público possa cumprir seu papel com competência, eficácia e resolubilidade.

Impasses e desafios dos conselhos municipais no controle democrático das políticas públicas sociais

Os conselhos municipais foram criados para controlar democraticamente as políticas públicas, defender e lutar pela prática dos direitos no Brasil na década de 1980. Nesse momento histórico, havia um clima de construção democrática promovido por intensas lutas sociais no país. O tema da participação (Bordenave, 1987; Demo, 2001, 2002) e da participação política (Sampaio, 1982; Dallari, 1984; Sader, 1995; Gohn, 2001, 2005, 2008; Santos, R. B., 2008) orientavam um aprofundamento da socialização da política e também da radicalização da política no Brasil.

Se a democracia foi criada na intenção de tornar visíveis as práticas de poder, o controle democrático popular é fundamental para um governo visível. Solapando os conselhos municipais como importantes mecanismos de democracia participativa, temos, em nosso país, diversos elementos condicionadores. O advento do neoliberalismo e da globalização veio limitar o controle democrático e a tomada de decisões fundamentais para os Estados-nação; temos pouca tradição democrática na história brasileira, sendo que o que caracteriza nosso percurso histórico são ditaduras abertas, "o autoritarismo no Estado, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela, o favor" (Behring; Boschetti, 2006, p.181). Quando identificamos essas características estruturais da formação social do Estado brasileiro, entendemos o fato de a elite brasileira ser marcada pelo conservantismo sociocultural, político e social, por um mandonismo e paternalismo tradicionais, estar acostumada a utilizar a repressão policial e a dissuasão político-militar para enfrentar os interesses das classes populares, enquanto propõe "reformas" que implicam apenas em mudanças graduais e em adaptações ambíguas, polarizadas por preocupações particularistas (Ibid.).

A contrarreforma neoliberal no campo da política social no governo de Fernando Henrique Cardoso (Ibid.) veio mais uma vez

promover o desmonte do discurso e das práticas democráticas que apontavam para a construção de direitos num Estado popular. Podemos afirmar que vivemos um recrudescimento da direita, num intenso movimento de "restauração" conservadora, após a euforia participacionista dos anos 1980. Não é por acaso que, nesse contexto, emerge e faz sucesso o controvertido "terceiro setor" (Montaño, 2007).

Atualmente, verificamos que os governos, marcados pela forte tradição política conservadora brasileira, "querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que ao invés de apresentar demandas legítimas, contribua para a governabilidade" (Behring; Boschetti, 2006, p.183). Para manter sua hegemonia, podem lançar mão de todos os artifícios do jogo político (Rua, 2009): cooptação por meio do clientelismo, regulamentações ilegais, hostilização a segmentos mais críticos da sociedade civil, perseguições, sabotagens etc. Nesse sentido, os conselhos municipais veem-se, apesar da literatura e das propostas oficiais no campo das políticas públicas (Lopes; Amaral; Caldas, 2008; Rua, 2009; Assis, 2009; Brasil, 2007f), enfrentados com práticas profundamente antidemocráticas (Suguihiro, 2000; Behring; Boschetti, 2006; Anhucci, 2007; Raichelis, 2009). Esse enigma se resolve quando entendemos a natureza das políticas públicas no Estado capitalista (Höfling, 2001; Santos; Ribeiro; Gomes, 2007).

É possível afirmar que o Estado capitalista desempenha duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: *acumulação* e *legitimação*. Isso quer dizer que o Estado deve tentar manter ou criar as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital, enquanto deve, também, manter ou criar condições de harmonia social.

Essa situação explica o porquê da postura, aparentemente contraditória, do Estado capitalista, suas antinomias (Höfling, op. cit.). O Estado, mesmo tendo como objetivo assegurar a dinâmica capitalista, não pode agir abertamente a favor de uma classe e em detrimento do resto da sociedade. Em primeiro lugar, porque é a maioria da população que deve definir o poder político do Estado – o que o

obriga a atender, de alguma forma, às demandas dessa maioria, num sistema democrático representativo. Em segundo lugar, o Estado precisa justificar sua ação com os diversos grupos sociais, uma vez que eles fornecem os recursos (públicos) para o Estado realizar as ações que lhe são cobradas, sobretudo as classes menos abastadas. Por outro lado, se o Estado não defende a acumulação lucrativa, perde seu sentido de controle e coerção social, além de não possuir recursos suficientes para manter seu aparato institucional.

Com isso, a maioria das políticas do Estado tem esse aspecto, digamos complementar, pois ao mesmo tempo que mantém as condições para a expansão capitalista, trabalha na minimização dos efeitos de sua função de acumulação. A partir daí, percebe-se que, *mesmo quando as políticas são de cunho social, ou seja, voltadas para a legitimação do aparato estatal, estão a serviço do desenvolvimento capitalista* (Ibid.).

As políticas sociais, além de funcionarem como um paliativo, refreando a ação inconveniente da população excluída, em última instância favorecem financeiramente a classe dominante, porque sua execução está a cargo de empresas privadas na maioria das vezes, e seus benefícios não são distribuídos de forma justa socialmente. Na periferia capitalista, isso se tem tornado mais grave, porque o Estado tem atuado na funcionalização da pobreza, com suas políticas compensatórias e assistencialistas, e, por outro lado, servido de prestamista de última instância, pelo seu orçamento, para assegurar o processo de acumulação, sobretudo na esfera rentista (Ibid.). Trata-se, portanto, do Estado de exceção. Diante da constatação de que as políticas públicas no Estado capitalista têm funções específicas predominantemente conservadoras, entendemos que:

(1) uma perspectiva política mais engajada e militante teria como objetivo fortalecer a sociedade – sobretudo as classes subalternas e oprimidas – para intervir na democratização do Estado, ampliando a participação social na conquista e no controle das políticas públicas;

(2) é preciso trabalhar na construção de uma cidadania ativa, partindo de uma concepção mais crítica do que representam as

políticas públicas: um conjunto de ações permanentes que assegurem e ampliem direitos civis, políticos, econômicos, sociais e coletivos de todos(as), que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do Estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade civil;

(3) para tanto, algumas estratégias importantes incluem a *formação* para participar do controle social nas políticas públicas e a *promoção de mobilizações sociais cidadãs* – não como eventos pontuais, mas como processos permanentes – buscando vincular as questões conjunturais às estruturais para a luta na superação da exclusão social (Silva, 2002; Amâncio; Dowbor; Serafim, 2010);

(4) o *controle social* é um conjunto de mecanismos e de instrumentos de participação popular na gestão – formulação, planejamento, prática, gerenciamento financeiro, monitoramento e avaliação – das diversas políticas públicas e das instâncias estatais e governamentais. Trata-se da participação ativa em conselhos e fóruns de políticas públicas, nos processos orçamentários nacionais e municipais.

Evidentemente, tais concepções estavam muito longe da perspectiva dos demais conselheiros com os quais contracenávamos no âmbito das políticas públicas municipais da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Os conselhos são espaços democráticos e participativos, podendo encontrar, como estamos demonstrando, dificuldades com práticas institucionais autoritárias e concentradoras de poder, de informação e de dinheiro, no seu contato e no seu trabalho, com instâncias do poder público e com dirigentes das entidades/rede de serviços. Por isso, os conselhos municipais devem ter sempre uma função eminentemente educativa: devem formar seus conselheiros a partir das diretrizes políticas e jurídicas da área, e estes devem formar os atores do poder público e das entidades/rede de serviços.

Na atualidade, observamos que no plano discursivo e documental, a cultura organizacional no serviço público pretende adotar um modelo gerencial baseado nos conceitos de flexibilidade, desconcentração e descentralização, para combater a rigidez da

burocracia, visando reduzir custos e apostando na qualidade e na produtividade, enfatizando os resultados. Predomina a autonomia do gestor/administrador com delegação de autoridade, responsável por fixar metas e objetivos. Ele tende a utilizar mecanismos de competição administrada para gerir os funcionários públicos. O funcionário público ainda não se pensa como um cidadão de direitos que trabalha para construí-los para todos.

Mas nossa experiência mostra que ainda persistem antigos vícios na prática da administração pública, apesar do discurso inovador: o patrimonialismo, no qual o aparelho do Estado funciona como extensão do poder do soberano, implica a ausência de distinção entre o patrimônio público e o privado, além do autoritarismo, coronelismo, paternalismo, clientelismo e favoritismo, nepotismo e corrupção que tendem a acompanhar esse modelo. Tudo isso pode se disfarçar em um modelo de gestão burocrático, centralizador e hierárquico. O funcionário público, nesse cenário, seria um cidadão privilegiado, dono do seu cargo, do qual procuraria tirar todo tipo de vantagens e regalias possíveis, não se importando com o atendimento à população. Atender o povo é fazer um favor.

O modelo democrático de gestão pública que emerge da literatura é baseado na prática democrática participativa, visando construir direitos sociais do cidadão. A qualidade e a produtividade estariam a serviço da construção do bem comum (ênfase na qualidade de vida para todos), havendo, portanto, implicação ética nos efeitos da ação – o administrador teria uma autoridade delegada. As políticas públicas deveriam ser planejadas com a participação da sociedade civil em instâncias de controle social (conselhos, audiências públicas, conferências etc.). Esse modelo de gestão pública deveria ser descentralizado, com participação e organização popular, conscientização e participação política da sociedade e com o funcionamento de redes sociais. O servidor público, nesse caso, seria um cidadão de direitos que trabalharia para construir direitos para todos.

Ora, a democracia participativa ainda está em construção no Brasil – ela é frágil e enfrenta grandes desafios. Nos seus trabalhos, os conselhos municipais podem enfrentar diversos problemas, e os

conselheiros precisam estar preparados para lidar com eles. A correta informação sobre a legislação em vigor e a consciência de suas prerrogativas, de suas atribuições e de suas responsabilidades, aliadas ao conhecimento do jogo político que acontece no contexto do município, são fundamentais para a busca de soluções.

4
DESCREVENDO OS PLANOS DE TRABALHO DE QUATRO ENTIDADES ASSISTENCIAIS SOCIOEDUCATIVAS

> Na realidade, a educação constitui um todo indissociável, e não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral se por outro lado o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha de se limitar a aprender por imposição sem descobrir por si mesmo a verdade; se é passivo intelectualmente, não conseguirá ser livre moralmente. Reciprocamente, porém, se sua moral consiste exclusivamente em uma submissão à autoridade adulta, e se os únicos relacionamentos sociais que constituem a vida da classe são os que ligam cada aluno individualmente a um mestre que detém todos os poderes, ele também não conseguirá ser ativo intelectualmente (Piaget, 1974, p.69).

Seleção das entidades para as visitas de observação participante

Os dados desta pesquisa foram obtidos, inicialmente, por meio de análise documental, pois estivemos estudando os projetos das entidades assistenciais arquivados nos conselhos municipais e

procuramos identificar seus referenciais teórico-metodológicos, os aspectos administrativos e funcionais da equipe gestora, bem como a concepção política do projeto socioeducativo.

Visando a exequibilidade da pesquisa, a partir da análise documental nos arquivos dos conselhos municipais, selecionamos posteriormente uma amostra composta por duas entidades assistenciais mantidas pelo poder público municipal e duas mantidas por entidades privadas que atendem a crianças e adolescentes, classificando sua clientela como sendo composta por crianças e adolescentes considerados em "situação de risco pessoal e social". Realizamos três visitas de observação participante durante dias normais de funcionamento, obtendo, para tanto, a anuência de seus dirigentes, de acordo com critérios éticos e agendando previamente à data das visitas. No caso da entidade assistencial privada 1, realizamos mais visitas, visando participar de uma semana de formação e de planejamento anual, juntamente com os educadores sociais.

Como previmos em nosso projeto inicial, as escolas maternais, jardins de infância e creches infantis não fizeram parte do nosso campo de investigação, nem unidades da Fundação Casa (antiga Febem), portanto, as entidades assistenciais em transição para a área da educação também foram excluídas. Também não pretendíamos investigar entidades que atendem a crianças e adolescentes com deficiência física e/ou mental, tal como a APAE e congêneres, pois merecem estudos específicos. As entidades que funcionam em regime de privação de liberdade (Fundação Casa) e as que proporcionam abrigo e funcionam em regime de internato também foram excluídas, pois entendemos que elas possuem dinâmicas particulares, talvez com grande probabilidade de se organizarem de modo total e disciplinar como revelam as análises já clássicas de Goffman (1987) e de Foucault (1999). Procuramos nos ater apenas a entidades públicas e privadas que atendam a crianças e adolescentes considerados em "situação pessoal e social de risco" e que funcionam em regime aberto.

Com relação aos critérios de seleção das entidades para a etapa de observação participante, procuramos selecionar entidades que fossem antigas e bem consolidadas, que desfrutassem de prestígio e

fossem consideradas tradicionalmente como exemplares no contexto municipal. Também estava em questão a receptividade e a abertura dos dirigentes das várias entidades para acolher um pesquisador/observador estranho durante alguns dias. Não tivemos dificuldade em selecionar uma amostra. As entidades que escolhemos para o trabalho de observação se mostraram favoráveis em nos receber depois de uma visita inicial, na qual explicamos nossos objetivos, intenções, forma de trabalho e o termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado pelos responsáveis e pelo pesquisador. Parece que o fato de termos sido reconhecidos e identificados pelas entidades que visitamos como sendo membros do CMDCA e do CMAS representou um elemento a nosso favor, embora não tenhamos solicitado a permissão e autorização para o trabalho de observação participante com base exclusivamente nessas funções públicas que exercíamos.

Inicialmente, vamos descrever com detalhes os programas, projetos e serviços das entidades assistenciais selecionadas para as visitas. O material apresentado foi coletado com base na documentação contida nos arquivos do CMDCA. Em seguida, vamos relatar as visitas de observação participante nas entidades, além de reflexões e análises. O nome do município e das entidades foi omitido, visando preservar seu anonimato, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido firmado entre o pesquisador e os dirigentes das entidades. Os planos de trabalho são documentos não publicados, formados por apostilas e folhas avulsas produzidas por técnicos. Por razões de sigilo ético, não serão indicadas nas referências bibliográficas, de modo a não identificar o município e as entidades pesquisadas.

O plano de trabalho institucional da entidade assistencial pública 1

As informações do plano de trabalho original da entidade encontrado nos arquivos do CMDCA, que vigorou de 1997 a 2007, tratam de um estabelecimento público municipal que "começou a

acompanhar as crianças de rua, quantificando-as, identificando-as e orientando-as para a inserção no programa assistencial desenvolvido focalizando crianças e adolescentes" (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002, p.2). Como veremos, trata-se de um programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente que se ramifica em diversas unidades espalhadas pelo território municipal, funcionando a partir de coordenadas comuns e estabelecendo parcerias com outras entidades privadas, religiosas e inclusive empresariais.

O texto do plano de trabalho prossegue afirmando que "considerando-se a identificação dessas crianças de rua, detectou-se a vulnerabilidade das famílias e do seu meio social, priorizando o atendimento a esse segmento, prevenindo a ociosidade e riscos dela decorrentes" (loc. cit.). Dessa forma, "o objetivo da entidade é buscar alternativas que possam minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer a sua inserção no processo social" (loc. cit.). O documento diz ainda que

> as ruas centrais da cidade são ocupadas por crianças e adolescentes que nela buscam atendimento para algumas de suas necessidades básicas, tais como alimentação, lazer e higiene, entre outras. Conquanto consigam satisfazer as necessidades acima apontadas, outras tantas, embora não menos relevantes, não são atendidas, tais como carinho, afeto, segurança e escolarização, entre outras. A "sedução" do mundo moderno pode ser satisfeita, de alguma forma, na rua, uma vez que a família e a escola não as satisfazem, pois as famílias estão sem garantias mínimas de sobrevivência, com pais e mães desempregados ou subempregados, alcoólatras, famílias extensas. Por outro lado, a criança na rua garante a sobrevivência do grupo familiar (Ibid., p.2-3).

Diante desse quadro, o programa municipal se propõe a "trabalhar com a criança/ adolescente de 7 a 14 anos de ambos os sexos, em situação de rua, no sentido da construção de sua identidade, bem como de sua cidadania enquanto pessoa em desenvolvimento

que participa e influencia a sociedade" (Ibid., p.3). A entidade quer "oferecer à criança/adolescente de e na rua modelos positivos de referencial humano" (Ibid., p.5). Além disso, também quer "conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem-estar social, físico e psicológico" (Ibid., p.3). Para tanto, pretende "trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida" (loc. cit.). Os objetivos do programa municipal são:

> a) formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, oportunizando a chance de se realizarem como seres humanos; b) proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar; c) provocar impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária (loc. cit.).

O programa de atendimento de crianças/adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como suas famílias, tem as seguintes metas:

> a) assegurar a frequência da criança/adolescente no processo escolar, através de articulação sistemática junto às escolas na busca de informações, trabalho, saúde, cultura e uma melhor qualidade de vida; b) buscar, através de atividades recreativas, lúdicas, esportivas, culturais e atividades ocupacionais, estimular o interesse e a aptidão de cada criança/adolescente; c) criar várias unidades em regime aberto, com funções diferenciadas, descentralizadas e localizadas em regiões estratégicas da cidade; d) a unidade I, com capacidade de atendimento de 50 crianças/adolescentes, terá como função a recepção, adaptação e triagem para o encaminhamento para as demais unidades; e) a unidade II tem capacidade

> para atender 290 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; f) a unidade III, IV e V tem capacidade para atender 110 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; a unidade VI tem capacidade para atender 200 usuários, sendo 150 no nível profissionalizante e 50 para atendimento de crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade. As unidades II, III e VI funcionam em parceria com instituições particulares (Ibid., p.4-5).

Seus recursos humanos compõem a seguinte equipe técnica: 6 assistentes sociais, 4 psicólogas, 1 coordenadora pedagógica, 1 fonoaudióloga, 2 educadoras de rua, 9 educadores sociais, 2 professores de Educação Física, 1 professora de Dança, 2 maestros (coral e fanfarra) e 10 voluntários (Ibid.). Essa equipe de profissionais trabalha alguns dias da semana em cada uma das unidades de atendimento. As etapas do trabalho previstas são:

> a) abordagem de rua: com a abordagem da equipe de rua, dar oportunidade para que as crianças conheçam pessoas positivas, diferentes das que elas estão acostumadas a encontrar, e oportunizar momentos diferentes daqueles que elas conhecem. Através da intervenção, começar a transição de um passado de rua para a cidadania. Para isso é importante a criação de vínculo e confiabilidade do educador com a criança/adolescente, o desenvolvimento de atividades socioeducativas e o suprimento de algumas necessidades básicas; b) inserção na entidade assistencial: meninos e meninas têm o "direito de ser criança", ou seja: brincar, estudar, desenvolver atividades esportivas e culturais. Através da equipe técnica a criança/adolescente será atendida priorizando as necessidades imediatas: nutricional, psicológica, familiar, social ou encaminhada a recursos existentes na comunidade; c) com o trabalho socioeducativo, promover seu desenvolvimento integral, estimular a aquisição de hábitos saudáveis, cultivar as relações interpessoais, o desempenho de papéis e a consciência de seus direitos e deveres como cidadãos atuantes na comunidade (Ibid., p.7).

As atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho socioeducativo são:

> a) apoio e reforço das tarefas escolares; b) recreação e jogos, com o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e recreativas como forma de canalização da energia para atividades positivas e estimulação da vida em sociedade através do desenvolvimento de equipes; c) dança, desenvolvendo a coordenação motora, noção corporal e espacial, visando a integração da criança com a sociedade; d) coral/fanfarra, trabalhando a transmissão de sentimentos para o papel durante uma música, procurando estimular a expressão oral, a linguagem, a cultura, o gosto pelas artes, a impostação de voz, a autoestima e a desenvoltura em público através de apresentações; e) artesanato, estimulando a criatividade, a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos; f) culinária, fazer com que as crianças/adolescentes tenham noções de higiene, seleção e preparação dos alimentos que possam ser utilizados no seu dia a dia; g) brinquedoteca, coloca-se como um importante mecanismo de caráter educativo (responsabilidade, respeito, iniciação à vida coletiva e social), político (democratização do acesso ao brinquedo às crianças pobres), pedagógico (uso do brinquedo como auxiliador no processo de ensino-aprendizagem), científico (fonte de pesquisa sobre o comportamento da criança propiciada na interação desta com o brinquedo), cultural (meio de estabelecer relações com o mundo das artes, literatura, criação etc.) e lúdico (oportuniza o espaço de brincar, desarticulando o brinquedo de seu valor monetário, onde a criança irá usufruir sem o sentimento de posse, além do que irá ter a oportunidade de experimentar antes de comprar; h) formação bíblica, são trabalhadas histórias bíblicas através de músicas, jogos e brincadeiras que levam à compreensão das referidas passagens, conhecimento de Deus, sem ligação com doutrinas, priorizando o respeito com o semelhante; i) higienização e saúde, desenvolver hábitos sadios de higiene e saúde através de banhos diários, escovação de dentes

> após as refeições, corte de unhas e de cabelos. Preleções abordando temas como sexualidade, drogas e alimentação adequada. Diariamente os educadores sociais acompanham as crianças/adolescentes nas refeições, aproveitando esse horário para passar noções de comportamento à mesa, uso adequado de talheres e copos, evidenciando a importância de cada alimento (verduras, frutas, legumes etc.) (Ibid., p.7-8).

Atendimentos por profissionais de diversas áreas também estão previstos e serão disponibilizados para crianças e adolescentes usuários dos serviços assistenciais da entidade:

> Psicologia: através de atendimentos individuais e/ou grupais, favorecer a socialização dos participantes da entidade, atender as crianças/adolescentes encaminhados pela equipe da unidade, promover a integração da equipe multiprofissional, encaminhar a criança/adolescente para avaliação em outra instituição, caso seja necessário, orientar as famílias quanto aos acompanhamentos das crianças e adolescentes.
> Fonoaudiologia: a oficina de leitura e escrita tem como objetivo estimular e desenvolver a relação escritor-leitor nas crianças que apresentam dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita. A terapia fonoaudiológica promove a estimulação da percepção visual, auditiva e da fala.
> Médico: acompanhamento através de consultas, encaminhamentos quando necessário e tratamento, visando sempre à saúde de cada um.
> Dentista: prevenir a incidência de cárie, problemas periodontais, placa dental e outros, através de procedimentos favoráveis a uma boa higienização bucal. Encaminhar os pacientes para tratamentos mais especializados quando necessário, aos ambulatórios odontológicos de atendimento gratuito, orientar os pacientes assim como seus educadores e familiares.
> Assistente social: atendimento e entrevista individual dos pais e/ou responsáveis (procura de vagas, orientação sobre aconteci-

> mentos surgidos com as crianças e adolescentes que frequentam o programa da entidade), atendimento individual e/ou grupal de crianças e adolescentes (fixação de condutas desejáveis socialmente através de diálogo, mímica e jogos), reuniões periódicas de orientação aos pais, reuniões periódicas com a equipe de apoio para discutir o andamento da unidade, linha de ação e interação do grupo e/ou em caráter extraordinário, contato permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, visitas domiciliares (Ibid., p.9-10).

O programa desenvolvido pela entidade visando ao "controle da qualidade do atendimento" será monitorado e avaliado pelas seguintes atividades:

> Reuniões periódicas com a equipe de trabalho, incluindo a equipe de rua, avaliação do trabalho realizado na rua, redução do número de crianças e adolescentes na rua, aumentar os encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de rua para o programa da entidade ou para os recursos da comunidade, aumentar o índice de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental, diminuir os índices de evasão escolar e repetência, aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e programas de complementação da renda familiar, aumentar a frequência das crianças e adolescentes nos programas e serviços oferecidos pela entidade, mensuração do grau de satisfação das crianças, adolescentes e famílias por meio de depoimentos e entrevistas (Ibid., p.11).

Algumas observações sobre o plano de trabalho institucional original das entidades assistenciais públicas

Gostaríamos de destacar alguns aspectos do plano de trabalho dessas unidades públicas de Assistência Social à criança e ao adolescente colocados em prática no município. Vamos retomar ideias e pinçar conceitos que, por hipótese, remeteriam o sentido dessa ação assistencial a um universo semântico bastante específico. Procuramos deduzir, a partir do que consta no plano de trabalho, a orientação política e pedagógica que predominaria nesses dispositivos sociais.

Embora o projeto de trabalho dessas entidades públicas de atendimento se inicie aludindo ao ECA e aos Direitos Humanos, afirmando que "toda criança, inclusive a de rua, deve ter sua integridade física e moral preservadas por toda sociedade" (Ibid., p.1), e ainda procurando traçar um breve diagnóstico da situação das crianças e adolescentes pobres da cidade (expostos à mendicância e à exploração pelo tráfico de drogas), sua proposta de intervenção se concentra na busca de "prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes" (Ibid., p.1).

O autor do texto institucional, de modo ingênuo e empírico, reconhece a "vulnerabilidade das famílias e do seu meio social", afirma que "os pais induzem as crianças para a mendicância, visando seu próprio sustento", apresenta a ociosidade das crianças, perambulando pelas ruas, faróis e praças, "esmolando em portas de restaurantes e bares, inclusive praticando pequenos furtos", e seu programa consiste em "minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer sua inserção no processo social" (Ibid., p.1-2). Qual é a perspectiva teórica que estaria embasando esse diagnóstico social e permitindo a formulação de uma intervenção específica para buscar seu equacionamento?

Podemos notar nesse documento um deslizamento do discurso, que passa do plano dos direitos de crianças e adolescentes para uma perspectiva social muito tradicional, própria do que se

pode denominar como "teoria da marginalidade". De acordo com ela, as carências e injustiças sociais na sociedade seriam solucionadas e superadas por meio da participação organizada dos marginalizados, num processo que visaria a sua integração no tecido social. O conceito de marginalização indicaria a existência de indivíduos que estão à margem da vida social e são, portanto, "carentes", e que a superação dessa condição viria por meio de sua integração ao sistema social vigente.

Ora, quando operamos com um instrumento analítico dialético e crítico, a partir do conceito de *classe social*,[1] podemos entender que a pobreza de grandes massas humanas é produzida pela situação de exploração e opressão que o capitalismo exerce sobre os setores populares. Longe de manter esses grupos humanos "fora do sistema", o capitalismo procurou manter imensos "exércitos de reserva de mão de obra" no desemprego estrutural, base de manutenção do próprio sistema. Inclusive, o capital é capaz de, astutamente, extrair expressivos dividendos econômicos e políticos dessas massas espoliadas, pauperizadas, excluídas da educação formal e sujeitas a manipulações de toda ordem, enquanto maneja as contradições do mercado de trabalho. Atualmente, o capitalismo financeiro nem se interessa mais por um "exército de reserva de mão de obra" e condena milhões de seres humanos ao desemprego absoluto e permanente.

As ideias de "desenvolvimento comunitário", de "promoção social", de "participação e organização popular", de "integração social" típicas do discurso oficial remetem claramente a uma perspectiva

1. De acordo com Lênin (apud Lakatos, 1990, p.250), "as classes sociais são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pelo lugar ocupado por elas num sistema historicamente determinado de produção social, por sua relação (na maioria dos casos fixada e formulada em lei) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, por consequência, pelas dimensões e métodos de adquirir a parcela da riqueza social de que disponham. As classes são grupos de pessoas onde uma pode se apropriar do trabalho de outra, devido aos lugares diferentes que ocupam num sistema definido de economia social."

social conservadora e tradicional que desconhece e nega a existência da sociedade capitalista como sendo dividida em classes sociais antagônicas e em conflito. No plano sociológico, a "teoria da marginalidade" remete a uma visão funcionalista e idealista da sociedade.

Nesse sentido, os homens, as crianças e adolescentes são indivíduos isolados do contexto social, "da sociedade", "das pessoas de bem", "dos trabalhadores", "dos cidadãos" e estariam em situação de "exclusão social", de "risco pessoal e social" e de "vulnerabilidade social". Mas o que produz a exclusão de tais indivíduos? O que os vulnerabiliza e os põem em "situações de risco"? Qual seria a causa da pobreza dos pobres? Pensamos que os pobres são os empobrecidos pela dinâmica capitalista, que seria a produtora histórica das condições de exploração, dominação e subordinação que os eufemismos, tais como "exclusão social", "risco pessoal e social" e "vulnerabilidade social" procuram encobrir sem muito sucesso.

Sem nenhum tipo de análise social explícita, o plano de trabalho da SMAS (2002) continua descrevendo e caracterizando a difícil situação em que se encontram as crianças e adolescentes pobres do município. Situações de pobreza e suas mazelas são elencadas sem qualquer tipo de questionamento quanto à sua origem e produção. O que a "boa sociedade" e o "poder público" fazem diante dessas constatações? Nem de longe problematizam sua própria implicação na produção dessa "des-ordem institucionalizada", mas propõem a terapêutica dos remédios paliativos, visando "minimizar" tais problemas:

> Trabalhar com a criança/adolescente de e na rua no sentido de construção de sua identidade, bem como de sua cidadania enquanto pessoa em desenvolvimento que participa e influencia na sociedade. Oferecer à criança/adolescente de e na rua modelos positivos de referencial humano. Conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem bem-estar, físico e psicológico. Trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida (Ibid., p.3).

É evidente a despolitização do problema social, da pobreza e da situação dos empobrecidos. Diante das diversas "carências" verificadas, os remédios apontados podem ser localizados no plano psicológico (interioridade psíquica, personalidade, identidade), no plano educativo (exemplo edificante de modelos positivos de identificação) e no plano moral (centrado na transmissão de valores e na modelação de "comportamentos morais"), visando obter dos usuários a obediência às regras sociais de uma sociedade que lhes nega seus direitos fundamentais. O objetivo é então proposto como o velho sonho da *educação integral*: "formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania", subentendendo que o cidadão é o indivíduo escolarizado, trabalhador, produtor e consumidor, plenamente "integrado" à "boa sociedade".

Para tanto, seria preciso criar um espaço social protetor que permitisse "afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida". Na entidade assistencial, é preciso "proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar". A escola seria considerada uma importante agência de socialização e de ensino, mas como não está obtendo sucesso com essa clientela difícil, a entidade assistencial vem secundá-la em seus esforços educacionais, no período inverso. A entidade também pretende "provocar um impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária". Talvez se pense que a educação – enquanto instância autônoma e incondicionada – possa redimir os diversos problemas sociais indicados, considerando que ela estaria desvinculada da produção coletiva da vida social. Teríamos aí uma visão ingênua e não crítica do lugar – em grande medida condicionado e determinado – da educação na sociedade capitalista.

A intervenção junto da família dessas crianças e adolescentes é frisada constantemente: o atendimento psicológico tem como uma de suas finalidades "orientar as famílias quanto aos

acompanhamentos das crianças e adolescentes"; a assistente social deve realizar "reuniões periódicas de orientação aos pais, bem como fazer visitas domiciliares". O programa assistencial visa "aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e em programas de complementação da renda familiar; também pretende "ampliar a compreensão da família a respeito de sua responsabilidade frente à criança e adolescente, enquanto primeira instância social, no processo de organização da comunidade". Diz-se ainda que "a família deverá receber visitas regulares de profissionais envolvidos, para atuação nos problemas familiares que geralmente motivam a criança a sair de casa. Aqui o trabalho também envolve doação de cestas básicas, habilitação para o mercado de trabalho, encaminhamento, orientação e integração no projeto de enfrentamento da pobreza". Além disso, "o programa busca de início um pacto com a família, na colaboração do processo de desenvolvimento de seus filhos, preparando-os para o mercado de trabalho" (Ibid., p.4). Podemos dizer que as famílias, portanto, seriam monitoradas, orientadas, auxiliadas, cooptadas e também policiadas por intervenções dos agentes sociais do programa municipal.

Não é difícil notar que tanto o senso comum quanto os técnicos responsáveis pela formulação de políticas sociais e pela organização de serviços apresentam uma concepção reacionária relativa à família, vendo-a a partir de categorias valorativas tradicionais: as famílias são capazes ou incapazes, doentes ou sadias, normais ou anormais, "desestruturadas" ou estruturadas. Na concepção funcionalista e sistêmica de família, à mulher é designada a responsabilidade "natural" de cuidar e educar os filhos, característica que permite seu julgamento moral. O pai representaria a figura de autoridade e provedor do lar. Essa abordagem transclassista ocupa-se apenas com a questão da distribuição territorial das famílias consideradas em "situação de vulnerabilidade".

Se o objetivo é "prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes", passa-se rapidamente para a ação corretiva: procura-se atrelar os adolescentes pobres ao mercado de trabalho, numa

tentativa de "iniciação pré-profissional". O senso comum considera que os pobres e seus filhos vivem ociosos, sem ocupação, o que leva aos vícios: preguiça, desordem, imoralidade, mas não se percebe que a causa da ociosidade dos pobres está na privação dos seus direitos, pois enquanto cidadãos, eles são lesados e violentamente excluídos dos direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, ao lazer, à formação profissional, ao trabalho, ao futuro e, no limite, da própria vida. O pensamento liberal autoritário e tradicional considera que a "ociosidade é a mãe de todos os vícios" e que o "trabalho enobrece e dignifica o homem". Então o remédio para a pobreza e para os problemas sociais estaria na profissionalização, na *educação para o trabalho* e de preferência na *educação pelo trabalho*, que ensinaria ao mesmo tempo a ordem, a disciplina, e que pela remuneração e pela aprendizagem do esforço em poupar, autonomizariam o indivíduo, reduzindo-o assim ao único responsável pela própria condição social. Se a perspectiva é essa, então se entende que "a prioridade é investir em uma formação que permita ao adolescente de família de baixa renda disputar espaço no mercado de trabalho" (Ibid., p.4).

O programa municipal explicita que as crianças de 7 a 12 anos têm "o direito de ser crianças", podendo brincar, estudar e desenvolver atividades esportivas e culturais. Os adolescentes de 12 a 14 anos "são orientados sobre temas relacionados a essa fase de suas vidas, além de contribuir para que o jovem compreenda a importância do trabalho e seus benefícios". Com essas orientações, os adolescentes seriam inseridos num "trabalho de capacitação profissional conforme aptidão, incluindo visitas a locais de trabalho (empresas conveniadas) para a escolha segura das atividades que se desejam desenvolver" (Ibid., p.5).

Na fase pré-profissionalizante, destinada aos jovens de 14 a 18 anos incompletos, "a prioridade é investir em uma qualificação que permita ao adolescente disputar espaço no mercado de trabalho. Despertar vocações, desenvolver habilidades culturais e profissionais". Nessa etapa, os jovens "devem participar de atividades que possibilitem a capacitação e qualificação profissional em várias áreas:

artesanato; auxiliar de limpeza/arrumadeira, na área de hospedagem e turismo; técnicas básicas de cozinha; eletricista – reparos e manutenção; marcenaria; técnicas básicas para garçom" (Ibid., p.5).

Os adolescentes também seriam profissionalizados por meio dos seguintes cursos: "mecânica de moto; mecânica de auto; ajustador mecânico; tornearia; garçom e garçonete; jardinagem; computação; *babysitter*" (Ibid., p.5). O programa municipal indica que "com aptidão e idade suficiente para trabalhar, o adolescente será encaminhado para o mercado de trabalho enquanto continua a estudar. Contudo, a assistência e o acompanhamento continuam. Com trabalho, estudo, ambiente familiar trabalhando o desempenho e bons comportamentos, o adolescente será um novo cidadão" (Ibid., p.5).

É interessante notar que inclusive atividades de artesanato são instrumentalizadas visando "estimular a criatividade a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos". (Ibid., p.5). A capacitação profissional seria oferecida conforme "a aptidão" do adolescente, mas também se indica que os cursos são "pré-profissionalizantes" e que sua oferta também varia de acordo "com a demanda do mercado". Não se cogita, por exemplo, que esses adolescentes possam aspirar a uma formação universitária. É interessante notar também que os cursos oferecidos são "pseudoprofissionais" e não competem com os cursos profissionalizantes das faculdades privadas e públicas locais. Uma formação profissional precária somente pode preparar indivíduos para ocupações desvalorizadas e subalternas, mantendo-os na sua classe social de origem.

Um analisador do Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente

No dia 20 de outubro de 2008, houve um evento no auditório da prefeitura municipal, no qual a secretária municipal da Assistência Social divulgou o resultado de uma pesquisa realizada com o

Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, que foi criado e é mantido e desenvolvido pelo poder público municipal. De acordo com as informações oficiais disponíveis, esse programa social contava, na época, com oito unidades, em pontos estratégicos do município, atendendo 1.200 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes oportunidades de aprendizagem essenciais nas áreas educativa, sociopolítica, de lazer, saúde e esporte. "Visava à formação das crianças e dos seus familiares para proporcionar uma condição de cidadão autônomo, participativo e crítico, capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade" (Ibid., p.8). As diversas unidades funcionam em regime aberto das 8h00 às 17h00, em período alternado ao da escola.

Estivemos assistindo à apresentação de divulgação da pesquisa, que contou com a presença de diversas autoridades municipais. Pudemos assistir a uma apresentação com o projetor multimídia relativa aos dados coletados, tratados e apresentados em tabelas, bem como sua interpretação pelos pesquisadores responsáveis. Encontramos no site da prefeitura um relato sobre o evento que resume os dados e resultados alcançados pela pesquisa:

> **Assistência Social apresenta pesquisa sobre Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente (28/10/2008)**
>
> O Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente cumpre a sua missão em defender os interesses dos jovens em risco social, promovendo ações de atendimento nas áreas de esporte, lazer, recreação, cultura e educação [...]. Esta é uma das conclusões da pesquisa feita para avaliar o desempenho do programa e que foi apresentada para técnicos e secretários municipais ontem pela manhã, no auditório da Prefeitura. A pesquisa foi feita entre 5 e 13 de maio pelos alunos de Serviço Social da Universidade local, sob a coordenação da Drª. M. E. B. F., a convite da Secretaria Municipal de Assistência Social. A tabulação dos dados foi realizada entre maio e julho. "Tivemos a parceria da Unimar

para ter a isenção sobre os dados da pesquisa e dar uma resposta para a população sobre a Assistência Social, que é uma política pública", diz a secretária municipal da pasta. O levantamento – que identificou o perfil dos assistidos e de seus familiares e perfez o diagnóstico social – ouviu 539 jovens (287 do sexo feminino e 252 do masculino) de 10 a 17 anos e 11 meses, das unidades 2 a 8 do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente. No período que foi feita a pesquisa, o programa atendia 1.300 crianças e adolescentes.

A pesquisa: no universo pesquisado predominou jovens na faixa etária de 10 a 14 anos, num período de inclusão no programa menor de dois anos e que a mãe é tida como a principal responsável pelo sustento da família. A figura do pai é desconhecida por 20,03% dos filhos, e os avós aparecem em 13,72% como os responsáveis pela manutenção da casa. As crianças e adolescentes na sua maioria moram em casa própria, de alvenaria, possuindo rede de água, luz e esgoto. Na maioria das ruas tem calçamento, asfalto, iluminação pública, coleta de lixo e linha de ônibus. A renda familiar é de até dois salários mínimos, sendo que os responsáveis têm atividades primárias como profissão. As mães se destacam com atividades domésticas. Apenas 57,51% dos pais são registrados em seu trabalho. A totalidade das famílias é atendida por programas assistenciais, predominando o Bolsa Família, que é do governo federal e administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A maioria das famílias é constituída entre quatro e sete pessoas. A maior parte dos pesquisados tem de um a três irmãos. A faixa etária de maior índice na família foi acima de 22 anos. A pesquisa revela que a maior parte dos entrevistados estudava na 4ª 5ª e 7ª séries. Os principais motivos para a aplicação nos estudos é porque eles têm expectativa de um futuro melhor, ter uma profissão e um bom emprego. Um dado interessante apontado na pesquisa é que a preferência dos entrevistados na escola é por matemática, língua portuguesa e educação física. Indica também que eles não gostam de brigas, desrespeito e bagunça em sala de aula. Ainda sobre escolaridade, foi constatado que 109

pessoas da família são analfabetas, sendo os avós os mais citados. A escolaridade dos pais fica entre a 4ª, 5ª e 8ª série do ensino fundamental. Quatro casos apresentaram que pai ou mãe cursaram até o ensino superior. As atividades esportivas são as mais apreciadas pelos assistidos, principalmente o futebol e as brincadeiras em geral. Os entrevistados indicam que gostariam de mais aulas de informática, mais computadores, aulas de natação, dança, curso de violão e profissionalizantes. Nos momentos de folga, os jovens entrevistados gostam de assistir TV e DVD, brincar com amigos, jogar bola na rua, passear e ouvir música. A maioria sai para se divertir com os amigos da unidade devido à proximidade de onde moram e afinidades. A pesquisa também revelou que os participantes, assim como seus familiares, notaram após a sua inclusão no programa, que sentiram melhora no comportamento dos assistidos: deixaram a rua, aprenderam a respeitar pessoas e ficaram mais educados. Por fim, o relatório indica que o Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente atende plenamente as expectativas dos jovens e familiares, pois além de oferecer oportunidade de crescimento e segurança social, educacional, psicológico e comportamental, oferece uma alimentação nutritiva e com qualidade. Salienta-se ainda no relatório que os jovens assistidos nas unidades têm desenvolvimento social, com formação de opinião crítica e capacidade em tornar-se um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, bem como a formação profissional adequada para o enfrentamento do mercado de trabalho. Resultados: a secretária municipal da Assistência Social comenta que está feliz com o trabalho realizado pelo programa e mostra que a administração municipal tem trabalhado efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Ela ressaltou a equipe com que trabalha: "É claro que outros projetos que implementamos visa incrementar o que já está sendo feito, como o Centro Profissionalizante, que veio atender a demanda dos que eram assistidos pelo Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, mas que precisam ingressar no mercado de trabalho", diz. A secretária pretende ter uma audiência

> com o prefeito, expor a pesquisa e indicar as possibilidades de melhoria de atendimento do programa. "A pesquisa nos trouxe algumas coisas que são pedidas e que podemos fazer com o devido planejamento", afirma a secretária. É um programa municipal que assiste a crianças e adolescentes com risco social, oriundas de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos (R$ 830,00). São oferecidas atividades de educação, cultura, cidadania e lazer. Os assistidos participam do programa no período inverso ao escolar. O município conta hoje com oito unidades.
> Continuidade: a pró-reitora de Ação Comunitária da Unimar, Profª M. B. B. M. T., agradeceu a iniciativa da secretária em realizar a pesquisa. "É por meio destes trabalhos que também formamos melhor os nossos alunos, damos prática", comenta. Ela colocou à disposição o curso de Serviço Social para mais pesquisas de campo. "A gente sabe que é necessário dar continuidade ao trabalho e, quem sabe daqui a dois, três anos, seja preciso fazer novamente uma pesquisa para saber as condições de assistência do programa. Temos muito interesse em realizá-la e dar apoio", finaliza.

A pesquisa era muito interessante e apresentava dados relativos ao perfil dos usuários da entidade assistencial pública e de seus familiares. Mas também era interessante por suas lacunas: ela não abordava nenhum aspecto relativo à proposta pedagógica e institucional que permeava o programa: os funcionários não foram pesquisados, nem aspectos relacionados aos investimentos financeiros ou aos efeitos do trabalho assistencial. Com a pesquisa divulgada, não fomos informados sobre o total de crianças e de adolescentes pertencentes às classes exploradas existentes na cidade, mas apenas que o programa atendia 1.300 usuários. Quanto custava esse programa para o município? Quantos funcionários compunham as equipes de trabalho nas diversas unidades do programa? Quais eram os objetivos, metodologias, quais as teorias sociológicas, pedagógicas, assistenciais, psicológicas e "socioeducativas" que fundamentavam o programa? Como era a relação

entre os funcionários e os usuários e seus familiares? E entre os próprios funcionários? E do conjunto deles com a SMAS?

Do texto impresso disponibilizado durante a apresentação pela secretária municipal da Assistência Social, intitulado "Pesquisa realizada junto ao Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente – 2008", gostaríamos de destacar alguns aspectos que parecem interessantes. Logo na introdução do documento encontra-se o seguinte:

> Esses jovens nos apontam os acertos do programa, nos indicam que os rumos tomados têm conseguido alcançar transformações profundas que vão além da rotina regrada e distante das ruas. Representam uma substituição de valores que têm levado à construção de personalidade com novos parâmetros de vida, que respeitam o próximo, que se empenham e motivam por bons objetivos, que buscam estar inseridas em grupos sadios de convivência, que sentem prazer em aprender, em se aprimorar e, acima de tudo, que passam a ter esperança e autoestima (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2008, p.4).

Nota-se que os efeitos institucionais do programa seriam da ordem da Psicologia, pois foram tematizadas questões relativas a transformações operadas na "personalidade" das crianças e dos adolescentes, de modificações em seus valores e do desenvolvimento de novas formas de conduta. O programa parece promover efeitos correcionais, corretivos e psíquicos nos seus usuários. Mas a pesquisa não informava com clareza quais eram os procedimentos empregados para produzir tais resultados, embora possamos identificar algumas das atividades oferecidas aos usuários: esporte, banda, coral e teatro, artes em geral, capoeira, aula de informática, reforço escolar etc.

A partir da pergunta a respeito da opinião das crianças e dos adolescentes sobre o que realmente significava para elas participar desse programa, os tabuladores das respostas obtidas deduziram o seguinte:

> Analisando todas as colocações pode-se deduzir que os jovens realmente compreenderam o significado da proposta do Programa Social. Primeiramente citam ter deixado a vida na rua; buscaram mais aprendizado; veem a unidade como sua segunda casa; fizeram novas amizades; recebem educação e coisas boas; dando-lhes segurança para o futuro e melhor qualidade de vida. Outras particularidades são o aprendizado de respeito às pessoas; local de muito amor, felicidade, melhorando sua autoestima, tirando-os das drogas e mau caminho. Os pais/mães constataram ter ocorrido mudanças nos seus filhos, após seu ingresso no programa, [...] podendo constatar mudanças de comportamento; desempenho escolar; responsabilidade; felicidade; autoestima e disciplina (Ibid., p.33-34).

Novamente podemos constatar os efeitos psicológicos, corretivos e preventivos do trabalho socioeducativo desenvolvido pelo programa, revelando uma perspectiva nitidamente patologizante das crianças e adolescentes pertencentes às classes populares. Nas conclusões do documento encontramos o seguinte:

> A proposta do programa municipal para crianças e adolescentes atende plenamente as expectativas dos jovens e familiares, pois além de oferecer oportunidade de crescimento e segurança social, educacional, psicológico e comportamental, oferece uma alimentação nutritiva e com qualidade. O tempo em que as crianças/adolescentes permanecem na unidade contribui para o seu desenvolvimento social, com formação de opinião crítica e capacidade em tornar-se um cidadão conhecedor dos seus direitos e deveres, bem como a formação profissional adequada para o enfrentamento do mercado de trabalho. Assim, a missão das entidades públicas do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente em defender os interesses dos jovens em risco social, promovendo ações de atendimento nas áreas de esportes, lazer, recreação, cultura e educação está sendo plenamente atendida, garantindo aos mesmos melhor qualidade de vida. O programa ana-

> lisado contemplou um trabalho de atendimento à população local, otimizando práticas diversas, exercitando os direitos de cidadão e oferecendo aos familiares acesso a programas assistenciais para minimizar os problemas de desigualdades sociais vivenciados no cotidiano (Ibid., p.35-36).

Agora os efeitos psicológicos e pedagógicos do programa se explicitam, além de aparecer ressaltada a dimensão de cidadania, entendida como "conhecimento de direitos e de deveres" e como profissionalização. Esse programa, quando muito, "minimiza" os problemas advindos das desigualdades sociais, mas não tem ambição transformadora. Suspeitamos que ele tende mais a promover um conformismo obediente e submisso nas crianças e adolescentes, promovendo-as para inseri-las na vida social e no mercado de trabalho, do que desenvolver sua cidadania por meio da formação da consciência crítica e de uma atitude de luta e de reivindicação dos seus direitos, por meio da organização popular.

Outra pesquisa sobre o programa público de atendimento à criança e ao adolescente realizada no mesmo município pesquisado

Justo (2003) realizou uma pesquisa de doutorado no ano de 2001, na qual investigou a política de Assistência Social à infância no mesmo município no qual fizemos nossa investigação, visando conhecer a situação das crianças e adolescentes de rua, realizando um trabalho de campo numa das entidades públicas que executam o programa municipal de atendimento a crianças e adolescentes. Coincidindo com nossas percepções, a pesquisadora afirma que:

> Muitas vezes os programas de atendimento a essas crianças e adolescentes limitam-se a prover alimentação, oferecer atividades de reforço escolar e, quando muito, oferecem algumas de caráter pro-

> fissionalizante, mas sem auscultar devidamente suas aspirações. Além disso, as famílias não são atendidas no que mais precisam: políticas de geração de empregos. Ao contrário, ainda subsiste o uso político da doação de cestas básicas àquelas mais necessitadas, embora esse assistencialismo já tenha sido alvo de inúmeras críticas e questionamentos (p.26).

A autora constrói um interessante percurso teórico, descrevendo um olhar histórico sobre a infância e a assistência à criança e ao adolescente, lançando mão de uma rica revisão da literatura, recorrendo a autores clássicos nessa temática e problematizando a difícil e ainda não realizada passagem da *criança menorizada e criminalizada* para a *criança sujeito de direitos* na sociedade brasileira, no âmbito da Assistência Social. A partir de textos freudianos, kleinianos, de trabalhos de Joel Birman, Jurandir Freire Costa e Contardo Calligaris, entre outros, discute ainda o importante tema da violência que permeia a vida das crianças e adolescentes de rua e suas famílias, os efeitos nefastos do processo de globalização, que violentam e negam a infância na realidade brasileira, demonstrando que a globalização, além do processo de exclusão social, também incide na produção de subjetividade e socialidade contemporâneas, negando a infância para as crianças e obrigando-as a "trabalhar" de alguma forma para sobreviver (Ibid.). Justo tece importantes considerações sobre como a violência da sociedade narcisista afeta crianças e adolescentes, impondo a exigência do consumo e do exibicionismo, além de discutir a questão fundamental das relações dessas crianças e adolescentes com a instituição escolar. Depois de apresentar as mazelas da escola pública no Brasil e de suas relações autoritárias com a clientela vinda das classes populares, recolhendo a percepção desses alunos com relação a essa escola, ela concluiu que:

> Para muitos adolescentes de famílias pobres, o sonho de uma vida melhor acabou, não é mais crível que os esforços para manter uma vida idônea, trabalho honesto e afinco nos estudos se tradu-

> zirão em melhoria da qualidade de vida, bom emprego e salário digno (p.136).

Vale destacar também algumas observações perspicazes de Justo relativas à trama institucional do atendimento à criança e ao adolescente no município:

> Deve-se, portanto, levar em conta algumas dificuldades que têm contribuído para tornar mais morosa a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente na prática, não somente no município: para certas instituições de cunho religioso ou não, que assistem ao setor infanto-juvenil há tempos e viam sua clientela como objeto de tutela, está sendo difícil trabalhar com a noção de criança enquanto "sujeito de direitos", tal qual apregoa o ECA; falta ainda à população conhecer mais, conferir legitimidade e reconhecimento às propostas do Estatuto; além disso, não se pode desconsiderar o fato de que os valores de proteção e defesa dos direitos da infância majoraram o interesse comercial, a disputa por obtenção de recursos e de poder. Sabe-se que trabalhar com crianças em situação de vulnerabilidade, hoje, rende benefícios políticos incalculáveis (Ibid.).

A pesquisa de Justo é exemplar para entendermos que problemas complexos exigem abordagens igualmente complexas, multidisciplinares e transdisciplinares para sua análise e diagnóstico, visando a encaminhamentos que possam equacioná-los. Mais uma vez, confirmamos a percepção de que os gestores públicos e os educadores que trabalham com as crianças e adolescentes em entidades assistenciais precisam de uma formação esmerada para fazê-lo com qualidade, competência e eficácia. Quanto aos educadores que trabalham nas entidades que executam o programa municipal para crianças e adolescentes, Justo explica que

> os pontos negativos que sinalizavam sua insatisfação com o trabalho referiam-se basicamente ao baixo salário, ao excesso de

> trabalho e à necessidade de mais profissionais, à falta de cursos de capacitação para desenvolverem atividades diferentes e atrativas para os meninos, à falta de uma orientação psicológica para os educadores (alguns diziam sentir insegurança no desempenho da função) e à necessidade de mais reuniões com a coordenadora da casa [...]. Não obstante algumas críticas à instituição, as representações dos educadores sobre a entidade são, em geral, positivas. Destacaram o apoio dado às famílias, mediante doação de cestas básicas e o reforço escolar dado às crianças (p.159-160).

Não é difícil notar uma preocupação de cunho social ainda fundamentada numa perspectiva assistencialista e no modelo de educação compensatória quando conversamos com os educadores. Justo também recolhe a questão do "trabalho com a família", visando ensinar noções de higiene, dar educação e limites para as crianças, além de procurar resgatar a autoestima dos pais, presente no discurso dos educadores. Mas a pesquisadora ressalta lucidamente que "o fundamental para se tentar reverter a situação da criança de rua não é 'trabalhar com a família', mas a família ter trabalho, evitando-se a mendicância ou trabalho infantil" (p.161-162).

Perspectivas atuais do plano de trabalho institucional socioeducativo das entidades públicas municipais

As entidades públicas que atendem a crianças e adolescentes já totalizavam 11 unidades no ano de 2010. Muito embora a gestora da SMAS dessa época já não esteja mais no comando da pasta da Assistência Social no município, o novo responsável por esse setor continuou a expandir esse programa municipal e inaugurou novas unidades de atendimento. O programa era o carro-chefe da SMAS. Vamos apresentar a seguir o plano de trabalho tal como reelaborado em 2008.

PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE PÚBLICA DO ANO DE 2008

I – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município está localizado na XI.ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, constituída na década de 20, completou 79 anos de emancipação política em 04/04/08, com a população de 218.133 (duzentos e dezoito mil, cento e trinta e três) habitantes, segundo Censo do IBGE/2007, e com taxa de crescimento anual (2000/2005) de 2,05%; população criança/adolescente/jovem 44%; 10,5% idosos; 8,9% pessoa com deficiência; 0,079% migrante; 0,025% população de rua. O município, apesar de localizado em uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo, tem apresentado condições mais favoráveis no que diz respeito a sua dimensão econômica. Seu Parque Industrial é destaque na região, com uma significativa produção no setor alimentício, metalúrgico, além de desfrutar de um comércio varejista de ampla influência micro regional, especialmente nos setores social, educacional e sistema de saúde. Contudo, o município possui ainda uma fração significativa da população em condições desfavoráveis de privação socioeconômica. A estrutura periférica do município apresenta-se extremamente marcada desde sua origem por favelas que se desenvolvem basicamente em razão do êxodo rural e do desemprego. No município atualmente existem 17 (dezessete) favelas, com uma população de 5.980 (cinco mil, novecentos e oitenta) pessoas (dados da UNESP 2003). As transformações decorrentes do processo de globalização acabam por penalizar, de forma significativa, as parcelas desfavorecidas da população. Desta forma, jovens e adultos que trabalham, em sua grande maioria, no mercado informal, dispõem de uma formação profissional insuficiente, o que dificulta e, muitas vezes, impossibilita a sua inserção no mercado formal de trabalho. O desemprego é reflexo de um sistema socioeconômico em desequilíbrio, no qual as grandes empresas ditam as regras de mercado, exigindo cada vez mais especialistas em seus quadros de funcionários, cooperando para a ampliação da desorganização familiar,

violência doméstica e social, comprometendo, inclusive, a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

III – Justificativa

Todas as crianças e adolescentes devem ser respeitados como sujeitos de direitos, tanto individuais como sociais, que possuem necessidades de proteção integral, visando seu pleno desenvolvimento, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, o ECA, Lei Federal n.º 8069/90, criado para preservar os direitos das crianças e adolescentes, estimulando a permanência destes em seu meio social, desenvolvendo um trabalho abrangente e integrado com a presença da família e da comunidade através da implantação de políticas públicas. Os direitos humanos são direitos inalienáveis e devem ser protegidos em todas as instâncias de todas as Nações. Sendo assim, toda criança e adolescente deve ter sua integridade física e moral preservadas por toda sociedade. Portanto, é preciso dizer não à banalização da violência que estas crianças enfrentam em seu cotidiano e proteger a sua existência humana, permitindo assim o seu pleno desenvolvimento enquanto sujeito em formação. No Município, através de pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em março de 1996, constatou-se um número de 55 (cinquenta e cinco) crianças/adolescentes nas ruas, entre 05 (cinco) e 16 (dezesseis) anos de idade, provenientes de favelas localizadas nas imediações das zonas urbanas do município, sujeitos a inúmeros riscos pessoais e sociais. Frente a essas questões e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Assistência Social priorizou o atendimento a este segmento. O presente projeto busca alternativas que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pela população em situações de vulnerabilidade social. Tais alternativas devem favorecer a mudança de paradigma: do clientelismo e dependência para a corresponsabilidade e o exercício pleno da cidadania pelas famílias, crianças e adolescentes. No ano de 1997, o projeto municipal atendeu a demanda existente com 60 crianças e adolescentes oriundas de situação de vulnerabilidade social por estarem nas

ruas. Hoje (2008) o Projeto conta com oito (08) Unidades em funcionamento, atendendo aproximadamente a 1200 crianças e adolescentes, trabalhando com ações preventivas, iniciação profissional e encaminhamentos.

IV – Objetivos

1. – Geral

Oportunizar as crianças e adolescentes aprendizagens essenciais na área educativa, sociopolítica, lazer e saúde, proporcionando a estes e seus familiares condição de cidadãos autônomos, participativos e críticos do mundo, tornando-os capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade.

2 – Específicos

2.1 – Propiciar às crianças e adolescentes atividades educativas, culturais e esportivas, com vistas a mudanças qualitativas no processo de construção da sua identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização); **2.2** – Possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços públicos e privados, estimulando seu acesso, permanência e/ou retorno à escola; **2.3** – Sensibilizar a família a respeito de sua responsabilidade frente à educação da criança e adolescente enquanto primeiro e principal espaço de referência, proteção e socialização; **2.4** – Proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolver uma consciência política e social, conhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

V – Público-alvo

Crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos e 11 meses, oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica, com baixa qualificação profissional; baixo índice de escolaridade; desempregados ou subempregados, com renda familiar de até dois (02) salários mínimos, com vínculos afetivos fragilizados, e na sua grande maioria provenientes de bairros da periferia do município.

VI – Metas

Atender a 404 (quatrocentos e quatro) crianças e adolescentes de ambos os sexos.

VII – Metodologia

O atendimento nas unidades do programa municipal busca atender as especificidades de sua clientela sem, contudo, deixar de cumprir os objetivos geral e específico do Projeto. Diferencia-se o atendimento da Unidade I, por ser o centro de triagem e encaminhamento para as demais unidades do projeto.

A Unidade I da entidade pública mantém contato sistemático junto às crianças e adolescentes nas ruas, intervindo na realidade dos mesmos por meio de práticas educativas que propõem mudanças qualitativas no processo de construção da própria identidade, revendo valores, atitudes, percepções, representações mentais e formas de socialização, estimulando o desejo de deixar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Para o desenvolvimento dessas tarefas, a Unidade conta com uma equipe de educadores sociais que desenvolvem as seguintes atividades em quatro fases: 1 – Observação e aproximação da criança e adolescente; 2 – Relação interativa, estabelecimento de uma relação mais próxima dos educadores com os educandos por meio de contatos verbais e atividades; 3 – Fase do acolhimento – fortalecimento dos vínculos com objetivo de construir com o educando um projeto de vida, para que deixe as ruas como meio de sobrevivência. 4 – Após a demonstração do interesse da criança ou adolescente em deixar as ruas, este é encaminhado para uma unidade próxima à sua moradia para dar continuidade a um processo de inserção social que lhe permita o acesso e o exercício dos direitos e favoreça a saída integral das ruas. No processo de inclusão do educando na unidade, a família passará por triagem, através do preenchimento do relatório social, analisando sua situação socioeconômica familiar através de uma entrevista inicial com pais ou responsáveis e posterior visita domiciliar.

Nas demais unidades do programa as crianças e adolescentes frequentam as Unidades em período inverso ao escolar, participando de atividades que proporcionem o exercício da cidadania, a valorização do meio ambiente e da cultura popular, visando estimular o desejo de aprender, provocando a adaptação a uma nova rotina de

vida, buscando a organização pessoal, socialização, capacidade de trabalhar em parceria, compreender e respeitar as regras nas atividades, viabilizando maior autonomia para gerir a própria vida na escola, na família e na comunidade.

As crianças e adolescentes são encaminhadas para as unidades do programa municipal através: da comunidade, Conselho Tutelar, Fórum, escolas públicas, unidade básica de saúde, unidade de saúde da família e Unidade I do programa municipal.

No processo de inclusão a família passará por triagem através do preenchimento do relatório social, analisando a situação socioeconômica familiar através de uma entrevista inicial com pais ou responsáveis e posterior visita domiciliar. O passo seguinte é o esclarecimento quanto ao objetivo do projeto, seu funcionamento, as regras e regimento interno da Unidade e apresentação da Unidade e da equipe.

Uma vez efetivada a inclusão da criança ou adolescente na Unidade, o mesmo deverá compreender e se adaptar à rotina da Unidade, que oferecerá: aulas de dança, música, atividades esportivas desenvolvidas através do Programa Segundo Tempo, educação física, taekwondo, canto, apoio à tarefa, artesanato, recreação, jogos, lazer, passeios, teatro.

Os profissionais das unidades fazem a articulação de ações com a rede de proteção estabelecida no município com o objetivo de promover serviços integrados, envolvendo as áreas de Assistência Social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, justiça, entre outros, para as crianças e adolescentes e seus familiares.

No trabalho com as famílias prioriza-se o acolhimento e a organização em torno de grupos ou associações, de forma que as famílias se sintam amparadas, instrumentalizadas e fortalecidas para mudar sua situação e as condições de vida familiar e comunitária. Essas ações serão concretizadas através de reuniões socioeducativas, visitas domiciliares, encaminhamentos aos recursos da comunidade num trabalho conjunto com o assistente social e psicólogo.

O desligamento do Projeto dar-se-á por vários motivos: 1 – Abandono por desinteresse da criança ou adolescente e/ou desinteresse

da família pela permanência da criança ou adolescente no Projeto; 2 – mudança de cidade e/ou mudança de bairro, se não houver unidade próxima da residência para se efetivar a transferência; 3 – Quando atinge a idade de 18 (dezoito) anos; 4 – Registro de 30 (trinta) faltas consecutivas e injustificadas nas atividades; 5 – Quando há caso diagnosticado com necessidade de acompanhamento e tratamento médico contínuo na área de saúde mental e neurologia e a família se omitir de sua responsabilidade no tratamento e acompanhamento, haverá desligamento e comunicação imediata ao Conselho Tutelar.

VIII – Avaliação

As ações da equipe serão monitoradas e avaliadas de forma sistemática, com participação de todos os envolvidos propiciando assim aferição de resultados, reformulação de metodologia e estratégias, pontos de dificuldades. Será priorizada a avaliação qualitativa da criança e do adolescente, verificando mudanças comportamentais, de valores, relações sociais, responsabilidade e participação. Outra preocupação para a avaliação será o atendimento às normas e metas institucionais e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de prevalecer o fortalecimento do trabalho em rede e a construção de uma cultura de solidariedade cidadã.

Como podemos observar, há algumas mudanças no novo plano de trabalho. O texto original foi alterado, e um discurso claramente filantrópico-correcional, policialesco e profissionalizante que predominava na versão primitiva quase desapareceu. O que teria produzido tal alteração? Um esforço de autocrítica? Provavelmente não. Tais modificações se devem possivelmente apenas a razões mais pragmáticas do cenário político municipal e, inclusive, talvez certa necessidade de atualizar e modificar a redação de projetos, mas sem alterar substancialmente a prática.

A dimensão da capacitação profissional desapareceu, e em seu lugar, as unidades de atendimento foram reduzidas a espaços socioeducativos, de lazer e de reforço escolar. Certamente as atividades

profissionalizantes são mais caras – elas dependem de convênios com diversas agências e empresas, o que dificulta sua manutenção. Já para o desenvolvimento das atividades "pedagógicas" tradicionais, são necessários apenas professores e educadores sociais. Haveria então uma predominância do "socioeducativo" no plano de trabalho atualizado, como se pode depreender a partir do objetivo geral.

Uma das funções das entidades de atendimento público à criança e ao adolescente seria inseri-lo e atrelá-lo às agências públicas de Educação, de Saúde e de Assistência Social. A intenção de intervir na interioridade psicológica dos indivíduos também é clara, pois as atividades educativas, culturais e esportivas teriam como finalidade promover mudanças qualitativas na construção da identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização) das crianças e adolescentes. Esse aspecto reaparece no item "avaliação", confirmando nossa leitura: "Será priorizada a avaliação qualitativa da criança e do adolescente, verificando mudanças comportamentais, de valores, relações sociais, responsabilidade e participação".

Mantém-se a perspectiva da responsabilização da família por suas crianças e adolescentes, além da vontade de ensinar os direitos e, sobretudo, os deveres para os usuários do programa municipal.

Nas unidades de atendimento, pretende-se imprimir nos usuários hábitos específicos, inculcando neles a organização, o trabalho em grupo e o respeito às regras, por meio de sua "adaptação à rotina" socializadora da entidade, promovendo sua autonomia. As atividades que compõem o currículo são as típicas: aulas de dança, de coral, de esportes, de artesanato etc.

A referência ao ECA é clara e adequada. As ideias de "fortalecer o trabalho em rede" e de promover a "construção de uma cultura solidária cidadã" são louváveis. Mas será que isso não passa de retórica, sendo contraditórias com relação aos diversos outros sentidos embutidos na proposta? Será que esses estabelecimentos são capazes de "favorecer a mudança de paradigma: do clientelismo e dependência para a corresponsabilidade e o exercício pleno da cidadania pelas famílias, crianças e adolescentes"?

O plano de trabalho institucional da entidade assistencial pública 2

Vamos apresentar o plano de trabalho da entidade pública 2, conforme consta nos arquivos do CMDCA:

PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE
I. Justificativa: a entidade foi inaugurada no dia 04 de abril de 1998, visando à continuidade na implantação de locais que atingissem os objetivos do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, visando atender a demanda de crianças e adolescentes residentes na zona sul da cidade (periferia) que estivessem incluídas nos critérios de admissão do mesmo. **II. Objetivos:** a equipe de trabalho em toda sua ação procura atingir os objetivos traçados pelo programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, os quais transcrevemos a seguir:
Objetivo Geral: oportunizar às crianças e adolescentes aprendizagens essenciais na área educativa, sociopolítica, lazer e saúde, proporcionando a estes e seus familiares condição de cidadãos autônomos, participativos e críticos do mundo, tornando-os capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade.
Objetivos específicos:
1. Proporcionar às crianças e adolescentes atividades educativas, culturais e esportivas com vistas a mudanças qualitativas no processo de construção da sua identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização);
2. Possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços públicos e privados, estimulando seu acesso, permanência e/ou retorno à escola;
3. Sensibilizar a família a respeito de sua responsabilidade frente à educação da criança e adolescente enquanto primeiro e principal espaço de referência, proteção e socialização;
4. Proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolver uma consciência política e social, conhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

III. Caracterização dos usuários: crianças e adolescentes na faixa etária de sete a dezessete anos e onze meses, ambos os sexos. Um número significativo delas apresenta: problemas na aprendizagem e defasagem escolar; problemas de comportamento: irritabilidade, agressividade, indisciplina, intolerância nas relações sociais; condição de higiene precária; carências afetivas e materiais. As crianças e adolescentes são oriundas de famílias com baixa renda, ganhando o máximo de um salário mínimo; têm número elevado de pais desempregados, vivendo de trabalhos esporádicos, sendo predominantes as atividades de catador de lixo reciclável, construção civil (servente de pedreiro), as mulheres se dedicam a serviços domésticos; sem qualificação profissional e têm baixa escolaridade; apresentam índice significativo de analfabetismo. As famílias vivem em condições de habitação precárias – residindo em favelas (barracos) ou casas, na maioria, inacabadas, mal construídas e em precário estado de conservação e higiene. As condições emocionais das famílias são fragilizadas – apresentam sérios conflitos familiares, inadequação na educação dos filhos, presença de violência doméstica (maus tratos físicos e psicológicos). Há um índice elevado de pai ou padrasto alcoólatra; com resistência a tratamentos psicológicos ou psiquiátricos. Os próprios pais são oriundos de famílias vivendo em grave situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica.

A entidade abrange a população residente em bairros da periferia: Vila Real; Parques das Azaleias; Monsenhor Toffoli; Monte Castelo; Jardim Nacional; Nova Cidade IV e III; Jardim Planalto; Teotônio Vilela; Pq. Dos Ipês. Sendo a maior demanda vinda do Parque das Azaleias, Vila Real e Toffoli.

A entidade abrange um território no qual estão presentes as seguintes escolas: E.E. José Alfredo de Almeida; E. E. Pe. João Walfredo Rothermund; E.E. Nasib Cury; EMEF Profª. Myrthes Pupo Negreiros; E.E. Profª. Filomena Ottaiama Losasso; E.E. Profª. Sylvia Ribeiro de Carvalho; EMEF Paulo Reglus Neves Freire; EMEF Nivando Mariano dos Santos.

IV. Meta: atender, no ano de 2010, cento e vinte crianças divididas em duas turmas, sendo sessenta no período da manhã e sessenta no período da tarde.

V. Metodologia de trabalho: crianças e adolescentes serão matriculados durante o ano todo, sempre que houver disponibilidade de vagas e estiver atendendo aos critérios impostos pelo Projeto. A matrícula é efetuada através de entrevista da assistente social com pais ou responsáveis e apresentando xerox da certidão de nascimento e declaração escolar de matrícula e frequência. Na oportunidade a família recebe o documento "direitos e deveres das crianças e adolescentes da entidade". Serão convocados para inclusão os casos previamente analisados pela assistente social através da ficha de solicitação de vagas e visita domiciliar quando necessário.

A Unidade oferecerá aos usuários os seguintes atendimentos:

1. Atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes na entidade: todas as atividades pedagógicas serão dirigidas pelos educadores sociais e professores de esporte, focando os objetivos a serem alcançados pela entidade, bem como visando a auxiliar no desenvolvimento global (físico, psíquico e social) da criança e do adolescente. As atividades serão desenvolvidas conforme quadro de horário das atividades e de acordo com o planejamento das atividades. Além das atividades desenvolvidas, crianças, adolescentes e famílias receberão atendimento social e psicológico, visando a atingir os objetivos do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente como integrantes de um trabalho em equipe.

2. Atendimento social: tem como metodologia de trabalho o atendimento individual às famílias para reserva de vagas, efetivação de matrícula e acompanhamento familiar; realiza atendimento às crianças e adolescentes quando necessário para complementar o acompanhamento familiar bem como para orientação individual; realiza visitas domiciliares para conhecimento da realidade no local de moradia do usuário; realização de encaminhamentos à rede de serviços e busca de parcerias com os integrantes da rede; promover reuniões mensais com as famílias.

3. Atendimento psicológico: atendimento individual ou grupal com crianças e adolescentes e famílias; auxiliar a encarregada da entidade no trabalho com a equipe.

VI. Atribuições dos funcionários:

1. Coordenadora: encarregada de planejar, executar e avaliar as ações com a equipe; organizar e administrar a entidade pela qual é responsável; orientar, disciplinar e assessorar funcionários para o cumprimento das ações; contribuir, visando à melhoria dos serviços prestados; participar na elaboração, formulação e implementação das atividades e ações desenvolvidas na entidade; comunicar à coordenação geral do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente os avanços, as dificuldades e as mudanças ocorridas na entidade; apresentar relatório mensal das atividades; realizar reuniões com a equipe.

2. Auxiliar da coordenadora: auxiliar a coordenadora na organização e controle dos programas "Renda Cidadã", "Ação Jovem" e "Bolsa Família"; auxiliar no cadastramento e recadastramento de famílias nos programas "Renda Cidadã", "Ação Jovem" e "Bolsa Família"; acompanhar a assistente social nas visitas domiciliares e aos equipamentos comunitários para maior conhecimento da realidade e aproximação com a comunidade; informatizar os dados necessários ao trabalho da entidade; digitar as convocações para reuniões, relatórios, convites etc.; participar nas reuniões mensais com famílias; substituir as educadoras em momentos de ausência das mesmas (abonadas, horas, cursos, etc.). Em momentos críticos também deve auxiliar no atendimento em geral das crianças. Quando possível, dar atendimento individualizado às crianças que apresentam sérios problemas de comportamento, quando estas prejudicam o andamento de uma atividade. Auxiliar nas demais atividades administrativas (reserva de vagas, matrícula e rematrícula, controle de entrada e saída de crianças da Unidade, atendimento de telefone; arquivamento de documentos, organização de prontuários etc.), organizar o material para doações; substituir a coordenadora em momentos de ausência (reuniões externas, abonadas, férias, licenças etc.).

3. Educadores sociais: preparar o semanário para planejamento das atividades e entregar à coordenadora toda segunda-feira; controlar e estimular a frequência dos alunos; comunicar à coordenadora mensalmente o movimento de faltas das crianças; estar sempre presente nos locais onde houver crianças em atividade; zelar pelo material utilizado; estar atento ao bem-estar físico e emocional da criança ou adolescente; comunicar sempre à coordenadora e psicóloga quando observar ou presenciar problemas de comportamento das crianças e adolescentes; anotar ocorrências de comportamentos inadequados; entregar documentos, planejamentos no tempo determinado; colaborar com a equipe.
4. Merendeira: planejar e preparar as refeições; manter a organização, conservação e higiene na cozinha, equipamentos e depósito de alimentos; controlar a permanência do pessoal na cozinha; planejar o trabalho do auxiliar de serviços gerais na cozinha; controlar o estoque de alimentos e comunicar à coordenadora; comunicar por escrito sempre que observar alimentos deteriorados ou com data de validade vencida; não permitir a entrada das crianças na cozinha.
5. Serviços gerais: zelar pela limpeza e conservação de todas as dependências da Unidade; manter limpas e organizadas as roupas (toalhas de mesa e banho, uniformes do coral); colaborar com a equipe sempre que solicitado pela coordenadora; atender ao portão da unidade; colaborar na cozinha quando da ausência de merendeira.
VII. Avaliação: o plano será avaliado através de reuniões com a equipe semestralmente e mensalmente com as educadoras em relação às atividades.
VIII. Recursos humanos existentes: 1 assistente social e coordenadora; 1 psicóloga (3 vezes por semana 2ª/4ª e 6ª feiras); 3 educadores sociais; 1 professor de esporte (2ª e 4ª feiras); 1 professor de taekwondo (2ª feira de manhã, 3ª feira à tarde e 5ª feira à tarde); 1 merendeira; 1 auxiliar de serviços gerais; 1 voluntária de atividade artesanal (bordado); 1 estagiária de psicologia (voluntária cedida pela parceria com a ONG "Psicologia e

Integração Social"). Recursos humanos necessários: 1 assistente social que desempenhe somente essa função sem acumular a coordenação; 1 auxiliar de serviços gerais.

Merece destaque a "caracterização dos usuários e seus familiares", pois revela o olhar dos técnicos e educadores sobre as características e condições de vida dos membros das classes sociais oprimidas e exploradas. Parece tratar de um olhar preconceituoso e ingênuo, que embora reconheça os problemas, parece remetê-los, sem mais, aos indivíduos, como se eles fossem os culpados pelas próprias condições precárias. Há um olhar clínico e patologizante sobre as crianças e adolescentes e também sobre as famílias, presumindo "problemas de aprendizagem", "carências afetivas" e "problemas de comportamento" que seriam de origem endógena, como se tais indivíduos não estivessem se desenvolvendo num contexto social e histórico bastante específico. Os pressupostos sociológicos que depreendemos do plano de trabalho e de sua prática parecem calcados numa teoria social funcionalista bastante tradicional. Observamos também que a entidade pública 2 ainda cadastra usuários nos programas "Renda Cidadã", "Ação Jovem" e "Bolsa Família" – atribuição que seria do CRAS.

Toda entidade precisa de regras para seu adequado funcionamento. Tivemos acesso ao conjunto de regras formais que a entidade assistencial pública 2 propõe para seus usuários e familiares:

I. Direitos e deveres das crianças e adolescentes da entidade

Direitos: 1. Receber da entidade tratamento digno como criança e adolescente; 2. Ter o direito de dar sempre a sua opinião, sugerir e questionar; 3. Receber orientação sempre que necessário; 4. Ser respeitado em sua individualidade, não ser ofendido nem comparado a outros; 5. Não ser tratado de forma diferente.

Deveres: 1. Ter responsabilidade e respeitar os horários das atividades; 2. Chegar na hora certa e não faltar sem justificativa; 3. Obedecer às regras combinadas; 4. Tratar todos com respeito; 5. Cuidar dos equipamentos (plantas, brinquedos, móveis e prédio)

e colaborar na limpeza da Unidade; 6. Cuidar de seus objetos pessoais (sapatos, roupas e material escolar).

II. Regras da entidade

1. Não atrapalhar as atividades com brigas, conversas e tumultos, bem como não se ausentar da sala sem autorização do educador; ter responsabilidade quanto à participação nas mesmas;
2. Não trazer objetos na entidade (brinquedos, alimentos, celular, objetos cortantes, armas de fogo, etc.);
3. É proibido brigar, xingar e usar palavrões;
4. Não acusar qualquer pessoa de erros sem ter provas;
5. É proibido subir no telhado, nas grades e traves da quadra, nos muros ou pular nos vizinhos, casa do caseiro, sem autorização dos educadores;
6. É proibido no pátio interno: jogar bola, mexer nos enfeites de parede, andar de bicicleta, correr, usar o orelhão sem autorização, jogar chinelo;
7. Não pegar objetos de outras pessoas ou da entidade;
8. Todos deverão estar na fila da oração no horário determinado;
9. Comportar-se com respeito durante os horários das refeições;
10. As meninas deverão se apresentar adequadamente vestidas (evitar minissaia, shorts curto, miniblusas);
11. É proibido escovar dentes, lavar as mãos, a cabeça e os pés nos bebedouros;
12. O horário de entrada na entidade no período da manhã é das 07:45 h. às 08:15 h., e no período da tarde das 12:45 h. às 13:15 h. – após este horário o portão será fechado, e a criança só poderá entrar se trouxer um bilhete do responsável, explicando o motivo do atraso.
13. Apresentar atestado médico, (no caso de doenças), ou atestado escolar (reforço escolar) quando precisar se ausentar por vários dias.

III. Responsabilidade dos pais junto ao trabalho da entidade

Os pais são os primeiros e principais educadores de seus filhos. Para que possamos ajudá-los nesta tarefa, precisamos da união entre a família e a entidade. Os pais devem ajudar: 1. Dando uma

> boa educação a seus filhos e demonstrando interesse por suas atividades, inclusive as da entidade; 2. Informando-se sobre as atividades da entidade e estando presente em todas as reuniões; 3. Conhecer as regras da entidade para nos ajudar a ensinar às crianças e adolescentes o respeito às mesmas; 4. Garantir que seu filho seja pontual e assíduo; 5. Comunicar à entidade sempre que seu filho precisar se ausentar por mais de três dias; 6. Ensinando aos filhos por palavras e exemplos, o respeito às regras, aos funcionários e aos direitos dos outros; 7. Cuidar para que seu filho não chegue muito antes da hora de entrada e não permaneça na rua após o término das atividades da entidade; 8. Procurar a coordenadora sempre que observar algum problema com seu filho em casa ou na entidade; 9. Comparecer à entidade sempre que for solicitada pela coordenação ou psicólogo para atendimentos ou reuniões; 10. Comunicar à coordenadora quando seu filho for se desligar da entidade; 11. Evitar mandar os filhos doentes para a entidade.

Diante do conjunto de direitos, dos deveres dos usuários, das regras de funcionamento da entidade e das responsabilidades atribuídas aos pais, pensamos que a entidade desempenha uma função educacional muito semelhante ao modelo escolar. Também vemos que os profissionais da entidade, ao proporem tal conjunto de normas e regras, se apresentam como os representantes da ordem social institucionalizada e da normalidade, à qual as crianças, os adolescentes e as famílias empobrecidas devem se adaptar. Trata-se de integrar os pobres ao sistema social dominante, sem questionamentos. Há uma preocupação com a oração, com um comportamento moral adequado e com uma disciplina na conduta, que devem ser inculcadas nos usuários e familiares, visando corrigir sua educação e socialização consideradas deficientes e precárias. Isso seria realizado pela modelagem do seu comportamento, obtida com o cumprimento das regras.

Na entidade assistencial pública 2, as crianças e os adolescentes também são divididos em três turmas, de modo que as atividades socioeducativas possam ser feitas de acordo com grupos etários

específicos. Há o grupo das crianças pequenas, com idade entre 6 e 10 anos; o grupo das intermediárias, de 11 a 13 anos (no período da manhã) e de 12 a 14 anos (no período da tarde). Os adolescentes compõem o grupo de 15 a 18 anos. As atividades socioeducativas obedecem a um planejamento semestral:

> **Planejamento das atividades socioeducativas – Primeiro Semestre: 2010**
>
> **I – Cultura popular e datas comemorativas**
>
> 1º - Carnaval: origem do carnaval; progresso; confecção de máscaras; desfile e baile de carnaval; músicas. Obs. Este tema será trabalhado através de pesquisas e trabalhos manuais, roda de conversa e letras de músicas.
>
> 2º - Aniversário da cidade: como surgiu esta cidade; como surgiu o nome; cultura e desenvolvimento. Obs. Este projeto será realizado através de pesquisas, textos e trabalhos manuais, como confecção de maquetes e cartazes.
>
> 3º - Páscoa: origem da páscoa e o significado; confecção de trabalhos sobre a páscoa. Obs. Este tema será trabalhado com pesquisas, leitura de textos e confecção de trabalhos.
>
> 4º - Dia do trabalho: profissões. Obs. Debate sobre algumas profissões, suas vantagens e desvantagens.
>
> 5º - Dia das Mães: trabalhos manuais (presente para as mães); dança e teatro.
>
> 6º - Festa Junina: confecção de bandeirinha; decoração do salão; ensaio da quadrilha; origem desta festa, comidas típicas, roupas, etc., festa. Obs. Este tema será trabalhado através de pesquisas, confecção de bandeirinhas e de objetos para a decoração e o ensaio da quadrilha.
>
> 7º - Folclore: lendas; folclore das regiões, confecção de pipas; parlendas; adivinhações; ditos populares; frases de caminhão, etc. Obs. Esta atividade será desenvolvida através de pesquisas, textos, bate-papos, cartazes, trabalhos manuais e outras atividades.
>
> 8º - Independência: textos e desenhos.

9º - Dia das Crianças: gincanas, brincadeiras, trabalhos manuais e festa comemorativa.
10º - Dia da Bandeira: textos e desenhos.
11º - Natal: confecção de cartas para os padrinhos, cartões, atividades artísticas, danças e uma linda festa.

II – Projetos que serão desenvolvidos

1. Dentro do eixo cidadania, desenvolveremos vários projetos, como: regras; direitos e deveres (ECA); identidade, família e comunidade; discriminação racial; trabalho infantil; higiene e saúde; sexualidade; drogas; adolescência. Todos estes projetos serão desenvolvidos com roda de conversa, textos, confecção de cartazes, palestras, dinâmicas e filmes.
2. Dentro do eixo meio ambiente: água; energia; lixo; reciclagem. Todos estes projetos serão desenvolvidos com conscientização, roda de conversa, textos, palestras, dinâmicas, filmes, confecções de objetos através de material reciclado e experiências.
3. Oficinas (cultura): serão realizadas oficinas de artesanato, oficina de sucata, tapete de retalhos, bordados em vagonite, pano de prato, trabalho de artistas famosos (grandes mestres) e outros.

III – Atividades variadas

Brinquedoteca: desenvolver atividades lúdicas, sociais e afetivas, despertando a responsabilidade, respeito e socialização.
Recreação e jogos: propor atividades recreativas e esportivas, onde as crianças e adolescentes participem com responsabilidade, respeitando as regras e a organização. Desenvolvendo assim a socialização, coordenação motora e noções de espaço.
Trabalhos manuais: (desenhos, pinturas, confecção de cartazes, lembrancinhas, etc.) – Desenvolver a capacidade motora, criatividade, concentração, habilidades manuais, responsabilidades, estímulo pelo gosto à arte e expressar sentimentos e emoções.
Filmes: serão exibidos de acordo com o tema que estiver sendo trabalhado.
Teatro, Música e Dança: desenvolvimento corporal, mental, noções de espaço e tempo, expressão individual e em grupo e capacidade de comunicação verbal.

Os horários são os mesmos nas diversas unidades que compõem o programa, inclusive com uma superposição de atividades e a divisão das crianças em subgrupos para participarem delas. Os educadores ou professores são poucos para o número de alunos, oferecendo uma educação de baixa qualidade, repetitiva e monótona, mesclando um pouco atividades escolares com atividades lúdicas. Alguns educadores circulam por várias unidades do programa municipal, trabalhando com grupos de crianças e adolescentes em dias e horários específicos. O "currículo" é incipiente, improvisado, parecendo servir mais para preencher o tempo e manter ocupadas as crianças e adolescentes no período que permanecem nos estabelecimentos socioassistenciais. São realizadas diversas atividades de rotina: apoio escolar, dança, coral, esportes, jogos de mesa, refeições etc. Notamos que as atividades socioeducativas são pouco planejadas, e os professores e educadores não devem gastar muito tempo com sua preparação, sendo que parece bastar procurar realizá-las no cotidiano do atendimento às crianças e aos adolescentes.

Entendemos que um atendimento com pouca qualidade teórico-técnica está longe da lógica do ECA, que afirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Mas a ideologia predominante na cultura institucional do poder público tende a vê-los como indivíduos "ociosos", e por isso o programa municipal pretende preencher essa ociosidade, considerada potencialmente perigosa, com educação, socialização e formação moral. Como disse uma psicóloga numa conversa informal numa das nossas visitas de observação participante, seria possível dizer que as entidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente no município se caracterizam por uma "filantropia paternalista". Do que observamos concretamente, o município está investindo muito pouco ou apenas o mínimo, visando manter as entidades do programa num modo de funcionamento limitado e precário: os funcionários são poucos, sua preparação tende a ser insuficiente como educadores socais e, além disso, os recursos para a aquisição de materiais são escassos.

Por meio do Plano de Ação Municipal PMAS-2009 (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2009), documento que contém os

convênios municipais com a SEADS de São Paulo, soubemos que a entidade assistencial pública 2 recebe do Fundo Municipal de Assistência Social o valor anual de R$ 111.045,77; do Fundo Estadual, R$ 33.808,00 para custear seu funcionamento.

Vamos apresentar o planejamento para as atividades a serem realizadas com adolescentes durante o primeiro semestre de 2010:

Planejamento Geral - 2010. Turma: Adolescentes. 1º Semestre.
01- Datas comemorativas
1.1- Carnaval: A origem do carnaval. Confecção de máscaras feitas com prato de papel, pintura e recorte e colagem de desenhos sobre esta data. Objetivo: conhecer as origens do carnaval e sua importância; desenvolver a criatividade e habilidades manuais.
1.2- Dia Internacional da Mulher: através de recortes de jornais e revistas, criar um mural sobre a mulher, pintura de desenhos com luz e sombra sobre a data. Objetivo: desenvolver a criatividade e a importância da mulher.
1.3- Páscoa: trabalhar o significado da páscoa e o que ela comemora. Leitura de texto sobre a origem da páscoa, confecção de lembrancinha da páscoa (reciclagem) e pintura de desenhos com luz e sombra sobre esta data. Objetivos: saber o significado desta data e a sua importância, desenvolver habilidades manuais e a criatividade de cada aluno.
1.4- Aniversário do município: conhecer como foi fundada a cidade, quem foram seus fundadores e o progresso até os dias de hoje. Realizar pesquisas, recorte e colagem para a montagem de um mural, pintura de luz e sombra ou técnicas de pinturas de desenhos sobre a data. Objetivos: conhecer melhor a sua cidade e saber apreciar as coisas boas que ela nos proporciona, também desenvolver a criatividade e habilidades manuais.
1.5- Dia do Índio: textos sobre os índios. Pintura de um desenho sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivo: conhecer melhor a nossa história e a importância dos índios para o Brasil e sua população geral.

1.6- Dia do Trabalho: confecção de cartazes com os tipos de profissões e sua importância. Objetivos: conhecer os vários tipos de profissões e sua importância.
1.7- Dia das Mães: lembrança para as mães, mensagem carinhosa para as mães e pintura de desenhos sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivos: a importância da mãe em nossas vidas, desenvolvendo a criatividade e o raciocínio.
1.8- Dia da Abolição da Escravatura: leitura de um texto sobre a abolição da escravatura e pintura de um desenho sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivos: a importância do negro na construção da nossa história.
1.9- Festa Junina: ensaio da quadrilha, confecção dos enfeites para decorar a unidade, correio elegante e a realização da festa junina com as brincadeiras e comidas típicas. Objetivos: saber a importância desta festa para a cultura brasileira, os tipos de comidas e bebidas, desenvolvendo o raciocínio, a criatividade e a motricidade.
1.10- Copa do Mundo: o país que vai sediar a copa de 2010, o mascote escolhido, os países que irão participar, as tabelas dos jogos e os times que o Brasil irá enfrentar. Desenvolver atividades relacionadas à Copa, tais como palavra cruzada, desenhos, confecção de cartazes, etc. Objetivos: aprender como funcionam as competições, como as torcidas devem se comportar para não ter brigas, desenvolver habilidades manuais e a criatividade.

02- Atividades artísticas

2.1- Fazendo artes com o mestre: a arte se define como a criação do homem com valores estéticos que sintetizam as suas emoções, suas histórias, seus sentimentos e sua cultura. A arte se apresenta de várias formas: a plástica, a música, a escultura, o cinema, o teatro, a arquitetura, a poesia etc. Há alguns anos atrás o bom aluno era aquele que fazia exatamente como o modelo (cópia), aos poucos essa prática foi dando lugar à expressão livre. Hoje cada atividade proposta precisa ser contextualizada, para que não se torne uma atividade solta. É preciso que o aluno entenda a razão de estar trabalhando aquela atividade e que conteúdo de artes está sendo abordado.

"Artista a ser trabalhado – Tarcila do Amaral": bibliografia, apresentação de algumas obras da artista, possibilidades de trabalho. "A magia das cores": neste item trabalharemos a obra abordando a pintura ou colagem com as cores (primárias, secundárias, neutras, frias quentes, contrastes monocroma, policromia, as cores da bandeira de um país ou time de futebol etc). "Colando papéis": será trabalhada a colagem dos mais variados tipos de papéis. "Do bi ao tridimensional": será tematizada a possibilidade de trabalhar a obra de bidimensional em tridimensional através de papéis, sucatas, modelagens etc. "Utilizando materiais alternativos": a obra será trabalhada com materiais diferenciados (grãos, macarrão, tecidos, plásticos etc.). "O artista pelo próprio artista": serão trabalhados duas ou mais obras do mesmo artista de maneira a integrá-las, dando um novo significado às obras. "Outras ideias": outras possibilidades de técnicas ou materiais para a criação. Objetivos: conhecer o artista e saber sua importância na história das artes no mundo. Realizar leitura formal e interpretativa das obras de arte e reler ou refazer as obras, experimentando diferentes técnicas e materiais expressivos, sempre buscando seu jeito e seu próprio estilo. Expressar-se com diferentes técnicas e diferentes materiais expressivos.

2.2- Técnicas teatrais ou formas de contar história

2.2.1- Fantoche: confecção de fantoches, confecção do painel para apresentação e a apresentação para os outros grupos.

2.2.2- Outras técnicas, como flanelógrafo e imantógrafo etc., como conhecimento e também farão a confecção do material para apresentação do grupo.

2.2.3- Apresentação de pequenas peças teatrais, confecção de painéis e roupas e sua importância. Objetivos: proporcionar aos alunos a importância do trabalho em equipe, dando oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento da linguagem oral, da expressão corporal e da criatividade.

2.3- Desenhos e ilustrações de textos

É a arte em demonstrar através de desenhos o que transmite um texto na sua totalidade ou escolhendo uma parte mais sugestiva.

2.3.1- Ilustração de textos; 2.3.2- Técnicas de pintura: sombreamento, pontilhismo, desenhos tesourados, desenhos com lápis de cera, desenhos sobre papel camurça, desenhos com giz colorido, desenhos soprados, desenhos com lápis de cera e nanquim, pintura com esponja, pintura com dedo, etc. Objetivos: desenvolver a criatividade, a livre expressão e o equilíbrio pessoal, a comunicação, a memorização, a percepção visual, a coordenação motora e outros tipos de habilidades.

2.4- Reciclagem – Tudo se transforma

Partindo desta teoria e utilizando material reciclável, é possível desenvolver alguns jogos e brinquedos. 2.4.1- Confecção de jogos; 2.4.2- Confecção de brinquedos. Objetivos: mostrar a importância de reaproveitamento de objetos para a preservação do meio ambiente, a importância das brincadeiras e jogos. Desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a percepção visual.

2.5- Trabalhos manuais

2.5.1- Bordados, crochê, tricô, pintura, etc. Objetivos: desenvolver a percepção visual, coordenação motora e a criatividade.

03- Atividades de desenvolvimento mental

3.1- Palavras cruzadas; 3.2- Sudoku; 3.3- Passatempos; 3.4- Soluções inteligentes; 3.5- Jogos – (dama, dominó, xadrez, etc.). Objetivos: exercitar as partes menos usadas da mente, desenvolver o raciocínio lógico, habilidades lingüísticas, percepção visual etc.

04- Higiene e saúde

4.1- Cuidado com o seu corpo; 4.2- Higiene corporal; 4.3- O preço da higiene; 4.4- Ensinar o adolescente a fazer as unhas. Objetivos: adotar hábitos de higiene saudável, aprender a se cuidar sozinho, etc.

05- Regras e limites

5.1- Limites e necessidades; 5.2- Resolução de problemas; 5.3- Regras da entidade; 5.4- Regras da sociedade. Objetivos: levar os adolescentes a entender o seu limite, a importância das regras e limites, encontro de um ponto de equilíbrio entre os valores familiares e sociais, ensinar que existem limites, horários e deveres.

06- Desenvolvimento de projetos

6.1- Projeto identidade

01- Justificativa: a adolescência é um período especial da vida, caracterizado principalmente pela intensidade das emoções. Seu início marca o surgimento das contestações e dos questionamentos. Os valores dos adultos já não são passivamente aceitos. O jovem precisará desse momento para começar a se conhecer, estabelecer seus próprios valores e ver o mundo como uma nova ótica. Na busca de sua identidade, o adolescente contesta, critica, questiona e perde os limites, exigindo simultaneamente o restabelecimento desses mesmos limites. A incapacidade de se autorregular é decorrente da turbulência emocional deste período. Nunca um dia é igual ao outro: a descoberta do próprio corpo, suas modificações, o novo significado da amizade, a descoberta do sexo oposto, a paquera, o namoro, o apaixonar-se, o amor, etc. Tudo isso o envolve de tal maneira que ele se lança de cabeça na descoberta de si próprio.

02- Objetivo geral: autoconhecimento – processo de tomada de consciência de si: do seu nome, seu corpo, seus afetos, suas emoções, seus limites, suas dificuldades, seus valores e sua história de vida.

03- Atividades e dinâmicas

3.1- A história e a origem do nome: a história do nome; de onde vêm os nomes; apelido ou um novo nome; construindo sua certidão de nascimento; nome desenhado; dinâmica: descobrindo o nome; quebra-cabeça de nomes e significados. Objetivos - Identificar sua origem; a importância de se ter um nome; construir sua própria identidade.

3.2- Meu corpo. Dinâmicas: auto-retrato desenhado; é a minha cara; Jogo das diferenças; Minha bandeira pessoal; meu corpo está mudando; ritos da passagem. Objetivos - Aprofundar a percepção de si mesmo; perceber as motivações que interferem nos pensamentos, sentimentos e ações; possibilitar o autoconhecimento; perceber a auto-imagem correspondente à relação com a relação que o grupo faz.

3.3- Família – Imagens familiares. Objetivos - Compartilhar as percepções sobre a família.
3.4- Meu corpo está mudando; Essa tal adolescência; Estou mudando. Por que será?; Puberdade, nova fase, novo corpo; Hormônios sexuais; Cara de adolescente; Ser adolescente é...; Relatos sobre a adolescência; Procura-se uma identidade; Dinâmica – Ritos das passagens; Dinâmica da percepção; O que faz sua cabeça; pingue-pongue; Teste: Que tipo de adolescente você é?; alfabeto do adolescente; pesquisa – um giro pelo mundo adolescente; resoluções de problemas; o que pensa o adolescente; que adolescente eu sou...; na minha cabeça passa...; jogo da autoestima; minha música preferida; músicas – Quero – (Elis Regina); Música – Bola de meia-bola de godê (Gilberto Gil); Música – Não vou me adaptar (Titãs); Música – Flores em você (Ira); filmes – Os temas serão definidos na época. Objetivos – Aprofundar a percepção de si mesmo; possibilitar o autoconhecimento; perceber os seus valores pessoais; refletir sobre a autoestima e os fatores que a afetam; facilitar a percepção de si mesmo; refletir sobre adolescência, seus ganhos e suas perdas; descobrir diferenças e semelhanças entre as experiências individuais; Aprofundar a relação com o próprio corpo; refletir as próprias características e as dos demais; facilitar os adolescentes a expressar sentimentos e percepções de si e dos outros.

6.2- Projeto valores

01- Justificativa: atualmente nós educadores estamos muito preocupados com a violência, com problemas sociais, falta de respeito mútuo e outros tipos de problemas que a comunidade mundial está enfrentando. Por estarmos muito preocupados com os adolescentes da comunidade que frequentam a entidade, pretendemos desenvolver neste ano de 2010 um projeto de valores, no qual pretendemos trabalhar as ideias de paz, liberdade e justiça social. Será um desafio muito grande, pois não temos a fórmula milagrosa ou mágica, mas pretendemos passar para esses adolescentes alguns princípios básicos e que eles levarão para uma vida melhor.

02- Objetivos gerais: ajudar os adolescentes a refletir sobre diferentes valores e suas implicações práticas, como expressá-los em

relação a si mesmos, aos outros e à comunidade; aprofundar entendimentos, motivações e responsabilidade com relação a fazer escolhas pessoais e sociais; inspirar indivíduos a escolher seus próprios valores pessoais, sociais, morais e espirituais e facilitar seu crescimento geral.

03- Temas abordados: serão desenvolvidos através dos seguintes temas: paz (meses de fevereiro, março e abril); respeito (maio e junho); amor (julho e agosto); tolerância (setembro); felicidade (outubro); responsabilidade (novembro e dezembro).

3.1- Atividades que serão desenvolvidas sobre o tema Paz: serão realizadas uma vez por semana, e todas as atividades terão uma música de fundo que transmita uma mensagem de paz.

3.1.1- Exercícios de relaxamento: Imaginando um mundo pacífico; Se todos nós fôssemos pacíficos; um lugar especial. A atividade começa com os adolescentes se acomodando da melhor forma em suas carteiras, fechando os olhos e tentando se imaginar dentro da leitura que estará sendo feita pausadamente. Objetivos: fazer que os alunos reflitam sobre a paz e experimentem uma sensação de paz; ajudar os educandos a aumentar as habilidades de concentrar-se.

3.1.2- Expressões artísticas: Um mundo pacífico; Cápsula do tempo; colagem de sentimento de paz; Slogans da paz; Pôster por de trás da raiva; Pintura colaborativa; Palavra paz; Cores ideias pacíficas e cores raivosas. Objetivos: imaginar um mundo mais pacífico e comunicar suas ideias através de palavras e de desenhos; ajudar os estudantes a aumentarem suas habilidades de concentrar-se; desenvolver a criatividade e as habilidades manuais.

3.1.3- Compartilhar e discutir: Assando uma torta mundial; Aumentando a paz na escola; Braços são para...; Resoluções de conflitos; Contraste e revolta. Objetivos: pensar nas consequências de paz e de guerra; identificar os pensamentos ou ações que permitam que a negatividade cresça; identificar o pensamento ou ações que permitam a paz. Pensar nas consequências de seus atos. Escolher as qualidades de um mundo mais pacífico.

3.1.4- Música: todas as atividades serão acompanhadas por um fundo musical, e além disto teremos algumas músicas que serão

discutidas e estudadas a fundo. Objetivos: reconhecer através da música a importância da paz; desenvolver o hábito da música e sua importância.

3.2- Atividades desenvolvidas sobre respeito.

3.2.1- Atividades de relaxamento: imagem do jardim; estrela de respeito. Objetivos: levar os educandos a analisar as formas de tratamento com as demais pessoas de uma forma tranquila e também se imaginar dentro de certas situações e poder fazer sua autoavaliação; identificar momentos em que eles têm respeito pelo eu.

3.2.2- Expressões artísticas: slogans; fogo na floresta; pinte respeito; cores de respeito e desrespeito. Objetivos: levar o educando a descobrir suas habilidades manuais e sua criatividade; expressar-se sobre o respeito e poder identificar formas de respeito.

3.2.3- Compartilhar e discutir: qualidades; história – "Lili a leoparda"; inversão de papéis; saudações do mundo; história – "dois pássaros"; estratégias para interromper conflitos; diferentes modos de dar respeito; respeito pelos amigos; cartões de situações; respeito pelo ambiente. Objetivos: identificar várias maneiras de se dar respeito; desenvolver habilidades de soluções de problemas; aprender várias formas de saudações; conhecer o seu próprio valor e honrar o valor de outros.

3.2.4- Música: todas as atividades terão um fundo musical, e às vezes teremos músicas com tema para serem identificadas formas de respeito; os alunos em grupo irão escrever um rap ou outro tipo de música. Objetivos: levar os educandos a prestar atenção nas letras de músicas; reconhecer através da música a importância do respeito mútuo; desenvolver a habilidade para escrever.

O programa proposto, no qual predominam as atividades gráficas em sala, remete-nos a uma concepção tipicamente escolar do trabalho pedagógico. Ele poderia ser proposto por uma professora de Educação Artística, por exemplo. Como sabemos, as escolas seguem o calendário das datas comemorativas, inserindo-os nas suas atividades pedagógicas. Parece que as entidades assistenciais

tendem a seguir o modelo escolar, inclusive repetindo suas rotinas e atividades. A preocupação em instrumentalizar pedagogicamente as mais diversas atividades parece perseguir o objetivo de promover uma "educação moral" suave, mas determinada, dos adolescentes envolvidos. Verificamos que há poucos adolescentes frequentando a entidade, talvez também porque a oferta institucional não lhes interesse muito.

Quando lemos os projetos "Identidade" e "Valores", temos a impressão de que os educadores pensam que adolescência seria um fenômeno social natural, independente das classes sociais e das condições históricas e socioeconômicas de vida. Não há nenhuma especificidade quanto aos adolescentes concretos atendidos pela entidade nos projetos, e talvez eles pudessem também ser desenvolvidos junto de adolescentes que frequentam colégios particulares, próprios da elite. O projeto "Valores" revela uma preocupação recorrente no trabalho com adolescentes e crianças pobres: a inculcação de normas, de valores e de regras sociais que devem ser aceitas e obedecidas por eles, sem questionamentos. Não há nenhum indício de criticidade ou de politização nas propostas socioeducativas apresentadas.

Muito embora tenhamos apresentado o planejamento geral formulado e previsto para ser executado durante o primeiro semestre de 2010 com a turma de adolescentes e, em seu conjunto, ele pareça rico e articulado, é preciso explicar que foi ligeiramente difícil obtê-lo na íntegra, tal como aparece aqui. A coordenadora da entidade tinha uma cópia impressa incompleta do planejamento, e alguns educadores ainda não haviam apresentado para ela sua contribuição específica para completá-lo, isso já no mês de abril de 2010, quando estivemos na entidade. Foi preciso procurar os educadores e solicitar que enviassem para a coordenadora seu planejamento parcial. Isso parece indicar que o documento escrito não seria muito importante para desenvolver as atividades no cotidiano do estabelecimento, ainda que talvez o plano funcione melhor por escrito do que na prática. Sabemos que há uma preocupação entre os funcionários das entidades em apresentar bons projetos escritos

para os superiores, e parece que se trata de uma obrigação burocrática mais do que um compromisso formal.

Vamos apresentar também o plano de trabalho do setor de Psicologia desse programa. Esse trabalho é feito por um psicólogo que se desloca por diversas unidades públicas compreendidas pelo programa municipal durante os dias da semana. A partir dessas informações, podemos refletir sobre os pressupostos e rumos do atendimento psicológico oferecidos nas entidades públicas.

Plano de trabalho do setor de Psicologia

Introdução: o programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente é realizado por um conjunto de entidades públicas implementadas pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal, visando ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, assim como sua integração à escola, desenvolve também trabalho com as famílias dos usuários e com a comunidade do bairro na qual está situada a entidade.

Objetivos do psicólogo: a responsabilidade profissional e o compromisso com a promoção da cidadania estão pautados nos princípios fundamentais que normatizam a ação do profissional psicólogo, baseando-se nos seguintes itens: 1. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. 3. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. 4. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. 5. O psicólogo contribuirá para promover a universalidade da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. 6. O

psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. 7. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código. (Código de Ética do Psicólogo).

Objetivos específicos: nas entidades que compõem o programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, o profissional psicólogo deve:

a) realizar avaliação e acompanhamento psicológico das crianças e adolescentes e participar da elaboração do plano de atendimento em equipe multiprofissional;

b) facilitar o processo de integração da criança e adolescente à instituição e orientar pais e equipe sobre como atuar no período de adaptação à instituição e sobre o comprometimento psicológico sofrido pelas crianças e adolescentes, devido às situações de conflitos existentes;

c) realizar sessões de aconselhamento às crianças, adolescentes e pais;

d) participar da elaboração, execução e avaliação de projetos e programas a serem implementados com as crianças, seus pais ou responsáveis e com a equipe (ex. Prevenção ao uso de drogas, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, prostituição, violência, encaminhamento para os projetos de qualificação profissional, entre outros);

e) desenvolver, em equipe multiprofissional, ações junto à comunidade, visando à participação desta na integração da criança e do adolescente estigmatizados pela sociedade;

f) orientar os pais ou responsáveis quanto à sua importância na educação da criança e do adolescente, com o objetivo de evitar a transferência de seus papéis e responsabilidades à instituição;

g) encaminhar a outros recursos da comunidade a criança e o adolescente que necessitam de tratamento específico, quando esgotadas as possibilidades de atendimento na própria instituição;

h) participar na elaboração e execução das reuniões com os pais ou responsáveis;
i) participar das reuniões de equipe multiprofissional.

Desenvolvimento: a entidade pública 2 apresenta muitos casos em que se faz necessário o atendimento individual de crianças e adolescentes. Alguns casos podem ser atendidos em dupla ou em grupos pequenos, por este motivo, em reunião com a equipe de educadores, foi traçado um plano de atendimento clínico individual com horários fixos para estas crianças e adolescentes de maneira a não interferir nas outras atividades desenvolvidas pelas demais educadoras e procurando evitar que venham a coincidir com horários de esportes e atividades de lazer em geral. As educadoras desenvolverão suas atividades nos horários previstos, encaixando os educandos no horário de atendimento psicológico, de acordo com a necessidade apresentada. Alguns horários ficarão vagos para que seja feito um atendimento com todos os educandos matriculados no Projeto, que será realizado por ordem alfabética, de modo que nenhuma criança e adolescente fique sem atendimento. Tais horários vagos também serão utilizados de modo flexível, para ocasiões nas quais seja necessário fazer visitas domiciliares e ainda para colaborar no desenvolvimento das atividades gerais da instituição, quando necessário. No desenvolvimento dos atendimentos individuais, são utilizadas várias técnicas, de acordo com a necessidade apresentada. A Ludoterapia, técnica mais utilizada no atendimento com as crianças, visa utilizar brinquedos, pois segundo o Prof. Dr. A. M. M.: "*Brincar é uma atividade normal, através da qual a criança adquire capacidade, melhor desenvolvimento, crescimento e recebe estímulos para aprender cada vez mais e criar sempre. Dentro deste ponto de vista, o manipular um encaixe, enfiar o dedo em um buraco, pegar objetos de pesos diferentes são brinquedos tão importantes e respeitáveis como o são estudar, dirigir, etc. Precisa ser chamada a atenção para o fato de que enquanto o brinquedo traz informações como as mencionadas, também desempenham o importante papel de servir ao desenvolvimento emocional. A criança que não brinca não poderá tornar-se*

emocionalmente normal. Assim, imaginando que agressões atinjam a criança por dado intervalo de tempo, forçosamente estas agressões precisam ser "metabolizadas" de algum modo e, na infância, isto é feito através do ato de brincar. Em resumo: a criança, enquanto normal, trabalha suas emoções através do brinquedo, e estes se revestem de caráter curativo e profilático, desde que sejam aceitos, permitidos e assistidos pelo adulto. Caso a criança receba agressões tidas como normais mas não possa brincar, fatalmente terá problemas. Se a agressão existir e o brinquedo for permitido, a criança poderá adoecer como ser psicossomático quando as agressões aumentarem muito e o brinquedo não conseguir dar vazão a elas; ou se a agressão se mantiver constante mas o brinquedo for suprimido. Quando o brinquedo não é propício para a criança brincar, ou o era mas se tornou impróprio, a sua correção poderá reequilibrá-la se não se afastou muito da normalidade. Na eventualidade de o paciente ter se afastado muito do seu psiquismo normal e criado grandes incompatibilidades com o ambiente, então, o brinquedo só se tornará terapêutico num ambiente diferente, com outros adultos, e este novo ambiente poderá ser representado pela Sala de Ludoterapia com o seu terapeuta. Nesta nova situação, a criança poderá recuperar-se, independente da modificação da casa ou da instituição onde vive".

Também o setor de Psicologia da entidade 2, juntamente com a coordenação, vem desenvolvendo um plano de trabalho com as UBS e USF próximas, realizando reuniões para troca de informações, visto que a população atendida é a mesma. O Setor de Psicologia da entidade mantém contato com outras entidades nas quais nossos educandos recebem algum tipo de atendimento. A psicóloga posiciona-se sempre na colaboração com a coordenação, com as educadoras e todos os setores, no sentido de melhorar o atendimento e desenvolvimento dos trabalhos de um modo geral.

Na entidade, o psicólogo é considerado sobretudo como um terapeuta, e sua ação deve partir de uma postura técnica profissional relativamente imparcial, sendo que ele deve adaptar-se à estrutura de funcionamento da entidade e procurar atender à demanda de

trabalho clínico. Não se coloca nenhuma questão crítica com relação à instituição, quanto à sua função social, seus objetivos e seu contexto sócio-histórico, e suas eventuais aporias não são problematizadas. Os paradoxos institucionais devem ser encarados e enfrentados apenas na perspectiva profissional tradicional, focada no trabalho clínico sobre os comportamentos e as emoções individuais.

A perspectiva do psicólogo se revela centrada numa concepção tradicional da clínica individual, psicologizante, psicopatologizante e, portanto, terapêutica e preventiva, completamente descontextualizada da realidade social, política e econômica na qual vive a população atendida. Parece haver mesmo uma crença na onipotência da intervenção psicológica de caráter ludoterápico. Assim, seria possível transferir os conflitos para o plano simbólico e torná-los conscientes para os indivíduos afetados, promovendo sua elaboração e catarse, modificando os comportamentos. A intenção de que todas as crianças passem pelo atendimento psicológico indica uma desconfiança quanto à saúde mental dos usuários em geral, já que sua descrição os caracteriza como marcados pela patologia psíquica.

O plano de trabalho institucional da entidade assistencial privada 1

Vamos descrever a entidade, tomando como base o plano de trabalho que consta nos arquivos do CMDCA. Há dois projetos em execução: um para crianças e adolescentes no nível da proteção básica e outro no nível da proteção especial de média complexidade, colocando em prática a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. De acordo com o documento, trata-se de uma entidade civil e filantrópica, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, tendo sido criada com o objetivo de "contribuir para a solução de questões sociais e de fazer promoção humana". Sua missão seria "participar da construção de uma nova sociedade, defendendo a

vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, com as pessoas em situação de exclusão social". A justificativa apresentada para sua existência se deve à

> existência de populações em zonas periféricas da cidade, atingidas por conjunturas produtoras de vulnerabilidade social, tais como ausência ou precária renda, trabalho informal precário, desemprego, precário ou nulo acesso aos serviços das diversas políticas públicas, perda de vínculos sociofamiliares, discriminações, baixo índice de aproveitamento e rendimento escolar, verificado nas crianças e adolescentes, apesar de estarem freqüentando a escola, problemas de convivência e frágil participação política.
>
> A fonte de renda e ocupações mais freqüentes: diarista, doméstica, serviços gerais, pedreiro, pintor, servente de pedreiro, faxineira, catador de papel, pensão.
>
> As capacidades, competências e habilidades desse público observadas nos seus arranjos e meios de sobrevivência, nas suas manifestações artísticas e culturais, tais como capoeira, esportes, dança, músicas e na participação em projetos sociais; a existência de objetivos, condições e recursos disponíveis nessa entidade para contribuir no desenvolvimento, proteção e educação integral da pessoa, conjugando o previsto na legislação vigente: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – Proteção Integral, LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) – Proteção Social e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) – Educação Integral.

O público-alvo do projeto de nível de proteção básica inclui "crianças, adolescentes, jovens (de ambos os sexos) e suas famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica", e o objetivo geral pretende "ampliar capacidades, competências e habilidades do público-alvo para a convivência, a participação na vida pública e acesso aos serviços sociais básicos". Os objetivos são os seguintes:

a) Projeto Biblioteca: estimular e desenvolver o hábito de leitura, pesquisa e conhecimento; produzir e desenvolver oficinas do saber; desenvolver e estimular a comunicação e a expressão oral; ampliar a capacidade de produção e interpretação de textos por meio das seguintes atividades: oficinas de leitura; clube do leitor; hora do conto; pesquisas; softwares educativos; acompanhamento escolar e atendimento a comunidade.
b) Projeto Circo:[2] resgatar e estimular o aporte cultural que realizam os jovens; promover o desenvolvimento integral da pessoa, colaborando para o pleno crescimento de suas capacidades físicas, psicológicas, afetivas e intelectuais, estimular a vivência em comunidade, a solidariedade e o respeito às diferenças por meio das atividades: apresentação da história e cultura circense; oficinas de acrobacia de solo, malabarismo, palhaços, perna de pau; dança, teatro, capoeira, apresentações circenses na comunidade.
c) Projeto Esporte: contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa, promovendo o conhecimento e o exercício de suas habilidades corporais; estimular a vivência de valores, a preservação da saúde e a integração das diferenças; viabilizar a inclusão social e cultural de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, reduzindo os riscos aos quais estão expostos. Isso será realizado por meio das seguintes atividades: basquete, futsal, futebol, ginástica, jogos recreativos, natação, voleibol, jogos interativos na comunidade.

Com relação aos resultados esperados a partir das diversas atividades desenvolvidas, temos os seguintes:

todas as crianças e adolescentes capazes: a) de conviver e aprender com as diferenças; b) de compreender e atuar em seu entorno social; c) com sucesso escolar capaz de localizar e acessar informa-

2. Para uma discussão crítica da utilização socioeducativa do circo e das artes no contexto de entidades assistenciais, ver Lobo e Cassoli (2006) e Zanetti (2007).

ções; d) de ler, produzir conhecimentos e resolver problemas; todas as famílias, com acesso aos serviços sociais básicos, participando do processo educativo dos filhos e de meios que visam à superação da exclusão; todos os jovens participando de processos de formação, capacitação tendo em vista a profissionalização; articulação com a rede de proteção integral, escola pública e instituições diversas; capacidade de captar e gerenciar recursos.

Os indicadores de avaliação propostos incluem os seguintes aspectos:

Ampliação de capacidades do público-alvo para a convivência e participação na vida pública: conviver com as diferenças, cidadania ativa; ampliação de repertório de competências e habilidades: aprender a conhecer e a fazer; garantia dos direitos sociais básicos: contribuição para resultados na vida escolar, no usufruto da rede de proteção integral e na participação e promoção da família e comunidade; capacidade da organização de criar: condições favoráveis para o desenvolvimento do público-alvo, condições financeiras de viabilidade e sustentabilidade e de estabelecer redes de relacionamentos dando credibilidade e legitimidade a suas ações.

A metodologia de trabalho tem como princípios norteadores:

a solidariedade/caridade que liberta e emancipa as pessoas, tornando-as, através da participação efetiva no processo educativo, sujeitos da própria história e construtores de uma nova sociedade, a educação integral da pessoa, educar para a vida. Como estratégia metodológica, adotamos o trabalho com projetos educativos, considerados intencionalmente como espaços democráticos que favorecem o encontro, o diálogo e a reflexão, onde educadores, crianças, adolescentes, jovens e a família possam viver uma experiência colaborativa de aprendizagem, de convivência com a dife-

> rença e de participação política, tendo em vista a busca de soluções para os problemas e o fortalecimento das possibilidades.

A rotina de desenvolvimento das atividades e dos projetos é descrita da seguinte forma:

> As atividades são realizadas de 2ª a 6ª feira em dois períodos, período da manhã: das 08 às 12 horas – período da tarde: das 13 às 17 horas, atendendo o público no contra período escolar. Alimentação: café da manhã e almoço; almoço e lanche da tarde, servido diariamente na entidade. Mecanismos de participação do público: roda da conversa, realizada diariamente, constitui-se como espaço democrático de participação do público-alvo, além dos projetos. São momentos de diálogos, comunicação, tomadas de decisões, orientações, planejamentos, avaliações. Mecanismos de participação, acompanhamento e orientação dos projetos: planejamento participativo; reuniões pedagógicas semanais; formação e capacitação da equipe mensalmente; monitoramento dos projetos; avaliações parciais e sistemáticas, semestral e anual.

A entidade conta com os seguintes recursos humanos: 1 diretor executivo, 1 assistente social, 1 cozinheira e 1 auxiliar de cozinha, 1 coordenadora pedagógica, 5 professores (quatro professores foram cedidos pela Secretaria Municipal da Educação) e 1 bibliotecária. A formação dos profissionais inclui os seguintes campos: Filosofia, Serviço Social, Pedagogia, Magistério, Biblioteconomia, Direito, Educação Física. Com relação aos recursos físicos, a entidade dispõe de: 2 salas para atendimento pessoal; 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para direção; 1 sala para secretaria e administração; 1 sala de vídeo; 3 salas para atividades pedagógicas com lousa; 1 biblioteca; 1 salão para atividades circenses; 1 sala de jogos; 1 sala de esportes; 1 cozinha; 1 despensa; 1 refeitório; 3 banheiros para funcionários; 1 banheiro coletivo masculino; 1 banheiro coletivo feminino; 1 marcenaria; 1 salão de cabeleireiro; 1 almoxarifado; 1 pátio coberto para ginástica e esporte; 1 quadra de esporte; espaço para cultivo da horta; 1 piscina.

Descrevemos a seguir o plano de trabalho do projeto das medidas socioeducativas de liberdade assistida realizado na entidade privada 1.

1 – Público-alvo: Adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21 anos, de ambos os sexos, inseridos em medida sócio-educativa de meio aberto (liberdade assistida), residentes no município, encaminhados pelo Poder Judiciário.

2 – Diagnóstico: Perfil dos adolescentes: faixa etária entre 13 e 18 anos, chegando a atingir os 20 anos; defasado nível de escolaridade; nível sócio-econômico bastante restrito, havendo, porém, adolescentes de classe social superior, favorecendo acesso a bens, serviços e conhecimentos de melhor qualidade, os quais representam o menor número; núcleo familiar com dificuldade de contenção, de transmissão de valores positivos e com distorções de papéis; desqualificação profissional, muitas vezes impedida pela baixa escolaridade; trabalhadores informais com predominância na área de construção civil; envolvimento com substâncias entorpecentes; físico marcado com representação de tatuagens; preferência musical para o ritmo do rap e pagode; falas com gírias que prevalecem no meio de sua convivência; dificuldades com aceitação de regras; a maioria apresenta ausência de sonhos, perspectivas futuras, valorizando somente o imediato.

3 – Justificativa

A existência de adolescentes e jovens que se encontram em situação de conflito com a lei; a necessidade do serviço, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, para atender esse segmento e as condições estabelecidas nesta entidade para contribuir na promoção dos direitos desses jovens.

4 – Objetivo Geral

Prestar atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, advertidos com medida sócio-educativa de meio aberto, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as suas famílias, proporcionando condições e meios que possibilitem ao adolescente encontrar novas alternativas de vida que conduzam

à modificação do seu modo de proceder e ao rompimento com a prática delituosa.

5 – Objetivos específicos

- Orientar e acompanhar o adolescente nas questões relacionadas à convivência familiar e comunitária, a saúde, a escolarização, a cultura, a profissionalização e ao trabalho;
- Encaminhar e providenciar a regularização de documentos pessoais e escolares do adolescente;
- Propiciar, através dos encontros individuais e grupais, processos de descobertas pessoais que levem o adolescente a se perceber como um ser criador e transformador com capacidades e habilidades para se relacionar com o mundo de maneira diferente daquela que o envolveu na pratica de ato infracional;
- Atender e orientar a família do adolescente envolvendo-a no processo sócio-educativo da medida;
- Promover o acesso e a inclusão do adolescente e de sua família, quando necessário, na rede de serviços sociais básicos;
- Articular as ações do projeto com os serviços sociais básicos, com o sistema de garantia de direitos e justiça e com instituições diversas, buscando criar condições favoráveis e oportunidades de desenvolvimento para o adolescente e sua família.
- Sensibilizar a comunidade, buscando a adesão de seus membros no acompanhamento do adolescente.

6 – Metas

- Atender 65 adolescentes e seus familiares, residentes no município, inseridos em medida sócio-educativa de meio aberto;
- Efetivar 100% dos encaminhamentos para a confecção de documentos pessoais nos dois primeiros meses da medida;
- Garantir no mínimo a posse de certidão de nascimento e RG para 100% dos adolescentes atendidos até o término da medida;
- Encaminhar todos os adolescentes exclusos para retorno à escola até o final do primeiro mês da medida;
- Tomar providências para que todos os adolescentes atendidos permaneçam na escola e tenham acesso a outras políticas públicas e serviços privados;

-Efetivar 100% das articulações necessárias para o atendimento ao adolescente;
- Garantir atendimento para todas as famílias e encaminhamentos que se fizerem necessários.

7 – Metodologia

Princípios Gerais: solidariedade/caridade que liberta e emancipa as pessoas, tornando-as, através da participação efetiva no processo educativo, sujeitos da própria história e construtores de uma nova sociedade (**pedagogia social da Caritas**).

Educação integral da pessoa, educar para a vida (**pedagogia da congregação religiosa**)

Princípios específicos de acordo com o SINASE: a prevalência da ação sócio-educativa sobre os aspectos sancionatórios; o protagonismo juvenil na defesa, proteção e promoção de seus próprios direitos; a presença e exemplaridade educativa do adulto; a firmeza (não rigidez) na diretividade do processo sócio-educativo; a valorização da diversidade étnica-racial, de gênero e sexual; a participação da família e da comunidade nas ações sócio-educativas.

8 – Operacionalização: procedimentos técnico-administrativos

Atividades	Periodicidade
Acolhida do adolescente e família; interpretação da medida.	Na data agendada pelo poder judiciário
Providências e regularização de documentos; matricula na rede de ensino.	Nas 3 últimas semanas do primeiro mês da medida.
Encontros individuais (adolescente)	Semanal
Encontros grupais (adolescente)	Mensal
Encontros individuais (família)	Mensal
Encontro grupal (família)	Mensal
Visitas domiciliares	No início e final da medida e quando se fizer oportuno.
Inclusão do adolescente e sua família na rede de proteção social: acesso aos serviços sociais básicos.	Quando se fizer necessário

Atividades	Periodicidade
Articulação com a rede de proteção social, comunidade e com instituições diversas.	Contínua
Inserção em atividades culturais, de lazer, recreativas e práticas esportivas.	Contínua
Inclusão em atividades de apoio escolar	Contínua
Inserção em cursos de profissionalização, capacitação, treinamento.	Contínua
Inclusão digital	Contínua
Procedimento técnico-administrativo: registro do atendimento; leitura e estudos de processos; elaboração e envio de ofícios e relatórios ao poder judiciário.	Diário
Reuniões da equipe técnica	Semanal

9 – Avaliação

Ações	Periodicidade	Duração	Responsável	Local
Recebimento de ofícios do Poder Judiciário e correspondências diversas; registro de entradas e montagem de pastas; verificação de pastas e providências de cópias da documentação do adolescente.	Diário	02 hs	Auxiliar administrativo coordenador	entidade
Leitura e estudo de processos	Nos dias prévios à data agendada para o comparecimento	30 min.	Orientador	entidade
Elaboração e envio de ofícios e relatórios ao poder judiciário	De acordo com o estabelecido pelo Poder Judiciário	02 hs	Orientador, coordenador	entidade
Elaboração do demonstrativo de atendimento	Mensal	04 hs	A equipe	entidade

Ações	**Periodicidade**	**Duração**	**Responsável**	**Local**
Prestação de contas	Quadrimestral	8 horas	Técnico administrativo e responsável; técnico de finanças da entidade	entidade

Ações	**Indicadores**	**Resultados esperados**
Plano individual de atendimento (PIA)	Capacidade do adolescente em compreender, estabelecer e cumprir metas em sua vida.	Todos os adolescentes propondo objetivos para suas vidas. Metas atingidas.
Providências de documentos pessoais	Nº de adolescentes com a documentação pessoal adequada à idade	Todos os adolescentes com a documentação pessoal regularizada até o final da medida
Encontros individuais e grupais (adolescentes)	Capacidade, competência e habilidade do adolescente; convivência: familiar, comunitária e com a diferença.	Rompimento com as práticas delituosas, descobertas de novos caminhos e maneiras de se relacionar.
Atendimento e orientação à família	Envolvimento e participação da família	Todas as famílias assumindo responsabilidades com o projeto no processo da medida
Acesso e inclusão na rede de proteção social e em outros serviços	Contribuição para acesso e resultados no usufruto da rede de proteção e de outros serviços	Todos os adolescentes e suas famílias que necessitam de acesso aos serviços sociais básicos.
Articulação com a rede de serviços, instituições diversas e com a comunidade do adolescente.	Capacidade da entidade e do projeto de estabelecer redes de relacionamento e articulações com os serviços e com as pessoas da comunidade local.	Articulações e parcerias com os principais serviços e pessoas necessários aos adolescentes e suas famílias.

10 – Recursos

10.1 – Recursos humanos

N°	Cargo/função	Formação profissional	Carga horária	Fonte pagadora
1	Coordenador	Ciências Sociais	40	Convênio PMM
1	Técnica orientadora	Serviço Social	40	Cedida - PMM
1	Técnica orientadora	Serviço Social	20	Convênio PMM
1	Técnica orientadora	Psicologia	20	Convênio PMM
2	Estagiários	Serviço Social	20	Convênio PMM
1	Auxiliar administrativo	Administração	40	Convênio PMM

O plano de trabalho institucional da entidade assistencial privada 2

Para elaborar essa descrição e caracterização da entidade privada 2, tivemos acesso ao seu plano de trabalho, que consta nos arquivos do CMDCA.

Plano de trabalho da entidade assistencial privada 2

A entidade assistencial foi fundada em 30 de agosto de 1974, a entidade busca oferecer possibilidades de experiências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade. A nossa clientela é proveniente de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo, procuram a entidade buscando o que ela oferece para que possam ter um futuro melhor, pois é através dessa oportunidade que o adolescente consegue o seu primeiro emprego. Oferecemos atividades recreativas, esportivas, culturais, assistência médica, odontológica, três refeições diárias aos adolescentes, buscando assegurar seu direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao esporte ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à convivência com a família e comunidade, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É de ressaltar que aos participantes fornecemos contribuições valiosas e esperamos propiciar uma visão clara e operacional do processo teórico e prático, ou seja, a forma criativa e inovadora de que vamos continuar o nosso trabalho frente à entidade, direcionados para atuais exigências do mundo, do trabalho e da sociedade. "Faremos um trabalho marcante com o nosso foco prioritário que é o adolescente, assumiremos os desafios e vamos lutar em favor dos menos favorecidos, sempre contribuindo para gerar ações sustentáveis na comunidade com o lema: honestidade e prontidão com os deveres." (Presidente).

Cursos e estágios

Os alunos matriculados na entidade passam por orientação e treinamento fazendo cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores que a entidade oferece gratuitamente. Além dos cursos, o currículo será enriquecido com aulas de reforço de português e matemática, mesa-redonda e incentivo à leitura, plantão de dúvidas e cuidados com a saúde, além da prática de esportes, pois somos conscientes da importância dos esportes na formação humana e na qualidade de vida e é por isso que nós motivamos os adolescentes oferecendo o melhor.

1. Curso de auxiliar de departamento pessoal: esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 03 módulos: Módulo 1- Recursos humanos, conceitos e origem: elaboração do currículo e simulação para uma boa entrevista. Módulo 2- Administrativa: será abordada toda rotina da empresa; como o contrato de trabalho, remuneração, duração, benefícios e descontos legais, bem como obrigações dos empregados. Módulo 3- Redação comercial e comunicação escrita: cartas comerciais, memorandos, ofícios, declaração e atestados, entre outros.

2. Curso de auxiliar de escritório: esse curso possui um módulo com carga horária de 90 horas. O aluno vivenciará toda rotina de escritório, aprendendo os conceitos e distribuição de rotina diária,

comunicação interna, conferência de texto, escrituração, executar tarefas rotineiras da contabilidade, além de atividades físicas, recreativas e culturais.

3. Curso de trabalhadores de vendas: esse curso tem carga horária de 200 horas divididas em 03 módulos. Módulo 1-Vendas: Qualidade de atendimento; imagem da empresa; atendimento ao púbico; importância do cliente; comunicação; publicidade de marketing; telemarketing; entre outros. Módulo 2-Vendas: definição de mercado e comércio; setor de vendas, conclusão de vendas; público-alvo; balconista. Comerciante; categoria de vendedores; atração dos clientes. Módulo 3- Empacotador/repositor: boas maneiras; separação correta dos produtos; reposição; conselhos úteis.

4. Cursos de trabalhadores de secretariado: esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 03 módulos: Módulo 1- Secretariado: serão abordados princípios básicos, bem como guia de boas maneiras, organização de agenda, reuniões e administração do tempo. Módulo 2- Correspondência comercial (redação): elaboração de cartas, memorandos, circular, atestados, atas, declarações, entre outros. Módulo 3- *Office boy* (interno e externo): técnicas, formas, tipos e métodos de arquivamento, rotinas externas; protocolos.

5. Curso de marketing pessoal: esse curso tem carga horária de 90 horas divididas em 02 módulos: Módulo 1- Marketing pessoal: processo de ampliação e conhecimento; caminhos difíceis da arrogância, atitudes e frases negativas; como agir e viver com entusiasmo e confiança. Módulo 2- Estabelecendo metas; marketing pessoal eletrônico; ajuda na batalha pelo emprego. O visual para contribuir na batalha pelo emprego. Nesse módulo serão trabalhados textos transversais, como: sexualidade; saúde, higiene e bem-estar; orientações de trânsito; primeiros socorros.

6. Curso de informática: esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 04 módulos: Módulo 1- Introdução à informática: conceitos, configurações, memória seus tipos de funções gerais. Windows: programas; acessórios; Explorer; Word,

formatação; marcadores e numeração; ortografia e gramática; alinhamento de textos; cabeçalhos e rodapé; mala direta. Módulo 2- Excel: cálculos usando fórmulas; planilha eletrônica; criação de gráficos; células. Formatação de números; cálculo usando fórmulas; lista e classificação de dados. Tabelas dinâmicas e auto-formatação. Módulo 3- PowerPoint: criação de apresentação de slides; gráficos; organogramas; animação e impressão. Photoshop: digitalização de imagens e fotos através de scanner. Aplicação de efeitos como redimensionamento, posicionamento, brilho, contraste e marca d'água. Módulo 4- Internet Explorer: Rede de informações. Os adolescentes aprendem a explorar os sites na Web (exceto de conteúdo impróprio) e a navegar na internet. Também aprendem a cadastrar seus endereços eletrônicos (quem ainda não possui) e a acessar suas mensagens. Pesquisam sobre temas de seus trabalhos escolares, preparando-os e imprimindo na entidade. Ensinamos a baixar programas e músicas, imagens e máquinas. Enfim, eles têm acesso às notícias, informações da atualidade, bem como novidades e lançamentos.

Mercado de trabalho

Os adolescentes pertencem a classes sociais menos favorecidas, são carentes e por conta acabam abandonando a escola e isso não podemos deixar acontecer, pois o perfil de escolaridade de cada trabalhador constitui um diferencial competitivo, mas é um instrumento a favorecer o crescimento integral. A entidade tem por objetivo amparar, educar, orientar e encaminhar profissionalmente o adolescente ao mercado de trabalho, criando-lhe condições para sua integração na sociedade, tornando-o capaz de agir com mais autonomia, capacidade crítica e de auto-avaliação e de responsabilidade social. As políticas de trabalho e emprego vêm ao encontro de um dos principais dilemas vivenciados pelos adolescentes; a dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho. Para o adolescente, o emprego tem significado especial, porque se trata da aspiração de conseguir um primeiro emprego com registro em carteira. É através da entidade que os preparamos e orientamos o melhor possível.

Estacionamento regulamentado

A entidade, de acordo com convênios firmados com a empresa de desenvolvimento urbano e habitacional do município, vem desenvolvendo o trabalho de vendas de cartelas no estacionamento regulamentado. Durante meses, os adolescentes são treinados e orientados para laborar no estacionamento regulamentado e tomam conhecimento dos direitos e deveres, conforme o "Estatuto da Criança e do Adolescente" – ECA. Aprendem a preencher as cartelas e sabem que não pode haver rasuras, tem que conhecer setores e subsetores pois a localização das ruas e avenidas é muito importante e, além de ter noção de trânsito, enfim o trabalho constituído torna-se sua referência de afirmação, na medida em que proporciona autonomia, gera renda, e o trabalho associa-se à noção de cidadania.

Os adolescentes serão encaminhados ao estacionamento regulamentado para estagiar, devidamente registrados em carteira com salário mínimo/hora e descontos permitidos em lei. Recebem também uniforme completo incluindo capa de chuva, pochete, protetor solar, café da manhã e lanche da tarde. O Estacionamento Regulamentado servirá de avaliação do adolescente quanto à pontualidade, respeito e disciplina. Durante o estágio, o aprendiz será avaliado e encaminhado para o mercado de trabalho.

"Pare de olhar para trás. Você já sabe onde esteve. Você precisa saber para onde vai. Acostumar seus olhos a mirar o futuro."

Atendimento familiar

A entidade educacional atende em média 850 adolescentes na faixa etária de 15 anos e 09 meses e 18 anos, matriculados na entidade, num total de 3.360 pessoas de vários bairros da cidade. O princípio básico dessa atuação são as atividades voltadas para o fortalecimento da autoestima, melhor preparação do "eu", com consequente ampliação da consciência de si mesmo e de seus limites e potencialidades. O desafio maior é o de desmistificar as ferramentas comumente utilizadas na seleção para o trabalho, tais como dinâmica de grupo, extremamente útil para o encaminhamento anterior dos adolescentes, bem como suas áreas de inte-

resses profissionais. Paralelamente a esse trabalho, não deixaremos de atender os pais, tanto quanto formos procurados em busca de orientação, como nas ocasiões em que seja necessária chamá-los para esclarecimentos sobre as dificuldades de seus filhos. Acreditamos que quando há interação entre a entidade e a família nosso objetivo de formar cidadãos melhores será mais facilmente alcançado. "Nem pai nem mãe farão tão bem a um homem quanto faz uma mente corretamente direcionada."

Parcerias

Quando o adolescente é encaminhado à empresa, esta contribuirá mensalmente com a entidade, com um valor correspondente a um salário mínimo vigente, crescido de 35% de seu valor, a título de encargos sociais e taxas administrativas. Também o adolescente terá encargos sociais e taxas administrativas. Também o adolescente terá direito assegurado de férias, que corresponderá ao valor de um salário mínimo, acrescido de 1/3 e abono natalino proporcional ao tempo de labor. Dessa forma, a entidade pretende dar continuidade ao trabalho integrado entre a população assistida "adolescente e família, empresa e escola" e a equipe técnica envolvida no programa. Hoje, além da parceria com a EMDURB, contamos com apoio de hospitais, indústria, comércio, clínicas e supermercados. Assim poderemos dar consequência ao nosso projeto social, propiciando melhores condições de vida para os adolescentes e suas famílias.

Quanto ao plano de trabalho, é interessante notar que a missão da entidade visa "oferecer possibilidades de experiências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade". A oferta institucional tem um objetivo "preventivo" relacionado com o tema da marginalidade, o que revela a perspectiva filantrópica própria da elite benemerente. Em seguida, o ECA é citado como fundamento dos direitos dos adolescentes que a entidade pretende implementar com sua ação institucional. O discurso oficial oscila entre uma concepção preventivo-repressiva da atenção ao

adolescente e a concepção de proteção integral a ele como sujeito de direitos e deveres.

Os adolescentes são caracterizados como "provenientes de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo" – eufemismo para designar as classes oprimidas e exploradas. Quais são as condições de possibilidades sociais e institucionais que esses adolescentes possuem para fazer "escolhas" e "opções pessoais e sociais"? A entidade já escolheu para eles e se propõe a oferecer uma formação profissionalizante para que os jovens pobres "possam ter um futuro melhor". O caminho para superar a marginalidade e a pobreza estaria na profissionalização e no ingresso ao mundo do trabalho: a solução encontrada pela elite consiste em transformar os adolescentes em trabalhadores, em empregados, em operários – em mão de obra barata.

É por isso que a entidade oferece diversos cursos de capacitação e formação profissionalizante e atrela-os à educação escolar oficial (os candidatos que pleiteiam vagas na entidade devem estar matriculados na rede oficial de ensino e devem ainda estar frequentando com sucesso as atividades escolares). A entidade recebe, dentre os alunos das escolas públicas, os melhores adolescentes, que são selecionados por meio de avaliações escritas; são selecionados, dentre os alunos das classes subalternas, os que estão conseguindo obter sucesso escolar e que, portanto, estão no topo do conjunto dos seus colegas. Não são os que mais precisam que são beneficiados, mas os mais "capazes" entre os adolescentes provenientes de contextos socioculturais com "baixo poder aquisitivo".

A entidade quer evitar que os adolescentes abandonem a escola, que é considerada capaz de agregar um "diferencial competitivo" para o adolescente no mercado de trabalho, além de ser "um instrumento a favorecer o crescimento integral". Os "adolescentes pertencem a classes sociais menos favorecidas", e a causa que os levaria a abandonar a escola estaria no fato de que "são carentes"; seria a pobreza (carência) a causa do abandono escolar. Bem sabemos que essa hipótese não corresponde à realidade e serve para a

culpabilização individual dos adolescentes pobres que, na verdade, não se evadem da escola, mas são expulsos pelo sistema escolar. A "evasão" tem maior possibilidade de ser "expulsão", como demonstram especialistas no tema. Em todo caso, a concepção expressa oficialmente pelo pensamento institucional revela a ausência de uma análise mais crítica das relações da escola com as crianças e com os adolescentes pertencentes à classe trabalhadora.

A partir de um diagnóstico elitista, a entidade propõe-se a "amparar, educar, orientar e encaminhar profissionalmente o adolescente ao mercado de trabalho, criando-lhe condições para sua integração na sociedade, tornando-o capaz de agir com mais autonomia, capacidade crítica e de autoavaliação, e de responsabilidade social". Ela entende que quem é carente e necessitado precisa de "amparo", e o caminho para a "integração social" passa pela educação profissionalizante e pela inserção inicial no mercado de trabalho. Esse processo institucional seria capaz de prover ao adolescente, levando-o a "agir com mais autonomia, capacidade crítica e de autoavaliação, e de responsabilidade social". Tal oferta institucional se diz preocupada em emancipar o adolescente, mas será que suas mediações para obter esses efeitos condizem com seus objetivos?

A pobreza seria resolvida com a profissionalização dos filhos dos pobres, procurando inseri-los no mercado de trabalho: o destino para o adolescente pobre é ser empregado. Durante o estágio no "estacionamento regulamentado", enquanto é formado e treinado pela entidade, o adolescente é provado, observado e testado para ser encaminhado ao mercado de trabalho na função de "adolescente aprendiz". Supõe-se que "o *trabalho constituído* torna-se sua referência de afirmação na medida em que proporciona autonomia, gera renda, e o trabalho associa-se à noção de cidadania" (grifo nosso). Pensa-se que o registro em carteira torna o indivíduo "cidadão", mas isso o torna apenas um assalariado e mais um explorado no mercado de trabalho, âmbito que está longe de prover a real cidadania. Superestima-se o trabalho enquanto uma categoria abstrata, associando-o ainda à noção de cidadania, pois um

trabalho pouco qualificado e subalterno como o realizado pelo adolescente no "estacionamento regulamentado" não pode ser realmente tomado como expressão da condição de um cidadão, mas representa melhor a dominação e a tutela dos pobres pelo mercado, determinante do seu curto horizonte de possibilidades. "Pontualidade, respeito e disciplina" é o que todo e qualquer patrão espera de empregados ideais.

Somos informados de que "o princípio básico" da atuação formativa da entidade se relaciona com "as atividades voltadas para o fortalecimento da autoestima, melhor preparação do 'eu', com conseqüente ampliação da consciência de si mesmo e de seus limites e potencialidades". Aí emerge a dimensão psicologizante e tradicional da ação socioeducativa da entidade: ela pretende trabalhar a "autoestima" do "eu", bem como ampliar a "consciência de si e dos seus limites e potencialidades". Estamos diante de uma psicologia tradicional, focada no indivíduo, desconectado do contexto sócio-histórico mais amplo, reduzido à sua interioridade psicológica e às suas competências supostamente individuais e talvez inclusive inatas. Conhecendo-se, tendo consciência do que tem condições de fazer e do que não tem aptidão para fazer, o adolescente pode aderir a uma proposta de formação que aparentemente é adequada e compatível com suas próprias habilidades, "dons" e "talentos".

A família é vista ao mesmo tempo como destinatária dos serviços de apoio da entidade e também como coadjuvante no trabalho de "formar cidadãos melhores". A intenção manifestada é a de "dirigir corretamente as mentes" dos usuários da entidade.

Vamos apresentar a seguir o regulamento interno da entidade e alguns comentários.

> **Regulamento interno disciplinar para os adolescentes aprendizes**
> A disciplina na sala de aula é indispensável, qualquer ação disciplinar passa pelo boletim de ocorrências interno. Atender prontamente ao sinal.

A entidade, através de seu diretor presidente, dentro de suas atribuições e de acordo com os estatutos, com poderes delegados pelo Conselho de Curadores, passa a elaborar o novo Regulamento Disciplinar da entidade.

Capítulo I – Dos princípios gerais da disciplina

Artigo 1º - Para fins disciplinares, a entidade abrange todo seu efetivo de funcionários e "adolescentes aprendizes" em atividade profissional básica ou em instrução preparatória "treinamento".

Artigo 2º - A disciplina é o exato cumprimento dos deveres de cada um, em todos os níveis da entidade. A disciplina constitui a base da organização da entidade.

Artigo 3º - São manifestações essenciais da disciplina:

Parágrafo 1º - O pronto atendimento às ordens recebidas;

Parágrafo 2º - A rigorosa observância das prescrições dos Regulamentos;

Parágrafo 3º - O emprego de todas as energias em benefício do serviço;

Parágrafo 4º - A correção de atividades;

Parágrafo 5º - A colaboração espontânea à disciplina e à eficiência da entidade.

Artigo 4º - As ordens devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinou.

Parágrafo único - Quando a ordem parecer obscura, compete ao subordinado solicitar esclarecimentos necessários no ato de recebê-la.

Artigo 5º - A civilidade é parte integrante da Educação. Importa aos superiores tratar os "adolescentes aprendizes" e funcionários com respeito, interesse e benevolência.

Parágrafo único - Será considerada falta grave, passível de demissão, todo ato libidinoso dentro da entidade.

Artigo 6º - A cooperação e demonstração de cortesia torna-se indispensável entre os "adolescentes aprendizes".

Capítulo II – Das transgressões disciplinares – Definição e especificação

Artigo 7º - Transgressão disciplinar é toda violação do dever.

Parágrafo único - São transgressões:
A: Todas as omissões contrárias à disciplina, especificadas no presente capítulo, em especial aos "adolescentes aprendizes", que são consideradas medidas socioeducativas.
B: Todas as ações ou omissões não especificadas neste Regulamento, praticadas contra a honra e o pudor individual, contra o decoro da classe, contra os preceitos de subordinação, regras e ordens de serviços, estabelecidas nos Regulamentos ou prescritos por autoridade competente.
Artigo 8º - As transgressões a que se refere a letra "A" do Parágrafo Único do Artigo 7° são:
Parágrafo 1º- Deixar de comunicar falta ou irregularidade, que presenciar ou tiver conhecimento, aos seus superiores;
Parágrafo 2º - Permutar ou trocar de serviço sem a devida autorização;
Parágrafo 3º - Apossar ou servir, sem autorização, de objetos que não estejam a seu cargo ou pertençam a outrem;
Parágrafo 4º - Concorrer para a discórdia ou desarmonia entre os companheiros do grupo, ou ainda cultivar inimizade entre os mesmos;
Parágrafo 5º - Aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem dada, ou para que seja retardada sua execução;
Parágrafo 6º - Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever;
Parágrafo 7º - Executar seu trabalho com má vontade ou intencionalmente, por falta de atenção em qualquer serviço ou orientação;
Parágrafo 8º - Faltar ou chegar atrasado sem justo motivo a qualquer ato ou serviço em que deva tomar parte ou assistir;
Parágrafo 9º - Deixar de usar o crachá de identificação ou deixar de identificar-se quando solicitado;
Parágrafo 10º - Censurar atos de seus superiores ou procurar desconsiderá-los no âmbito da entidade ou em círculos da comunidade;
Parágrafo 11º - Ofender, provocar ou desafiar seu companheiro de trabalho ou funcionário com palavras, atos ou gestos;

Parágrafo 12º - Não ter cuidado com o anseio próprio e com a apresentação pessoal;
Parágrafo 13º - Não ter o devido zelo, extraviar ou estragar objetos pertencentes à entidade;
Parágrafo 14º - Faltar com a verdade, levantar dúvida ou falso testemunho contra seu colega de trabalho;
Parágrafo 15º - Deixar de cumprir ordem de serviço ou abandonar o serviço para que tenha sido designado;
Parágrafo 16° - Assumir compromisso pela entidade sem estar para isso autorizado;
Parágrafo 17º - Participar de jogos proibidos, ou jogos a dinheiro, dentro da entidade ou no local de trabalho; ou usando indevidamente o uniforme.
Parágrafo 18º - Portar arma de qualquer espécie na entidade ou local de trabalho;
Parágrafo 19º - Espalhar falsas notícias ou inventar inverdade em prejuízo da boa ordem dentro da entidade;
Parágrafo 20º - Ofender, provocar, responder de maneira desatenciosa ou dirigir-se aos seus companheiros ou superiores de modo desrespeitoso;
Parágrafo 21º - Comportar-se de modo inconveniente, sem compostura na entidade ou no ambiente de trabalho, faltando aos preceitos de boa educação;
Parágrafo 22º - Ingerir bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de droga na entidade ou no local de trabalho; bem como servir-se da alimentação em quantidade suficiente e zelar pela limpeza do refeitório e dos banheiros.
Parágrafo 23º - Apoderar para si de objetos pertencentes à entidade ou de companheiros dentro da entidade ou no local de trabalho;
Parágrafo 24º - Usar roupas ou acessórios que não são partes do uniforme da entidade dentro da entidade ou no trabalho.
Parágrafo 25º - Estar com os cabelos exageradamente coloridos e compridos, trancinhas no cabelo, aos adolescentes de ambos os sexos;

Parágrafo 26º - Portar telefone celular ligado ou usá-lo para entretenimento nas dependências da entidade e no local de trabalho;
Parágrafo 27º - Fumar nas dependências da entidade e quando estiver usando o uniforme da entidade durante o período de trabalho;
Parágrafo 28º - Frequentar a entidade ou o trabalho sem o uso do uniforme completo, principalmente do crachá de identificação;
Parágrafo 29º - Participar de brincadeiras de mau gosto ou inadequadas que poderão levar a um desentendimento e a consequências desagradáveis;
Parágrafo 30º - Rasurar ou alterar documentos de uso no trabalho, da entidade ou de repartições públicas, "atestados";
Parágrafo 31º - Abandonar o trabalho sem comunicação e autorização superior;
Parágrafo 32º - Participar de rodinhas com amigos ou colegas durante o horário de trabalho;
Parágrafo 33º - Usar mochila durante o trabalho ou nas dependências da entidade; ela deverá estar devidamente fechada com cadeado.
Parágrafo 34º - Desrespeitar as pessoas, inclusive clientes ou usuários do estacionamento regulamentado;
Parágrafo 35º - Deixar de atender o cliente ou usuário do estacionamento regulamentado, ou esperar que seja chamado;
Parágrafo 36º - Namorar no ambiente de trabalho, deixando de cumprir com suas obrigações;
Parágrafo 37º - Andar de bicicleta na contra mão, respeito à vida "Projeto pedalar";
Parágrafo 38º - Ficar se apoiando nos veículos ou sentar neles, escrever ou riscar em veículos ou paredes de estabelecimentos;
Parágrafo 39º - Abandonar o ambiente de trabalho, ou sala de orientação, tanto o adolescente aprendiz, sem autorização prévia;
Parágrafo 40º - Deixar de prestar contas de numerário sobre recebimento de bolsa de estudo ou venda de cartelas, abandonando a entidade sem autorização superior.
Artigo 9º - As transgressões deste regulamento serão classificadas, segundo sua intensidade, em leves, médias e graves, sendo as

penas equivalentes, aplicadas pela coordenadora e assistente social aos "adolescentes aprendizes".
Parágrafo único - São penas disciplinares: a) = Termo de orientação; já ocorre neste ato de aprendizagem; b) = Termo de advertência; pela assistente social com número de duas ou coordenadora, conforme a gravidade; c) = Termo de demissão; por justa causa ou injusta causa se necessário.
Capítulo III – Disposições finais
Artigo 10º - O adolescente que assinar o boletim de ocorrência será dispensado da entidade ou reclassificado em último lugar.
Artigo 11º - Os casos omissos não constantes do presente regulamento disciplinar serão decididos pelo Presidente da entidade.
Artigo 12º - O presente regulamento disciplinar entra em vigor em janeiro de 2007.
Diretor Presidente.

Por meio do regulamento disciplinar da entidade ficamos sabendo que há um "boletim de ocorrências interno" no qual eram registradas e comunicadas as faltas disciplinares dos adolescentes, sendo encaminhadas aos superiores para as providências necessárias.

O regulamento disciplinar parece-nos bastante rígido e autoritário. Ele propõe um processo de domesticação repressiva dos adolescentes, que devem ser obedientes, dóceis, submissos, serviçais e dispostos a colaborar. A autoridade está investida de todo o poder, devendo ser respeitada incondicionalmente, e seus representantes são detentores de todo o poder de decisão – são árbitros inatacáveis e inquestionáveis. A disciplina é considerada equivalente às "medidas socioeducativas", sendo apresentada de modo predominantemente vertical, impositivo, monolítico, moralista e fortemente repressivo-correcional.

Esse regulamento nos remete ao universo taylorista da produção industrial. Também conhecido como Administração Científica, o taylorismo é um sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor no final do século XIX. A principal característica

desse sistema é a organização e a divisão de tarefas dentro de uma empresa, com o objetivo de obter o máximo de rendimento e de eficiência com o mínimo de tempo e de atividade. Dando prosseguimento à teoria de Taylor, Henry Ford (1863-1947) desenvolveu seu procedimento industrial baseado na linha de montagem para gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa, dando origem ao fordismo.

As principais características e objetivos do taylorismo seriam as seguintes: a) divisão das tarefas de trabalho dentro de uma empresa; b) especialização do trabalhador; c) treinamento e preparação dos trabalhadores de acordo com as aptidões apresentadas; d) análise dos processos produtivos dentro de uma empresa como objetivo de otimização do trabalho; e) adoção de métodos para diminuir a fadiga e os problemas de saúde dos trabalhadores; f) introdução de melhorias nas condições e ambientes de trabalho; g) uso de métodos padronizados para reduzir custos e aumentar a produtividade; h) criação de sistemas de incentivos e de recompensas salariais para motivar os trabalhadores e aumentar a produtividade; i) uso de supervisão humana especializada para controlar o processo produtivo; j) disciplina na distribuição de atribuições e de responsabilidades; l) uso apenas de métodos de trabalho que já foram testados e planejados para eliminar o improviso. (Rago; Moreira, 1987, p.23).

O taylorismo representa um modo de organização de trabalho criado no início do século XX, com o objetivo de intensificar o processo de extração da mais-valia relativa por meio da expropriação do saber-fazer operário, expropriação esta decorrente do aprofundamento da separação entre trabalho manual e intelectual, de concepção e de execução (Lazagna, 2002). Fraga (2006) estuda a época taylorista e fordista, procurando caracterizar essas modalidades de produção como importantes organizadores da indústria até meados da segunda metade do século passado. Também analisa as transformações na organização da produção no final do século XX e início do XXI, com o advento do sistema produtivo flexível, procurando caracterizar as mudanças no mercado de trabalho como um todo. Suas discussões indicam que

> Na sociedade atual, inserida num contexto de globalização, informatização, flexibilização e privatização, o mercado de trabalho vem passando por uma transformação dos tipos de empregos oferecidos e nos meios de se inserir neles. Certas transformações em curso são responsáveis por uma ampla instabilidade trabalhista. A terceirização, o aumento estrutural do desemprego e a expansão do setor informal são bons indicadores da forma como os trabalhadores têm sido apresentados às perspectivas de se manterem e de progredirem. Os trabalhadores têm que possuir, cada vez mais, múltiplas competências. A velocidade da informação e da inovação tecnológica força as pessoas a estarem em permanente atualização. A exclusão digital e o não conhecimento de uma segunda ou terceira língua também aparecem como empecilho para a obtenção de cada vez mais postos de trabalho. O setor industrial, cada vez mais informatizado, passa por uma redução do emprego. O setor de serviços tem expandido as suas vagas. Nesse contexto, a indústria passa da produção em massa para a produção flexível. O fordismo, com seus movimentos rotineiros que não envolviam as faculdades mentais e a espontaneidade dos trabalhadores, dá lugar a um modelo em que os trabalhadores passam a desempenhar múltiplas funções e a não só executar, mas pensar sobre o processo de produção. Uma parte do setor de serviços e do setor informal segue o caminho contrário, passa a incorporar as características do fordismo no desempenho de suas atividades profissionais. Os seus trabalhadores passam a ter rotinas de trabalho, rígido controle do tempo e atividades mecanicamente seguidas. Dessa forma, as características do "fordismo", típicas da modernidade sólida, não desapareceram na modernidade líquida. Na complexidade do mercado de trabalho atual, elas passaram, junto com as características do "pós-fordismo", a conviverem conjuntamente. (Ibid., p.7-8).

Parece que o processo socioeducativo profissionalizante desenvolvido pela entidade ainda se situa numa perspectiva grosseiramente taylorista, permanecendo descontextualizada na

contemporaneidade tardia. Caso os adolescentes aprendam, incorporem e obedeçam fiel e diligentemente a esse regulamento disciplinar, eles se tornarão indivíduos submissos, subordinados e subservientes. Seria esse o "cidadão autônomo, autocrítico e dotado de responsabilidade social" que a entidade se propõe a formar? Em todo caso, esse seria um bom e fiel empregado que todo patrão gostaria de ter: disciplinado, honesto, produtivo e obediente. Certamente, indivíduos assim "reeducados" e "profissionalizados" teriam boa aceitação no mercado de trabalho.

No regulamento interno, o mando do capitalista se confunde com o do general, impingindo subordinação e disciplina. As normas previstas constituem uma legislação privada e autocrática sem disfarces, concentrando na autoridade poderes indivisos. Trata-se de uma forma de direito despótico que fundamenta a política institucional, instituindo um controle sobre os adolescentes, estabelecendo suas tarefas, submetendo-os a ordens e fiscalizando sua execução. Os adolescentes são treinados de tal modo que o patrão, enquanto proprietário, impõe sua vontade, e desse modo a autonomia se converte em heteronomia.

Mas a ação socioeducativa institucional não é composta apenas de disciplina e de coerção, ela também promove e produz o consentimento por parte dos adolescentes, um consentimento ativo que implica na participação deles em sua própria exploração. Para isso serve a ideologia do empreendedorismo, que faz de cada indivíduo o artífice tanto do próprio sucesso quanto do fracasso pessoal.

Nesse regulamento interno, temos uma interessante peça exemplar que institui o direito político da produção (fábrica ou empresa), estabelecendo um conjunto de regulamentos que organizam o cotidiano das relações do trabalho assalariado. É um regulamento imposto unilateralmente pela administração da entidade que se alinha claramente com os interesses do patrão. O regulamento recobre a disciplinarização dos movimentos, das interações e das conversas, das roupas e da aparência, os modos de se comportar e de falar, restringe a liberdade de expressão (obriga a manter silêncio, guardar segredos, repetir as fórmulas de cortesia etc., além

de pretender controlar a interação pública e até coibir a promoção de atividades políticas contrárias aos interesses patronais.

Curiosamente, o regimento disciplinar não prevê sequer um único direito do adolescente. Trata-se de um regimento expressamente repressivo. Como se imagina que os adolescentes "provenientes de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo" são caracterizados pela ociosidade, pela falta de comportamento disciplinado, pelo pouco treino quanto aos hábitos de pontualidade, moralidade, honestidade, operosidade e obediência à autoridade, o melhor seria procurar educar os adolescentes por meio da prática desses "valores" no funcionamento cotidiano da entidade, corrigindo assim a eventual falta de socialização, de educação e de civilidade por parte das famílias das classes populares com relação aos seus filhos.

Se os adolescentes realmente fossem considerados "sujeitos de direitos", como afirma o discurso oficial, esse regimento disciplinar deveria ser elaborado de outra forma, pois verificamos que a cultura institucional se revela predominantemente repressiva e correcional. O adolescente fica completamente à mercê dos interesses do mercado na exploração da sua força de trabalho barata e pseudoprofissionalizada. Embora seus "direitos trabalhistas" básicos estejam sendo "protegidos" pela entidade de acordo com o que prevê a lei, ela, ao compactuar com a lógica do discurso empreendedor e com a exploração da força de trabalho do "adolescente aprendiz", acaba prestando um serviço maior para o capital do que para os interesses dos adolescentes pertencentes à classe trabalhadora oprimida.

Não verificamos na entidade nenhuma palavra crítica sobre as condições do mundo do trabalho no mundo globalizado, sobre a exclusão social como consequência do desemprego estrutural e nem um traço sequer de politização do tema do trabalho profissional nos dias atuais.[3] Não há nenhuma defesa dos interesses do

3. Bem diferente é a proposta apresentada por Oliveira e Costa (2005) no livro intitulado *Sociologia: o conhecimento humano para jovens do ensino técnico-profissionalizante*. Os conteúdos sistematizados nesse livro didático pretendem

adolescente trabalhador por parte do discurso institucional da entidade; pelo contrário, ele deve se curvar docilmente diante das exigências do patrão.

Um boletim informativo dá mais detalhes sobre o processo de admissão realizado pela entidade:

> **Boletim informativo**
> Normas da Lei 10.097 de 19/12/2000[4] que deverão ser cumpridas pelo adolescente aprendiz
> O período de inscrição na entidade será divulgado através da imprensa falada e escrita. A prova será marcada em local, data e horário determinado. A prova constará de: Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e entrevistas para os que forem classificados com média 5,0. Obs. A entrevista e exame médico têm caráter eliminatório. Os candidatos serão aprovados por ordem de classificação com nota mínima de 5 obtida em prova, 50% feminino e 50% masculino. Os candidatos serão chamados em número pré-determinado para realizarem a matrícula com apresentação de cinco fotos 3 x 4 (recente) e atestado escolar comprovando o estudo em período noturno. Os pais ou responsáveis deverão comparecer com o adolescente para uma reunião a ser marcada, onde receberão todas as informações necessárias quando convocados.
> 1. O candidato que ingressar na entidade receberá orientações, treinamentos, palestras e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Terá cursos de Vendas, Marketing Pessoal, De-

---

elaborar um saber crítico, dinâmico e problematizador das evidências do senso comum: visa a inserção consciente dos alunos no mundo do trabalho produtivo e, num provável percurso acadêmico posterior, busca incentivar a participação política e o inconformismo político, social e cultural, questionando os discursos oficiais que propõem uma escolarização essencialmente técnica, marcados pelo viés da "empregabilidade".

4. A Lei Federal da Aprendizagem (Brasil, 2000) abriu a oportunidade de inserção gradual e monitorada de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos incompletos ao mercado de trabalho. Essa lei consolidou dispositivos da Constituição Brasileira e do ECA.

partamento Pessoal, Auxiliar de Escritório, Secretariado, Informática, reforço em Português e Matemática, Educação para a Saúde, Educação Física e Música em torno de 120 dias ou mais se necessário.

2. O aluno terá sua matrícula cancelada caso não adaptar-se à entidade ou ter 10 faltas não justificadas.

3. O adolescente prestará prova comprovando a aprendizagem nos cursos antes do encaminhamento para o estacionamento regulamentado.

4. Os adolescentes serão encaminhados ao estacionamento regulamentado para estagiar, devidamente registrado em carteira com salário mínimo/hora e descontos permitidos em lei. O trabalho no estacionamento regulamentado servirá de avaliação do adolescente quanto à pontualidade, respeito e disciplina. Quem não se adaptar às normas da entidade poderá ser dispensado. Durante o estágio o aprendiz será avaliado e encaminhado ao mercado de trabalho, após seleção feita pelos interessados. No estágio só serão aceitas faltas justificadas com atestado médico. O número de faltas será avaliado no aproveitamento do estagiário.

5. Durante o período de estágio no estacionamento regulamentado, o adolescente poderá dar continuidade a seus cursos na sede social da entidade, no seu horário livre, até completar sua carga de aprendizagem, ou aos sábados, conforme escala.

6. Após vencer o tempo permitido o aprendiz no estágio estará sujeito ao Decreto 5.598/05 combinado com o artigo 433 da lei 10.097.

7. A entidade fornecerá certificado de conclusão dos cursos realizados.

8. É objetivo da entidade dar oportunidade e treinamento a cada adolescente para vencer as dificuldades de encaminhamento ao mercado de trabalho e a sua vida, despertando sua cidadania.

9. Terminado o curso de aprendizagem os adolescentes poderão aguardar a convocação em sua residência para estágio ou encaminhamento.

"Aprende que heróis são pessoas que fizeram o que era necessário fazer, enfrentando as consequências". William Shakespeare

Um folheto explicativo apresenta elementos interessantes que denotam a perspectiva que orienta a ação socioeducativa da entidade:

> **Esclarecimento ao usuário do estacionamento regulamentado**
> O estacionamento regulamentado foi criado por lei municipal de nº. 2592 de 11/09/1979. Na época não existiam áreas delimitadas e foi implantado o sistema regulamentado que estipula o período máximo de estacionamento contínuo de duas horas, vedada a sua prorrogação. Serão aplicadas as penalidades prescritas nesta Lei, concomitante com o disposto nos artigos 104 e 110 da lei Federal de nº. 5.108 de 21/09/1966. A entidade presta serviços no estacionamento regulamentado desde 23/10/1979, conforme convênio firmado com a prefeitura. A entidade atende a partir de janeiro de 2008 a 503 adolescentes na faixa de 16 a 18 anos, de ambos os sexos, visando a sua integração à família e à sociedade, evitando a ociosidade como propiciadora dos vícios, de modo a proporcionar-lhes melhores condições de vida, especialmente pelo processo de encaminhamento ao estudo e ao mercado de trabalho. A aquisição da cartela do estacionamento regulamentado é o que propicia a entidade dar apoio a todos esses adolescentes, pois, não fosse essa participação dos cidadãos, a entidade não estaria prestando esse serviço há 34 anos. Temos ainda a informar que as placas dos veículos anotadas pelos adolescentes não têm cunho de multa (não temos autoridade para lavratura da multa, mas temos a prerrogativa de comunicar ao agente fiscalizador). Estas anotações têm apenas o objetivo de levantamento para estatísticas da entidade em relação ao número de veículos estacionados irregularmente, funciona também como ação fiscalizadora do estacionamento pago. Salientamos que a entidade está amparada pela Lei Municipal de nº. 4865 de 26/05/2000. A entidade ensina o adolescente a ser um cidadão responsável, honesto e trabalhador. Cidadão usuário do estacionamento regulamentado: você está dando um exemplo de honestidade e civilidade no trânsito. Colabore com a entidade sendo um bom exemplo para o adolescente. Adquira sua cartela e dê oportuni-

dade a mais de 500 jovens trabalharem com segurança. Agradecemos sua atenção e colaboração. Estamos à disposição do público para quaisquer esclarecimentos.

O folheto informativo apresenta ao usuário do estacionamento regulamentado os objetivos da entidade: integrar os adolescentes à família e à sociedade, evitar "a ociosidade como propiciadora dos vícios", buscando "proporcionar-lhes melhores condições de vida" por meio da educação escolar e da inserção no mercado de trabalho. A noção de "integração social" nos remete à ideia de que esses adolescentes estão desconectados de suas famílias e da sociedade, numa situação de fragilidade relacional e afetiva familiar e excluídos socialmente. A entidade tem uma perspectiva filantrópica essencialmente preventiva, pois considera que "a ociosidade é a mãe de todos os vícios", o que pode ser corrigido com a ocupação do tempo, mantendo o adolescente ligado ao mundo doméstico familiar, à instituição escolar e à formação profissionalizante e ao trabalho na entidade. Não parece se tratar precisamente de defender e promover os direitos dos adolescentes, mas de evitar veladamente o aumento da criminalidade e da delinquência por parte dos adolescentes pobres, pois "a entidade ensina o adolescente a ser um cidadão responsável, honesto e trabalhador".

Seria "a aquisição da cartela do estacionamento regulamentado" pelo usuário "o que propicia a entidade dar apoio a todos esses adolescentes, pois, não fosse essa participação dos cidadãos, a entidade não estaria prestando esse serviço há 34 anos". Novamente, vemos a sociedade civil chamada a custear os gastos com a formação dos adolescentes pobres, enquanto o poder público se mantém isento de suas responsabilidades com a questão, caracterizando uma estratégia filantrópica típica. Mas já sabemos que as empresas que recebem os adolescentes aprendizes encaminhados pela entidade também custeiam parte dos gastos de manutenção da entidade.

Com relação a documentos, também pudemos consultar uma "Revista Comemorativa – Jubileu de Prata, referente aos 25 anos de existência da entidade", publicada no ano de 1999; além disso,

examinamos dois relatórios internos, intitulados "Projeto quem somos 1 e 2", além de alguns boletins informativos e um folder oficial da entidade. De acordo com a documentação consultada, essa entidade foi criada na década de 1970, "com a finalidade de trabalhar especificamente com adolescentes, na perspectiva de educá-los e encaminhá-los", por membros de um clube de serviços tradicional da cidade, que compõem sua diretoria e também são seus mantenedores. O objetivo geral e oficial da entidade consiste em amparar, educar e encaminhar os adolescentes para o mercado de trabalho, contando com o apoio de comerciantes, industriais e profissionais liberais da cidade:

> A grande preocupação da Diretoria da entidade não é somente a de encaminhar o adolescente ao mercado de trabalho, dando-lhe uma oportunidade, mas também oferecer condições de uma vida melhor no futuro, amparando, dando atendimento de saúde, educação, recreação, amor, compreensão e segurança social, como também noções básicas de cursos pré-profissionalizantes (Revista Comemorativa Jubileu de Prata, 1999, p.1).

O recrutamento dos adolescentes iniciou em outubro de 1974, quando havia um grande número de adolescentes perambulando pelas ruas da cidade, pedindo esmolas ou com caixa de engraxate. Essa realidade motivou membros da elite local a fundarem uma entidade com o objetivo de oferecer uma orientação e auxiliar o adolescente a conseguir seu primeiro emprego. A entidade possui caráter educacional, promocional e filantrópico, e seu objetivo seria amparar, educar e encaminhar profissionalmente o adolescente carente de recursos, sem distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, buscando oferecer condições para a integração social do adolescente e da família na comunidade onde vive. A área da atuação da entidade abarca a profissionalização, o trabalho e a renda para adolescentes.

O processo educativo pode ser descrito da seguinte maneira: num período de 30 a 90 dias, os adolescentes permanecem na

entidade, participando do "plano estágio educativo", no qual "são oferecidos cursos profissionalizantes, além de orientações básicas nos aspectos educativos de saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança social" (Ibid., p.30).

Todo esse trabalho visa

> oferecer possibilidades de experiências e vivências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade. A nossa clientela é proveniente de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo, que procura a entidade buscando o que ela oferece para que possam ter um futuro melhor, pois é através dessa oportunidade que o adolescente consegue seu primeiro emprego (folder institucional).

Após o período de treinamento, o adolescente é encaminhado ao mercado de trabalho como "adolescente bolsista"; para isso, busca-se firmar um convênio entre a empresa contratante e a entidade, com validade por tempo indeterminado. Como contrapartida, ao receber um menor aprendiz, a empresa passa a contribuir mensalmente, mediante a apresentação de recibo de bolsa educativa, no valor de um salário mínimo vigente no mês (deduzido o encargo do INSS na terceira semana do mês), acrescido de 35% para pagamento de encargos e taxas administrativas, e a entidade se encarrega de repassá-la à família do adolescente.

Soubemos que os responsáveis pelos adolescentes assinam três tipos de contrato: um quando os adolescentes ingressam no processo educacional da entidade; outro quando vão trabalhar na área de estacionamento regulamentado, vendendo cartelas para os motoristas; e outro no caso de serem contratados como estagiários ou menores aprendizes por empresas diversas da cidade. A entidade assistencial é a empregadora que registra os adolescentes aprendizes, responsabilizando-se por eles do ponto de vista patronal, por meio de um "Contrato Educacional de Orientação e Encaminhamento Pré-Profissional em regime especial educativo, em

consonância com a lei 8.069 de 13 de julho de 1990 em seus artigos 65 e 68 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) em seu artigo 40", conforme verificamos na carteira profissional de um dos adolescentes aprendizes. Embora tenhamos solicitado permissão para conhecer o conteúdo de tais contratos, isso nos foi negado pela direção da entidade. Descobrimos também que a entidade não fornece cópia de tais contratos nem mesmo para os adolescentes e seus familiares que participam dos programas de formação e de treinamento oferecidos pelo estabelecimento.

Procurando preencher essa lacuna, obtivemos na internet um modelo de contrato que pode ser semelhante ao firmado pela entidade certificadora que pesquisamos e os adolescentes aprendizes:

> **Modelo de contrato – Aprendizes contratados pela entidade certificadora**
> A PRIMEIRA CONVENENTE (Empresa): ___
> A SEGUNDA CONVENENTE (entidade Certificadora/Instituição profissionalizante): ____
> Firmam o presente convênio para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes assistidos pela Segunda Convenente.
> Cláusula 1ª: Este Convênio e sua operacionalização se fundamentam nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 e da Consolidação das leis do Trabalho (C.L.T.) nos artigos que tratam da regulamentação do trabalho do menor na condição de aprendiz, com a nova redação dada pela Lei 10.097 de 2000 e demais disposições legais e regulamentares que regem o trabalho do menor e se destinam à formalização das condições necessárias para a realização do Programa Convivência e Aprendizado no Trabalho, parceria entre empresas e instituições sociais visando a inclusão social de jovens entre 14 e 18 anos, através da formação técnico-profissional metódica, profissionalização e inserção no mundo do trabalho.
> Cláusula 2ª: O presente convênio tem como seus objetivos: participar, apoiar e desenvolver a profissionalização do adolescente;

orientar as novas gerações no caminho do trabalho, com conhecimento, método, disciplina e bons valores; estimular a responsabilidade social e fomentar a criação de uma rede de empreendedores sociais dentro e fora das empresas; promover a cidadania e os valores humanos que fundamentam uma sociedade democrática, justa e solidária; aumentar a participação social de cada um e o poder aquisitivo da sociedade em geral.
Cláusula 3ª: Cabe à Primeira Convenente, na consecução dos objetivos desse instrumento:
a) proporcionar ao adolescente formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas em articulação e complementaridade com as atividades teóricas ministradas pela Segunda Convenente, em conformidade com um programa de aprendizagem, condizente com as possibilidades físicas e intelectuais de um ser em desenvolvimento (como conceituado no Estatuto da Criança e do Adolescente), sempre em locais adequados da Empresa e com observância das normas e regulamentos de proteção ao trabalho do menor, em especial os artigos pertinentes à matéria contidos no ECA, os artigos da CLT e legislação complementar trabalhista e previdenciária, bem como as Instruções Normativas nº 26 de 20 de dezembro de 2001 da Secretaria de Inspeção do Trabalho e a Portaria nº 20 do Ministério do Trabalho, visando propiciar ao adolescente aprendiz o exercício qualificado de profissões existentes em sua organização;
b) disponibilizar vagas para a colocação de aprendizes portadores de deficiência física, mental e sensorial (nos termos da Lei 7853/89 e regulamentado pelo Decreto 3298/99) em "colocação competitiva", entendida como aquela efetivada nos termos da legislação trabalhista e previdenciária sem adoção de procedimentos especiais, ressalvada a utilização de apoios especiais, e/ou "colocação seletiva", que é aquela realizada também nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, porém com a adoção de procedimentos especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, adequação das condições e do ambiente de trabalho, entre outros;

c) receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o adolescente durante o processo de aquisição de conhecimento prático;
d) participar da formação teórica quando houver solicitação da Segunda Convenente (aulas, palestras e visitas);
e) colaborar com o monitoramento e avaliação do programa;
f) garantir que o processo de transmissão de conhecimentos se faça por etapas metodicamente organizadas, do mais simples para o mais complexo;
g) realizar o processo seletivo do adolescente ao ingressar no Programa de Convivência e Aprendizado no Trabalho, informando à Segunda Convenente a relação dos aprovados;
h) substituir os adolescentes integrantes do Programa a qualquer tempo, o que deverá se justificar nas seguintes situações: completar 17 anos e 11 meses; reincidência de faltas injustificadas; inadaptação do adolescente assistido às atividades de iniciação ao trabalho; frequência irregular às atividades escolares; a pedido do adolescente e/ou de seu Representante Legal; outras situações relevantes que possam caracterizar falta de natureza grave, nos moldes arrolados pelo artigo 482 da CLT;
i) comunicar à Segunda Convenente os motivos que ensejaram o pedido de substituição do adolescente assistido;
j) fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
k) avaliar na prática o desenvolvimento do aprendiz quanto às disciplinas teóricas ministradas pela Segunda Convenente;
l) desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria 3.214/78;
m) desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
n) apurar e informar a Segunda Convenente a frequência dos adolescentes até o último dia útil do mês, tomando por base o período compreendido entre os dias 01 e 30/31 de cada mês;

o) a Primeira Convenente obriga-se a encaminhar à Segunda Convenente, até o primeiro dia útil bancário de cada mês, a somatória dos seguintes valores correspondentes a cada adolescente assistido: Remuneração do adolescente atendido com jornada de ( ) horas semanais, proporcional ao período de execução das atividades no mês; Encargos Sociais (% sobre a remuneração); Férias, abono pecuniário e 13º proporcionais ao período de execução das atividades de iniciação ao trabalho (% sobre a remuneração); PIS (% sobre a remuneração); Demais obrigações trabalhistas a cargo da Segunda Convenente (% sobre a remuneração); Taxa de Administração de (%) sobre a remuneração do adolescente atendido; Rever os percentuais destinados às provisões quando houver incidência de abonos estabelecidos pela legislação sobre o salário, ou sempre que comprovado pela Segunda Convenente a insuficiência dos mesmos para cobertura a que se destinam; O pagamento das parcelas constantes desta cláusula estará condicionado ao encaminhamento pela Segunda Convenente até o dia ( ) do mês subsequente ao desenvolvimento das atividades de iniciação ao trabalho pelo adolescente assistido, cópia das guias autenticadas referentes ao recolhimento dos encargos sociais e demais obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária em vigor, como FGTS, entre outras;

Cláusula 4ª: Cabe à Segunda Convenente, na consecução dos objetivos desse instrumento:

a) assegurar ao adolescente os seguintes direitos e benefícios: Assegurar uma remuneração com base no salário mínimo/hora equivalente a 1/220 do salário mínimo em vigor multiplicado pelo número de horas trabalhadas no mês, em atividades teóricas e práticas; Assegurar aos adolescentes que cursam o ensino fundamental uma jornada de trabalho aprendiz que não exceda 6 horas diárias, ou 180 horas mensais (incluídas as horas de aprendizado teórico); Assegurar aos adolescentes que estejam cursando o ensino médio uma jornada de trabalho aprendiz que não exceda 8 horas diárias, ou 220 horas mensais, quando o programa de aprendizagem assim dispuser; conceder Vale Transporte necessário para os desloca-

mentos do aprendiz de casa para o trabalho, em atividades práticas como nas teóricas, bem como seu retorno, em conformidade com a respectiva legislação; conceder ao adolescente aprendiz 30 dias de férias por ano, com remuneração acrescida do 1/3 constitucional e coincidentes com seu período de férias escolares; Quitação de todos os encargos sociais devidos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, da CLT e da legislação trabalhista e previdenciária, com a apresentação da cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sempre que solicitado pela Segunda Conveniente; Não exceder o prazo legal de 2 anos para os contratos de aprendizagem, que deverão coincidir, obrigatoriamente, com o previsto no respectivo programa de aprendizagem; Indicar expressamente nos contratos de aprendizagem o programa objeto de aprendizagem, a jornada diária, a jornada semanal, a remuneração mensal, o termo inicial e final do contrato; Proceder ao registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) manter programa de aprendizagem definindo os objetivos do curso, seus conteúdos e a carga horária prevista;

c) proceder ao registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como entidade sem fins lucrativos que dentre suas finalidades estatutárias contemple a assistência ao adolescente e a educação profissional, na forma do art. 90 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990;

d) estruturar seus programas de aprendizagem, contemplando os requisitos da Portaria nº 702 de 18 de dezembro de 2001, do Ministério do Trabalho;

e) prestar à Primeira Convenente a orientação, o apoio, a supervisão e a ajuda técnica, entre outros elementos necessários para a compensação das limitações funcionais motoras, sensoriais e mentais de aprendizes portadores de deficiência, de modo a viabilizar seu processo de inserção no trabalho;

f) selecionar e contratar instrutores;

g) executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, orientando e supervisionando a execução das atividades práticas no âmbito da Primeira Convenente;

h) garantir a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática;
i) avaliar o processo de aprendizagem;
j) fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
k) desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria 3.214/78;
l) desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
m) adequar a profissionalização às necessidades do mundo do trabalho e das perspectivas de inserção efetiva;
n) fornecer aos Aprendizes certificado definindo as competências, os conteúdos e as habilidades adquiridas durante o processo de profissionalização.
Cláusula 5ª: O presente convênio terá a duração de .... anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a emissão de Termo Aditivo, ou ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer uma das Convenentes, mediante comunicação por escrito com antecedência prévia de 30 dias.
Parágrafo primeiro: No caso de rescisão ou resolução da presente parceria, as partes se comprometem a tomar todas as medidas necessárias para preservar os interesses dos adolescentes em processo de aprendizado.
Parágrafo segundo: no caso de rescisão ou resolução do presente convênio, a Segunda Convenente terá direito ao desembolso dos valores correspondentes às despesas já efetuadas e às decorrentes da rescisão que foram necessárias para a quitação das obrigações contidas na cláusula 4ª "a".
Cláusula 6ª: As partes elegem o Foro da Comarca de .... como competente para dirimir eventuais controvérsias surgidas em decorrência do presente convênio.

> E por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente termo em 3 vias, para que produza seus efeitos legais a partir da sua assinatura.
> São Paulo, __de __ de __.
> Primeira Convenente __
> Segunda Convenente __
> (Movimento Degrau, s.d).

Fomos informados de que a entidade sobrevive com os recursos advindos, em parte, dos contratos com as empresas que recebem estagiários ou menores aprendizes e do que é arrecadado com a cobrança pelo estacionamento na área regulamentada. Provavelmente, o clube de serviço responsável pela entidade também auxilia na cobertura de suas despesas. De acordo com as informações que constam no Plano de Ação Municipal PMAS-2009, documento que contém os convênios municipais com a SEADS de São Paulo, essa entidade privada não recebe recursos públicos para a execução de seu programa institucional. O PMAS informa que empresas privadas aportariam recursos anuais da ordem de R$ 1.000.000,00; pessoas físicas doariam o valor anual de R$ 762.800,00, que seriam utilizados para manter seu funcionamento.

Além do atendimento direto ao adolescente, funcionários da entidade realizam visitas domiciliares de acompanhamento às famílias, às empresas e às escolas para verificar o aproveitamento profissional e o rendimento escolar. Ao efetuar sua matrícula, os adolescentes e seus familiares são beneficiados com seguro de vida em grupo; os adolescentes passam a contar com assistência médica e odontológica, corte de cabelo e uniforme: calça, camiseta e par de sapatos. Quando do período de treinamento na sede da entidade, os adolescentes recebem diariamente o café da manhã (leite, café, pão, biscoito), almoço e lanche da tarde.

São realizados pelo menos três processos seletivos por ano para o ingresso de adolescentes na entidade, que passarão pelo programa de formação. A cada três meses, cerca de 120 adolescentes de ambos os sexos são admitidos.

5
A inserção observante em quatro entidades assistenciais socioeducativas e análises

Observando o funcionamento da entidade assistencial pública 1

Realizamos visitas a uma das entidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente nos dias 8, 9 e 12 de março de 2010. Tendo procurado o responsável, fomos bem acolhidos e depois de apresentar nossa proposta de pesquisa, obtivemos autorização do diretor da entidade e do gestor da pasta de assistência social para realizar as visitas de observação.

Quanto à estrutura física, a entidade dispõe de um grande espaço, com prédios, diversas salas para as atividades, quadra de esportes coberta, campo de futebol gramado, anfiteatro, refeitório, cozinha, salas com jogos para recreação, banheiros, prédio da administração com as salas da secretária, do coordenador pedagógico, da assistente social, dos professores e do diretor da unidade, banheiros masculinos e femininos para professores e funcionários, além de uma sala de atendimento psicológico e uma sala de informática. Os prédios são bastante antigos, e as instalações foram

adaptadas para o atendimento de crianças e adolescentes. Na verdade, a entidade se parece muito com uma escola, pois inclusive o início e o término das atividades, que são chamadas de "aulas" são marcados pelo som de uma campainha.

A rotina começa com a chegada de crianças e adolescentes, trazidos de diversos bairros da cidade por meio de ônibus pertencentes à prefeitura municipal, ao redor das 8 horas da manhã, quando é servido o café. Às 8h20 tem início o trabalho educativo, sendo desenvolvidas as seguintes atividades: apoio e reforço escolar, informática, Educação Física e esportes, capoeira, jogos de salão, aulas de espanhol, de dança e ensaios de coral. No período matutino, a primeira aula vai das 8h20 às 9h10, a segunda aula dura das 9h10 às 10h, quando há um intervalo de 10 minutos, seguido de mais uma aula, que dura das 10h10 às 11h, quando é servido o almoço no refeitório. Os ônibus levam as crianças e os adolescentes para as escolas a partir das 11h20. Já no horário da tarde, o horário de início é às 13h30; a primeira aula dura até as 15h, e depois de um intervalo de 10 minutos, um novo período de aulas vai das 15h10 às 16h20.

A clientela da entidade, que se localiza numa área central da cidade, é composta por aproximadamente 250 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade, vindas de bairros pobres da cidade. No turno matutino são atendidos 130 indivíduos e no turno vespertino, mais 120. Eles são divididos em grupos etários com base nas séries escolares que frequentam: são agrupadas as crianças de 2ª a 4ª séries, as da 5ª são numerosas e ficam juntas, o que também ocorre com o grupo das que estão na 6ª série; depois são agrupadas as que estão na 7ª série ao ensino médio. São quatro grupos de alunos que participam de atividades de apoio e de reforço escolar em quatro salas de aulas com professoras da rede municipal de ensino. Como as diversas atividades que compõem o currículo estão superpostas e acontecem ao mesmo tempo que as crianças e adolescentes estão nas salas de aula, eles são divididos em subgrupos e, deixando a sala, vão participar, de modo escalonado, das outras

atividades oferecidas pela entidade, sendo que a frequência de adolescentes é maior no período vespertino.

A equipe profissional que atua na entidade é composta majoritariamente por funcionários públicos: há um diretor, um coordenador pedagógico, uma assistente social, uma psicóloga, onze professores, um auxiliar de escrita e um de serviços gerais, uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha, totalizando 19 trabalhadores. Diversos professores cumprem apenas meia jornada de trabalho na entidade e outros ainda desenvolvem suas atividades em outras unidades públicas do programa de atendimento à criança e ao adolescente no município.

De acordo com as informações contidas no Plano de Ação Municipal PMAS-2009, documento que contém os convênios municipais com a SEADS de São Paulo, a entidade pública 1 recebeu o valor anual de R$ 172.833,41 do Fundo Municipal de Assistência Social e R$ 78.360,00 do Fundo Estadual de Assistência Social para custear seus gastos.

Atividades socioeducativas desenvolvidas são compostas basicamente pelo apoio e reforço escolar e por atividades lúdicas e de entretenimento. O que restou de "profissionalizante" foram as aulas de informática. Em conversa com a assistente social, soubemos que "é comum que os adolescentes frequentem a entidade até os 15 anos, aproximadamente, porque eles se cansam das atividades e não se interessam mais por elas". Ela também informou que, em termos profissionalizantes, "a alternativa para os adolescentes consiste em prestar o exame de seleção para ingressar no Centro Profissionalizante Municipal ou então no programa da Legião Mirim, mas a entidade mesmo não oferece mais cursos profissionalizantes".

Tendo solicitado vistas a alguns documentos da entidade, tais como o projeto pedagógico e plano de trabalho, o coordenador pedagógico forneceu uma cópia do Planejamento 2010, uma cópia dos horários das aulas/atividades socioeducativas do período matutino e do vespertino, uma cópia do Regulamento 2010 e ainda uma cópia do Regimento Interno.

O Planejamento 2010 se reduz a uma página com os meses do ano, com a indicação do número de dias letivos de cada mês, além das datas comemorativas que compõem o "temário das atividades que cada professor deve desenvolver com seus alunos em sala de aula" e com a previsão das datas na quais seriam realizadas atividades mensais, tais como: reunião da equipe profissional, comemoração dos aniversários das crianças, dia de passeio na chácara com as crianças, reuniões diversas com as famílias beneficiárias dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem.

O Regulamento 2010 é antigo, contém sete artigos e deve ser lido e assinado pela criança/adolescente, por seus pais e datado, quando do ato da matrícula na entidade, conforme a seguir:

Regulamento Geral

Artigo 1º. Todos os pais ou responsáveis pelos alunos ficam, mediante estas normas gerais, cientes de que as normas estabelecidas para 2010 serão cumpridas por esta unidade e aceitas pelos alunos e por quem assinou este documento e a matrícula.

Artigo 2º. Direitos do aluno: ser respeitado como pessoa (ser humano). Igualdade de tratamento, livre de qualquer preconceito. Ter assegurado as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades e atividades escolares, na perspectiva individual e social. Ter assegurado seus direitos estabelecidos no ECA.

Artigo 3º. Deveres do aluno: respeitar a direção, professores, funcionários e colegas da unidade, dirigindo-se a todos com educação. O aluno deverá cumprir rigorosamente o horário da entidade, chegando antes do início das atividades (08:00 manhã e 13:00 tarde), permanecendo até o final delas (11:30 manhã e 16:45 tarde). A dispensa somente será autorizada com solicitação por escrito dos responsáveis. Preservar o prédio, o mobiliário, os equipamentos e o material pertencente à entidade, devendo o aluno indenizar os prejuízos. Entregar aos pais ou responsáveis os comunicados da entidade (dos professores ou da direção). Participar das atividades em sala de aula propostas pelos professores, coordenação ou direção.

Artigo 4°. É proibido ao aluno: entrar atrasado e sair adiantado ou descer do ônibus sem autorização com a justificativa por escrito dos responsáveis. Fumar na entidade, assim como usar qualquer tipo de drogas, revistas pornográficas, aparelho celular, aparelhos sonoros, minigames, o uso de estiletes, canivetes e similares ou qualquer tipo de armamento. Os alunos deverão trajar-se decentemente, serão vetados o uso de "piercing", "shorts", minissaias e mini-blusas, bem como o uso de decotes. Desrespeitar as pessoas, promover ou se envolver em brigas no ônibus da entidade.
Artigo 5°. Faltas disciplinares graves: desacato a autoridade da direção, professores e funcionários. Participar de movimentos de indisciplina coletivos. Agressões verbais e físicas aos colegas, dentro do ônibus, passeios e na entidade. Danificar ou furtar móveis, materiais e equipamentos da entidade. Portar material que represente perigo para a saúde, segurança e integridade física e moral.
Artigo 6°. Penalidades: 03 (três) advertências escritas com ciência dos pais ou responsáveis – uma "suspensão". Suspensão mediante a consulta da direção da entidade. Suspensão temporária ou cancelamento da matrícula após apreciação e deliberação da direção da entidade. Encaminhamento do aluno (acompanhado pelo pai ou responsável) à direção da entidade ou Conselho Tutelar para providências administrativas e legais. O aluno que tiver mais de 07 (sete) faltas consecutivas e sem justificativas terá sua matrícula cancelada.
Artigo 7°. Responsabilidade da família: os pais ou responsáveis deverão ressarcir todo e qualquer prejuízo causado pelo filho ao prédio, mobiliário, equipamentos, ônibus e a terceiros. Faltas, atrasos, saídas antecipadas deverão ser comunicadas com justificativa por escrito à direção. Os alunos doentes não poderão frequentar a entidade, pois não podem ser medicados pela equipe de profissionais. Não encaminhar ou permitir que seu filho traga para a entidade pessoas não autorizadas. É imprescindível a presença dos pais ou responsáveis nas reuniões ou quando convocados. Podendo o aluno ficar suspenso até a presença dos mesmos.

Estou ciente do regulamento de 2010. Data: ___/___/___/
Nome: ________________ Telefone:__________________
Mãe: __________________ RG: _____________________
Pai: ___________________ RG: _____________________

Também tivemos acesso ao Regimento Interno e a alguns "Critérios para o bom funcionamento da entidade" que apresentamos a seguir:

Regimento Interno
A participação em acampamentos fica sujeita ao comportamento e às notas escolares.
A participação na excursão de fim de ano será somente para os alunos que forem aprovados direto na escola.
Os alunos deverão trajar-se decentemente e estar limpos, sendo vedado o uso de minissaias, mini-blusas, bem como o uso de decotes.
É vetado namorar na entidade.
Aos alunos será vetado o porte e o uso de qualquer instrumento de corte, tais como estiletes, canivetes, estilingues ou similares. Quem os portar, deverá ser encaminhado à diretoria.
É vetado o uso de cigarros, tóxico e bebidas alcoólicas.
No refeitório, pede-se que usem camisa, não corram e que respeitem o silêncio.
Os alunos só poderão entrar no refeitório no horário da refeição.
Os alunos só poderão entrar na diretoria, secretaria, coordenação, sala dos professores se convidados ou se tratar de assuntos oficiais.
Os alunos só poderão utilizar o telefone da entidade em caso de extrema necessidade e a ligação terá que ser feita pela secretária, que anotará a hora, o número do telefone chamado e o dia.
Os alunos não deverão deixar as salas de aulas durante o reforço escolar ou atividades programadas, sem autorização dos professores.
Fica vetado o uso de apelidos pejorativos que possam ofender os alunos ou professores.

O aluno que abandonar a sala de aula ou oficinas sem o consentimento do professor deverá ser encaminhado à coordenação.
Em caso de brigas, os alunos deverão ser acompanhados à coordenação e em segunda instância, à direção.
Os alunos serão responsáveis pelos seus lugares no ônibus.
Os alunos não deverão deixar a entidade sem o consentimento da coordenação.
Os horários de entrada e de saída deverão ser respeitados e entradas fora de hora somente serão permitidas com autorização da coordenação.
O ônibus é somente para o transporte de alunos.
As ofensas pessoais tais como palavrões e xingamentos não serão tolerados.
Fica vetado o uso de corretivo.
Obs. Salvo em casos especiais, todas as normas disciplinares da entidade serão estudadas e votadas por funcionários, professores e alunos. Excepcionalmente, a direção poderá tomar decisões sem consultar previamente, submetendo-as posteriormente ao grupo.

Critérios para o bom funcionamento da entidade
Ser pontual aos horários determinados.
Preparar as aulas com antecedência.
Estimular a frequência do aluno, comunicar ao coordenador ou assistente social quando houver mais de três faltas consecutivas.
Evitar deixar os alunos sozinhos.
Nunca deixar material fora dos armários.
Troca de experiência entre professores.
Vibrar com os alunos nas atividades.
Estar sempre alegre e sorridente com os alunos.
Nunca deixar giz e apagadores nas salas de aulas.
Apresentar todas as atividades de maneira criativa.
Responsabilizar-se pelos materiais que lhe forem confiados.
Acompanhar as crianças no refeitório.
Retirada de material somente com a secretária.
Chaves somente serão entregues para professores.

Na secretaria deve permanecer somente a secretária.
Orientar os alunos para não permanecer na secretaria.
Medicamento e agendamento com o médico na secretaria.
Os alunos não devem sair das atividades programadas.
Não fumar.
Verificar as janelas (fechadas) e a luz (apagada) ao sair da sala.
Os pedidos de material devem ser apresentados com um mês de antecedência, por escrito e entregues na secretaria.
Manter limpas e organizadas as salas de aulas.
Comunicar a suspensão de alunos para a coordenação.
O telefone é para uso exclusivo de trabalho da entidade (a ligação deverá ser feita e anotada pela secretária).
Apenas as cozinheiras devem permanecer na cozinha.
Relatório diário de ocorrências acometidas com os alunos dentro da unidade deverá ser arquivado em pasta específica na sala do serviço social.
Evitar a utilização de rótulos e estigmas quanto a algumas crianças e adolescentes, influenciando na relação profissional - criança e adolescente e na relação da criança e adolescente com outros membros da entidade, havendo marginalização dos mesmos.

Pensamos que esses documentos revelam a ausência de uma proposta socioeducativa consistente na entidade, pois não encontramos documentos que apresentem uma descrição e uma fundamentação explícita do trabalho realizado. A impressão é de que isso não faz muita falta, predominando a improvisação e um empirismo experimental, com base no modelo escolar tradicional. Diante da nossa solicitação por planos de trabalho, a assistente social que coordena os trabalhos da entidade nos ofereceu uma pasta contendo antigos projetos da entidade pública municipal, mas disse "que não tinha o projeto atual, que teria sido revisado e atualizado no ano de 2008 e que deveria estar com os técnicos da SMAS".

Observamos que as atividades de apoio e reforço escolar são monótonas e cansativas: as professoras procuram orientar as crianças e os adolescentes para que façam as tarefas escolares e

procuram trabalhar os conteúdos escolares de maneira tradicional. É interessante observar que os "passeios à chácara" e o "acampamento de fim de ano" são utilizados para atrair e mobilizar o interesse dos usuários, bem como para controlar e modelar seu comportamento: só podem participar das atividades aqueles que apresentarem notas satisfatórias e bom comportamento. Desse modo, a entidade parece constituir um híbrido curioso: há nela algo de "creche", um pouco de "escola", uma parte de "clube" e uma busca para promover uma ação sobre a conduta moral dos usuários, procurando incutir neles uma série de "valores": direitos, deveres, profissionalização, cidadania etc.

Aparentemente, a entidade se preocupa muito com a formação moral das crianças e adolescentes e sua ação institucional também poderia ser incluída no que se denomina de "educação compensatória", que pode ser definida como um

> Conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social. 1. A educação compensatória é um termo que surgiu durante a Revolução Industrial. 2. Esse termo é usado, em geral, no pré-escolar e nas séries iniciais do 1º grau (Duarte, 1986, p.175).

Tendo participado de uma reunião da equipe de professores, assistimos ao trabalho de organização de atividades "pedagógicas", tais como: planejamento de atividades relacionadas com a celebração da Páscoa, de atividades relacionadas com a organização da festa mensal dos aniversariantes e ainda de atividades relativas ao tema da festa das mães no mês de maio. As professoras sugeriram diversas atividades tipicamente escolares relativas aos temas do calendário que estavam em questão. O que parece distinguir essa entidade assistencial de uma escola comum é a ausência de preocupação com o currículo e os conteúdos das matérias escolares

tradicionais, pois seu objetivo não é transmitir conhecimentos e informações, que seriam da responsabilidade da própria escola.

Também vimos um filme no projetor multimídia, mostrando um depoimento de ex-usuários da entidade: um havia se tornado mendigo e vivia nas ruas, fazia uso de álcool e pedia comida de porta em porta, outro havia entrado na drogadição quando parou de frequentar a entidade por volta dos 15 anos de idade e então lutava para se livrar do vício, procurando fazer um trabalho de conscientização com jovens da favela. Curiosamente, essas questões não levaram o grupo a problematizar a eficácia e resolutividade do trabalho socioeducativo que estavam realizando na entidade.

No final da reunião, o coordenador pedagógico pediu a atenção dos professores para o portão de entrada, que ficava aberto no horário de funcionamento normal da entidade. Quando deveria ficar fechado, também ocorriam ações de vandalismo nos banheiros utilizados pelos alunos, motivo pelo qual passariam a ficar fechados durante o horário das aulas e a chave deveria ser procurada na secretaria quando necessário. O diretor também comentou que era preciso ser claro com as crianças quanto à razão de frequentarem o projeto, afirmando que era importante dizer a verdade para elas. Como exemplo, relatou uma conversa franca e direta que teria tido com uma criança: "Você sabe por que está aqui? Você está aqui porque sua avó precisa que você fique aqui, enquanto ela toma conta dos seus irmãos. Ela não pode ficar com todos vocês ao mesmo tempo". Podemos notar que a entidade não existe porque crianças e adolescentes são cidadãos de direitos para os quais se oferece proteção integral e oportunidades de educação, de formação crítica e de desenvolvimento pessoal e coletivo, com objetivos emancipatórios. A entidade fica reduzida, na percepção do diretor, a um espaço de guarda e de contenção de crianças e adolescentes pobres e desvalidos cujas famílias não conseguem se responsabilizar por eles. A entidade existe para compensar a impossibilidade que os membros das camadas populares têm para cuidar dos seus filhos. Nela, haveria então algo de creche e um pouco de prisão também.

Observando o funcionamento cotidiano da entidade assistencial pública 2

Visitamos a entidade assistencial pública 2, que coloca em prática o mesmo programa municipal de atendimento a crianças e adolescentes no município. Podemos dizer que as entidades públicas diferem um pouco pelas condições físicas dos edifícios e equipamentos disponíveis, mas normalmente sua aparência geral é de desgaste pelo tempo, pelo uso contínuo e pela falta de pintura e reforma. Uma característica constante é a improvisação e adaptação dos espaços físicos, produzindo a impressão de uma "estética da pobreza": aparentemente, para atender os pobres, coisas feias, velhas e improvisadas seriam suficientes. A estrutura física da entidade pública 2 é composta por um prédio que abriga quatro salas de atividades, uma brinquedoteca, um consultório psicológico, uma secretaria, banheiros masculinos e femininos, uma cozinha, uma despensa e um refeitório, um pátio coberto, uma quadra esportiva, espaços abertos, gramados ou não.

Num dia normal de funcionamento, as atividades na entidade do período matutino começam das 8h às 8h30, as crianças e adolescentes vão ao refeitório, rezam, tomam o café da manhã e fazem a higiene bucal. Entre 8h30 e 9h45 são realizadas concomitantemente três tipos de atividades, com grupos diferentes de crianças e adolescentes (os pequenos, os intermediários e os adolescentes): atividades gráficas e tipicamente escolares em sala, atividades manuais em sala (confecção de tapetes e de bordado, fuxico, panos de prato) e aulas de tae kwon do. Em seguida, há um rodízio de crianças e adolescentes, que vão para outras atividades. É como se fossem dois tempos de aulas diferentes e seguidos, pois das 9h45 às 11h00 são realizadas as atividades manuais em sala por uma turma, enquanto outro grupo vai para recreação livre e um terceiro grupo tem aulas de tae kwon do. Essa atividade esportiva é considerada muito adequada para ensinar os valores de disciplina, ordem e respeito para crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, das 9h20 às 11h00, dois grupos de usuários vão para as atividades de coral e de

dança. Das 11h00 até as 11h30, todos se juntam no refeitório e depois da oração, é servido o almoço, em seguida vão fazer a higiene bucal e depois vão embora para a escola.

No período vespertino, entre 13h00 e 13h15, as crianças e adolescentes chegam à entidade, vão para o refeitório, rezam, almoçam e depois fazem a higiene bucal. O primeiro período de atividades vai das 13h30 às 14h45, quando três grupos de usuários se dividem para participar da realização de atividades manuais em sala, de atividades gráficas e escolares em outra sala e para a aula de tae kwon do. O segundo período de atividades vai das 14h45 às 16h00, quando os grupos trocam de atividades. Entre 14h20 e 16h00, as crianças e adolescentes, em grupos, participam de atividades de coral e de dança. Entre 16h00 e 16h30, todos se reúnem no refeitório e, depois de uma oração, tomam o café da tarde, fazem a higiene bucal e retornam às suas casas.

Os momentos de recreação incluem acesso à brinquedoteca, jogos de mesa (pingue-pongue) e jogo de futebol na quadra de esportes. Também há dias em que são realizadas oficinas artísticas e de reciclagem; em outras ocasiões os adolescentes podem assistir a programas de televisão, filmes ou ouvir músicas.

Análise da proposta socioeducativa das entidades assistenciais públicas 1 e 2

Podemos considerar que a entidade assistencial pública está fundamentada numa perspectiva política de classe elitista: trata-se da elite política oferecendo um programa de atendimento para crianças e adolescentes pertencentes às classes populares. Do ponto de vista sociológico, essa elite política pode ser caracterizada por uma perspectiva filantrópico-clientelista, autoritária e benemerente, estando mais interessada em votos e em esvaziar a pressão social do que na implementação de políticas setoriais pautadas nos direitos de cidadania de crianças e adolescentes, que são tratados como "cidadãos pequenos" e "menores", e não como "pequenos

cidadãos". O ECA e a lógica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e como cidadãos ainda não constituem o pano de fundo do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente. A lei é citada aqui ou ali, mas não é seu espírito que enforma os planos de trabalho, os investimentos financeiros, a mentalidade dos educadores nem as práticas institucionais cotidianas.

É isso que podemos verificar, por exemplo, em notícias jornalísticas sobre o problema, o que os pobres representam para o poder público municipal:

> *Menores*
> Quanto aos menores de idade, a Assistência Social mantém o programa municipal de atendimento, com unidades que recebem as crianças e adolescentes no período contrário ao de aula, evitando a ociosidade e mendicância. Uma das unidades, a IX, é abrigo, para meninos que já perderam o vínculo familiar e estão em risco social maior. Até junho será inaugurado um segundo abrigo, dessa vez para meninas (*Jornal da Manhã*, 9 maio 2010).

> *Zona sul ganha mais uma unidade*
> Será inaugurada hoje a unidade XII do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente na zona sul, no bairro Teotônio Vilela. A princípio serão ofertadas 130 vagas. Nos mesmos moldes das demais, o diferencial dessa casa é que o prédio foi construído já com esse objetivo, contribuindo para otimização do trabalho. A solenidade de inauguração será realizada às 20 horas na própria unidade, rua Sebastião Mazali, esquina com rua D, s/n. Autoridades municipais estarão presentes, incluindo o gestor municipal da Assistência Social, C. A. M., que responde pelo programa. O objetivo das unidades é ocuparem o tempo ocioso das crianças e adolescentes no período em que não estão na escola, com atividades esportivas e socioeducacionais, prazerosas, mas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, que venham a contribuir com a sociedade. Conforme

> mencionou M., a zona sul contava até então apenas com a unidade III, na Via Expressa, distante de muitos bairros. Além disso, a oferta de vagas dessa casa era insuficiente para atender à população dessa região da cidade. A lista de espera de crianças e adolescentes dos bairros a serem contemplados pela nova casa tem 160 nomes. A unidade XII vai abrir 130 vagas, com previsão de extensão para 150 em três meses. "A equipe dessa casa é nova e precisa se adaptar primeiro às funções", mencionou o secretário de Assistência Social. Cada unidade do programa é composta de coordenador, assistente social, psicólogo, merendeira, dois educadores sociais, dois professores de educação física, dois auxiliares de serviços gerais e dois vigias. Os da nova unidade foram admitidos por concurso público ou por contrato temporário até que saia o próximo concurso da Prefeitura. Os bairros contemplados serão o próprio Teotônio Vilela, onde a casa está instalada, a Vila Real, o Tofoli, o Parque dos Ipês e o Parque das Azaleias. A obra foi iniciada há aproximadamente um ano e meio e erguida em terreno da Prefeitura com projeto específico para atender ao desenvolvimento das atividades do programa municipal, diferente das demais casas, que se adaptaram a uma estrutura já existente. O custo da construção foi de R$ 367.152,54 (Id., 7 maio 2010).

Essas matérias jornalísticas representam o pensamento filantrópico-clientelista, autoritário e benemerente que ainda permeia de modo hegemônico a política municipal de assistência social para a criança e o adolescente. Merecem destaque os temas específicos dessa perspectiva: a "ociosidade", a "mendicância", a "ocupação do tempo ocioso" e a "formação de cidadãos conscientes e responsáveis, que venham a contribuir com a sociedade", despolitizando a produção social da pobreza na vida social (Demo, 2002, 2003).

Notamos que há muito de improvisação e de ausência de qualidade teórico-técnica nas ofertas institucionais. Às mazelas típicas da cultura organizacional do funcionalismo público se agregam os costumes nefastos e as práticas escolares mais rotineiras, indicando realmente uma colonização escolar da Assistência Social à criança e

ao adolescente. A instituição escolar já se constitui numa terrível farsa para os filhos das classes oprimidas, e as entidades assistenciais vêm plagiar ou mimetizar de modo sofrível e canhestro o que já é em si mesmo incipiente.

Podemos pensar que a metodologia de trabalho da entidade busca promover a prevenção e a aprendizagem de novos papéis e comportamentos sociais, voltadas a crianças e adolescentes pobres, com a finalidade de passar uma educação em valores morais individuais. Os usuários devem ser atendidos por profissionais da área de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social por meio de um atendimento sistemático e personalizado, levando o jovem a refletir sobre suas atitudes pessoais diante da sua vida. Esses profissionais têm como função corrigir, educar, modificar o comportamento e a conduta dos usuários, com vistas à integração e à adaptação social.

A pedagogia subjacente ao plano de trabalho da entidade revela uma estratégia de socialização escolarizante de crianças e adolescentes pobres e de suas famílias. Trata-se de uma pedagogia interessada mais em aspectos comportamentais, nos problemas e desvios de conduta e na modelagem do caráter dos indivíduos, para formá-los enquanto "homens e mulheres de bem", tornando-os cidadãos trabalhadores, ordeiros, pacíficos e cumpridores das regras sociais. Na entidade, parece que interessa mais o sentimento que o intelecto, o psicológico que o lógico e crítico, o "aprender fazendo" do que os conteúdos, a prática mais do que a teoria, o interesse e a espontaneidade mais do que o esforço. Isso nos remete ao ideário da Pedagogia Renovada, mais interessada no plano psicológico, afetivo e emocional do indivíduo do que na construção coletiva de saberes críticos e conscientizadores e de uma ação social transformadora. Trata-se de "educar o popular" com vistas a promover o consenso social.

Mas toda essa liberalidade pedagógica fundada num viés psicologizante também revela uma faceta disciplinar-correcional que pretende promover uma ortopedia social corretiva sobre as famílias das classes populares e sobre suas crianças e adolescentes. "Educar em valores" aí significa educar esses indivíduos a partir da

inculcação da pauta de valores hegemônicos na sociedade, e o fundamental é ensiná-los a "respeitar os direitos e deveres", sobretudo a obedecer às regras sociais, se submeter a seus imperativos e respeitar a propriedade privada. "Respeitar os direitos" também inclui respeitar a propriedade privada e não roubar o que é dos outros. Mas onde está o que pertence aos membros das classes populares? Quem vai garantir seus direitos? "Educar em valores" e para o reconhecimento de "limites" não seria um disfarce da intenção filantrópica de educar os pobres para que não ingressem na criminalidade e se mantenham "dignos e honestos", mesmo quando mergulhados na miséria? Quem sabe mais sobre o que são limitações do que os pobres, que as experimentam continuamente? Eles precisariam ser educados para a reivindicação e para a mobilização social, com o objetivo de superar as limitações que lhe são duramente infligidas pela atual (des)ordem social.

A dimensão psicológica ocupa um lugar importante no plano de trabalho da entidade. Pelo que pudemos observar, não se questiona a implicação ética do psicólogo quanto à psicologização da realidade existencial das camadas mais empobrecidas da população: há um constante deslizamento do plano da produção da vida material, marcada por relações antagônicas de exploração e exclusão que vigem entre o capital e o trabalho, portanto do plano sociopolítico, para o campo da interioridade psicológica dos indivíduos. (Benelli, 2009). Eles continuarão em sua pobreza, pois não está nas mãos do psicólogo modificar isso, mas pelo menos estarão mais calmos, mais integrados e seus relacionamentos serão mais gratificantes e realizadores!

Desse modo, não é difícil perceber que os recursos psicológicos teriam como função dissimular as reais contradições da vida social, escamoteando interesses mais amplos. A Psicologia pode dissolver conflitos de classe por meio de técnicas terapêuticas e pode assim economizar a colocação em xeque dos sistemas institucionais estabelecidos: é mais barato procurar tratar crianças problemáticas e emocionalmente desajustadas do que transformar as estruturas sociais geradoras desses indivíduos. Assim, a Psicopedagogia se

apresenta como uma construção de respostas psicológicas aos problemas decorrentes das exigências do sistema escolar, a Psicologia Organizacional e do trabalho visam ao equacionamento psicológico que o fator humano impõe para as exigências de produção das empresas, já a Psicologia Clínica tradicional promoveria a psicologização da pobreza.

Nessa perspectiva, qual seria a área de trabalho do psicólogo na entidade assistencial pública? Ele vai se ocupar da dimensão psicológica dos indivíduos que forem encaminhados pelos educadores para o atendimento. A nebulosa do campo psicológico inclui, entre outros elementos, os sentimentos, as emoções, o comportamento e a capacidade racional dos indivíduos. Os usuários da entidade assistencial pública são membros das camadas mais pobres da população. Com o baixo nível econômico vem a restrição do plano sociocultural e a prioridade da sobrevivência.

Quando as dimensões sociais, políticas e econômicas que são determinantes das condições existenciais pessoais escapam completamente a qualquer possibilidade de intervenção e transformação, resta ao profissional da Psicologia o trabalho de gerenciar e administrar o plano das relações interpessoais, trabalhando sobre o relacionamento humano, procurando melhorá-lo ou desenvolvê-lo, buscando superar seus bloqueios e traumas. Se transformar a realidade sociopolítica é inviável, porque o "social" (enquanto âmbito público, político e histórico, construído pelos cidadãos) foi completamente esvaziado e já não existe mais, resta a criação do psicológico como espaço pessoal (interioridade psicológica) e interpessoal (relacionamento grupal baseado em técnicas psicológicas).

Há certo discurso teórico-técnico bastante presente na formação dos profissionais da Psicologia: o tratamento e a prevenção focados num cuidado exclusivo com o plano relacional e emocional dos indivíduos, escamoteando o plano sociopolítico. Nessa perspectiva, o objeto da Psicologia supõe o psiquismo como sendo dotado de uma essência a-histórica e invariável, próprio de uma natureza humana dada desde sempre e portadora de um eu profundo. Então a Psicologia estaria funcionando como uma tática

para desmontar conflitos sociais e ainda, por acréscimo, produzindo uma nova sociabilidade relacional, prescrevendo a pauta de conduta adequada no âmbito das relações interpessoais para as diversas faixas etárias, independentemente da classe social a que pertençam os usuários.

A inserção de muitos profissionais de Psicologia nos serviços assistenciais públicos não supera a mera dimensão assistencial e adaptativa, propondo um ecletismo teórico-técnico na realização de ludoterapia, de sessões grupais, de aconselhamento e de oficinas. Essa "flexibilização" da clínica clássica nos serviços públicos e comunitários de Assistência Social e de Saúde mantém sua função de normalização e controle social, produzindo subjetividades submetidas. O mercado globalizado busca capturar as práticas psicológicas emergentes e intensificar sua dispersão, colocando-as a seu serviço enquanto tecnologias para transformar as pessoas, inclusive induzindo à formação dos profissionais do campo "psi" a um tecnicismo acrítico (Ferreira Neto, 2004). Entendemos que a implicação ética e política é muito importante na atuação dos profissionais da Psicologia, pois suas práticas são dispositivos de produção de subjetividade.

Ainda predomina, nas entidades que compõem o programa público de atendimento a crianças e adolescentes pobres, uma lógica menorista,[1] repressiva e patologizante. O programa está construído a partir de coordenadas sociológicas reacionárias, de perspectivas pedagógicas renovadas moralizantes e de práticas psicológicas tradicionais e patologizantes. Ele se apresenta de modo

1. A lógica menorista pode ser entendida como um conjunto de saberes e fazeres determinado por uma teoria filantrópica que distingue entre "crianças e adolescentes" e "menores delinquentes". Essa perspectiva se plasmou no Código de Menores (Brasil, 1984) e criou a doutrina da "situação irregular", criminalizando a pobreza. O aparato político-jurídico institucionalizou uma série de equipamentos sociais com finalidades repressivas, punitivas e correcionais para enquadrar os "menores". Apesar da promulgação do ECA em 1990, ainda notamos a persistência incisiva da lógica menorista nos discursos e práticas institucionais de atendimento à criança e ao adolescente.

profundamente despolitizado e despolitizante, alienado e alienante, promovendo a regulação social por meio do gerenciamento socioeducativo dos membros das classes populares.

Observando e analisando o funcionamento da entidade assistencial privada 1

Tradicionalmente, a entidade começa seu funcionamento com uma semana de atividades de formação e de planejamento anual. Participamos da semana de planejamento e de formação da equipe de educadores, que ocorreu de 25 a 29 de janeiro de 2010 na entidade; período de cinco dias, nos quais passamos oito horas por dia na entidade, acompanhando os trabalhos. Isso não estava previsto no nosso planejamento, mas quisemos aproveitar a oportunidade, convencidos de que seria muito rico para o trabalho. Todos os dias de manhã, as diversas salas da entidade eram abertas, e depois de um café no refeitório, aconteciam as reuniões de trabalho da equipe de educadores. Os trabalhos iam até as 10h30, quando havia uma pausa para o café, depois prosseguia até o almoço, que era servido na própria entidade para todos os funcionários. A comida era boa e o almoço transcorria num clima agradável no refeitório da entidade. Nessa primeira semana, não havia ainda atendimento às crianças e aos adolescentes. Depois do almoço, os trabalhos eram reiniciados às 13h30 e encerrados às 17h.

O grupo presente na reunião era composto por três membros da diretoria da entidade, onze funcionários do projeto que atende crianças e adolescentes, sete funcionários que atendem adolescentes no projeto de Liberdade Assistida e ainda estavam presentes três voluntários, totalizando 24 pessoas. Ressaltamos que dentre os onze funcionários, havia uma cozinheira, um auxiliar de cozinha e um auxiliar de serviços gerais, pois todos os funcionários da entidade são considerados educadores. Esses três trabalhadores têm baixo nível de escolaridade, o que dificulta que possam aproveitar integralmente esse tempo dedicado à formação e ao planejamento,

mas justamente por isso é louvável que participem desse tipo de atividade e possam ir se aprimorando aos poucos. Esse grupo participou integralmente dos dois primeiros dias de trabalhos. Depois, os sete funcionários que atendem adolescentes no projeto foram trabalhar em sua programação específica, de quarta a sexta-feira, durante a semana de planejamento.

A programação desses dias de formação foi a seguinte: segunda-feira – "Espiritualidade, missão e educação da congregação religiosa"; terça-feira – "Educação para a solidariedade e justiça: formação"; quarta-feira – "Plano de trabalho: objetivos, atividades, orçamento e avaliação"; quinta e sexta-feira – "Programação de atividades".

O diretor executivo da entidade havia organizado a semana de planejamento e de formação e acolheu a todos no novo ano de trabalho que se iniciava. Todos os presentes foram reunidos numa sala espaçosa, na qual as mesas haviam sido organizadas em círculo. O diretor coordenou as atividades, procurando animar e motivar os profissionais para o trabalho. Ele utilizou uma dinâmica participativa, dialogante e bastante democrática, procurando proporcionar um clima de trabalho agradável.

Essa entidade assistencial privada é mantida por uma congregação religiosa católica, constituída por padres e por "irmãos", que são religiosos consagrados. Dois padres e um irmão, membros da diretoria, participam dos trabalhos da entidade mais de perto, acompanhando a dimensão financeira e a pedagógica. Na segunda-feira, dia de estudar a "Espiritualidade, missão e educação da congregação religiosa", o diretor distribuiu uma apostila contendo três páginas de texto sobre o assunto e apresentou o tema com uso do projetor multimídia.

Como pudemos observar, o texto apresentava, de modo telegráfico, alguns dados biográficos sobre o fundador da congregação religiosa e algumas datas importantes daquele grupo de religiosos católicos, que são dedicados à educação da juventude, possuindo colégios em diversos países. A espiritualidade da congregação religiosa e seus traços principais foram apresentados, bem como a

missão do grupo religioso, especificando que "a educação é um meio privilegiado para realizar a missão da congregação religiosa". Ainda, o texto versava que

> A educação da congregação religiosa tem as seguintes características: "a educação se fundamenta e deriva da fé, oferece um sentido de vida, estabelece um diálogo entre fé e cultura, educa de forma integral; respeita a personalidade do educando; cultiva a interioridade e estimula o auto-conhecimento; interessa-se pela tecnologia e a ecologia; cria e cultiva um clima educativo, o espírito de família, o respeito nas relações; educa para a solidariedade e a justiça; dá atenção preferencial aos pobres e excluídos; adapta-se a mudanças. 'Em tempos novos, métodos novos' (fundador da congregação religiosa); aceita e respeita as diferenças; cultiva um pensamento crítico e a busca da verdade."

Do ponto de vista da AI, entendemos que haveria uma encomenda estatal para a entidade, no sentido de que ela realizasse um trabalho de domesticação, alienação, manutenção da dominação, controle e gerenciamento das crianças e dos adolescentes empobrecidos e privados dos seus direitos; sendo considerados, por tudo isso, como estando em situação de "risco pessoal e social", num processo de escamoteamento da produção social do empobrecimento das classes populares. Por outro lado, provavelmente, a demanda emergente das classes populares serviria para a entidade empreender um trabalho na direção da proteção integral e da luta em defesa dos direitos e da emancipação social dos seus usuários e de suas famílias, para construir a cidadania e uma democracia popular. A que interesses serve, de modo predominante, essa entidade assistencial?

Toda práxis implica simultaneamente numa teoria que a fundamenta. Os dirigentes da entidade propõem a pedagogia da congregação religiosa como estratégia teórico-técnica para fundamentar a ação institucional da entidade. Mas podemos considerar que essa entidade é atravessada por diversos vetores: como *entidade*

religiosa, o estabelecimento conecta-se com um organismo assistencial internacional, com a diocese e com a congregação religiosa; como *entidade assistencial*, está incluída na rede socioassistencial da proteção básica da PNAS e do SUAS, atende a adolescentes no projeto de Liberdade Assistida, está conectada com a proteção especial de média complexidade pelo CREAS assim como pelo SINASE, e por tudo isso está ligada também à SMAS; como *entidade educacional*, está alinhada à LDBEN e à Secretaria Municipal da Educação (da qual recebe quatro professores do Ensino Fundamental); com relação ao *atendimento à criança e ao adolescente*, está relacionada com o CMDCA, com o CMAS, com o CT, com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, com o ECA. Essas diferentes dimensões compõem o campo no qual se situa a entidade e são também variáveis determinantes que condicionam seu funcionamento e produção.

Podemos considerar a Pedagogia como uma construção e uma invenção social, histórica e científica para lidar com relações sociais que envolvem poder, dominação, controle e produção de sujeitos sociais. Ela pode ser pensada como uma ideologia, uma cortina de fumaça para escamotear os problemas colocados pela existência de classes sociais em conflito. Mas também pode ser pensada como uma estratégia de poder-saber produtiva de diversos sujeitos sociais: o aluno ideal, branco, de classe média, inteligente, promissor, exitoso na carreira escolar; o aluno problemático, negro, pardo, mulato, pobre, pouco inteligente, que não aprende, fracassado na carreira escolar; o evadido da escola, o delinquente, o marginal. Assim, podemos considerar a escola como um estabelecimento que produz sujeitos sociais. Provavelmente, um processo de "escolarização" da entidade assistencial vai promover os mesmos efeitos negativos do estabelecimento escolar, reproduzindo com crianças e adolescentes os mesmos procedimentos que a escola adota com os membros das classes oprimidas.

O eixo predominante na entidade assistencial parece ser a prática pedagógica escolar. Podemos então nos perguntar: qual seria a orientação política da proposta pedagógica em pauta? Sabemos que

há diversos paradigmas pedagógicos: o tradicional, autoritário – reacionário, o renovado psicologizante – conservador; e o dialético-crítico (incluindo a pedagogia libertadora e a pedagogia popular freireana) – transformador.

Do ponto de vista sócio-histórico concreto, o capitalismo determina e condiciona, em certa medida, os saberes e as práticas pedagógicas das entidades assistenciais no contexto das políticas públicas. Ora, os religiosos mantenedores da entidade procuram evitar o proselitismo confessional (que é incompatível com a atual PNAS), evitando a doutrinação religiosa e buscando respeitar as diversas crenças religiosas, mas pretendem fundamentar a ação educativa na entidade assistencial a partir de uma perspectiva espiritual: o "espírito da congregação religiosa". Mas quanto e de que forma essa proposta espiritual é capaz de incidir nas determinações e condicionamentos concretos que incidem na entidade e na sua produção social?

Em 26 de janeiro de 2010, na parte da manhã, a entidade recebeu a visita de um psicólogo, de religião evangélica, que criou uma ONG dedicada a promover a integração social por meio do trabalho psicológico voluntário e gratuito com a população de uma favela da cidade. O diretor apresentou-o a todos e promoveu uma exposição dialogada com os participantes. O psicólogo apresentou oralmente uma descrição do processo de criação da ONG, e alguns fizeram perguntas e comentaram o que era relatado.

De acordo com o relato, a ONG já existia há sete anos, e seu objetivo inicial era levar a terapia para homossexuais e prostitutas; esse trabalho havia durado dois anos e meio. A reflexão diante das dificuldades e frustrações no trabalho levara o grupo a um impasse diante de algumas alternativas: assumir um trabalho de "enxugar gelo", dedicar-se a "curar feridas" ou engajar-se numa ação pela transformação política e legal das condições de vida das prostitutas. Da crise, saiu um encaminhamento: criar uma ONG para realizar um trabalho preventivo, numa abordagem clínica, com a população da favela. A ONG não dispõe de recursos financeiros, trabalha apenas com voluntários, sobretudo com estagiários do curso

de Psicologia, e utiliza um barraco alugado na própria favela para realizar suas atividades, buscando oferecer tratamento terapêutico para mulheres e crianças. Esse estabelecimento institucional busca oferecer atendimento individual e grupal, além de realizar uma produção acadêmica, procurando escrever e divulgar o trabalho. Foi preciso fazer uma série de adaptações da técnica de atendimento psicológico para se adequar a esse ambiente e realidade precária. Contando apenas com voluntários, o trabalho da ONG apresenta grandes limitações. Assim como a cultura da favela precisa de mudanças, os profissionais que atuam com essa população de risco também precisam modificar sua visão e abordagem.

Descrevendo um pouco a cultura da favela, ele disse que lá existem as pessoas que não trabalham, as que trabalham e as que vivem do tráfico. As pessoas da favela não são apenas vítimas, elas também fazem escolhas. As lideranças comunitárias são três mulheres que sustentam a família, sendo sua coluna financeira e emocional. Comentou que a religião evangélica tende a alienar um pouco a população, focando apenas a dimensão espiritual. A polícia está sempre presente na favela, as relações são difíceis.

O diretor da entidade contou a todos que, no final do ano passado, esteve visitando a ONG e ficara entusiasmado com o trabalho realizado. O objetivo da presença do psicólogo era estabelecer algum tipo de parceria entre a entidade e a ONG, visando, sobretudo, realizar um trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes atendidos, já que uma das dificuldades da entidade era envolver as famílias no trabalho pedagógico realizado com seus filhos; as famílias são convidadas, mas dificilmente aparecem para participar das reuniões. A equipe de educadores também não teria tempo para atender as crianças e os adolescentes e ainda para visitar as famílias dos usuários. Um dos padres da diretoria da entidade estava incumbido dessa tarefa, no momento. A proposta do diretor da entidade era que a ONG desenvolvesse um trabalho na região da cidade de onde provém a clientela que frequenta a entidade, e isso seria estudado, buscando os encaminhamentos necessários.

Outro padre da diretoria da entidade comentou que a entidade possui consistência, condições e forças para acionar mecanismos institucionais públicos, visando contemplar e atender as necessidades da população local. Para tanto, seria necessário promover intervenções no campo político por meio das instâncias de controle social e de promoção de políticas públicas, como os conselhos municipais.

Depois dessa visita, fomos informados de que a coordenadora pedagógica da entidade (professora da rede municipal de educação cedida pela prefeitura) é a encarregada de receber as famílias, cadastrar os pedidos de matrícula e orientar as famílias com relação ao comportamento de seus filhos no cotidiano do funcionamento da entidade. Considerando que a coordenadora é formada em Pedagogia e tem uma longa experiência docente na rede escolar de ensino municipal, ficamos nos perguntando se ela não estaria demasiadamente formatada pelas práticas escolares com relação ao atendimento à família. Será que a entidade tratava a família do mesmo modo que a escola? Se realmente há uma "escolarização" das entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes, isso seria muito provável. Daí que a família reage de forma semelhante à entidade, do mesmo modo que o faz com a escola: permanecendo distante de um lugar no qual, apesar de tudo o que se diz, ela realmente não é bem-vinda, acolhida, escutada. A família não consegue se apropriar participativamente do estabelecimento escolar e, provavelmente, tampouco da entidade frequentada por seus filhos. Como seria realmente a acolhida e a porta de entrada da família na entidade?

Na parte da tarde desse dia (26/01/2010), retomando os trabalhos, o diretor destacou a importância das atividades de formação e de capacitação para o bom andamento do projeto. Disse que era preciso organizar as atividades de formação, incluindo palestras, participação em eventos (promovidos pela congregação religiosa e pela universidade local), além da visita a outras entidades e projetos. Ele começou a conversa e pediu a participação dos profissionais, solicitando que dessem sugestões para o planejamento da

dimensão de formação da equipe de profissionais, que seria colocada em prática ao longo do ano corrente. Os participantes ficaram quietos por algum tempo. A assistente social sugeriu que seria bom estudar Paulo Freire e a educação popular. O diretor comentou que seria bom aprofundar o tema das políticas públicas: a LOAS, a PNAS, o SUAS e o ECA, lembrando que em anos anteriores já tinham sido realizadas palestras sobre esses temas, em manhãs dedicadas à formação continuada da equipe de educadores. Como os demais trabalhadores ficaram em silêncio, o diretor sugeriu ainda estudar mais a pedagogia da congregação religiosa e aprofundar a compreensão de suas características, acrescentando depois que também seria possível utilizar textos do jornal *Mundo Jovem*, que abordava temáticas diversas. A assistente social sugeriu também reuniões de estudo e de formação com os estagiários de Serviço Social que atuavam no projeto Liberdade Assistida.

O diretor propôs aos presentes que participassem da construção da proposta pedagógica da congregação religiosa abrindo o diálogo de modo democrático e participativo. Procurou motivar os funcionários para a importância da leitura e do estudo pessoal, visando à apropriação do conhecimento e descobrindo também o prazer de conhecer, ressaltando o fato de que quem não tem prazer com leitura dificilmente pode transmitir isso para as crianças.

Comentando sobre a biblioteca existente na entidade, propôs que se otimizasse seu uso enquanto espaço educativo. Elencou as parcerias que a entidade estava construindo: com a ONG psicossocial (uma parceria da solidariedade); com outro projeto da congregação religiosa (a missão comum da congregação religiosa); com as universidades locais Unimar, FFC, Unesp (por meio de professores, projetos de extensão universitária e estágios) e com as escolas frequentadas pelas crianças e adolescentes que vinham à entidade no período inverso. Comentou que a parceria com as escolas era difícil, pois quando elas percebiam que a entidade não ia resolver nenhum de seus problemas, não se interessavam mais pela parceria. Disse, por outro lado, que a entidade também não sabia bem como estabelecer essa parceria com a escola.

Para 2010, a entidade também pretendia criar uma horta para plantar verduras, legumes e ervas medicinais. Havia também um projeto para reformar e tornar utilizável o campo de futebol gramado, que estava abandonado e sem condições de uso. Explicitou que já fazia tempo que a entidade vinha empreendendo esforços com a prefeitura municipal para isso, mas quando o Secretário de Agricultura ia visitar a entidade, inspecionava a área do campo gramado, fazia promessas, depois ia embora e não acontecia nada. Mesmo assim, continuaria insistindo.

O diretor considerou ainda a necessidade de elaborar o calendário anual e as atividades, organizando o funcionamento da entidade. Como havia vários funcionários cedidos pela prefeitura (quatro professores e uma assistente social que atuava no projeto Liberdade Assistida), era preciso adequar o calendário da prefeitura municipal e o da entidade. Notamos que os funcionários, em sua maioria, permaneciam calados e assistiam passivamente às sessões de trabalho. Parecia que não tinham muito para contribuir com as discussões e com a tentativa de construção coletiva do projeto pedagógico da entidade. Seria necessário conhecer o tipo de qualificação e a formação universitária dos funcionários, pois, naturalmente, ninguém pode dar o que não recebeu, em termos teórico-técnicos e políticos.

Também seria preciso verificar as condições de trabalho dos funcionários: tipo de contrato, horas de trabalho dedicadas ao projeto da entidade, a questão salarial e as relações entre o grupo dos funcionários-educadores e deste com a equipe dirigente. Seria preciso conhecer o organograma funcional da entidade e suas dimensões não oficiais, pois nem sempre a autoridade oficial é a que exerce o comando de modo concreto.

Na manhã de 27 de janeiro de 2010, a equipe do projeto Liberdade Assistida, composta por sete funcionários, foi trabalhar em separado, encarregada de elaborar sua programação específica. Os educadores dedicados ao atendimento de crianças e adolescentes, no total de dez pessoas, permaneceram na sala de trabalhos e, inicialmente, assistiram a duas exibições com o projetor multimídia:

assistiram a um filme relativo à participação de um voluntário da entidade, que participa em movimentos eclesiais da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Terra, Grito dos Excluídos), depois, a um documentário intitulado *Educação integral e comunitária – o direito de aprender*, produzido pela Associação Cidade Escola Aprendiz e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O diretor comentou que esses dois filmes explicitavam algumas relações que a entidade tinha com os movimentos eclesiais, sobretudo por meio da Caritas Brasileira, com a escola e com a comunidade da qual provinham as crianças que frequentavam a entidade. A ideia era construir e fortalecer essa integração com a escola, com o bairro e com a comunidade.

Tivemos a impressão de que esses dois filmes ficaram soltos ou talvez meio fora de lugar. Apesar de não tomar muito tempo da manhã de trabalho, os educadores presentes não se manifestaram com relação aos filmes. Não houve uma discussão, diálogo ou problematização do que foi visto, procurando relacioná-los com o trabalho realizado pela entidade. Talvez não fosse a intenção, mas aparentemente esses filmes apenas preencheram uma parte do tempo.

Quadro 1 – Avaliação das atividades socioeducativas em 2009

Conceito	*Convivência*	*Conhecimento*	*Habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas*	*Visão de si mesmo*
Ruim	8%	9%	3%	3%
Regular	47%	37%	39%	28%
Bom	41%	39%	46%	61%
Ótimo	4%	15%	12%	8%

Em seguida, o tema de trabalho foi a apresentação e análise dos dados relativos à avaliação das atividades realizadas pela entidade em 2009, feita com os educandos que a frequentam. Setenta e cinco crianças e adolescentes teriam avaliado os quesitos: "convivência",

"conhecimento", "habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas", "a visão de si mesmo" e "frequência", como se pode ver no quadro 1.

Os resultados foram transformados em gráficos estatísticos, apresentados por meio do projetor multimídia, sendo que predominaram os conceitos "regular" e "bom". Observamos que se tratava de uma avaliação interna, sem maiores pretensões, senão reafirmar o acerto da entidade e o bom desempenho dos educadores. Nenhuma observação crítica foi feita, nem os educadores avaliaram seu próprio empenho e efetividade no trabalho desenvolvido. A apresentação da avaliação parecia mais o cumprimento de uma formalidade burocrática e dar certa satisfação para a congregação religiosa mantenedora. Na prática, a avaliação não apresentou nenhum indicador nem foi tomada como questão no planejamento anual. Notamos que a avaliação não dizia respeito ao desempenho dos educadores e dos demais profissionais que atuam na entidade.

Soubemos que a entidade dispõe de vagas para cem crianças e adolescentes, sendo cinquenta vagas para o período matutino e cinquenta vagas para o período vespertino. No final do segundo semestre de 2009, mais ou menos 75 usuários frequentavam a entidade, 35 no período matutino e 40 no vespertino. A matrícula, a participação e a frequência das crianças e dos adolescentes na entidade são livres e voluntárias, embora se deseje que a frequência dos usuários seja o mais contínua possível. É provável mesmo que haja também certa rotatividade de usuários. Pensamos que é preciso saber se e como a presença/ausência das crianças e adolescentes é monitorada e quais os procedimentos tomados em caso de faltas repetidas. Também é possível supor que a qualidade da acolhida, do tratamento dispensado, das relações entre educadores e educandos e da oferta pedagógica sejam variáveis importantes que promovem uma maior adesão ou não ao programa desenvolvido pela entidade.

Com relação à monitoração da presença das crianças, fomos informados de que os educadores levam uma espécie de "diário de

classe", um caderno no qual anotam o dia da semana, mês e ano, fazem uma lista com o primeiro nome de todas as crianças presentes naquele dia e período (matutino ou vespertino), indicam o total de crianças presentes e o nome dos educadores responsáveis pelas atividades e depois descrevem sucintamente as atividades desenvolvidas. Por exemplo: "Roda de conversa – dança do gigante e informações. Atividades: gincana, corrida, cone no cone, sorvetão (bola no cone), equilibrar a bola no cone, estourar a bexiga após a corrida, bola na barriga". Ocorrências diversas também são anotadas: acidentes com as crianças durante as atividades, brigas, xingamentos, mau comportamento das crianças etc., bilhetes de mães comunicando ou explicando ausência de crianças e atestados médicos também são colados nas páginas dos cadernos. O que os educadores fazem quando constatam faltas reiteradas das crianças? Há uma preocupação com a assiduidade delas?

Também tivemos a exposição de um projeto de trabalho com a biblioteca, proposto por uma voluntária que estava atuando na entidade. Vamos apresentá-lo a seguir:

Biblioteca

> "Sendo o amor fundamento do diálogo é também diálogo" (Paulo Freire)

> A sala de biblioteca é percebida, muitas vezes, por crianças e adolescentes como o lugar destinado a guardar livros. Lugar, esse, onde os adultos são os detentores da forma de uso do ambiente, com um poder que passa desde a organização do espaço e dos títulos que devem servir de interesse à criança, até a caracterização de um clima introspectivo e silencioso criado para o estímulo do estudo e da leitura. A partir do momento em que passamos a entender o ato de construção e apropriação da leitura como um amplo processo, onde a "leitura do mundo" é tão ou mais importante para a formação do leitor do que a imposição à leitura de livros, despertamos o fluxo sensível às formas literárias. Para que

uma biblioteca desperte na criança o amor pela leitura é preciso que os livros estejam ao seu alcance, que exista nela amparo e orientação quanto à pesquisa de títulos e assuntos que venham de encontro aos seus interesses, que o espaço estimule a compreensão artística, mas, principalmente, que o espaço seja percebido como um local lúdico – um espaço vivo, ativo e que explore a fantasia. Aos adolescentes é importante que a biblioteca seja compreendida como espaço para a ampliação e troca de experiências, onde encontrem atividades realizadas em grupo que proponham o debate de ideias, criando, assim, um veio para o interesse pela pesquisa e experiência literária. Dessa maneira, é fácil para a criança e o adolescente entenderem que também nesse espaço de convivência são necessárias regras para o uso harmônico de todo o grupo.

Propostas para a reorganização do espaço da Biblioteca:

- Organizar e catalogar o acervo da biblioteca. Criar estantes para a literatura infantil, para a literatura juvenil e adulta, para suporte de pesquisas, etc.
- Criar um canto para leitura. Esse espaço pode ser pequeno, mas deve ser acolhedor, principalmente às crianças. Pode ser feito um acolchoado para colocar no chão com algumas almofadas em cima.
- Criar uma roda de histórias. Esse trabalho pode ser feito por todos os profissionais do Projeto, onde cada dia um profissional pode ler-contar um dos livros ou contos (tirados do acervo da biblioteca ou trazidos de casa) para um grupo de alunos. Com esse trabalho a biblioteca estaria constantemente em atividade e seria percebido, pelos alunos, o envolvimento e a participação de todos nas atividades. (indicado que o trabalho seja feito no final das atividades)
- Estimular a produção artística, deixar em cima das mesas da biblioteca material para a produção de desenho e textos (estojos e papéis) assim como alguns gibis ou revistas.
- Criar um mural dentro ou na entrada da biblioteca para que os alunos e educadores possam expor pequenos textos e desenhos.
- Criar mesas de debates de assuntos atuais ou reflexivos junto aos adolescentes do Projeto. Com os debates realizados dentro da bi-

blioteca o ambiente se torna mais instigante e desafiador ao entendimento dos adolescentes. Esse trabalho pode ser realizado de diversas maneiras e com debates propostos por diferentes educadores.
- Tornar o espaço lúdico e acolhedor. Para tanto, pode ser criada uma brinquedoteca, com brinquedos artesanais e educativos, que funcione dentro da biblioteca. O horário de funcionamento da brinquedoteca pode ser estipulado dentro do roteiro de atividades da biblioteca e do Projeto para que não atrapalhe as outras atividades. O importante é que a criança brinque dentro desse espaço para que, com a convivência entre os títulos dos livros, seja despertada a curiosidade para a leitura. Possibilidades de brinquedos: caixa-baú pedagógico com fantoches, dedoches, jogos, peças de vestuário para fantasia, família de bonecos (família negra, família branca), brinquedos de montar e quebra-cabeça, etc.; lousa com giz para brincadeira de escolinha; uma casinha de bonecas.
- Montar um projeto para arrumar parcerias para aumentar o acervo infanto-juvenil da biblioteca.
- Estimular o uso consciente e respeitoso dos materiais encontrados na biblioteca. Criar regras para o uso e arrumação dos materiais, as crianças e adolescentes devem ser incluídos nesse trabalho.

A apresentação agradou aos presentes, que entenderam que a proposta enriqueceria o trabalho educativo realizado com as crianças na entidade. Futuras discussões deveriam ser realizadas para amadurecer e buscar colocar em prática o projeto.

Na parte da tarde do dia 27, continuando com o processo de construção coletiva e participativa dos objetivos e da programação da entidade, o diretor apresentou aos educadores uma folha impressa com os "quatro pilares da educação da UNESCO" – 1. Aprender a ser; 2. Aprender a conviver; 3. Aprender a conhecer; 4. Aprender a fazer – e o seguinte texto: "A aquisição de conhecimentos atravessa a vida das crianças, adolescentes e jovens e os afeta em diferentes graus de intensidade, produzindo mudanças no

modo de pensar, ver e viver, gerando sensações de diferentes tonalidades. Em todas as aprendizagens, a vida pulsa, resultando num convite à transformação e à formação."

Em seguida, solicitou que os educadores relacionassem esses quatro pilares com as características da educação da congregação religiosa. Foi distribuída uma folha com um quadro, que tinha uma coluna à direita, relativa às características da educação da congregação religiosa, que foi preenchida em pequenos grupos e depois escrita na lousa numa sessão de plenário, tal como a seguir:

Quadro 2 – Relação dos quatro pilares da UNESCO com as características educacionais da congregação religiosa

Quatro pilares – UNESCO	*Características da educação da congregação religiosa*
Aprender a ser Valores Dimensão atitudinal	Sentido da vida, educação integral, respeito à personalidade, consciência social, interioridade, autoconhecimento, diálogo: ouvir e falar, respeito às diferenças, solidariedade, cooperação
Aprender a conviver Atitudes Dimensão atitudinal	Diálogo fé/cultura/autoridade, respeito à personalidade do educando, clima educativo, respeito nas relações interpessoais, respeito aos valores éticos e espirituais, cooperação nas vivências e atividades, ecologia: ser parte do meio ambiente, preferência pelos pobres, respeito às diferenças, solidariedade, justiça, participação política, direitos e deveres
Aprender a conhecer Fatos, conceitos e princípios Dimensão conceitual	Tecnologia e ecologia, pensamento crítico e busca da verdade, prazer em conhecer, despertar a curiosidade, respeito às diferenças, despertar para o saber: conhecimento teórico-prático
Aprender a fazer Procedimento Dimensão procedimental	Tempos novos, métodos novos, abertura às mudanças, cuidado/ autoestima (prática), conhecer e fazer de forma prática, de forma crítica

O diretor não desenvolveu maiores explanações nem aprofundou a questão dos quatro pilares da educação[2] propostos pela

2. Sobre os quatro pilares da educação, é possível encontrar maiores informações no portal: http://4pilares.net/. Os quatro pilares foram definidos inicialmente no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação no Século

UNESCO; apenas repetiu chavões, talvez por já ter trabalhado o tema anteriormente com os educadores. Pareceu claro que ele adotou esses pilares como expressão da perspectiva pedagógica que busca empreender na entidade em função de alguma equivalência entre as características da educação da congregação religiosa e a proposta educacional da UNESCO.

Diante do quadro proposto pelo diretor para ser preenchido pelos educadores, ficamos nos perguntando: como as crianças aprendem? Como se ensinam valores (ser), atitudes (conviver), fatos-conceitos-princípios (conhecer) e procedimentos (fazer)? Qual é o embasamento pedagógico, psicológico, sociológico, teórico-técnico e político dessa proposta? Não observamos nenhuma preocupação com essas questões nos educadores presentes.

Segundo o diretor, o desafio dessa apresentação era, depois de analisar os resultados da avaliação final, estudar a perspectiva pedagógica da congregação religiosa, pensar na proposta pedagógica que seria oferecida, discutida/apresentada para as crianças, de forma participativa. Era preciso fazer a programação para 2010, pensando nos objetivos, nos conteúdos, nas ações/atividade/estratégias, nos recursos/custos, na avaliação/indicadores. "A oferta da congregação religiosa era baseada na educação não formal, o objetivo era ajudar a pessoa a ser gente", disse o diretor. O desafio, então, era integrar os objetivos e a prática.

XXI para a UNESCO, do qual formam o núcleo principal. O relatório, elaborado por uma comissão de quinze membros, sob a coordenação de Jacques Delors, foi publicado na forma de livro, *Learning: The Treasure Within*, em 1996. Foi traduzido para o português por José Carlos Eufrázio, recebendo, no Brasil, o título *Educação: um tesouro a descobrir* (1999). Nesse livro, a discussão dos quatro pilares ocupa todo o quarto capítulo (Ibid., p.89-102). De acordo com esse autor, a noção de educação como desenvolvimento humano define o objetivo maior da educação como a construção, pelas pessoas, de competências e habilidades que lhes permitam alcançar seu desenvolvimento pleno e integral. Os quatro pilares servem, em seu conjunto, como princípio organizador de um processo de construção de competências e habilidades. Uma análise crítica do relatório de Delors pode ser encontrada em Duarte (2001, p.69-82).

A coordenadora pedagógica comentou que as crianças matriculadas para 2010 eram, em sua maioria, as mesmas que frequentaram a entidade no ano anterior. Então era preciso tomar cuidado para não repetir os mesmos conteúdos do ano anterior. O diretor procurou orientar os trabalhos, sugeriu ideias, explicitou os objetivos, ofereceu exemplos e sugestões de conteúdo, de ações e de atividades, buscando focalizar os conteúdos nas atividades concretas.

No dia 28, na sessão matinal de trabalhos, o diretor ofereceu ao grupo dos educadores uma folha impressa intitulada Programação 2010, contendo colunas sobre objetivos, conteúdo, ações/atividades/estratégias, recursos/custos e avaliação/indicadores a serem preenchidas.

A seguir, orientou os educadores, dizendo que deviam reunir-se por subprojetos: 1. Amigos do saber; 2. Circo; 3. Esporte; 4. Contação de estórias, procurando preencher a folha com o planejamento anual. A coordenadora pedagógica orientou os educadores para o fato de que um excesso de atividades poderia dificultar a realização dos objetivos e que era preciso levar em conta o tempo curto para o desenvolvimento das atividades, a possibilidade de imprevistos e de outras atividades que ainda seriam introduzidas ao longo do processo. Os eventos do ano, tais como a Campanha da Fraternidade, a Copa do Mundo e as eleições teriam que ser considerados. Haveria que incluir na programação o tempo dedicado ao apoio escolar, ao reforço, à realização das tarefas escolares e à informática (à qual se dedicava uma hora por semana). O mês de fevereiro seria dedicado a um trabalho introdutório de recepção, acolhida e visava à adaptação dos usuários à dinâmica de funcionamento da entidade. Nessa etapa inicial, buscava-se ter um conhecimento das crianças e promover sua readaptação à rotina do projeto. Cada um dos objetivos: "aprender a ser", "aprender a conviver", "aprender a conhecer" e "aprender a fazer" seriam desenvolvidos durante um bimestre, mas era claro que todos eles estavam inter-relacionados e não era possível isolá-los na prática de modo radical.

Perguntamos sobre como os educadores trabalhavam com as crianças, e eles nos informaram que o conjunto de crianças e

adolescentes matriculados era dividido por grupos etários: Grupo 1A: crianças de 6 a 7 anos; Grupo 1B: crianças de 8 a 9 anos; Grupo 1C: crianças de 12 anos; Grupo 2: crianças e adolescentes de 12 a 17 anos. Cada grupo era coordenado e conduzido por um educador, que dispunha de apenas uma hora e meia, aproximadamente, durante a semana, para desenvolver atividades específicas com cada um dos grupos, que ficava alternadamente com um educador diferente a cada dia da semana.

Ficamos muito surpresos com o pouco tempo que o educador tinha para trabalhar efetivamente com as crianças na sua área de especialidade, pois o tempo precisava ser dividido entre várias atividades: a hora do café da manhã, a "roda de conversa", que durava aproximadamente trinta minutos, a atividade em grupo com o educador, depois havia o tempo livre, o banho, o almoço e a saída para a escola. Essas atividades eram realizadas com dois grupos diferentes de crianças e adolescentes que frequentavam a escola no período inverso, nos turnos matutino e vespertino. Como cada objetivo seria desenvolvido durante um bimestre, calculamos que cada educador teria mais ou menos entre dez e doze horas para se dedicar ao tema em sua atividade específica, já que se encontrava com cada grupo apenas uma vez por semana.

Conversando com os funcionários verificamos que vários dos educadores trabalhavam poucas horas na entidade: três dos educadores cedidos pelo poder público vinham à entidade apenas em um período do dia (de manhã ou de tarde) e trabalhavam 4 horas diárias. A coordenadora pedagógica estava presente na entidade nos dois períodos, pois a Secretaria Municipal da Educação permitia que ela fizesse uma "dobra", evidentemente recebendo remuneração duplicada. O professor de Educação Física e a arte-educadora eram contratados pela entidade pelo regime de CLT; ele trabalhava apenas 20 horas por semana, permanecendo na entidade por duas horas no período da manhã e por duas horas no período da tarde; ela trabalhava 30 horas por semana, ficando na entidade por três horas no período da manhã e três horas no período da tarde. Portanto, os educadores eram contratados pela entidade em regime

parcial, o que também condicionava e limitava a sua dedicação ao trabalho. O diretor executivo e a assistente social que cuidava da parte administrativa e financeira da entidade trabalhavam respectivamente 30 e 40 horas semanais, já a cozinheira, sua auxiliar e o auxiliar de serviços gerais tinham jornada semanal de 40 horas. Não desconhecemos o fato de que há uma relação entre o número de horas dedicadas ao trabalho educativo que cada profissional realiza na entidade, a questão salarial e a qualidade do desempenho dessa ação educativa. As pessoas normalmente não se mobilizam apenas por motivos altruístas e sem uma remuneração mais adequada, é difícil exigir muito delas. Como a entidade tem recursos financeiros limitados, ela não pode contratar profissionais com maior qualificação. Isso tudo produz consequências na oferta socioeducativa institucional.

Os educadores dividiram-se em dois grupos: esporte e circo (dois educadores), amigos do saber (três educadores) para elaborar o planejamento de conteúdos, atividades/ações, avaliação. A assistente social foi para o escritório ocupar-se de questões administrativas e financeiras da entidade, a coordenadora pedagógica, para sua sala, e o diretor, para seu escritório, com a tarefa de elaborar e formalizar por escrito um esquema delineando os objetivos gerais, os específicos e os conteúdos a serem desenvolvidos. Ele explicou que era preciso elaborar um planejamento que fosse apresentável para órgãos públicos, para empresas e para agências de financiamento. Na parte da tarde, o plano de trabalho seria apresentado, discutido e completado com todos os educadores.

Ficamos nos perguntando: qual era a fundamentação da proposta pedagógica da entidade? Será que a entidade era uma espécie de escola informal? O diretor explicou que a entidade oferecia uma educação complementar à escola; seu trabalho visava ao que podemos chamar de "socialização geral".

Fomos participar dos trabalhos do grupo dos amigos do saber, composto por três educadoras. Uma delas era formada apenas no curso de Magistério, outra cursou Ciências Sociais, fez mestrado em Educação e ocupava informalmente a função de assistente e

secretária da coordenadora pedagógica; já a terceira educadora formou-se no Magistério, em Direito e cursava Pedagogia. Todas eram cedidas pela Secretaria Municipal da Educação. Em outro momento, o diretor comentou que, no final de cada ano, deveria escrever um ofício agradecendo ao prefeito pelo favor de ceder as funcionárias da Secretaria Municipal da Educação e por solicitar formalmente a renovação da "gentileza" para o ano seguinte. Voltando ao grupo de trabalho, diante da página em branco da Programação 2010, era evidente a dificuldade de duas delas com relação à tarefa. A que era mestre em Educação já tinha trazido algumas propostas de conteúdo, apresentando ao grupo algumas dinâmicas e atividades impressas nas quais pretendia se embasar. As demais procuravam, mas sem sucesso, ideias sobre o que indicar como conteúdo e como atividades. Sugerimos que, já que estávamos na biblioteca, elas podiam procurar livros com atividades pedagógicas, com dinâmicas, jogos e propostas educativas para buscar inspiração e sugestões nesse material, podendo assim preparar seu plano de trabalho. Elas foram até as estantes e escolheram diversos livros e passaram um tempo folheando e examinando o material disponível, procurando elaborar suas propostas. A coordenadora pedagógica veio duas vezes na sala ver como ia o trabalho, perguntando o que as educadoras estavam pensando em fazer e comentando suas propostas. A atitude da coordenadora era altiva e superior, exibindo alguma impaciência e algo de rispidez com as duas educadoras que demonstravam claramente suas dificuldades em elaborar propostas de trabalho para serem realizadas com as crianças. Finalmente, conseguiram elaborar algumas propostas de atividades.

Na parte da tarde, o diretor apresentou ao grupo de educadores um esboço do projeto pedagógico para 2010, entregando a todos algumas páginas fotocopiadas com o seguinte texto:

> Objetivo geral: promover uma educação que forme pessoas para a valorização e defesa da vida, desenvolvendo suas competências pessoais (ser), sociais (conviver), cognitivas (conhecer) e produtivas (fazer).

Objetivos específicos	*Conteúdo*	*Ações/ Atividades/ Estratégias*	*Avaliação/ Indicadores*
Desenvolver com as crianças e adolescentes um sentido de vida, por meio do conhecimento e da vivência de sentimentos, emoções e valores.	Emoções/ pensamentos, corporeidade, Ecologia. Valores, interioridade, experiência de Deus. Saúde, sexualidade, hábitos de higiene.	Roda de conversa. Experiência de celebrações, de meditação e espiritualidade. Oração nas refeições; Higiene pessoal.	
Criar e promover um ambiente e um clima educativo que possibilite as crianças e adolescentes aprender a conviver de forma saudável, solidária e participativa.	Oralidade: ouvir, falar, diálogo, troca, empatia, solidariedade. Direitos, regras, participação, legislação. Respeito às diferenças e à autoridade. Família, escola, comunidade.	Roda de conversa. Convivência livre, com presença e acompanhamento do educador. Tempo livre e dinâmicas de grupo.	
Despertar e estimular nas crianças e adolescentes a curiosidade e o prazer de conhecer, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento.	Fatos de minha comunidade, história. As diferentes linguagens: artística, corporal e verbal. Os propósitos da leitura, da escrita, da comunicação oral e do cálculo.	Amigos do Saber Contação de estórias.	
Favorecer procedimentos e o exercício de habilidades e aprendizagens desenvolvidas.	Participação na realização das tarefas cotidianas do projeto: limpeza, higiene, cuidado do ambiente. Manuseio de diferentes mídias, informática, Internet. Criação e exposições de trabalhos.	Esporte: jogos cooperativos. Circo e laboratório de teatro: relaxamento, autocontrole, efeitos apaziguadores e educativos (regras, autoridade, disciplina). Hábitos alimentares, higiene.	

Objetivos específicos	*Conteúdo*	*Ações/ Atividades/ Estratégias*	*Avaliação/ Indicadores*
Envolver a família com o projeto no processo educativo dos filhos.	Concepção de família, situação social.		
Promover parcerias com a comunidade.	Políticas Públicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Emprego).		
Articular-se com as obras educativas da congregação religiosa promovendo uma missão comum.	Conteúdos de formação da congregação religiosa.		

As duas primeiras colunas foram preenchidas pelo diretor, e a terceira foi preenchida coletivamente, enquanto os educadores apresentavam suas propostas de conteúdo e de atividades. O item "recursos/custos" não apareceu, e comentou-se que os educadores deveriam informar por escrito para a coordenadora pedagógica quais os materiais necessários. O diretor incumbiu-se de coletar as propostas de cada educador e depois poderia apresentar uma versão mais detalhada e completa do projeto pedagógico.

Não foi fácil obter informações sobre a dimensão financeira que permite o funcionamento da entidade, mas soubemos que ela consome anualmente algo em torno de R$ 400.000,00. A maior parte das receitas vem da congregação religiosa mantenedora da entidade. O projeto Liberdade Assistida é cofinanciado por meio de um convênio com a SEADS/Fundação Casa e intermediado pela SMAS/CREAS, que aplica R$ 115.200,00 na sua execução. Em 2009, a entidade também recebeu verba do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R$ 14.000,00. É preciso acrescentar que a prefeitura municipal ainda disponibiliza boa parte da alimentação consumida na entidade e tem quatro educadores e uma assistente social alocados no estabelecimento socioeducativo. Observamos que o poder público não faz isso como

parte de suas obrigações em termos de execução de políticas públicas para crianças e adolescentes no cumprimento dos deveres do município para com os direitos desses cidadãos, mas o faz a partir de uma lógica do clientelismo assistencialista, concedendo ajuda e favor. O problema da sustentação financeira da entidade é crônico, pois a mantenedora sempre tem dificuldades para arcar com todos os custos. A entidade também promove eventos beneficentes para conseguir angariar fundos.

Voltando ao relato da sessão de trabalhos da tarde, notamos que, embora o diretor utilizasse uma estratégia bastante democrática, dialógica e participativa, os educadores não pareciam ter muito para oferecer. Alguns revelavam grandes limitações em sua formação e capacitação teórico-técnica, o que certamente influenciava na baixa qualidade do trabalho socioeducativo desenvolvido pela entidade.

O diretor disse que os educadores não eram afeitos à leitura e não tinham o hábito de se dedicar pessoalmente ao trabalho de buscar seu aprimoramento profissional. Como eles revelavam dificuldades e resistência com a leitura, ele passou a lhes oferecer materiais mais leves, bem resumidos e, assim, mais palatáveis. De fato, o material oferecido nessa semana de formação pareceu pouco denso e demasiado telegráfico. Fomos informados de que havia encontros mensais de formação com os educadores, nos quais eram realizadas palestras sobre diversos temas, eram lidos alguns materiais que serviam para a orientação pedagógica dos educadores, além de debates a partir de filmes exibidos com finalidades formativas.

No dia 29, na sessão de trabalho matinal, buscou-se cuidar da programação do mês de fevereiro, organizando a etapa de acolhida e de adaptação dos usuários. Para tanto, os educadores selecionaram jogos, brincadeiras e atividades lúdicas em geral. As atividades educativas com os quatro subprojetos se iniciam apenas a partir do mês de março.

Também foi organizado um calendário procurando prever os diversos feriados nacionais e municipais – datas em que a entidade também não funciona. Como a entidade possui quatro

funcionários cedidos pelo poder público municipal, avisou-se que os feriados seriam respeitados e que os servidores municipais deveriam seguir o calendário oficial da Secretaria Municipal da Educação. Por exemplo, os dias dessa semana de formação e de planejamento trabalhados pelos educadores cedidos pelo poder público municipal deveriam ser trocados por folgas, pois oficialmente suas obrigações somente se iniciariam no dia 1º de fevereiro de 2010. O diretor explicou que a entidade não iria seguir o calendário da Secretaria Municipal da Educação, pois mesmo com menos educadores (apenas dois), o projeto iria funcionar e receberia as crianças e os adolescentes para atividades de lazer e de convivência.

Como a entidade possui funcionários contratados por ela mesma e alguns cedidos pelo poder público, às vezes é difícil lidar com as discrepâncias de calendário. Os professores da rede municipal costumam gozar de dias de recesso nos meses de dezembro e de julho, além das férias de janeiro e do direito de "abonar" alguns dias ao longo do ano. Já os profissionais contratados pela própria entidade em regime da CLT têm direito apenas a trinta dias de férias por ano. A entidade deve suspender suas atividades de acordo com o calendário da Secretaria Municipal da Educação? Isso não indicaria certa "escolarização" e "prefeiturização" da entidade? E isso seria compatível com os compromissos que a entidade tem com sua clientela?

Além de alguns funcionários, soubemos que a entidade recebe da cozinha piloto da prefeitura municipal (ligada à Secretaria Municipal da Educação) praticamente 40% da alimentação que oferece para seus usuários e funcionários diariamente. Não podemos afirmar que o auxílio do poder público para o funcionamento da entidade seja desprezível. Imaginamos que isso também pode trazer algumas consequências: será que os dirigentes da entidade ficam reféns do auxílio generoso do poder público, sendo cooptados por esses benefícios? Como esses auxílios foram concedidos ou conquistados pela entidade? Será que foram adquiridos por meio do poder de influência pessoal de tipo tradicional e filantrópico com as autoridades políticas do município? Será que as autoridades

políticas tomaram a iniciativa de conceder essas ajudas, numa estratégia clientelista e assistencialista, com finalidade de cooptação? Qual é a atitude dos dirigentes da entidade com relação às autoridades políticas: sua atuação é passiva, subserviente, subordinada, aduladora e temerosa de perder os "privilégios" adquiridos? Ou eles, partindo da lógica dos direitos, entendem que o poder público tem obrigações para com a implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes? Se os educadores cedidos pelo poder público não fossem considerados adequados, a entidade ousaria solicitar sua substituição por outros mais capacitados?

Seria interessante saber como os educadores cedidos vieram trabalhar na entidade. Será que eles vieram por altruísmo e movidos por um compromisso solidário com as crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras subalternas? Não parece ser o caso, pois, pelo que conhecemos da realidade municipal, essa é a mesma clientela que frequenta as escolas municipais da periferia. Certamente, os cursos de Magistério, de Pedagogia e outros que formam professores não preparam os profissionais para um trabalho socioeducativo como o que é oferecido pela entidade. Quais as vantagens para um professor da rede municipal em trabalhar numa entidade assistencial que atende a crianças e a adolescentes? Pelo que conhecemos do funcionamento das escolas da rede municipal de ensino, as atividades dos professores são rigidamente supervisionadas e intensamente monitoradas, eles têm um grande volume de trabalho com a preparação de aulas, com o ensino das crianças e com a correção de tarefas escolares, além da realização das avaliações com os alunos. Na entidade, podemos observar que tudo isso pode ser tomado e levado de modo muito mais leve e improvisado. Parece claro que é muito mais fácil trabalhar numa entidade assistencial do que numa escola de educação fundamental, sobretudo porque na entidade não há exigências de sucesso escolar, de verificação comprovada de aprendizagem e de processos de promoção e de retenção de alunos, como acontece na escola municipal de ensino fundamental. Isso ficou claro pelo modo como a avaliação do "aproveitamento" das crianças e adolescentes que

frequentam a entidade foi realizada e apresentada, de acordo com nosso relato do dia 27.

Os educadores reunidos na sessão de trabalho ainda organizaram um calendário com as datas previstas para a realização dos encontros de formação mensais: 16/3, 13/4, 18/5, 8/6, 17/8, 21/9, 19/10 e 9/11. Os temas que seriam desenvolvidos nesses dias não foram definidos. Soubemos que nesses dias as crianças e os adolescentes são dispensados e não comparecem na entidade. Os educadores também discutiram se seriam realizados passeios e acampamentos. Sugeriram uma visita à entidade que a congregação religiosa mantém numa outra cidade da região e um passeio ao zoológico de uma cidade vizinha no primeiro semestre. Havia passeios previstos para visitar a catedral e o bosque municipal. No segundo semestre poderiam ser realizados passeios e acampamentos em chácaras próximas da cidade.

A entidade também costuma fazer reuniões semanais dos educadores, que duram normalmente uma hora, sendo necessárias para monitorar, avaliar, encaminhar e orientar os trabalhos, tratando de questões práticas e pontuais. Essas reuniões seriam realizadas nas quartas-feiras de manhã. Enquanto os educadores estão nessas reuniões, as crianças e os adolescentes ficam sob os cuidados de estagiários do curso de Psicologia. O diretor comentou que é preciso orientar o trabalho dos estagiários, que devem conhecer as crianças, se entrosar, construir uma relação e estabelecer um vínculo com elas. Os educadores comentaram que as crianças não respeitam os estagiários, brigam com eles, colocando-os à prova, testando e desafiando sua paciência. Uma educadora comentou que alguns estagiários caem nas provocações e discutem com as crianças, "descendo ao nível delas e ficam batendo boca". O diretor disse que os educadores deveriam estar perto e acompanhar as atividades dos estagiários, enfatizando que era função da coordenadora pedagógica orientar os estagiários.

Depois, o diretor sugeriu que chamassem alguns representantes da equipe do projeto Liberdade Assistida para conversar sobre o uso compartilhado dos espaços da entidade pelas duas

equipes de educadores e pelos usuários. Dois educadores do projeto vieram e, em conjunto, combinaram regras para o uso de salas para atendimento individual, que deveriam ser mantidas sempre disponíveis. Eles realizavam atendimentos individuais e grupais com adolescentes e reuniões grupais com familiares dos adolescentes que estavam em cumprimento das medidas socioeducativas. Estabeleceram que a sala grande seria utilizada para os trabalhos com os grupos, e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida também poderiam utilizar a sala da biblioteca e de informática, bem como a quadra de esportes coberta, a mesa de pingue-pongue e a piscina, desde que monitorados e acompanhados por seus educadores responsáveis. Os educadores relataram pequenos problemas com relação a esses adolescentes: falta de respeito e enfrentamento com educadores, uso de violência e força excessiva no jogo de futebol, gritaria no pátio da entidade, atrapalhando outras atividades que estavam sendo desenvolvidas. A coordenadora pedagógica disse que os adolescentes eram bem-vindos na entidade e que apenas era preciso ficar atento e apresentar os outros educadores da entidade para eles.

O resto da manhã e a parte da tarde foram dedicados por cinco educadores (os três professores da rede municipal, o professor de Educação Física e a arte-educadora) à preparação das atividades da primeira semana de atividades, visando receber e acolher as crianças. Para tanto, foram à biblioteca e pegaram livros com jogos e atividades lúdicas com crianças, procurando criar uma grade de atividades também para as demais semanas do mês de fevereiro.

O diretor da entidade se comprometeu a elaborar um texto definitivo para a proposta pedagógica do projeto socioeducativo, que depois seria encaminhada para as instâncias pertinentes, tais como o CMDCA, o CMAS e outros órgãos públicos fiscalizadores. No fim da tarde foi feito um churrasco de confraternização entre todos os funcionários da entidade. Os custos com a compra de carnes, bebidas e outros materiais necessários foram rateados entre os participantes. A entidade não arcou com esses gastos.

Tivemos acesso ao último Relatório Trimestral de atividades desenvolvidas na entidade em 2009:

> As atividades desenvolvidas na entidade têm como parâmetro os quatro pilares da educação: aprender a ser, desenvolver com os educandos uma visão positiva de si mesmo, **aprender a conviver**, promover valores, hábitos e atitudes de uma saudável convivência social, **aprender a conhecer**, despertar o prazer de conhecer, compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, **aprender a fazer**, aprender os saberes e fazeres da vida cotidiana e da tecnologia.
> Para tanto, os projetos: Amigos do Saber, estudos, Esporte e Vida, esporte, e Lona e Arte, arte circense realizam suas atividades diariamente, com os educandos divididos em quatro grupos, de acordo com a faixa etária, sendo que os grupos desenvolvem todas as atividades uma vez por semana.
> • **Roda da Conversa**: Dinâmicas que favoreçam a comunicação e expressão. Assuntos do cotidiano sejam eles internacionais, nacionais, da comunidade, da escola e/ou da entidade. O momento de informar, discutir, solucionar problemas, tomar decisões. Desenvolvendo atividades como datas comemorativas, Consciência Negra e Natal, problemas de convivência, uso de materiais e espaços do projeto, notícias de jornais, campeonato brasileiro, H1N1, dengue e organização das atividades diárias.
> • **Lona e Arte**: Colaborar para o pleno crescimento da capacidade física, psicológica, afetiva e intelectual da criança/adolescente. Atividades realizadas no período: preparação corporal, aquecimento, exercícios em corda, barras, trampolim. Números circenses: acrobacias de solo, saltos (cambalhotas, estrela, rondado, parada de mão) e relaxamento. Encerramento anual com apresentação de alguns números circenses com a companhia de circo.
> • **Esporte e Vida**: Promover o conhecimento e o exercício das habilidades corporais da criança/adolescente, aprendendo a identificar seus limites e possibilidades e a preservar a saúde. Atividades

realizadas no período: biometria, piscina, natação e hidroginástica, futebol e vôlei, jogos, pebolim, ping pong, dominó, brincadeiras, gincanas e queimada.

• **Amigos do Saber**: Desenvolver o hábito de leitura, pesquisa e conhecimento, estimulando a expressão oral, a produção e interpretação de textos. Atividades realizadas no período: concurso de redação, Estatuto da Criança e do Adolescente. Hora do Conto, África – Kênia, conhecendo a realidade africana, filmes, poesias (jardim de histórias). Informática: Internet, jogos educativos on-line, pesquisa de trabalhos escolares e programa Word.

Avaliação semestral dos educandos*:* na primeira quinzena de dezembro de 2009 a equipe de educadores, coordenação e direção reuniram-se com os grupos de educandos para avaliar a Convivência, Conhecimento, Habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas, Visão de si mesmo e freqüência de cada criança/adolescente no Projeto. Ao final de cada avaliação o educando poderia manifestar-se acerca dos resultados apresentados pela equipe.

12 de dezembro de 2009 a 31 de janeiro de 2010: férias dos educandos. Planejamento anual 25 a 29 de janeiro de 2010 – equipe (educadores, coordenação, direção, voluntários e funcionários).

01 a 12 de fevereiro de 2010: este período corresponde ao início das atividades do Projeto e a fase de integração dos educandos e da equipe. Nas atividades de acolhida, educadores e educandos interagem em dinâmicas de grupo para que possam conhecer melhor uns aos outros, convivência livre, músicas, bingos e brincadeiras: seus vizinhos, formação de grupo, nunca três, gincanas, queimada.

Esse relatório parcial é interessante porque permite ter uma ideia sobre o trabalho socioeducativo que esteve sendo realizado na entidade assistencial privada 1.

Observando o modo de funcionamento da entidade assistencial privada 1 no atendimento às crianças e aos adolescentes

De 3 a 5 de maio de 2010, visitamos a entidade e acompanhamos a rotina de atendimento às crianças e aos adolescentes. No período matutino, as crianças e os adolescentes chegam a partir das 8 horas, indo guardar suas mochilas na sala anexa aos banheiros masculinos e femininos, onde há armários individuais. Alguns educadores chegam às 8, outros, às 8h30. As crianças e os adolescentes devem permanecer em uma sala vendo televisão ou brincando, onde aguardam em grupo pelo café da manhã, que é servido a partir das 8h30, depois de uma breve oração, sendo tomado em silêncio. Uma educadora preenche uma lista de presença e depois pede voluntários para limpar os banheiros masculinos e femininos e o refeitório, pois considera-se "educativo" que "as crianças e adolescentes colaborem com a limpeza". Mas observamos que os educadores não supervisionam nem colaboram com as crianças na execução dessas atividades. Isso provavelmente indicaria para os usuários que os educadores não fazem serviços subalternos – eles têm que fazer pois estão no lugar da subalternidade. Se é "educativo" que as crianças e os adolescentes colaborem com a limpeza, e se isso não é apenas uma forma de economizar com funcionários contratados para a limpeza da entidade, por que os educadores não acompanham os educandos na tarefa da limpeza? Talvez porque se vejam como "professores" e, como se sabe, professores não fazem faxina na escola, que fica por conta dos zeladores e serventes, trabalhadores subalternos e invisíveis no contexto da instituição escolar.

A roda de conversa vai das 8h30 às 9 horas, na quadra poliesportiva. Depois há uma hora de atividade por grupo de crianças e adolescentes, sob a supervisão de um educador. Um grupo fica com o professor de Educação Física, outro com a arte-educadora e outro com uma educadora na sala de informática ou na biblioteca. Estes últimos grupos realizam atividades com material gráfico, ouvem estórias, fazem ditados, tarefas escolares e podem utilizar os

computadores para brincar com jogos eletrônicos. Um grupo participa de atividades de Educação Física e faz algum esporte; outro grupo participa de atividades circenses. Na roda, ouvimos os educadores criticarem o comportamento das crianças, chamando a atenção em público dos indivíduos que haviam infringido regras. Também ouvimos que os educandos que não se comportassem de modo adequado não iriam participar de passeios e de acampamentos que seriam promovidos pela entidade.

A partir das 10h30, há um horário livre para o lazer das crianças e dos adolescentes, que podem jogar pingue-pongue, pebolim ou correr pelo pátio coberto e pela quadra poliesportiva. Às 11 horas há o banho – as crianças e adolescentes trocam de roupa e vão para o refeitório. O almoço é servido às 11h30. Depois as crianças devem ficar sentadas no pátio, sem correrias e algazarra, esperando pelo ônibus municipal que as levará para a escola. Esse mesmo ônibus trará boa parte das crianças e dos adolescentes que frequentam a entidade no período vespertino.

Na parte da tarde, as crianças e os adolescentes chegam à entidade por volta de 12h10, descem aos banheiros, onde trocam o uniforme escolar por roupas confortáveis e adequadas para a realização de atividades esportivas e de lazer. Em uma sala anexa aos banheiros, guardam suas mochilas nos armários disponíveis. Tudo isso é feito pelas crianças e pelos adolescentes sem supervisão dos educadores.

Em seguida, eles devem se dirigir para a sala onde há uma televisão, cadeiras e colchonetes. Ali eles devem aguardar pelo almoço, sendo expressamente proibido ficar perambulando pela entidade, brincar, sozinho ou em grupo, na quadra poliesportiva ou correr pela área verde da entidade. A biblioteca e a sala de informática estão fechadas nesse momento.

Como não há educadores suficientes para supervisionar as crianças e os adolescentes nesse período de tempo, os educadores encontraram como alternativa manter todos nessa sala, para poder assim controlá-los mais facilmente. Normalmente, os professores de educação fundamental são muito preocupados com o risco de

que brincadeiras coletivas e agitação sem supervisão possam se degenerar em brigas e ferimentos. Seu excesso de zelo "maternal" prefere então mantê-los quietos, calmos e sob controle, embora talvez isso não seja o melhor para eles. Essa questão nos remete a Goffman (1987), quando ele analisa a dificuldade que as equipes dirigentes e os profissionais têm no trabalho com as pessoas, deparando-se com dilemas clássicos, por exemplo: conflitos entre meios e fins, manutenção de padrões humanitários *versus* eficiência institucional, entre outros. No caso da entidade assistencial, acabam predominando os interesses institucionais pragmáticos dos educadores, mais do que os dos usuários.

O almoço é servido às 12h30, quando os usuários se dirigem para o refeitório e se sentam em silêncio (constantemente exigido por um educador que supervisiona a refeição). No refeitório, há seis mesas com oito lugares cada, que são ocupadas pelas crianças e pelos adolescentes. Depois de uma breve oração, o educador determina a ordem na qual as crianças vão pegar os pratos para almoçar, sendo liberado um grupo de oito crianças de cada vez. A refeição é servida pelas cozinheiras, que dão a cada criança um prato com a refeição já servida. Elas oferecem os alimentos para as crianças e fazem os pratos, procurando não exagerar na porção, embora possam repeti-la. Os alimentos são normalmente bem preparados; há arroz, feijão, carne, salada, suco artificial, sobremesa (gelatina ou frutas). As crianças e os adolescentes devem comer em silêncio, sob o olhar vigilante e rigoroso do educador. Não há um clima alegre e descontraído durante as refeições. O objetivo do educador é que todos se alimentem sem fazer bagunça e algazarra, dando broncas e reprimindo comportamentos considerados inadequados. O som predominante que se ouve é a voz alta e ríspida do educador, que ordena, reclama, chama a atenção, critica e policia a refeição das crianças e dos adolescentes. O refeitório se assemelha mais com um quartel ou um convento do que um ambiente socioeducativo.

Os técnicos e os profissionais podem almoçar na entidade, e sua presença é sentida como um incômodo por parte do educador que vigia o almoço das crianças. Eles são as testemunhas do seu

autoritarismo, além disso, conversam e riem, demorando-se num cafezinho, o que contraria a regra do silêncio durante as refeições. Realmente, as refeições na entidade não constituem um momento de convivência, de confraternização, de criação de vínculos, de troca de informações ou um tempo de agradável descontração.

Depois do almoço, as crianças e os adolescentes devem, obrigatoriamente, retornar para a sala, onde devem permanecer durante uma hora, num tempo de descanso. Elas podem ver televisão, ocupar-se com jogos, gibis ou dormir em colchonetes. Saídas para tomar água ou para ir ao banheiro devem ser autorizadas pelo educador que as supervisiona.

O educador recolhe celulares, relógios e outros objetos de valor que ficam sob sua guarda para evitar furtos, devolvendo-os na hora da saída. Fomos informados de que as crianças e adolescentes "não podem chupar chiclete nem balas na entidade, igual na escola". As meninas devem usar roupas adequadas e não muito curtas. Há regras para o uso da sala, para o uso da biblioteca, da sala de informática, para jogar pebolim e pingue-pongue. Mas essas regras não estão escritas num documento único.

A roda de conversa começa às 13h30, quando o professor de Educação Física e a arte-educadora retornam para mais algumas horas de trabalho na entidade. Todos vão para a quadra poliesportiva, as crianças e os adolescentes sentam-se em círculo no chão, e os educadores sentam-se em cadeiras, também fazendo parte do círculo. Na roda de conversa, há comunicação de avisos e notícias, "a busca de resolução de conflitos", mas predominam as broncas públicas dos educadores quanto ao comportamento inadequado de crianças e adolescentes que descumprem regras, faltam na escola, "criam problemas" etc. O tom dos educadores é autoritário, escolar e repressivo. Como nem sempre há assuntos que prendam a atenção, as broncas não são nada atraentes, e a roda demora, as crianças e adolescentes dispersam-se, deitam-se no chão, rolam, mexem uns com os outros, tendo sua atenção chamada pelos educadores, que os admoestam para voltarem à ordem e prestarem atenção.

Depois da roda, que dura aproximadamente trinta minutos, as crianças e os adolescentes são divididos em três grupos, e cada um deles desenvolve com um educador, das 14h às 15h30, as seguintes atividades: arte circense, esportes e atividades escolares na biblioteca. Cada educador desenvolve as atividades como quer. Solicitamos para a coordenadora pedagógica a programação que cada educador desenvolve com as crianças, para conhecer o "conteúdo programático" do trabalho educativo. Ela disse que cada educador escreveu seu plano de trabalho e que ela teria passado para o diretor da entidade. Pedimos ao diretor para conhecer esses documentos, e ele nos forneceu o plano de trabalho da entidade, dizendo que o plano de cada educador já havia sido incluído nele. Parece que cada educador dispõe de bastante liberdade para fazer seu trabalho como achar melhor, o que indica também uma boa margem para a improvisação, já que não há conteúdos a serem desenvolvidos. Isso pode descambar para a ausência de planejamento do trabalho, prejudicando a qualidade da oferta pedagógica institucional, o que também incide no grau de adesão e de frequência das crianças e dos adolescentes ao programa desenvolvido pela entidade.

Um período de "convivência livre" vai das 15h30 às 16 horas, quando as crianças e os adolescentes podem brincar sem supervisão dirigida dos educadores. O professor de Educação Física e a arte-educadora vão embora, encerrando seu horário na entidade. Fica apenas uma educadora para acompanhá-los. Às 16 horas começa o "banho dos pequenos"; às 16h10, o "banho dos grandes". A coordenadora disse que, às vezes, esse é o único banho que alguns deles tomam. Depois, às 16h30, todos vão para o refeitório, e depois de uma breve oração, é servido um lanche. Às 16h45 as crianças e os adolescentes são liberados.

Como já mencionamos, dos 75 usuários, aproximadamente, quarenta frequentam o período vespertino. Há uma lista de presença preenchida no refeitório, no café da manhã e no almoço da turma nesse período. A coordenadora pedagógica informou que tanto as ausências quanto as desistências ou abandonos são monitorados, sendo que os faltosos são contatados por telefone. As

matrículas são abertas o ano todo e novos usuários sempre podem ser admitidos, quando há procura e vagas disponíveis. Contudo, não notamos que haja uma busca realmente ativa pelos ausentes e uma preocupação constante em manter realmente preenchidas todas as vagas disponíveis, permitindo que os recursos da entidade sejam utilizados para os fins para os quais foram criados.

A evasão das crianças se deve à rotina demasiadamente escolar do programa da entidade, depois de frequentá-la durante meses ou alguns anos. Elas também deixam de ir por preguiça e descuido dos pais. Também é verdade que as que frequentam a entidade são pobres, mas já não dependem exclusivamente de frequentar a entidade para conseguir se alimentar, já que as escolas de educação fundamental também oferecem uma melhor alimentação na atualidade.

Mas certamente a evasão das crianças também se deve ao modo como são tratadas pelos educadores: eles se comportam como profissionais da educação, como professores assalariados pelo poder público ou pela própria entidade, mas não aderem necessariamente às propostas de política pública dos direitos da criança e do adolescente. Os educadores possuem os vícios e os costumes escolares tradicionais e os reproduzem no cotidiano da entidade, no seu contato com as crianças e com os adolescentes. Sua formação profissional oscila entre uma qualificação básica e sofrível, predominando a despolitização, a ausência de uma atitude de leitura, de aprofundamento e de pesquisa na sua área de atuação no contexto de um trabalho socioeducativo.

A coordenadora pedagógica trabalha na entidade em período integral e normalmente permanece em sua sala, onde recebe mães dos usuários para matrículas e orientações sobre seus filhos. Ela também entra em contato com as famílias das crianças faltosas, para pedir esclarecimentos e para solicitar que os pais enviem seus filhos para a entidade no horário correto, bem como para a escola e para o período de reforço escolar, quando é o caso. De vez em quando, a coordenadora caminha pela entidade, observando os educadores no desempenho de suas atividades. Ela não trabalha diretamente com os diversos grupos de crianças e adolescentes, mas

às vezes os supervisiona na sala quando chegam os do período vespertino, além de os acompanhar ao refeitório durante o almoço.

As crianças ou adolescentes que desagradam os educadores são levados à coordenadora, que faz o papel de "diretora de escola", encarregada de dar bronca nelas, procurando enquadrá-las, sendo por isso muito temida pelas crianças menores. Pelos relatos que ouvimos, não é incomum que crianças e adolescentes considerados indisciplinados sejam fortemente intimidados e pressionados por educadores na entidade, reproduzindo as práticas repressivas típicas da escola no trato com os alunos que "dão problema", inclusive podendo chegar à sua expulsão da entidade.

Pensamos que não há muito trabalho para a coordenadora pedagógica na entidade. Na verdade, observamos ainda que cada educador fica com grupos pequenos de crianças e de adolescentes: 8 ou 12 apenas. Um número pequeno de educandos poderia implicar num trabalho de maior qualidade, já que seria mais focalizado e personalizado. Mas não foi isso que verificamos. Se as crianças e os adolescentes que estão matriculados não comparecem, os educadores têm menos trabalho e problemas. É por isso que não se verifica na entidade um grande interesse em manter todas as vagas disponíveis realmente preenchidas.

O diretor da entidade também permanece em sua sala e não trabalha diretamente com as crianças e com os adolescentes, a não ser esporadicamente, em alguns momentos especiais. Durante seu horário de trabalho, ele se ocupa com leituras, com o site da entidade, com a preparação de documentos e relatórios, com questões burocráticas e pedagógicas relacionadas com a dinâmica de funcionamento da entidade. Embora o diretor possua uma visão crítica e informada sobre as políticas públicas para as crianças e os adolescentes, tendo sido conselheiro tutelar e tendo experiência na área, ele comentou que não tem conseguido imprimir essa direção no trabalho assistencial da entidade. Disse ainda que os profissionais são resistentes, calam-se diante das orientações, opondo uma resistência velada e trabalhando de acordo com seu próprio arbítrio e com as práticas típicas da cultura escolar e do funcionalismo público. Reconhecendo

seus méritos e limitações, admitiu resignado que "era esse o pessoal que a entidade tinha para realizar o trabalho socioeducativo".

A assistente social da entidade dedica-se ao desenvolvimento de uma série de atividades administrativas, sendo a responsável pela organização dos arquivos e da documentação da entidade; pela elaboração de relatórios de prestação de contas para o Ministério da Justiça, para a Secretaria da Receita Federal, para o Conselho Municipal de Assistência Social e para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também é a responsável pela elaboração e pela execução do orçamento anual, fazendo compras e pagamentos. Em 2009, soubemos que ela elaborou e enviou cinco projetos para celebração de parcerias e captação de recursos à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; à Fundação SM; ao Prêmio Itaú-UNICEF; ao Projeto Ajuda – Colégios da Congregação Religiosa e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seu trabalho ainda inclui as seguintes tarefas: a) recebimento de cestas básicas, provenientes de aplicação de penas alternativas determinadas pelo Poder Judiciário; b) recebimento de beneficiários com pena alternativa de prestação de serviços à comunidade para a realização de serviços gerais na entidade; c) reuniões com a comissão de captação de recursos e reuniões com a equipe de direção; d) organização de eventos beneficentes para angariar fundos para a entidade; e) prestação de contas do Projeto Liberdade Assistida; f) adequação do espaço físico para o atendimento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; g) contratação de pessoal para trabalhar na entidade. Certamente não se pode dizer que haja pouco trabalho para a assistente social no estabelecimento.

Análise da proposta socioeducativa da entidade assistencial privada 1

Tendo colecionado documentos e realizado as visitas de observação participante, procuramos refletir sobre como localizar e situar a ação empreendida pela entidade do ponto de vista

político-pedagógico. Não vamos tratar de modo particular o projeto de Liberdade Assistida executado na entidade, pois ele mereceria um estudo específico.[3] A entidade tem uma equipe exclusiva para realizar esse atendimento, e esse trabalho não se mescla com o outro programa de atendimento, que é a razão principal da existência do estabelecimento. Mas podemos afirmar que o atendimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida funciona de modo psicologizante e terapêutico, focalizando o atendimento individual a partir de uma perspectiva patologizante do indivíduo.

Quanto ao projeto de atendimento de crianças e de adolescentes no nível da proteção básica, podemos considerar que essa entidade realiza uma ação denominada propriamente de "socioeducativa", no sentido de que ela não pretende oferecer formação técnico-profissionalizante ou mesmo escolarização para seus usuários.

De acordo com o discurso oficial e, portanto, numa visão tradicional e corrente, um programa socioeducativo poderia designar uma espécie de projeto efetuado de longo prazo, com o intuito de integrar pessoas que partilham de uma determinada situação "desfavorável", visando a sua inserção social por meio da educação, de

3. Projetos que executam medidas de Liberdade Assistida têm sido intensamente pesquisados ultimamente, de acordo com a literatura (Volpi, 1997; Pereira, 2002; Souza, 2003; Paula, 2004; Gallo, 2006; Santos, V. F., 2007; Santos, J. R., 2008; Benelli; Ribeiro, 2014). De acordo com Saliba (2006), as medidas socioeducativas propostas pelo ECA dissimulam uma prática historicamente consolidada de vigilância e de controle do comportamento de crianças e de adolescentes. Às vezes de modo inconsciente (ou, inclusive, de modo cínico), elas expressariam o olhar vigilante e controlador dos poderes constituídos sobre indivíduos juvenis em conflito com a lei e que representariam algum tipo de ameaça para a ordem estabelecida. O ECA propõe procedimentos educativos e a reeducação para crianças e adolescentes em conflito com a lei, o que pode ser interpretado como estratégias de controle disfarçadas. A força ostensiva da lei, em defesa da ordem pública, traveste-se de educação social, de práticas de caráter "socioeducativo" suaves e persuasivas. As "ações pedagógicas" desenvolvidas e colocadas em prática por dispositivos institucionais promovidos pelo ECA podem encobrir o controle coercitivo da conduta de crianças e de adolescentes pobres que não se enquadram nas normas sociais vigentes.

projetos educativos, de atividades extracurriculares, de aulas de reforços etc. No geral, esses projetos pretendem ajudar crianças e adolescentes "carentes", considerados em "situação pessoal e social de risco", que moram em periferias, passam por dificuldades financeiras e, por consequência, educativas, estando assim em "situação de vulnerabilidade". Alguns exemplos desses projetos são o programa Criança Esperança, o Amigos da Escola e vários outros de ONGs. Há também programas que podem ser considerados socioeducativos, como as várias campanhas do governo para combater e prevenir o uso de drogas, para promover a consciência a respeito do álcool e da direção, conscientizar quanto ao uso de preservativos etc. Num sentido amplo, um programa socioeducativo pode ser um projeto, uma campanha ou um auxílio que visa a ajudar, a promover, a incluir ou a conscientizar a população de alguma forma, com relação à vida social.

O termo "socioeducativo" também costuma ser utilizado para se referir aos projetos, programas e entidades assistenciais que trazem, integram em suas propostas e formas de atuação, tanto a dimensão social quanto a dimensão pedagógica/educativa. Trata-se, portanto, de projetos realizados fora do contexto das escolas do sistema de ensino oficial. Essas ações socioeducativas seriam complementares ao trabalho da escola, tendo surgido a partir de diversas iniciativas. Normalmente, são promovidas por Organizações Governamentais (OGs) e Organizações não Governamentais (ONGs) que podem atuar em parceria com prefeituras, igrejas ou denominações religiosas, com empresas e membros da comunidade que oferecem um serviço voluntário de atenção e cuidado com a infância e adolescência. Esses empreendimentos sociais apresentam um mosaico de propostas, oferecendo atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuiriam para desenvolver competências e habilidades, ampliar o universo cultural e convivência em grupo, na perspectiva de promover a inclusão social (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2007a, 2007b, 2007c).

Desse modo, o discurso oficial afirma que essas diversas entidades desenvolvem ações socioeducativas buscando produzir

oportunidades de aprendizagem, sem ser uma repetição do espaço escolar. Não possuem necessariamente um currículo e uma programação pedagógica padronizada, mas sua eficácia educacional estaria apoiada num currículo-projeto que nasceria das demandas, interesses, particularidades e potencialidades dos participantes, incluindo educadores, crianças e adolescentes e técnicos. Sua finalidade também visaria a garantir proteção social, no sentido de uma política pública que é ofertada a todo indivíduo que se encontra fora dos canais e redes de segurança social, ou seja, pessoas desprotegidas e vulneráveis porque não estão incluídas e/ou usufruem precariamente dos serviços das políticas públicas sociais de saúde, educação, habitação etc. Essas ações ainda buscariam colocar em prática a intenção máxima do ECA: garantir e promover o desenvolvimento e a proteção integral para crianças e adolescentes. Como se pode observar, um programa socioeducativo teria intenção protetiva e educacional, conjugando, assim, em sua ação, objetivos de duas políticas setoriais: a da Assistência Social, responsável pela oferta de serviços de proteção social, e a da Educação, responsável por garantir o acesso e a apropriação aos saberes sistematizados (Ibid.).

Nossa hipótese é a de que poderíamos verificar uma dimensão correcional/patologizante que cimentaria as demais dimensões, a saber, a pedagógico/educacional e a assistencial/protetiva. Ou talvez essa dimensão pudesse ser mascarada e recoberta pelas outras duas.

Podemos encontrar paradigmas no âmbito da Assistência Social (paradigmas da caridade, da promoção humana, da filantropia, do clientelismo assistencialista, da política pública conservadora, da educação popular) na Educação (Pedagogia Tradicional, Pedagogia Renovada, Pedagogia Dialética, tal como apresentam Cotrim (1993), Saviani (1988) e Libâneo (1994), e no âmbito da Psicologia (Tradicional: Inatista, Empirista, Interacionista; Crítica-Dialética: Sociointeracionista; Sócio-Histórica: AI, Genealógica). É esse conjunto de conhecimentos que compõe a grade de análise a partir da qual estamos operando nesta pesquisa.

Será que a proposta de fundamentar o projeto pedagógico da entidade assistencial privada 1 nos quatro pilares da educação não estaria servindo para ocultar o espontaneísmo e a improvisação do atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes? Numa proposta ampla como a dos quatro pilares da educação cabe um pouco de tudo. Também podemos nos perguntar se uma proposta realmente dialética de educação não seria mais condizente com os interesses das crianças e dos adolescentes pertencentes aos grupos populares, inclusive fundamentando de modo mais radical e consequente as interações dialéticas entre "aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver". Provavelmente, a Educação Popular, ao empregar uma pedagogia dialética, equaciona e integra melhor essas dimensões educacionais, mas o faz a partir de uma perspectiva crítica e de política popular.

Verificamos que nessa entidade não há preocupação com conteúdos específicos, com o ensino/aprendizagem de informações e de saberes escolares, científicos e acadêmicos, mas uma acentuação do lúdico, do esportivo e do "aprender a aprender". Será que essa opção teórico-metodológica é realmente compatível com a sofisticação que pode ser encontrada na base de sustentação da teoria dos quatro pilares da educação? Não seria necessário ter profissionais altamente qualificados para colocar em prática essa orientação pedagógica, traduzindo-a em atividades socioeducativas criativas, atraentes e coerentes com a proposta? Talvez essa orientação pedagógica, supostamente dotada de grande qualidade, esteja sendo traduzida pelos educadores, na prática, por ações improvisadas e espontaneístas. Se o que se pensa é que não há "nada" para ser ensinado, também não haveria "nada" para ser preparado, nem avaliado ou cobrado. Certamente, isso poderia facilitar bastante a vida de um educador horista que trabalha na entidade.

Quando ouvimos os temas do "aprender a aprender" e do cultivo do ser, do desenvolvimento da personalidade dos usuários, do cuidado com suas relações interpessoais e da questão do "aprender a fazer", tais locuções nos remete ao ideário da Pedagogia Renovada, numa acepção psicologizante da prática educativa. (Cotrim,

1993; Saviani, 1988; Libâneo, 1994). Há uma grande preocupação, pelo menos por parte do diretor, em ser "democrático" com as crianças e com os adolescentes. Isso se evidencia, no início anual do funcionamento da entidade, nas "rodas de conversa" e no trabalho de apresentação das atividades que são desenvolvidas pela entidade, com as crianças e os adolescentes novatos que são convidados a participar, a se manifestar, a opinar e a sugerir.

Mas a oferta institucional parece-nos fraca e improvisada no dia a dia. Isso se deve também aos limites próprios dos educadores, de sua formação anterior e de sua perspectiva escolarizada. Talvez haja mesmo um processo acentuado de escolarização do trabalho da entidade. Parece que ela está mais próxima de uma pré-escola, de uma creche e inclusive de um "clube de entretenimento" para crianças pobres. Não é raro ouvir os educadores tentando controlar/motivar/orientar as crianças para as atividades propostas, usando a refeição, a piscina e passeios eventuais como "estratégias pedagógicas": a criança que não obedecer ou colaborar pode ser eventualmente punida com a perda da refeição, com a impossibilidade de usar a piscina ou de participar de passeios ou acampamentos a serem realizados. Aí podemos verificar certo empirismo pedagógico (Becker, 1993) mais tradicional na atuação dos educadores, que poderiam ser considerados "maus behavioristas", buscando controlar com sanções e punições o comportamento infantil e adolescente.

Também chama atenção a ausência de adolescentes com mais de 17 anos frequentando a entidade. Há numerosas crianças, com apenas 5 ou 6 anos de idade. Segundo ouvimos dizer, parece que a debandada dos adolescentes coincide com a chegada de professores da rede municipal da educação, que foram cedidos pela prefeitura municipal para a entidade, na função de "educadores". Talvez tenha havido uma opção não oficial por atender crianças menores. Para os professores tradicionais, crianças pequenas são mais obedientes, podem ser controladas e inclusive submetidas mais facilmente, não se rebelando nem enfrentando os educadores e sequer questionando a qualidade da oferta pedagógica.

Os dirigentes da entidade consideram muito importante a avaliação do projeto desenvolvido na entidade promovida pela equipe técnica da edição 2009 do Prêmio Itaú-UNICEF. Fomos informados de que o projeto da entidade foi vencedor regional na edição de 2005 e foi semifinalista nas edições de 2007 e 2009. Nessa última edição, o projeto realizado pela entidade foi ressaltado como relevante, "pois contempla uma função social claramente definida, no contexto peculiar, de alta vulnerabilidade social em que ocorre, atendendo as suas demandas e oferecendo oportunidades efetivas de desenvolvimento às crianças e adolescentes". Os avaliadores destacaram ainda "a clareza na intencionalidade, na construção metodológica e na fundamentação teórica para a educação integral de qualidade". Consideraram como marcante "a diversidade e a amplitude das ações desenvolvidas", conforme o relatório ao qual tivemos acesso.

Qual seria, porém, a influência e o grau de condicionamento que as propostas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)[4] e o Prêmio Itaú-UNICEF exercem na construção da proposta pedagógica da entidade, pelo menos no que se refere ao ideário que permeia os textos com suas propostas pedagógicas? Por meio dos documentos da entidade aos

4. De acordo com informações disponíveis no seu site, o Cenpec foi criado pelo banco Itaú em 1987, visando a promover a melhoria e avanços na política pública de educação no país. Suas ações conjugam mobilização social, construção de coalizões e indução de novos caminhos para a política pública educacional. Como segmento da sociedade civil, o Cenpec persegue, para além da competência técnica no desenho e elaboração de projetos, condutas de militância social. Valoriza e impregna sua ação com processos de mobilização social; participa de coalizões em torno de avanços necessários da política social; fomenta e integra-se às redes de ação pública; introduz, em todas as suas ações, ferramentas de controle social para que os grupos com os quais atua se utilizem delas no exercício desse controle e como impulsionador de avanços. Observamos que o Cenpec também difunde os quatro pilares da educação e, provavelmente, exerce razoável influência sobre as entidades assistenciais que promovem atividades socioeducativas, por meio de concursos, publicações e atividades de formação e de capacitação (Carvalho, 2005, 2008; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2007a, 2007b, 2007c).

quais tivemos acesso, parece haver um alinhamento discursivo dela com centros de produção de sentido, de premiação e de financiamento que parecem influenciar de modo determinante os rumos teórico-pedagógicos e políticos da entidade assistencial. Mas quem são os atores sociais que compõem essas centrais de difusão de sentidos? Qual o sentido político dos projetos oferecidos pelo Cenpec? Parece que se trata de mais um grupo alinhado com os interesses hegemônicos nacionais e internacionais que promovem uma "educação integral" que visa cooptar os educandos das classes populares na direção do consenso social e da subordinação à ordem vigente.

Pensamos que a proposta pedagógica da entidade, ao se alinhar com os paradigmas hegemônicos nos campos da Pedagogia, da Assistência Social e da Psicologia, apresenta um caráter bastante tradicional e conservador, embora não necessariamente reacionário. A dimensão socioeducativa desenvolvida na entidade ainda contém indícios claros de práticas repressivo-correcionais, de perspectivas patologizantes e assistencialistas. Embora o ECA seja citado, não podemos afirmar que a lógica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos seja predominante no funcionamento da entidade. Uma proposta alternativa potencialmente revolucionária e transformadora, num sentido dialético mais específico, estaria na alternativa representada pela Pedagogia Popular (Brandão, 1986a; Freire, 1987; Demo, 2001; Pereira, 2001; Hurtado, 1992; Graciani, 2005).

Conhecendo o cotidiano da entidade assistencial privada 2

Realizamos quatro visitas para conhecer o funcionamento cotidiano da entidade privada 2, em quatro dias diferentes (11, 12, 22 e 26 de fevereiro de 2010).

A rotina diária de atendimento aos adolescentes começa com a chegada às 8 horas da manhã, quando é servido o café. Às 8h30 começam as atividades nas salas de "orientação e treinamento", com duração de três horas corridas, que vão até o horário do

almoço, servido às 11h30. Durante o café da manhã e o almoço, o aparelho de TV do refeitório é ligado; há também uma mesa de pebolim e uma de pingue-pongue, disponíveis no pátio, sendo muito apreciadas pelos adolescentes. Depois do almoço, os adolescentes descansam no refeitório e se divertem no pátio e na quadra coberta. Às 13 horas são retomadas as atividades de orientação e treinamento, com mais três horas corridas, sendo encerradas às 16 horas, com o lanche da tarde. Depois disso, os adolescentes retornam para suas casas. Todos eles estão matriculados na escola que frequentam, obrigatoriamente, no período noturno.

Durante os períodos de orientação e treinamento, que incluem propriamente três horas de aulas realizadas tanto no período matinal quanto no vespertino em duas salas de aula, pequenos grupos de dez a doze adolescentes deixam essas salas de atividades e realizam treinamentos diferenciados com a monitora psicóloga, com a monitora de informática, com o monitor do coral. Um adolescente é escalado por semana para trabalhar como *office boy* em treinamento na realização de serviços internos, outro adolescente treina com os aparelhos de telefone e de fax, outros colaboram no serviço de restaurante educativo (auxiliando no trabalho de servir as refeições no horário do almoço). Todas essas atividades acontecem ao mesmo tempo, sendo que os adolescentes que permanecem nas salas de aula com suas respectivas monitoras se dedicam a estudar as diversas apostilas que constituem a "matéria" a ser aprendida. Os adolescentes que, enquanto isso, estão deslocados em outros treinamentos, têm o dever de se apropriar dos conteúdos por si mesmos posteriormente, apesar de não tê-los visto em classe. Isso quer dizer que várias atividades são superpostas e realizadas de modo concomitante, com grupos diversos de adolescentes, sendo que todos devem passar por todas as atividades e estudar todos os conteúdos das apostilas. Além disso, também são oferecidos, no estabelecimento, atendimento médico (o médico dá plantão na entidade duas vezes por semana) e odontológico (que é realizado todos os dias, de segunda a sexta, no período da manhã). Esses profissionais são disponibilizados pelo poder público municipal.

No prédio de atividades pedagógicas, há duas salas para orientação e treinamento, com capacidade para cinquenta adolescentes cada, mas normalmente há aproximadamente 45 adolescentes por sala. Há um anfiteatro com 112 lugares, uma sala de coordenação pedagógica e outra sala de atendimento e orientação psicológica. Também há uma sala de informática com 15 computadores, todos ligados em rede e conectados à internet, anexa ao refeitório dos funcionários. Há banheiros para os monitores, localizados no prédio de atividades pedagógicas e outros banheiros externos para os adolescentes. Há também uma sala, denominada "laboratório", onde são realizadas atividades práticas de "atendimento telefônico", "utilização do aparelho de fax", "aulas de datilografia", "empacotamento", "frente de caixa", "repositor de mercadorias", sendo que, para tanto, ela está equipada com antigas máquinas de datilografia, com aparelho de telefone e de fax e ainda com produtos de supermercado, sacolas e carrinhos de compras, que são utilizados nos treinamentos. Há ainda a sala da banda (que realiza ensaios durante a semana) e a sala da biblioteca. A biblioteca é constituída por um grande número de livros, que foram doados à entidade e que aos poucos vão sendo catalogados pelos próprios adolescentes, sob a supervisão dos educadores.

Há um grande salão que funciona como refeitório, anexo a uma sala de treinamento, e ainda um refeitório menor para os funcionários, uma cozinha ampla e equipada, bem como uma grande despensa. Uma média de trezentas refeições diárias é preparada e servida, normalmente, na entidade.

A área administrativa é composta por um hall de entrada, uma saleta de espera com guichê para a secretaria, uma ampla secretaria, uma sala da coordenação geral, um salão de reuniões, banheiros, sala de almoxarifado, sala do assistente social, consultório do médico e consultório do dentista. A entidade possui ainda pátio coberto, quiosque com churrasqueira, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol gramado e instrumentos musicais para apresentações. Ela oferece os seguintes cursos aos adolescentes: informática: (Windows, Word, Excel, PowerPoint, internet etc.);

secretariado, auxiliar de escritório, departamento pessoal – administrativo, vendas, marketing pessoal e outros.

Todos os cursos são apostilados, e esse material impresso é usado pelos alunos exclusivamente durante as atividades educativas da entidade, não podendo ser levado para casa. Todos os alunos devem copiar em seus cadernos o conteúdo das várias apostilas, sendo que esse trabalho de cópia é controlado por meio de "vistos" pelos monitores. A seguir será apresentado sinteticamente o conteúdo de uma das apostilas dos cursos.

A apostila do curso de Marketing Pessoal tem trinta páginas, cujo conteúdo é constituído por um conjunto eclético de textos selecionados a partir de uma bibliografia tradicional dessa área, que consta na última página. O tema geral intitula-se Marketing de Relacionamento, e a introdução do texto explica o que é o "Marketing Pessoal". O texto é composto por dois módulos e por um conjunto de textos complementares. O módulo 1 do curso contém os seguintes temas: 1. O processo de ampliação do conhecimento – reconhecer o que existe. Os difíceis caminhos da arrogância. Atitudes e frases negativas; 2. Viver e agir com entusiasmo e confiança. Conheça os 10 bons motivos para viver com entusiasmo; 3. O porquê do Marketing Pessoal; 4. Você é seu produto; 5. Atividade física, recreativa e cultural. Módulo 2: 1. O Marketing Pessoal e a comunicação; 2. Estabelecendo metas; 3. Marketing pessoal eletrônico; 4. Criação do currículo na internet; 5. Como anda sua vitrine? 6. Atividade física, recreativa e cultural. Textos complementares: 1. Comunicação, A boa comunicação, Onze graves erros de comunicação, Características básicas de um emissor modelo, Regras básicas de comunicação; 2. Cinco modos de provocar curto-circuito na comunicação, Reações erradas na comunicação; 3. A arte de ouvir; 4. Importância do "feedback" nas relações interpessoais; 5. Qualidade: fazer certo – "o padrão de desempenho é zero defeito". Recursos humanos e qualidade total. Relação interna – fornecedor – cliente interno; 6. Trabalho em equipe – mandamentos de um membro de grupo. As palavras mais importantes em um grupo; 7. Comportamento assertivo; 8. Sensação, perceber é preciso

– concentração e observação; 9. Aumentando a criatividade – cinco passos da criatividade – vinte maneiras de ser criativo – obstáculos à criatividade; 10. Algumas pessoas não sabem viver bem...; 11. Saber viver bem pode ser...; 12. Receptividade às sugestões: 1. Valorize seu lado humano; 2. Respeite todos; 3. Confiança nos colegas; 4. Atenção a tudo, atenção às pessoas; 5. Comunicação aberta; 6. Valorização pessoal; 7. Ser humano, as pessoas.

As referências bibliográficas indicam sites relativos ao tema do Marketing Pessoal, bem como alguns livros típicos nesse campo denominado de "Recursos Humanos", marcados pela ideologia do empreendedorismo como solução para o problema do desemprego na contemporaneidade. Do ponto de vista crítico, essa literatura pode ser considerada tradicionalmente alienada e alienante, enquanto um discurso produzido pelos donos do capital e dos meios de produção, visando aumentar a produtividade individual e coletiva dos trabalhadores. Mas seria difícil esperar uma orientação diversa, sendo que os criadores e mantenedores da entidade são membros de um clube de serviço composto por indivíduos da elite local.

Assistimos às aulas, aos treinamentos com telefone e fax, aos alunos trabalhando na catalogação de livros da biblioteca, às atividades na sala de informática, ao treinamento para que os adolescentes possam trabalhar na área de estacionamento regulamentado pago e presenciamos uma sessão de treinamento que a monitora psicóloga realizou com um grupo de 14 adolescentes de ambos os sexos, que tinham entre 14 e 15 anos de idade. Inicialmente, a monitora leu e comentou um texto sobre o "comportamento elegante", obtido na internet. Depois pediu a participação de todos, solicitando que dissessem quais os comportamentos elegantes que eles costumavam apresentar. Todos tiveram que comentar sobre o tema, e a psicóloga repreendeu-os, explicando que no dia anterior todos tinham demonstrado um comportamento muito deselegante, ao correrem em disparada para o refeitório, após o sinal do almoço. Explicou que eles não deveriam fazer isso na entidade e menos ainda numa empresa na qual fossem trabalhar. Em seguida, ela interagiu com eles, procurando treiná-los para a experiência de uma "entrevista num processo

seletivo", orientando-os a se apresentarem individualmente durante trinta segundos cronometrados, informando seu nome, endereço, grau de escolaridade, uma descrição sumária do próprio modo de ser, aspectos positivos e negativos da própria personalidade, modos de ocupação do tempo livre e planos para o futuro.

Havia respostas "certas", e a monitora comentava as coisas que cada adolescente enunciava, fazendo-os refletir sobre como o entrevistador receberia as respostas, pois haveria coisas mais adequadas para dizer do que outras, visando a uma vaga para trabalhar. A psicóloga jogava uma bola para cada um dos adolescentes, para indicar que era a vez de ele ir para sua "entrevista" no centro do grupo, que estava reunido na forma de meia lua. A atividade durou três horas, e a psicóloga interagia bem com os adolescentes, que pareciam apreciá-la. Os adolescentes eram receptivos e participavam bem da atividade, demonstrando apenas certo embaraço que poderia ser considerado típico da idade. A psicóloga é formada há vinte anos e atua na área de Recursos Humanos, tendo longa experiência nesse setor em diversas empresas da cidade.

Perspectiva político-pedagógica do trabalho socioeducativo da entidade assistencial privada 2

Qual é a perspectiva político-pedagógica que fundamenta o programa socioeducativo empreendido por essa entidade? Em seus textos aparecem alguns significantes chamativos, tais como: "amparar e auxiliar adolescentes das classes desfavorecidas"; "prevenir que os adolescentes ingressem na marginalidade"; praticamente todo o "regulamento disciplinar" é marcado por um forte autoritarismo que impõe uma posição de completa subalternidade aos adolescentes. Aliás, a entidade é reconhecida por ser rigorosa no seu esforço de "reeducar" os adolescentes, sendo muitas vezes "incompreendida por autoridades do Judiciário", conforme soubemos numa comunicação pessoal obtida na própria entidade.

Podemos considerar que essa entidade se ocupa com a educação dos desempregados que são membros das camadas populares. Sabemos que o número de desempregados vem aumentando em decorrência do desemprego estrutural e tecnológico, e como esses indivíduos não possuem meios para comprar bens e serviços, devem ser mantidos sob controle para evitar o acirramento das tensões sociais, de acordo com a estratégia hegemônica da elite dominante. Como trabalhar com adolescentes e jovens para os quais não se tem como oferecer a perspectiva de emprego e, consequentemente, de alimentar seus sonhos de autonomia e de constituição de uma família, a partir do ideário tipicamente burguês? A perspectiva de análise pautada pelo conceito de classe social permite entender as iniciativas de entidades assistenciais públicas e privadas que buscam desenvolver políticas compensatórias de formação para crianças e jovens das classes populares consideradas "em situação de vulnerabilidade", visando oferecer alternativas de reinserção ou inclusão social (Ribeiro; Benelli, 2015).

Sem dúvida, a dimensão socioeducativa nessa entidade é constituída pela formação técnico-profissional, pela denominada preparação ocupacional. A "promoção da integração ao mercado de trabalho" consta na LOAS (Brasil, 1993, artigo 2º), o tema da "educação profissional" também aparece na LDBEN (Brasil, 1996, artigos 39-42), e o "direito à profissionalização e à proteção no trabalho" está igualmente presente no ECA (Brasil, 1990, artigos 60-69).

Talvez esses documentos também estejam marcados por uma teleologia profissionalizante, ou seja, voltados apenas para potencializar a produtividade da força de trabalho, no que respeita à educação/qualificação de crianças e adolescentes das classes subalternas e empobrecidas, sob o influxo dos interesses hegemônicos do capitalismo internacional, subscritos pela elite nacional.

No caso dessa entidade assistencial, o que parece intrigante é o tipo, a qualidade e o sentido da qualificação oferecida. Temos a impressão de que para esses adolescentes pertencentes às classes subalternas é oferecida apenas uma qualificação precária, fortemente ideológica, que os encaminharia para ocupações também

subalternas, socialmente discriminadas e que remuneram mal. Para os pobres, parece que o "destino" reserva apenas um trabalho "braçal", desqualificado, secundário e pelo qual se pagam apenas baixos salários. Talvez estejamos aqui, diante de um caso de concepção de preparação do trabalhador que obedece a uma perspectiva taylorista/fordista bastante tradicional. Ao nome de Taylor está associada a estratégia da divisão parcelada do trabalho, que ficou mais conhecida como "linha de montagem" na produção de mercadorias (Taylor, 1980; Morgan, 1996).

Algumas possibilidades sobre a "Educação Profissional", modalidade socioeducativa desenvolvida pela entidade assistencial privada 2, podem ser encontradas em diversos estudos críticos (Ferretti; Silva Junior, 2000; Oliveira; 2001, 2003; Ramos, 2002; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Souza, 2005; Kuenzer, 2006; Wermelinger; Machado; Amâncio Filho, 2007; Frigotto, 2007). *Educação profissional* é um conceito de ensino abordado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) complementada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados para o acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. Há três níveis de educação profissional segundo a legislação brasileira: a) nível básico: voltado para pessoas de qualquer nível de instrução e que pode ser realizado por qualquer instituição de ensino; b) nível técnico: voltado para estudantes de ensino médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação. Há a opção de se fazer esses cursos integrados com o ensino médio ou separados, a partir do término do 2º ano do ensino médio; c) nível tecnológico: realizado apenas por instituição de ensino superior (faculdades ou universidades). Pode ser realizado ainda como graduação ou pós-graduação.

Para compreender o objetivo profissionalizante da entidade assistencial privada 2 também podemos nos pautar em algumas

análises críticas importantes sobre a "Educação Empreendedora" (Caldas; Crestana, 2005; Cêa; Luz, 2006; Dantas, 2008; Dias, 2006; Lima, 2008; Souza, 2006a, 2006b). Educação empreendedora é a aplicação do "empreendedorismo" à Pedagogia e à Educação. De acordo com Souza (2006b, p.227):

> A palavra empreendedorismo é uma livre tradução da inglesa *entrepreneurship.* Refere-se a uma área de grande abrangência, que trata de campos como o empreendimento de novos negócios (criação de empresas), o empreendedorismo comunitário (as comunidades empreendedoras), o empreendedor/trabalhador independente (geração do autoemprego), o intraempreendedor (empregado empreendedor), bem como de políticas públicas que objetivam a formação de empreendedores e o desenvolvimento e financiamento de empreendimentos.

A cultura empreendedora teria como objeto adaptar (e conformar) os indivíduos à nova realidade econômica do país. Nesse sentido, à medida que a noção de competência adquire materialidade numa "pedagogia empreendedora" (Dolabela, 2003), ela também comunga da mesma concepção de homem natural-funcionalista que deságua numa concepção subjetivo-relativista de conhecimento. Essa concepção de homem o submete à adaptação aos ditames impostos pelo mercado, ao mesmo tempo que promove o consenso necessário à manutenção do sistema capitalista (Gentili, 1998). A "teoria" que serve de base para a Pedagogia Empreendedora aposta numa iniciativa individual e transfere para o indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do seu projeto de vida. Essa proposta não considera os conflitos de classe, procurando incutir uma espécie de destemor ingênuo do empreendedor diante dos desafios da vida na sociedade capitalista de classes. Para a Pedagogia Empreendedora, o fracasso consiste na desistência individual do sonho e enquanto isso não acontecer não há fracasso.

É difícil deixar de nos espantar com certa esperteza que pensamos verificar no caso dessa entidade. Ela foi criada e é mantida

por membros da elite local que podem ter encontrado uma fórmula interessante para economizar com a contratação de mão de obra, afinal de contas, estagiários e menores aprendizes são mais baratos que um funcionário adulto. Além disso, a empresa não tem nenhuma obrigação em contratar o jovem aprendiz quando ele completa 18 anos, pode simplesmente dispensá-lo e, no seu lugar, colocar outro jovem aprendiz, indefinidamente. As empresas parceiras colaboram com os gastos da entidade, que lhes prepara permanentemente uma mão de obra "pré-profissionalizada" ou, talvez mesmo, "pseudoprofissionalizada". Ouvimos dizer na entidade: "nosso objetivo é auxiliar o adolescente a conseguir seu primeiro emprego com carteira registrada, o resto depende unicamente dele, que tem que fazer de tudo para manter seu emprego. Se ele for dispensado, nós já fizemos nossa parte". Então temos que nos remeter necessariamente ao tema da "competitividade e da culpabilização individual" pertinentes ao caso, questão que foi bem desenvolvida por Guareschi (1999).

6
A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais[1]

As redes sociais de desenvolvimento comunitário são uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, orgânica e autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido. Os objetivos são definidos a partir de um diagnóstico elaborado coletivamente e os projetos são construídos por meio da ação voluntária e comprometida de seus integrantes. São redes intersetoriais, que congregam Organizações da Sociedade Civil (ONGs e entidades sociais), empresas socialmente responsáveis, organizações sociais de origem empresarial (institutos e fundações), órgãos do setor público e profissionais independentes (Schlithler, 2004, p.20-21).

---

1. Agradecemos ao colega Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa por sua inestimável contribuição na produção deste capítulo. Este texto foi publicado originalmente como capítulo de livro (Benelli; Costa-Rosa, 2010).

A rede no discurso político relativo à Assistência Social

Atualmente, os psicólogos estão cada vez mais envolvidos com trabalhos em entidades assistenciais e em diversos dispositivos que executam políticas públicas em múltiplos setores (infância, adolescência, famílias, idosos, deficientes, saúde etc.), tanto no âmbito federal quanto no estadual e municipal. Pensamos que é fundamental esses profissionais terem conhecimento da problemática mais ampla que envolve a Assistência Social e seus temas conexos em nosso país (Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007; Conselho Federal de Serviço Social, 2007). Este capítulo sobre as redes sociais pretende oferecer uma contribuição crítica aos psicólogos que trabalham nesse campo, em particular. Precisamos de coordenadas claras numa área complexa e nebulosa, para que nossa intervenção seja efetivamente capaz de promover a busca do equacionamento dos problemas sociais de modo crítico, ético e dialético.

Já faz certo tempo que muito se discute sobre a expressão "redes sociais" em diversos segmentos sociais do Estado (Brasil, 2004b, 2005), da sociedade civil (Casaroto Filho; Pires, 1998; Schlithler, 2004; Duprat, 2004; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Olivieri, 2003), do capital privado (Ashoka; Mckinsey, 2001; Senac, 2005), das entidades assistenciais (Rodrigues, 1998; Silva, 2000; Fernandes, 2004) e no campo das ciências humanas, inclusive na Psicologia (Peters, 1994; Dowbor, 1999; Castells, 1999; Amaral, 2002; Marteleto; Silva, 2004; Tomaél; Alcará; Di Chiara, 2005; Spink; Spink, 2006; Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007).

Nosso objetivo é problematizar o conceito de "rede social", procurando explicitar seus aspectos instituintes e seus limites. Pensamos que uma rede pode, por um lado, promover a comunicação, a intensificação dos fluxos de informação, democratizando o saber ao torná-lo acessível para pessoas e grupos numerosos de modo barato e rápido, promovendo, assim, formação e capacitação que

podem ser colocadas em prática; e produzir transformações em instituições, organizações, estabelecimentos, grupos e comunidades. Por outro lado, uma rede não só se presta para apoiar, intensificar e conectar de modo produtivo de singularidade, mas também pode ser utilizada para capturar, conter e gerenciar os coletivos sociais.

Estamos procurando entender o discurso predominante na área da Assistência Social, que propõe o tema das redes sociais, a meta de uma gestão descentralizadora e participativa que toma como referência a divisão da vida social em setores que deverão se integrar de modo harmônico: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor). Trabalhamos com a hipótese de que, para governar de modo inovador, é preciso criar um discurso ideológico inovador que sustente o modelo de gestão a ser colocado em prática por uma nova administração.

O Estado neoliberal se desobriga cada vez mais dos problemas sociais da população; esse vácuo político foi preenchido pela temática sobre a rede e o terceiro setor, termo "vasto e vago" (Fonseca, 2007, p.247), incluindo o discurso da descentralização e da participação. A análise do Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) (Gruppi, 1978)[2] dos interesses e valores sociais demonstra que é

2. De acordo com Costa-Rosa (2013, p.57), "o Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) é um conceito de Gramsci que nos permite analisar, em termos molares, certas linhas de composição das formações sociais: pulsações que as organizam e que nelas se atualizam. O PEH compreende um conjunto de práticas relacionadas à estratégia e à tática, destinadas a manter a Formação Social, seja uma instituição ou a sociedade como um todo, em equilíbrio dinâmico, dado tratar-se de realidades segmentares e contraditórias quanto aos interesses e visões de mundo que aí necessariamente se atualizam. Essa segmentaridade tende à polarização. Daí podermos falar em PEH como esforço de manter em equilíbrio dinâmico interesses dominantes e subordinados. Do lado dominante vemos um conjunto de práticas de efeitos repressivos e ideológicos, além de um conjunto de concessões táticas seguidas de sua recuperação (Guattari, 1981). Do lado subordinado, há também um conjunto de práticas que, devido à dominância ideológica e material do polo socialmente hegemônico, são concordes com os interesses desse polo, e os reproduzem. Mas há também um conjunto de reivindicações, às vezes ativas, outras vezes mesmo passivas e aparentemente inadvertidas; além de um con-

possível criar uma linguagem com uma nova nomenclatura para sua reprodução: novos conceitos podem ser instrumentalizados para manter tudo como está e preservar ou aumentar a mistificação da realidade sociopolítica. É interessante observar que uma das justificativas teóricas utilizadas para fundamentar e divulgar a temática da rede seja buscada num exemplo biológico, e ainda mais vinda do autor de que se trata: todas as formas de vida – das células mais primitivas às sociedades humanas, suas empresas, Estados Nacionais e a economia global – organizam-se segundo os mesmos padrões e os mesmos princípios básicos: as redes, com unidades e sistemas interconectados. (Capra, 2002, p.12).

A teoria organicista não é nova no campo da política, pois a vida social já foi pensada a partir desse modelo por Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino, entre outros (Abbagnano, 1994). A Bíblia também utiliza o exemplo da interdependência dos órgãos do corpo humano para demonstrar a realidade necessária da vida comunitária. Curiosamente e como que por mágica, somos situados numa realidade contemporânea que funciona em rede, esta já está posta pela realidade. Não é preciso construir conexões, basta tomar consciência de que elas estão aí e exercitá-las (Capra, 1996). Mas como não notamos isso anteriormente? Como seria possível a real efetivação de um paradigma de redes sociais capazes de produção de sociabilidade verdadeiramente solidária e de subjetividade singularizada, o que a nosso ver representaria uma radical potencialização da prática

---

junto de práticas alternativas que às vezes chegam a aspirar à elaboração de uma hegemonia alternativa à dominante; ou seja, no PEH podem consolidar-se as aspirações de tornar hegemônicos os interesses socialmente subordinados. O caso das instituições de Saúde Mental, neste momento histórico, é bem ilustrativo desse processo, pois aí se vêem os efeitos de uma verdadeira luta pela hegemonia de visões teóricas, técnicas, ideológicas, culturais e éticas, que se expressam já em uma práxis na qual podemos visualizar uma transição paradigmática, isto é, a substituição do modelo manicomial e do Hospital Psiquiátrico por outra estratégia em torno dos Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial como organizadores e realizadores das práticas integrais num determinado Território".

democrática numa sociedade eminentemente piramidal, hierárquica e autoritária?

Pressupostos metodológicos

Nosso objetivo neste capítulo é analisar o processo de naturalização do discurso liberal na área da Assistência Social por meio de revisão da literatura impressa e da disponível na internet relativas ao tema das "redes sociais". Observamos que o fenômeno da "privatização do público" se configura como um dispositivo contemporâneo de naturalização do ideário liberal no cotidiano. O discurso que o veicula promove uma difusão e uma produção de sentidos que redundam na naturalização e cristalização do pensamento e das formas de existência humanas na sociedade contemporânea.

Discursos legitimadores se constituem em regimes de verdade capazes de ordenar os sentidos da vida e as regras da dinâmica social, dando sustentação para formas de dominação políticas, econômicas e culturais. Um dos dispositivos importantes nesse processo seria o fenômeno da naturalização dos sentidos atribuídos à experiência do cotidiano, promovendo a serialização das formas de condução da existência e de assujeitamento como mecanismos de dominação (Nardi, 2006). Naturalizar fenômenos significa des-historicizá-los da ordem social e dos discursos que os promovem. Entendemos que a naturalização do discurso neoliberal, tomado como regime central de verdades, está na base de sustentação das formas de dominação do capitalismo contemporâneo, naturalizando as desigualdades e limitando a reversibilidade dos jogos de poder e verdade. É a partir desse enfoque que pretendemos estudar as redes sociais nos discursos que permeiam o campo da Assistência Social na atualidade.

Podemos considerar o discurso como a dimensão naturalizada e implícita de cada formação histórica, de cada prática e de cada disciplina. A AI (Baremblitt, 1998; Costa-Rosa, 2000; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004) nos permite compreender o lugar e a potência do discurso como enunciado ideológico universalizante. O

discurso, nessa perspectiva, é lacunar e aspira à verdade imutável. Suas lacunas remetem à estrutura contraditória e de dominação e, nesse sentido, escondem/revelam o "não sabido" em que se sustenta a formação social institucional a que se refere tal discurso. Essa característica dos discursos institucionais como enunciados é decorrente da própria função da ideologia nas sociedades de interesses antagônicos. Ela visa fazer valer a hegemonia da visão de mundo e dos interesses de uma parcela da sociedade como se fossem os de todo o bloco social.

Discursos-verdades são promotores de modos e processos de subjetivação por meio do ideário que difundem, produzindo realidade social. O discurso pode ser entendido como o que universaliza o particular dos objetos históricos, porque ele, como enunciado, aspira ao estatuto de um dito absolutamente separado do dizer que o produz; atravessando diferentes performances verbais, práticas não discursivas e discursivas, caracterizando determinada época histórica. É possível considerar o discurso em sua materialidade histórica e tomá-lo como uma positividade passível de análise. Aprendemos com Foucault (1979, 2006) que os discursos têm grande efeito produtivo na vida social e histórica; evidência disso é o fato de o indivíduo, muitas vezes, mostrar-se produto direto do discurso que enuncia, instalando-se numa lógica discursiva determinada. O lugar dos sujeitos na estrutura social, com as possibilidades e limites de mobilidade social, pode ser detectado pelo regime de verdade que define as relações de poder no capitalismo em suas diversas etapas históricas. O regime de verdade sustenta e legitima, fornece identificação enquanto promove a dominação, por meio da injunção para a ação e do consenso entre os interesses e valores divergentes.

Mas afirmar que o sujeito é um terminal de produção social discursiva não quer dizer que ele seja completamente determinado pelo lugar que ocupa na estrutura social. São os homens que, usando sua liberdade, constroem lógicas coletivas e específicas para explicar quem são e quais são as relações entre si na vida social. Há liberdade, relações de poder e de dominação, mas também há relações de resistência e de contrapoderes no conflituoso

contexto social. As verdades produzidas são utilizadas para promover a dominação, e contrassaberes podem sustentar as formas de resistência. Uma importante estratégia contra-hegemônica consiste em compreender, explicar e desnaturalizar as formas de dominação, demonstrando como seus discursos são produzidos de modo histórico e contextualizado, evidenciando que as coisas estão como estão justamente porque foram construídas assim, mas poderiam ser de muitos outros modos. Essa é nossa tentativa neste estudo, visando ampliar a capacidade dos atores sociais ao utilizar sua liberdade crítica e criativa no campo da Assistência Social.

Com relação à literatura pertinente, realizamos diversas pesquisas em bases de dados nacionais, tais como BVS-PSI, SciELO, Index Psi, Qualis A Nacional, utilizando as palavras-chave do artigo, procurando atualizar nossas referências. Encontramos muitos trabalhos relevantes (Dowbor, 1999; Siqueira; Castro; Araújo, 2003; Marteleto; Silva, 2004; Junqueira, 2004; Gohn, 2004, 2005; Tomaél; Alcará; Di Chiara, 2005; Meneses; Sarriera, 2005; Pastor, 2007; Teixeira, 2007; Fonseca, 2007; Faria; Sauerbronn, 2008) que enriqueceram a investigação, embora poucos apresentassem a perspectiva crítica e problematizadora que adotamos na análise das redes sociais. Esse é o diferencial da pesquisa que estamos empreendendo, e que ainda não foi devidamente desenvolvido. A literatura com a qual trabalhamos pode não ser muito recente, mas podemos considerar, apesar de certo lapso temporal, que continua sendo exemplar no caso de publicações relativas ao tema das redes sociais e da gestão empresarial no campo da Assistência Social, denominado também de terceiro setor.

A rede como tecnologia de gerenciamento do social na atualidade

Há uma abundante literatura sobre o tema das redes sociais na atualidade (Capra, 1996, 2002; Junqueira, 2004; Meneses; Sarriera, 2005; Fernandes, 2004; Rodrigues, 1998; Ayres, 2001; Senac, [s.d.];

Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007; São Paulo, 2004). A seguir, apresentaremos alguns casos que nos parecem representativos desse fenômeno na área da Assistência Social.

Fernandes (2004) afirma que a palavra "rede" vem do latim *retis*. Na origem, significava "entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formavam um tecido". Mais recentemente, a expressão teve seu conceito ampliado e passou a ser adotada em diversos segmentos, entre eles a economia, a tecnologia e a administração, na mesma perspectiva inovadora que utiliza também os conceitos de "sinergia", "resiliência" e "flexibilização", apenas para nomear alguns de maior sucesso. Desse modo, os sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições em torno de causas afins, de forma democrática e participativa, passaram a ser compreendidos como redes. Compor uma rede, portanto, implica compromisso de realização conjunta de ações concretas, transpondo fronteiras geográficas, hierárquicas, sociais ou políticas.

Ainda de acordo com Fernandes (2004), a institucionalização de parcerias na forma de redes possibilita uma nova governança e um novo contrato social entre Estado e sociedade. Parcerias seriam alianças relativamente estáveis entre dois ou mais atores que decidem operar em sinergia para atingir um ou mais objetivos que não podem alcançar isoladamente; e a rede, por suas características, seria um instrumento adequado ao bom funcionamento dessas parcerias. No campo do Estado, as redes articulariam agências entre si ou com redes sociais, organizações privadas e grupos, para a implementação de políticas públicas.

O sistema de redes seria diferente e contrário ao modelo piramidal, cuja organização é considerada rígida e hierarquizada. Nesse sistema, as decisões são tomadas pelos escalões superiores. As informações são utilizadas como fontes de poder, a comunicação é restrita, e a disciplina e o comando seriam considerados indispensáveis à realização dos objetivos. As redes, de modo alternativo, favoreceriam trabalhos cooperativos, participativos e democráticos, sendo tidas como mais convenientes às práticas e objetivos do terceiro setor.

Por terceiro setor entende-se a sociedade civil, que se organiza e busca soluções para suas necessidades e problemas fora do circuito do Estado e do mercado. A expressão é utilizada de forma complementar à concepção de primeiro setor, constituído pelo Estado, e de segundo setor, formado por empresas privadas (Rodrigues, 1998). Mas o fato de haver três instâncias independentes não é contraditório com a noção de rede que a tudo e a todos interconecta e liga de modo radical?

Por seu arranjo estrutural, as redes possibilitam integração e articulação. Em síntese, suas principais características seriam as seguintes: proporcionam a emergência de uma multiplicidade de lideranças; concedem autonomia de poder de decisão aos integrantes acerca de suas próprias ações; dividem igual nível de responsabilidade entre os agentes; permitem a livre circulação de informações; favorecem o engajamento individual e grupal consciente; promovem o trabalho em conjunto para a realização de objetivos afins. As organizações, em busca de estruturas para enfrentar ambientes de maior complexidade, descobriram, nessa modalidade, uma alternativa flexível, adequada a situações em que ocorrem mudanças constantes. Dessa maneira, a rede vem sendo crescentemente utilizada no mundo atual de transformações aceleradas (São Paulo, 2006). É preciso notar, entretanto, que alternativo quer dizer apenas diverso, talvez até contrário e – não necessariamente – contraditório em sentido dialético. Uma alternativa pode ser adotada se ela for conveniente; já uma oposição contraditória e dialética exige uma tomada de decisão também radical e consequente.

Os objetivos das redes sociais podem ser assim resumidos: favorecer o estabelecimento de vínculos positivos pela interação entre indivíduos; criar espaços para reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; estimular o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizar pessoas, grupos e instituições para utilizar recursos existentes na comunidade; estabelecer parcerias entre setores governamentais e não governamentais para execução de programas de orientação e prevenção pertinentes a problemas específicos detectados pelo grupo

(Senac, [s.d.]; Junqueira, 2004). Podemos considerar que haveria, então, na própria consistência da rede assim definida, algo de revolucionário, que ao ser utilizado de modo facultativo pelos interesses do Modo Capitalista de Produção (MCP), poderia contaminá-lo, por exemplo, a horizontalidade, o estímulo à solidariedade e à cidadania, o objetivo de detectar e solucionar problemas coletivos, coletivamente.

Em todo o mundo, e no Brasil especificamente, as organizações têm percebido que o impacto de seus movimentos pode ser potencializado em redes de maior abrangência. E que a constituição de uma teia de relações em torno de objetivos delimitados e compartilhados amplia seu campo de ação e gera novas oportunidades (Ayres, 2001). Descobriu-se que a atuação conjunta é uma necessidade se o que se busca são determinados resultados imediatos. Foi o que constatou a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2006, após a análise da experiência do Pacto Global – iniciativa para incentivar a prática da responsabilidade social corporativa, nascida em 2000 –, a ONU decidiu formar redes locais para impulsionar seus princípios. Esse pacto reúne empresas, agências internacionais, sindicatos, organizações da sociedade civil e governos para estimular a iniciativa privada a agir no sentido do respeito e da proteção aos direitos humanos, do combate ao trabalho infantil e à discriminação e da promoção da responsabilidade ambiental. Em seis anos, mais de 3,6 mil empresas, em mais de noventa países, aderiram à proposta[3].

A adoção dessa forma de trabalho, entretanto, implica desafios, pois o domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas e a internalização dos fundamentos devem se dar de forma coletiva e não se restringir a apenas alguns indivíduos (São Paulo, 2006). Não podemos deixar de notar que se trata de uma rede voluntariosa, formada por apelos de natureza publicitária, incluindo na mesma rede, pretensamente,

3. World Economic Forum, 2008. Disponível em: <http://www. globalpolicy. org>. Acesso em: 3 mar. 2008.

vigilantes e vigiados. Seria uma rede que nunca questiona radicalmente as fontes da falta de direitos humanos, as razões da exploração infantil, da discriminação, da depredação da natureza. Essa rede que pretende ser global parece nem se dar conta de que reproduz em sua própria estrutura os problemas que pretende solucionar: os explorados, os discriminados, os sem direitos foram chamados a compor a rede? Mais importante ainda, essa rede por acaso os liberta da outra rede que os enreda? Concordamos que, às vezes, são necessárias soluções rápidas, mas isso não nos libera de notar criticamente seu caráter paliativo.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)

A retórica oficial que propõe políticas públicas estruturadas a partir do tema das redes sociais pode representar uma marca inovadora de sociedades que querem figurar no cenário internacional como inclusivas. A adesão do governo nacional a documentos internacionais tende a ser seguida de expedientes de burocratização: decretos, paradigmas e deliberações são impostas pela autoridade estatal de modo autoritário e vertical, sem maiores possibilidades de reflexão conjunta. A esfera estatal é faminta por dados estatísticos que tenham visibilidade pública nacional e internacional, pressionada por exigências da globalização. Exemplo disso poderia ser a rede socioassistencial, que é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005, p.94-95) como:

> Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, organizada sob a hierarquia de dimensões "básica" e "especial" e ainda por níveis diversos de complexidade.

A rede é utilizada como termo para indicar um novo processo de gestão dos programas, projetos e serviços no campo da Assistência Social. Mas trata-se de uma instrumentalização tecnocrática, de um novo modismo promovido pelo gerenciamento empresarial aplicado na gestão das políticas públicas: a rede não é considerada como um conceito político revolucionário capaz de transformar a vida social de modo radical, alçando a população empobrecida à autêntica cidadania. Quando funciona como uma nova estratégia de gestão empresarial aplicada no plano estatal, a concepção de rede não é levada às suas últimas consequências, nem são colocadas em prática as mediações necessárias para sua efetivação: falta vontade política, formação e capacitação; e, sobretudo, implicação ética pessoal e coletiva para romper com o modelo piramidal. Não estamos dizendo que as redes são inadequadas para um processo de transformação da vida social; o que criticamos é sua banalização pelo discurso gerencial e o esvaziamento de um dispositivo social extremamente potente. Será isso consequência da sua utilização como um modismo a serviço de interesses menores? Ou será mesmo decorrente de uma gestão que se utiliza de discursos de teor revolucionário a serviço da manutenção da mesma ordem vigente? Não é que façamos questão de sempre ver a mesma lógica espreitando todos os becos, mas a situação do MCP, em certos contextos, é tão delicada, dado o aspecto gritante dos seus efeitos, que é comum sua utilização de discursos revolucionários como um modo de administrar o estado das contradições sociais. Trata-se do estado da contradição que pode ser definido como "do um não sem o outro", ou seja, não é mais possível manter certos estados das contradições sem tornar presente o contraditório como um de seus componentes obrigatórios. Mas esse contraditório é sempre devidamente mantido em estado de assepsia, e nem sempre é da forma bruta como vimos.

Se estivermos verdadeiramente interessados em colocar em prática as possibilidades de promover as pulsações políticas que agenciam os interesses e os valores socialmente subordinados na sociedade brasileira atual, a construção de redes sociais pode ser

uma tática preciosa para buscar sua efetivação e atuação. Não quaisquer redes de captura, mas as redes capazes de conectar os diferentes elos dos interesses sintônicos com essas pulsações políticas e desejantes.

Analisando o discurso oficial, observamos que a

> rede socioassistencial se organizará a partir dos seguintes parâmetros: a) oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias; b) caráter público de coresponsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de assistência social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos; c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda; d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica, por intermédio de unidades de referência e para a rede de proteção social especial por centrais de acolhimento e controle de vagas; e) territorialização da rede de assistência social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão, localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais; f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental; g) referência unitária em todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais (loc. cit.).

Como era de se esperar, o discurso oficial contenta-se com subterfúgios. Seus motes são a "dignidade humana" e "a fragilidade das famílias", porém, sobre os possíveis fatores desta e sobre

as razões da indignidade, nada se cogita. Também é esperada a demora em considerações da ordem da gerência das instâncias assistenciais, portanto, a hierarquização é aqui a aparente solução. Não nos esqueçamos dessa palavra mágica que é apanágio para todas as disfunções das instituições na atualidade: "racionalização" administrativa. Propõe-se o esquadrinhamento do território até chegar ao "cotidiano de vida dos cidadãos" e "vulnerabilidades e riscos sociais"; aqui também não escapa ao lugar-comum das táticas de administração e controle da vida social a partir da administração dos riscos, sem qualquer referência ou preocupação com os efeitos sobejamente conhecidos das práticas assistencialistas. Admite-se claramente seu caráter paliativo ao assumir sua meta de continuidade num tempo indeterminado. Finalmente, fala em indicadores de resultados, porém de modo meramente alusivo, aparentemente como mais um item do jargão da gestão racionalizadora.

Afirmar que os programas, serviços, projetos existentes e as organizações e entidades em funcionamento na sociedade já compõem uma rede social significa responsabilizá-los pelo atendimento da demanda, geralmente sem fazer maiores alterações políticas concretas no paradigma piramidal, vertical, autoritário e burocrático que tende a predominar nas instituições públicas. Acrescentam-se, apenas, como vimos, algumas inovações discursivas e no plano técnico-administrativo. Apesar disso, entendemos que a responsabilidade social, objetiva e subjetiva, quando situada no contexto da liberdade humana (entendida como produto da atividade humana em sua autocriação histórica), pode ser vista como responsabilidade compartilhada, num *continuum* de liberdades pessoais envolvidas em processos coletivos de construção.

> A proteção social básica será operada por intermédio de: a) Centros de Referência de assistência social (CRAS), territorializados de acordo com o porte do município; b) rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse, entre outros; c) benefícios eventuais; d) benefícios de Prestação Continuada; e) serviços e projetos de capaci-

> tação e inserção produtiva; [...] A proteção social especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Inclui a atenção a: a) crianças e adolescentes em situação de trabalho; b) adolescentes em medida socioeducativa; c) crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; d) crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; e) famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência (loc. cit.).

O discurso oficial, ao definir os grupos populacionais alvos da "Proteção Social Básica", parece se apoiar na organização da política pública de saúde. Entretanto, exclui desta o mais essencial quanto ao ideário, sobretudo no que diz respeito à participação dos sujeitos da atenção, chamados usuários, no planejamento, gestão e controle da própria política e de sua aplicação prática. Ao mesmo tempo mistura e nomeia "crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono" como se não existissem diferenças essenciais a serem aludidas.

A rede social inclui a todos, mas inclui de modo precário, instável e marginal. A sociedade capitalista desterritorializa, desenraiza, exclui, para num segundo momento incluir de outra maneira, de acordo com suas próprias regras. A descentralização e a municipalização, mesmo considerando seus aspectos positivos (Fonseca, 2007), podem ser consideradas como um processo de terceirização nas políticas públicas de Assistência Social, pois elas sempre incluem um barateamento dos custos. Lamentavelmente, o fato de o Estado se desincumbir de investimentos na área social não é acompanhado da redução de impostos, pelo contrário, há um recrudescimento da tributação sobre os contribuintes. Mesmo que o Estado diminua gastos com investimentos que visariam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos, não vemos diminuição no funcionalismo estatal em outros gastos públicos e menos ainda nos impostos.

> A proteção social especial opera por meio da oferta de: a) rede de serviços de atendimento domiciliar, albergues, abrigos, moradias provisórias para adultos e idosos, garantindo a convivência familiar e comunitária; b) rede de serviços de acolhida para crianças e adolescentes com repúblicas, casas de acolhida, abrigos e família acolhedora; c) serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos e formas de violência; d) ações de apoio a situações de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências. A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social (Brasil, op. cit.).

Parece claro que a rede em questão não é mais que a rede dos "protetores", ficando os "protegidos" inteiramente fora dela. O discurso sobre as redes sociais tem abusado do viés da responsabilidade social, da solidariedade, do respeito, da aceitação, da tolerância e da inclusão para com a alteridade social caracterizada pela pobreza. Sobretudo a sociedade civil e os municípios são responsabilizados pela gestão descentralizada e participativa da Assistência Social. A experiência revela que com a descentralização e a municipalização vem a segmentação atomizante do problema social, bem como a partilha de recursos que gera a precarização dos serviços, comprometendo a extensão da cobertura e sua qualidade. A minimização da esfera pública atrofia os direitos sociais.

Constatamos ainda uma responsabilização culpabilizante do município e dos seus cidadãos, que são admoestados pelo Estado a "tomar conta dos seus pobres", como se a existência de problemas sociais e da pobreza não tivesse sua produção localizada em estruturas políticas e econômicas mantidas pelo Estado nacional e por agências internacionais. A Terceira Revolução Industrial (Fonseca, 2007), que flexibiliza e precariza as relações econômicas e sociais em prol do capital, predomina no setor do mercado, gerando todo

um conjunto complexo de efeitos sociais, mas, sobretudo, promove a concentração de renda e o aumento da miséria para grandes faixas da população. O viés da solidariedade ainda tende a colocar em segundo plano as questões do profissionalismo e da remuneração adequada dos trabalhadores no campo da Assistência Social, da Saúde e da Educação, com as reais e específicas necessidades das camadas populares. A questão da gestão do problema social é remetida ao plano das emoções, dos sentimentos, valores e moralidade meramente pessoais, novamente esvaziando suas dimensões políticas, econômicas e críticas.

> A relação entre as entidades de assistência social e o SUAS se dá através de um vínculo – o vínculo SUAS –, pautado pelo reconhecimento da condição de parceiro da política pública de assistência social. Será estabelecido a partir desse reconhecimento pelo órgão gestor, da entidade, previamente inscrita no respectivo conselho de assistência social, da identificação de suas ações nos níveis de complexidade, definidos pela Política Nacional de Assistência Social/2004 e de sua possibilidade de inserção no processo de trabalho em rede hierarquizada e complementar. A forma de viabilização de tal procedimento deverá contemplar a definição de instrumental – base para sua operacionalização (Brasil, 2005, p.94-95).

Há preocupação em definir a relação entre entidades de Assistência Social e o SUAS e designar seu lugar no sistema hierarquizado. Trata-se, aparentemente, apenas da definição dos critérios mínimos que viabilizam a adesão das ONGs ao sistema.

Manual da Assistência Social

De acordo com o manual da Assistência Social (Brasil, s/d), entende-se por "rede de proteção" um conjunto de instituições, organizações e pessoas, que se articulam e atuam tendo em vista um

objetivo comum. Pode-se dizer, então, que a rede de proteção é esse entrelaçado de instituições, organizações e pessoas, desenvolvendo ações direcionadas para que aqueles que ainda estão usufruindo, que ainda têm acesso aos direitos sociais (saúde, educação etc.), não os percam. É o grupo que ainda está inserido, que ainda está de posse dos direitos, mas está iniciando um processo bastante forte de exclusão. São aqueles que estão saindo da escola, entrando no trabalho informal, faltando às aulas, iniciando-se em atividades marginais.

Já a denominação "rede de inclusão" indicaria o entrelaçamento de instituições, organizações e pessoas que, em conjunto, desenvolvem ações direcionadas para aqueles que não têm mais acesso aos direitos sociais (saúde, educação etc.) e que por isso estão fora da rede de proteção. A rede de inclusão buscaria trabalhar os grupos mais fragilizados, mais vitimados pelo processo de exclusão. Por meio da rede de inclusão, procura-se garantir os mínimos básicos de sobrevivência e reinserir nas políticas que garantem os direitos sociais.

Notamos que a ideologia liberal tende a naturalizar, a criar entidades abstratas e a individualizar fenômenos produzidos histórica, social e coletivamente. Portanto, ela não problematiza o fato histórico de que, se houver pessoas em condições de vulnerabilidade social de pobreza, há um sistema social globalizado estruturalmente produtor de empobrecimento, exclusão e segregação. A pobreza não é um fenômeno natural; é um fato produzido socialmente, uma das mais importantes refrações da contradição que vigora entre o capital e o trabalho em nossa sociedade: exclusão social, pois o capital financeiro já não precisa nem mais explorar a mão de obra.

Há uma descrição superficial e esquemática de um estado de coisas tomadas de modo abstrato nesse manual. Pensamos que o importante seria explicar o processo de construção social do fenômeno constatado na realidade, ultrapassando a mera aparência dos fatos: não apenas há "pobreza" como conceito abstrato e a-histórico, mas há um processo histórico de empobrecimento da maior

parte da população brasileira. Isso não é fruto do acaso, nem pode ser reduzido, sem mais, à imperícia pessoal e individual.

As redes sociais na internet

Rede Social São Paulo

De acordo com o portal da Rede Social São Paulo[4], ela surgiu para enfrentar a desigualdade social no Estado, tendo como prioridade inicial a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma aliança formada por mais de uma centena de organizações da sociedade do setor empresarial e do governo. Essa rede foi criada para incentivar a mobilização das pessoas em torno de questões sociais que afetam o dia a dia da população e se configuram como um amplo movimento suprapartidário que pretende aprimorar e fortalecer sistemas e redes sociais, contribuindo para garantir os direitos humanos no estado de São Paulo.

O comitê gestor da Rede Social conta com representantes de diversas empresas e corporações do mundo empresarial e financeiro do país. Sua ideia básica é que "juntos se faz mais e melhor", o que revela o acento pragmático da estratégia de conexão. Somos informados, ainda, de que a Rede Social é construída com a participação e o comprometimento de todos, conectando iniciativas já existentes para ampliar o resultado positivo, promover o desenvolvimento local e diminuir as desigualdades sociais. Os integrantes da Rede acreditam que a reflexão conjunta sobre os problemas comuns e a atuação organizada de todos os setores da sociedade são maneiras eficazes de enfrentar os problemas sociais do estado de São Paulo. Nesse sentido, estimula o protagonismo das lideranças locais e a criação de um novo paradigma, em que a responsabilidade pelas questões sociais depende da articulação e do compromisso pessoal de ações conjuntas.

4. Rede Social São Paulo. Disponível em: <http://www.redesocialsaopaulo.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2008.

O primeiro desafio eleito pela Rede Social São Paulo teria sido a luta pela defesa dos direitos da infância e da juventude, que possui reflexos diretos na estrutura familiar e em áreas fundamentais, como a segurança pública, saúde e de Educação. Para enfrentar esse desafio, a Rede Social desenvolveu o Projeto Envolver, que estimula a criação, estrutura e fortalece redes locais, contribuindo para o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Por meio da Metodologia Aprimorar, desenvolvida pelo UNICEF, o Projeto Envolver entrosa os agentes do SGDCA: educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais, dirigentes de órgãos públicos e de organizações da sociedade, advogados, policiais, conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, juízes da infância, promotores de justiça, defensores públicos, além de lideranças empresariais e de governo. A Metodologia Aprimorar visa proporcionar uma reflexão conjunta sobre os principais entraves ao cumprimento do ECA nos municípios e promove as Jornadas de Formação, nas quais representantes de cada município participam de encontros sobre os temas identificados durante o diagnóstico e se capacitam para executar um plano de trabalho na sua cidade.

Com relação aos resultados já alcançados, o site nos informa que entre o projeto piloto e a fase de expansão das atividades da Rede Social, em 2006, foram realizados 195 encontros, com cerca de 17 mil participações de lideranças, representando 383 municípios do interior do estado, capital e região metropolitana. Os recursos para as ações do Projeto Envolver foram obtidos via adesão espontânea de doadores que contribuem com o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, administrado pelo CONDECA. Para consolidar os resultados alcançados e construir um modelo local, autônomo e sustentável, a Rede Social São Paulo, por meio desse projeto, acompanha e fortalece as ações de aprimoramento do SGDCA em 304 municípios do estado, em parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs) e CONDECA.

No segundo semestre de 2007 foram realizadas 63 jornadas de formação, organizadas em 21 polos – sendo 13 no interior, 5 na região metropolitana e 3 na capital –, além de um encontro de dois dias para capacitar cem agentes na aplicação da Metodologia Aprimorar.

Observamos, assim, que é um projeto complexo, que desenvolve ampla cobertura, numa iniciativa muito interessante. Vê-se, de modo cristalino, como se trata sempre da rede dos sujeitos da assistência. Quanto aos assistidos, nunca são concebidos fora da posição de objetos passivos, sempre supostos por não terem e não fazerem suas próprias redes.

Programa Rede Social Senac

Segundo o portal do programa Rede Social Senac[5], o mundo globalizado pede um novo padrão de organização. Indica, ainda, que a reflexão sobre as atuais circunstâncias sociais, econômicas e ambientais leva a perceber a insustentabilidade do atual modelo e a necessidade de buscar alternativas para um mundo mais humano e menos individualista. Uma das alternativas seria o trabalho em rede, que estaria ganhando força em diversas localidades ao redor do mundo. Ancorada em valores como igualdade, democracia, cooperação e construção coletiva, a rede propicia uma grande articulação entre as várias esferas da sociedade civil (organizações, poder público, cidadãos etc.), potencializando sua capacidade de mobilização coletiva e a realização de suas ações.

Nesse sentido, o Senac São Paulo desenvolve o Programa Rede Social em diversos municípios do Estado. A partir de uma experiência de mais de 35 anos em ações socioeducativas em comunidades onde o Senac mantém unidades, criou-se uma metodologia de trabalho em rede que visa articular pessoas e organizações para propor soluções aos problemas sociais das localidades. Em cada local onde o programa está sendo realizado, o Senac investe em um

---

5. Rede Social Senac. Disponível em http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a19633.htm&testeira=1928. Acesso em: 9 out. 2008.

colaborador especialmente designado para articular e mediar a Rede Social. Entre suas atribuições, o mediador identifica os atores sociais do lugar e os convida para encontros periódicos e fóruns temáticos, buscando identificar objetivos comuns, estabelecendo compromissos e responsabilidades e assessorando a realização de projetos para melhorar a qualidade de vida da comunidade. O conceito de "Rede Social" do Senac é definido como um sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos que beneficiem a vida das comunidades.

Sucintamente, a metodologia que o Senac utiliza para formar e articular as redes sociais compreende: 1) reunião/espaço comum (presencial ou virtual), formação dos elos entre os componentes; 2) identificação/conhecimento mútuo e estabelecimento de diagnósticos; 3) proposição/estabelecimento das visões de mundo, propostas; 4) composição/estabelecimento de parcerias e definição da missão, busca de consenso e objetivos comuns; 5) novo compromisso/definição do projeto ou ação e formação do compromisso conjunto, estabelecimento de objetivos e metas para a ação/realização do planejamento, avaliação dos resultados.

Os que gostam de conviver em ambientes democráticos prezam as relações horizontais e igualitárias e acreditam que as soluções e alternativas para os problemas sociais devem ser construídas em conjunto. Esses são os principais requisitos para integrar uma das redes sociais fomentadas e mediadas pelo Senac São Paulo; nesse caso estão convidados a participar da Rede Social tanto os indivíduos quanto as instituições. Essa interessante estratégia de conexão colocou em prática o programa Formatos Brasil. Nesse caso, também notamos os mesmos lugares comuns dessa espécie de ideologia das redes: enunciados discursivos de caráter universalizante e abstrato: "um mundo mais humano e menos individualista [...] organização de pessoas e instituições de forma igualitária e democrática". Também se destaca a suposição de que gostar da convivência democrática já é um agregador suficiente para enfrentar as desigualdades sociais e superar as

formas instituídas e assimiladas das relações sociais e intersubjetivas correlatas ao MCP.

Rede de Informações para o terceiro setor

A Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits)[6], segundo informações em seu portal, é uma organização privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, detentora de título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de status consultivo especial com o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (Ecosoc/ONU). Fundada em 1997, com a missão de ser uma rede virtual de informações, voltada para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, a Rits busca realizar sua missão principalmente ao fomentar e dar suporte para o compartilhamento de informações, conhecimento e recursos técnicos entre as organizações e os movimentos sociais. Também é missão da Rits promover a interação de iniciativas e projetos por meio do uso efetivo de tecnologias da informação e comunicação (TICs) – em especial, da internet –, fator considerado indispensável para promover o desenvolvimento humano e social. Por isso, em todas as suas atividades, a Rits busca contribuir para a apropriação crítica das TICs pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos. Ao realizar sua missão, a Rits produz e dissemina informação e elabora estratégias para articulação de redes da sociedade civil, dando ainda apoio a essas redes com tecnologia – por meio de seu provedor de serviços de internet e capacitação no uso das TICs. Além disso, faz monitoramento crítico e participa da formulação e prática de políticas públicas relacionadas às TICs e à democratização de seus recursos para o desenvolvimento humano.

As três redes citadas disponibilizam muitas informações e diversos textos e documentos de cursos e encontros realizados, incluindo vários relatórios de atividades desenvolvidas. Trata-se de

6. Rede de Informações para o terceiro setor. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2008.

material abundante e variado, de valor desigual, englobando o tema das redes sociais, e, em muitos deles, predominam os mesmos significantes que já mapeamos na literatura impressa: terceiro setor, sustentabilidade, empreendedorismo social, marketing social, responsabilidade social, e seu amplo acervo é oferecido gratuitamente a organizações diversas. Levando em conta sua utilidade e importância, consideramos que eles também estão alinhados com os discursos hegemônicos que detectamos no campo da Assistência Social, e sua plausibilidade se explica a partir desse contexto.

O discurso do marketing e o gerenciamento empresarial da Assistência Social

Diversas entidades assistenciais surgem a partir de iniciativas individuais de pessoas muitas vezes imbuídas de valores altruístas e humanitários, angustiadas com algum fenômeno típico situado no campo do problema social: crianças de rua, mendigos, andarilhos, sem-tetos, idosos abandonados, pessoas acometidas por doenças graves (como câncer), pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, ou no jargão "politicamente correto", de necessidades especiais, ou ainda, caracterizadas pela noção de "diversidade significativa". (Amaral, 2002).

Entidades privadas são fundadas por pessoas e grupos da sociedade civil com a finalidade de atender a algumas dessas demandas sociais. Não é incomum que aos fundadores e dirigentes dessas entidades sobre boa vontade, idealismo, dedicação e intenção de contribuir para minorar o sofrimento de determinada clientela que vive numa situação de exclusão social. Mas também parece faltar maior capacitação teórica e técnica, ideológica e jurídica para a realização de programas, projetos e serviços na área assistencial. Os trabalhadores sociais dessas entidades podem inclusive desenvolver esforços heroicos para organizar burocrática e legalmente seus estabelecimentos, elaborando estatutos, regimentos e produzindo a documentação necessária que permita o

funcionamento das entidades. Atualmente, isso pode ser facilitado, pois existe o CMAS que tem a função de orientar, supervisionar, inspecionar e certificar as entidades assistenciais que estão legalmente instituídas. Está facultada a possibilidade de qualquer iniciativa se inscrever nas normas da legislação oficial relativa à Assistência Social (Brasil, 1993; 2005).

Há uma vasta literatura – da qual apresentaremos apenas uma amostra (Silva, 2000; Ashoka; Mckinsey, 2001; Camargo, 2002; Duprat, 2004; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Senac, 2005, [s.d.]; Fernandes, 2004; Ayres, 2001, 2002) – que propõe capacitar, reciclar e melhorar as equipes dirigentes das entidades assistenciais, visando a uma eventual melhoria na qualidade desses estabelecimentos. Pretende-se desenvolver a competência técnica dos dirigentes, tornando-os "gestores" de acordo com o jargão empresarial. Vejamos alguns exemplos.

Silva (2000) apresenta o planejamento como ferramenta de aprendizagem para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e indica que elas teriam surgido como resultado da iniciativa de indivíduos ou grupos que visariam colocar em prática ações de interesse público, buscando defender direitos sociais, prestar serviços ou apoio técnico para o poder público no campo da Assistência Social. Iniciativa, criatividade e diversidade seriam as características distintivas dessas "verdadeiras escolas de cidadania em busca das transformações que a sociedade exige" (Ibid., p.9). Essas organizações precisariam "construir uma gestão eficaz", devendo buscar sua "sustentabilidade" por meio da captação e utilização adequada de "recursos financeiros", para o que seria importante investir no desenvolvimento e capacitação de seus membros, valorizando o "capital humano" disponível (Marteleto; Silva, 2004). Aponta, ainda, que é necessário melhorar a "qualidade dos serviços" oferecidos e adequá-los às necessidades da "clientela", oferecer informações claras e realizar prestações de contas de modo transparente, bem como buscar a adesão de empresas e da sociedade à causa da organização. Como afirmou determinado dirigente de uma financiadora desses empreendimentos sociais: "há dinheiro de sobra para quem aprender a fazer a prestação de contas".

O autor trata dos princípios e diretrizes do planejamento, procurando demonstrar sua importância e necessidade num cenário social de muitas mudanças, crises e transformações. Nesse sentido, explica o que é "planejamento estratégico" e quais são suas relações com a captação de recursos e com o desenvolvimento organizacional. Ao desenvolver o tema do processo de planejamento, focaliza a dimensão grupal do funcionamento da organização e a importância da construção de um consenso dialogado entre seus componentes, denominando de "processo de formação de juízo em grupo". Em seguida, o autor explicita as diversas fases do processo de planejamento: a organização, a orientação, o direcionamento, o plano de ação e a avaliação. Esse processo é apresentado como um trabalho interior realizado pelos membros do grupo.

A questão do conteúdo do planejamento inclui os temas da gestão e da sustentabilidade; os cinco campos que compõem uma organização da sociedade civil: as pessoas, os serviços, os recursos, a sociedade e o grupo gestor (conselho e diretoria); bem como as variáveis que estão inter-relacionando de modo circular esses campos: a qualidade, a motivação, a viabilidade e a capacidade de direcionamento. Silva (2000) explicita também outros conceitos-chave que são ferramentas do processo de planejamento: a visão de mundo, a missão, a vocação, o público-alvo, os clientes e os parceiros, as estratégias e as prioridades, os objetivos e as metas, a estrutura e o organograma, os programas e os projetos, os orçamentos e os custos. Finalmente, apresenta o contexto e os princípios do planejamento estratégico em rede, explicando como lidar e envolver o conselho da organização nesse trabalho e propõe a elaboração de planilhas de monitoramento gerencial e operacional.

Agora já podemos começar a ver mais claro que a rede é apenas uma ferramenta para um processamento muito mais amplo e complexo, que inclui a captação de recursos, seu gerenciamento e o cuidado de manter sua perenidade – em suma, um gerenciamento de serviços. Eis aí revelada a mágica de se tornar uma ONG, empresa de extração de mais-valia pela terceirização de mão de obra que oferece serviços ao Estado. Estado este que, por maiores que

tenham sido as investidas neoliberais em sua minimização, ainda não deixou de ser, com raríssimas e historicamente localizadas exceções, o que sempre foi: representante dos interesses do bloco socialmente dominante na luta pela hegemonia social.

De acordo com a Ashoka e Mckinsey (2001), aprendemos que as organizações da sociedade civil surgiram para promover a noção de cidadania e pressionar por sua construção na América Latina. Superando a filantropia e o assistencialismo estatal, as ONGs surgiram nas décadas de 1970 e 1980, alinhadas e vinculadas com organismos internacionais. Com as transformações da conjuntura internacional em meados dos anos 1980, as fundações internacionais passaram a encaminhar seus recursos para países do Leste Europeu e para da África, obrigando as organizações da sociedade civil a buscar alternativas de sustentabilidade.

No plano nacional, os recursos governamentais também se tornaram mais escassos, e foi a partir dos anos 1990 que começou a se redesenhar o denominado terceiro setor no Brasil, marcando novas configurações para as organizações sem fins lucrativos no país. As empresas do setor privado passaram a se engajar nas questões sociais e, inicialmente, buscaram parcerias com organizações da sociedade civil para atuarem juntas em busca de eficiência e de melhores resultados. Essas organizações tiveram que se reestruturar para poder estabelecer parcerias com o setor privado, profissionalizando seus membros e adotando ferramentas de planejamento e de gestão empresarial.

Quando ganharam experiência no manejo da situação social e na elaboração de projetos sociais, as empresas passaram a criar suas próprias fundações empresariais, além de atuarem em parcerias. Podemos dizer que foi, então, que o marketing social foi descoberto e inventado pelo setor do mercado. Como se tornou muito difícil obter financiamento do Estado, de organismos internacionais ou de empresas privadas, as organizações da sociedade civil precisaram procurar alternativas de sustentabilidade, o que teria marcado o fim de sua dependência de agências de fomento.

"Sustentabilidade" é um conceito que se refere à capacidade de uma organização ser eficiente ou não para manter suas operações

sem depender totalmente da doação de recursos por parte de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas). A própria sociedade deve arcar, então, com os custos do equacionamento institucional dos problemas sociais, já que o Estado e o mercado se desobrigaram dessa questão; ou, então, realizar projetos próprios nessa área. Além de lutar para solucionar problemas sociais ingentes, seria também da responsabilidade das organizações da sociedade civil captar os recursos necessários para realizar suas atividades.

Para justificar tal concepção de atuação social, Ashoka e Mckinsey (2001) propõem um paralelo entre uma organização privada e uma do terceiro setor, identificando ambas em três etapas básicas semelhantes de funcionamento. Numa empresa, as etapas seriam: a) o investimento de recursos financeiros e humanos; b) a operação que agrega valor ao investimento, produzindo bens ou serviços; c) os resultados, ou lucros gerados, que em parte são distribuídos aos acionistas e são reinvestidos na empresa. Numa organização da sociedade civil, teríamos: a) o investimento de recursos financeiros (obtidos por meio de doações) e de recursos humanos (voluntários sem remuneração ou funcionários contratados); b) a operação, que consiste em gerar algum tipo de impacto social, beneficiando a sociedade e em adotar processos que gerem recursos para garantir ou contribuir para seu custeio; c) os resultados se referem à avaliação do impacto social efetivamente realizado pela organização e pelo superávit gerado pela operação. Todos os recursos financeiros captados devem ser investidos na organização para aumentar seu poder de impacto. Aprendemos, então, que a organização que consegue um bom superávit para sustentar suas atividades sem precisar depender de doações de financiamento externo se torna "autossustentável". De fato, podemos notar que a grande novidade é que ela aprendeu a pedir a "terceiros", ironicamente justificando de modo simples sua inclusão no terceiro setor.

De acordo com essa leitura ingênua da realidade do modo de funcionamento das empresas no setor do mercado, Ashoka e Mckinsey ensinam que o funcionamento de uma organização do terceiro setor seria muito semelhante ao de uma empresa privada,

diferindo apenas quanto a seus objetivos e a suas alianças estratégicas. Inclusive, uma organização assistencial seria tão ou mais complexa de administrar, pois, ao adotar operações para gerar recursos, está utilizando processos idênticos aos de uma empresa privada. Daí a importância de dominar as ferramentas de administração e gerenciamento já consagradas no setor privado, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de planos de negócios.

É isso que Ashoka e Mckinsey se propõem a apresentar, desenvolvendo os seguintes temas: sumário executivo, organização, produto/serviço, mercado, marketing, equipe gerencial, planejamento financeiro, riscos, oportunidades e planos de implementação. Seu objetivo seria apoiar a profissionalização das organizações sociais e aumentar sua eficiência, visando promover o bem-estar social. E fazem isso sem mencionar sequer uma vez a questão histórica e política da produção do problema social e da necessidade da transformação social, sobretudo da lógica do modo de funcionamento do MPC.

Evidentemente, nem todo autor precisa elaborar um contexto paradigmático, filosófico e político no qual se situa, para em seguida apresentar suas propostas teórico-técnicas e metodológicas. No caso específico do problema social e de suas múltiplas refrações na sociedade, entendemos que é ingenuidade – senão uma temeridade ou um cinismo perverso – afirmar que a gestão eficiente dos programas sociais, realizada a partir da adaptação de conceitos e práticas de gestão empresarial às diversas organizações da sociedade civil (como a elaboração de projetos, a captação de recursos, a administração financeira, a comunicação e o marketing social, a formação de parcerias e alianças estratégicas, a avaliação e o planejamento estratégico), possa reverter a desordem social institucionalizada que produz a realidade polifacética da pobreza. Nossa hipótese é que essa estratégia esvazia a dimensão política dos movimentos sociais e procura capturá-los por meio de discursos tecnocráticos. Pensamos que é importante cuidar tanto dos aspectos técnicos quanto políticos nas organizações da Assistência Social.

Certamente não é inadequado melhorar a competência técnico-administrativa das equipes dirigentes de entidades

assistenciais; o problema nos parece ser a sedução da retórica empresarial que se apresenta como a solução para a questão dos empreendimentos assistenciais. Se o que se visa é fomentar a competência dos trabalhadores sociais, talvez se parta do pressuposto de sua incompetência administrativa, da qual se derivaria a pouca efetividade dos programas, projetos e serviços implementados por tais estabelecimentos. Então, a solução estaria na panaceia empresarial. Mas não é exatamente por causa da incompetência individual que as entidades são pouco eficazes. Bem sabemos que há razões estruturais e conjunturais locais, nacionais e globais que recrudescem o problema social, o que é suficiente para tornar os efeitos da instituição da Assistência Social, e dos seus diversos estabelecimentos, meramente paliativos, remediativos e assistencialistas.

Caso se queira capacitar e formar os membros das entidades assistenciais – e pensamos que isso é necessário –, dever-se-á partir de uma abordagem não individual e muito menos focada apenas na administração empresarial. O importante seria tomar a entidade assistencial como unidade de intervenção e objeto de estudo e de reflexão. Certamente as dificuldades do corporativismo profissional, a verticalização das relações intrainstitucionais, o autoritarismo, a alienação, as dificuldades com a clientela, entre outras, são as mazelas típicas do funcionamento de instituições e de estabelecimentos em geral. Isso também está presente na instituição da Assistência Social e nos seus diversos estabelecimentos. Portanto, o objeto de análise e de trabalho da formação de profissionais em serviço seria o próprio estabelecimento assistencial, já que ele é o contexto institucional de dirigentes, técnicos, educadores, usuários e suas famílias. A formação da equipe dos trabalhadores deveria ser parte de um projeto mais amplo – projeto político/institucional/assistencial/pedagógico –, desenvolvido de modo democrático e participativo com todos os envolvidos, visando à efetividade político-social do trabalho desenvolvido pela entidade.

Os elementos apresentados neste tópico fazem parte de uma análise e de uma crítica capazes de desnudar o essencial da retórica

"onguista" e seu comensalismo das migalhas bem administradas. Migalhas, esperta e calculadamente, subtraídas do "setor privado", seja de empresas, seja de indivíduos, mas também sem excluir o Estado. Porém, o mais interessante é vermos surgir as "metaONGs", ou seja, empresas especializadas na formação e manutenção das ONGs. Não parece nem mesmo necessário um comentário maldoso que, entretanto, não quer calar: que campo seria melhor para fazer dinheiro com a simples "administração de dinheiro" do que um campo em que se pode aliar a aura do voluntariado benfazejo e o apelo para a identificação, culposa ou não, das pessoas com o desprotegido, o injustiçado, ou simplesmente sofredor?

Programa Formatos Brasil

O programa Formatos Brasil é desenvolvido pelo Senac (2005) e se propõe a formar atores sociais visando ao desenvolvimento comunitário local de modo integrado e sustentável. Os parceiros do Senac nessa tarefa são o Consulado dos Estados Unidos de São Paulo, bem como The Johns Hopkins University. Os assessores do Senac foram preparados por essa universidade estadunidense para desenvolver um amplo programa de capacitação que teria sido implantado em treze estados brasileiros simultaneamente. Estudando o material do programa é possível entender que o discurso teórico-técnico, jurídico e ideológico da gestão empresarial capitalista pretende oferecer ferramentas de gerenciamento para inovar e aprimorar o terceiro setor, mas sem colocar em questão o atual sistema social, político e econômico de modo crítico.

O material do curso começa com uma introdução ao tema do terceiro setor, apresentando como pilares do desenvolvimento social o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e as organizações da sociedade civil (terceiro setor). É interessante que a ordem dos setores comece pelo Estado, passe pelo mercado e termine com a sociedade civil, pois entendemos que isso é uma leitura

ideológica da realidade: o setor que detém a hegemonia sobre a sociedade civil e o Estado na atualidade é o mercado. Não há nenhuma análise crítica ou histórica das relações contraditórias e inclusive conflitantes e antagônicas entre esses setores. A sociedade civil é apresentada, sem mais, como sendo unitária, e não estruturalmente dividida, quanto a interesses e valores, em suma, em classes sociais.

Essa proposta pretende construir "uma nova cultura de consenso, fundada na solidariedade indiferenciada entre as classes, no cooperativismo, ou solidarismo, no enfrentamento das crises, redefinindo o sentido da participação social" (Teixeira, 2007, p.159). O terceiro setor é caracterizado como "um novo setor da economia" (Senac, 2005, p.10), e o texto apresenta sem maiores problematizações uma série de aspectos que contribuem para a expansão do terceiro setor:

> Crescimento das necessidades socioeconômicas; crise fiscal e falência do Estado; redução das funções sociais do Estado; migração em direção às grandes cidades; degradação ambiental que ameaça a saúde humana; crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações; maior apoio da mídia; maior participação das empresas em projetos de cidadania empresarial; revolução pós-industrial, desemprego tecnológico e estrutural; revolução tecnológica; revolução das telecomunicações; concentração de renda.

Note-se como o texto opera por meio de uma mistura corrosiva de efeitos da própria estruturação econômica e social como a "degradação ambiental, violência, desemprego, concentração de renda" e aspectos daquilo que chama de "revolução pós-industrial, tecnológica e de telecomunicações". Nele podemos ver, ainda, em forma de uma espécie de lapso de discurso, a subtração do Estado da mediação social, por uma simples "pernada": "falência do Estado". Não é preciso dizer que o terceiro setor será seu herdeiro e suplente.

Falta uma contextualização sócio-histórica que permita compreender como se produzem esses fenômenos elencados

aleatoriamente no mundo da economia neoliberal globalizada, produtora estrutural de problemas sociais. O texto chega a ser ingênuo, caso não seja cínico, ao afirmar romanticamente que

> cada setor, ao participar do processo de negociação para o estabelecimento de parcerias com os demais setores, disponibilizará as competências que veio a desenvolver ao longo de sua experiência, que irão certamente complementar e enriquecer as experiências e competências de seus parceiros. Essa troca gerada pela parceria ou aliança, se bem administrada e potencializada, irá beneficiar a todos (Ibid., p.145).

O movimento e a expansão do terceiro setor poderiam ser pensados como a produção de estratégias de sobrevivência dos mais pobres no mundo contemporâneo, mas o material do Senac destaca os milhões de reais que circulam pelo campo das ONGs: até a pobreza pode ser recuperada como espaço de giro lucrativo pelo capital, ao mesmo tempo que se esvazia a participação política por meio de práticas assistencialistas e compensatórias. Sua proposta parece visar ao gerenciamento econômico desse novo filão tão rico de possibilidades, conforme análise anterior.

O programa de formação oferece ferramentas de "Gestão no Terceiro Setor" para desenvolver e capacitar as lideranças das ONGs e da comunidade quanto às formas de gestão. Assim, pretende-se "apoiar a construção de conhecimentos e de ações que levem à busca de condições apropriadas para compor com a sociedade e criar comunidades saudáveis, solidárias e cooperativas" (p.5). São inequívocos os ecos da velha tática e do velho discurso preventivista e comunitário que há mais de quatro décadas foi importado como um recurso a mais na "guerra de posições" entre os interesses socialmente dominantes e subordinados, no processo de manutenção da hegemonia de interesses e valores sociais.

Não há inovação quanto ao mecanismo de inserção por meio dos mecanismos de concessões táticas e simultâneas ou posterior assepsia dessas concessões; como diz Guattari (1981) – assepsia das

pulsações revolucionárias e desejantes. A novidade é que se trata de manejo de "pulsações" que paradoxalmente se definem pelo próprio estado do inerte; um conjunto de "reivindicações" que se apresentam por um estado do crítico que não confronta nem ameaça, apenas gera compaixão, culpabiliza ou envergonha. Entretanto, esse modo da crise parece ter se tornado cada vez mais característico do estado atual do MCP. Não será, então, um lapso do discurso "hiperliberal" – que dispensa totalmente sua passagem pelo Estado, possivelmente por este já estar reduzido ao mínimo – se contentar em deixar na mão de terceiros a administração principal dessas pulsações de crise que o atravessam?

Em outros termos, estará ficando tamanha a mudança na "ordem mundial"? A ponto de o assistencialismo, que sempre foi campo de pulsações domesticadas, chegar a representar uma brecha aberta ameaçando os interesses dominantes (no PEH) e estar se tornando um campo propício para organizar estratégias e táticas, consistentes e radicais, capazes de aspirar ao avanço social, por parte daqueles que sustentam e encarnam os interesses socialmente subordinados? Aí está uma hipótese que nos parece merecer mais investigação e reflexão.

O discurso sobre as redes sociais parece se sobrepor a uma realidade que é fragmentada, contraditória, desigual, produtora de divisões sociais, políticas e econômicas. Parece que, ao adotar a novidade da noção de rede social, todos os problemas e conflitos sociais desaparecem, pois a rede colhe a todos, conecta e facilita tudo a todos, democratizando a informação e os recursos. Os indivíduos são incitados a mudar de mentalidade e se integrar às redes de participação na vida social: "a ideia básica é que o participante construa sua própria formação, interagindo em Rede Social como seus pares, adequando os conhecimentos adquiridos a sua Organização e articulando parcerias intersetoriais que envolvam governos, empresas e sociedade civil organizada" (Senac, 2005, p.4). A anomia social e política seria solucionada pela persuasão sutil, pela incitação a incluir-se numa rede social, pois "a participação e a colaboração social são um meio eficaz de realizar transformações

sociais" (Ibid., p.17). O que não deixa de ser um engodo, conforme assinalado anteriormente, já que se trata de redes de "assistentes" que excluem totalmente de suas teias os assistidos, a não ser no lugar de objetos da rede. Rede social pode ser definida como

> um sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, com a finalidade de construir novos compromissos em torno de interesses comuns e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos e na promoção de suas comunidades (Ibid., p.16).

Vemos que esses "atores sociais" não são as populações dos excluídos e depauperados de diferentes tipos. Esse discurso é familiar, pois nessa definição parecem ressoar importantes aspectos ressaltados e criticados pelas teorias institucionalistas (Baremblitt, 1998; Foucault, 1999; Costa-Rosa, 2000; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004), mas devidamente assepsiados de seus aspectos mais agudos, tais como a intensa politização da problemática social em geral, sua orientação para a crítica social global e sua dinâmica autoanalítica e autogestiva. Parece mesmo uma recuperação pelo capital hegemônico das propostas mais avançadas e críticas da Filosofia, das Ciências Humanas e Sociais que apontam para a transformação da vida social como um todo. Não é de hoje que o capital vem se apropriando do modelo da autogestão para colocá-lo em prática na empresa e aumentar seus lucros, como se pôde verificar no "toyotismo", na "reengenharia empresarial", na "qualidade total" e nos programas de flexibilização, de descentralização e de incentivo à participação e auto-organização dos trabalhadores (Benelli, 2009).

O discurso continua no mesmo, tom indicando as competências já consolidadas por cada setor (Senac, 2005). O governo ainda constituiria o ambiente regulador, sendo responsável pela infraestrutura física e social, bem como pelas redes de segurança e proteção das pessoas e do meio ambiente; e suas habilidades consistem em responsabilizar-se por esforços em larga escala em nível

nacional e lidar com outros governos nacionais e organismos internacionais. Já o mercado e o empresariado se ocupam das finanças e de outros recursos econômicos; desenvolvem recursos humanos; formam cadeias de suprimentos locais; criam, estabelecem e levantam padrões de produção; têm acesso e impacto na discussão de políticas nacionais; criam empregos; realizam investimentos sociais com flexibilidade e inovação. Finalmente a sociedade civil concentra o espaço da expressão individual, dispõe de ferramentas para o empoderamento (já que as pessoas são as guardiãs da herança social e cultural); presta serviços; conhece os anseios da população; proporciona legitimidade, fornece voluntários para os diversos empreendimentos sociais; possui habilidades técnicas e experiência na área de desenvolvimento; expressa a dimensão da coesão social; tem interesse no desenvolvimento humano, busca o empoderamento social e recursos financeiros; e seu apoio melhora a reputação de empresas. É praticamente impossível não notar que a divulgação de uma visão de mundo enviesada – como essa descrição não antagônica da vida social – deve interessar muito aos detentores do poder econômico e político. Estamos distantes de uma visão minimamente dialética da realidade social, que dirá de uma perspectiva institucionalista rizomática (Gallo, 2003).

A Antropologia que perpassa o texto é baseada na forma do indivíduo, considerado como portador de diferenças pessoais inatas imutáveis quanto a seu temperamento (leia-se personalidade), que devem ser integradas em grupos e em organizações por meio de trabalho grupal sobre estereótipos e preconceitos que levem à elaboração de problemas na interação social (Senac, 2005). Estamos no plano da tradicional Psicologia Social norte-americana, focada nas interações grupais dos indivíduos.

Em relação ao tema da captação de recursos (Ibid.), encontramos outras pérolas dignas de menção. A captação de recursos inclui a busca de dinheiro, materiais, pessoas e conhecimentos, e a mobilização desses elementos visa satisfazer necessidades no marco da conciliação de interesses. Como motivar os "colaboradores" (leia-se: empregados, trabalhadores vendedores de sua força de

trabalho) a desempenhar bem suas funções? Ensinam-nos, então, que o dinheiro não é a única coisa que motiva os colaboradores.

> Ninguém motiva ninguém. Cada ser humano motiva-se por razões diferentes. É muito importante para as organizações que tais razões sejam coerentes com sua cultura interna e atitude perante os funcionários, que vão desde a contratação, passando pela manutenção do colaborador na empresa, até seu desligamento (Senac, 2005, p.160).

Os interesses do trabalhador devem estar alinhados com os da empresa para que ele possa manter seu trabalho: deve "vestir a camisa" da organização. A "cultura patrocinadora" está mudando a mentalidade e a prática empresarial, pois o marketing está englobando a dimensão inconsciente e emocional do ser humano, passando a valorizar o "desenvolvimento humano".

> A empresa, num estágio ainda primário de sua evolução, dedica-se apenas ao seu cliente. Nesse estágio, ela será capaz de patrocinar projetos culturais voltados apenas para o segmento de sua clientela. Num segundo estágio, ela percebe que precisa de um marketing capaz de conquistar aqueles que não são, mas poderiam ser, seus consumidores efetivos. Nesse ponto, ela amplia seus investimentos na área cultural, buscando conquistar novos clientes. Num terceiro movimento, mais avançado, ela passa a se preocupar com os clientes em potencial, aqueles que um dia poderão tornar-se consumidores de seus produtos/serviços. Nesse ponto, poderá patrocinar projetos ligados à área da cultura, educação e meio ambiente. Investirá, por exemplo, nas crianças e nos jovens, seus futuros clientes. Uma empresa que esteja num estágio mais avançado descobre que seu marketing deve estar voltado para toda a sociedade, pois percebe que o consumidor não é apenas aquele que compra seus produtos, mas também aquele que os conhece e fala bem deles. Nesse estágio, ela incorpora seu papel no desenvolvimento da sociedade: o da responsabilidade social. Abre

> também para a área cultural e social por meio de projetos que agreguem valor à sua marca. Na verdade, ela passa a entender como clientes os seus próprios funcionários, fornecedores, acionistas, a comunidade local e todas as pessoas das regiões e dos países onde atua (Ibid., p.161).

Vê-se como caem todas as máscaras, e o cinismo se revela de forma chocante, ao mesmo tempo que não se distinguem mais as características de uma ONG e as de uma empresa capitalista qualquer.

Observamos que a empresa investe no campo social, não por desinteresse econômico e altruísmo social ou filantrópico, mas por visar ao lucro com a "responsabilidade social" (Nardi, 2006), entendendo que é possível gerar dividendos a partir do financiamento de atividades na área "social". O plano "social" constituído pela sociedade civil e por suas diversas organizações passa a ser capturado pela lógica mercantilizante do capital. Além disso, assumir a suposta "responsabilidade social" por parte da empresa fica condicionada à consciência pessoal do proprietário e pode ser considerada como uma evolução na sua capacidade de se articular às novidades do mercado. Mas isso é um luxo ao qual o capital privado pode se dar apenas se quiser; ele não pode ser obrigado à autêntica responsabilidade social. Também não se pensa que a sociedade civil possa cobrar isso dele, muito menos que o Estado possa exigi-la.

Faria e Sauerbronn (2008) desenvolvem um estudo sobre a responsabilidade social empresarial e organizacional, investigando-a como uma questão de estratégia para as organizações do mercado. Com uma análise histórica interdisciplinar, demonstram que a abordagem contemporânea, mais conhecida como SER, e a área de estratégia dividem a mesma diretriz problemática: visam legitimar as grandes empresas e o desprezo pela dimensão pública e pelo Estado.

Responsabilidade inclui os aspectos de causação, obrigação e prestação de contas. Pode-se buscar uma culpabilização individual dos cidadãos com relação aos problemas sociais que criam dificuldades para a vida em sociedade: todos são responsáveis e igualmente

culpados pela existência dos pobres e do conjunto de problemas que os acompanham, por causa do egoísmo individual e da busca pelos interesses particulares, em detrimento dos interesses coletivos. Apela-se, com esse argumento, para a consciência moral individual, procurando movê-la na direção do engajamento voluntário no campo amplo da Assistência Social. Com essa manobra se escamoteia a responsabilidade objetiva do Estado e do mercado na produção estrutural do complexo fenômeno da exclusão social – ambos são desculpados e desresponsabilizados de sua implicação direta e histórica na constituição dos problemas sociais (Castel, 1998). Responsabilizar-se ou implicar-se significa perguntar-se a respeito da parte que lhe cabe na produção do fenômeno da exclusão social. É uma grande ingenuidade – e pode ser uma ardilosa cartada ideológica – acreditar que a pobreza e todo seu séquito de mazelas e figuras grotescas sejam produtos do simples egoísmo individual, enquanto sua causação estrutural pode ser demonstrada na análise da dimensão histórico-política do sistema social capitalista.

Portanto, quanto ao tema da responsabilidade, é bom distinguir entre responsabilidade objetiva e subjetiva, pois há diferença de graus nesse conceito. A primeira é aquela atribuída a uma organização ou ocupante de um cargo, definida pela própria estrutura institucional da organização, de modo a assegurar o cumprimento de suas finalidades. Entendemos, por exemplo, que a constituição federal estabelece claramente a responsabilidade primeira e objetiva do Estado com relação aos seus cidadãos. Também pensamos que o mercado tem responsabilidades objetivas com relação à população e ao meio ambiente, às quais a alienação e a mistificação ideológica lhe permite se furtar. Já a responsabilidade subjetiva diz respeito à consciência pessoal e fica condicionada à sensibilidade e vontade do indivíduo perante si mesmo. Também consideramos que a responsabilidade pessoal do cidadão da classe trabalhadora é bastante diferente da do Estado e do mercado. Quem tem maior participação nas causas do problema social, por ação ou por omissão e conivência, tem certamente maior responsabilidade e obrigação em solucionar tais questões. A responsabilidade está sempre

correlacionada com a liberdade, que se implica também na prestação de contas.

A diferença de classe social e o antagonismo entre os interesses dos donos do capital e dos membros da sociedade civil, que são os trabalhadores sem capital, são ressignificados como sendo apenas um "choque de linguagens", pois os "artistas, produtores e gestores de organizações sociais não devem enxergar de forma preconceituosa os empresários como capitalistas frios" (Senac, 2005, p.161-162). Ambas as partes têm com o que negociar: artista/produtor/organização dispõe de conceitos para agregar à imagem institucional da empresa, e esta pode oferecer recursos diretos para aqueles. "Quando a linguagem cultural e social conseguir afirmar-se dentro do universo empresarial e vice-versa, centenas e até milhares de projetos serão viabilizados, com benefícios para todas as partes envolvidas" (Ibid., p.162). Portanto, é preciso eliminar preconceitos e adotar a nomenclatura discursiva do empresariado para ter sucesso junto dele, estabelecendo relações de troca e parceria inteligente, fatores que são considerados capazes de efetivar um bom negócio e investimento cultural.

Nesse sentido, o passo seguinte é ensinar aos gestores de organizações sociais a arte da negociação e os macetes de sua estratégia: negociar é argumentar, convencer e persuadir. Outros temas tratados são: a Economia Solidária, o empreendedorismo social e o modelo de plano de negócio simplificado (Ibid.).

Nas organizações da sociedade civil ou do terceiro setor, encontramos diversas apostilas semelhantes ao programa Formatos Brasil, todas focadas nas questões da elaboração, monitoramento e avaliação gerencial de projetos sociais. Normalmente esses textos produzidos por consultores abordam temas como a administração financeira, a capacitação de recursos humanos (funcionários e voluntários), o planejamento estratégico e a mobilização de recursos locais, a captação de recursos, o marketing da instituição assistencial e a importância da sustentabilidade financeira.

No contexto do neoliberalismo, a Assistência Social tem sido pensada a partir de uma perspectiva empresarial, numa estratégia

de redução dos custos em relação aos benefícios. As equipes dirigentes de entidades sociais são transformadas em gestores do terceiro setor e em empresários do social, pelo discurso gerencial que invade o campo da Assistência Social. O futuro de suas organizações fica, assim, na dependência de suas escolhas e qualificação, aprendendo que devem adquirir diferentes competências flexíveis, visando à produtividade, à competitividade e à efetividade institucional. Programas de capacitação alinhados aos discursos hegemônicos da lógica neoliberal propõem que a qualificação profissional desses atores sociais deva promover valores, tais como a excelência, a inovação, a melhoria e modernização, a inclusão tecnológica e informática, o treinamento de habilidades e o desempenho no trabalho social. Cria-se a necessidade de investir no desenvolvimento e maximização do "capital humano" individual, e fomenta-se o consumo de cursos de capacitação, de treinamento e da literatura relativa à gestão empresarial na Assistência Social.

Sublinhamos a distinção entre as responsabilidades objetiva e subjetiva como um princípio para as implicações diferenciais de capitalistas e trabalhadores. Aponta-se, mais uma vez, o cinismo do discurso, ao considerar que os interesses são os mesmos entre ONGs e empresas privadas, mas não devemos nos escandalizar, pois já vimos que a rede de que participam as ONGs assistencialistas não passa de uma rede de captura dos diferentes "desassistidos" para serem objetos de sua ação caridosa. Também é interessante notar que se revela claramente aqui o que já vem se preparando desde o início da análise: no neoliberalismo, a Assistência Social tem assumido características empresariais, e as ONGs-empresas são seu dispositivo essencial. Não por acaso, podemos colher em estado praticamente "natural" um lapso de seu enunciado ideológico, que admite que seu ouro é "capital humano" que deve ser "maximizado" por meio de capacitação e treinamento.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)

O IDIS foi fundado em 1999 em São Paulo, com o apoio da Fundação W. K. Kellogg. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com o objetivo de contribuir para reduzir as desigualdades sociais no Brasil, engajando empresas, famílias, indivíduos e comunidades em ações sociais estratégicas e transformadoras da realidade. Sua missão seria promover e estruturar o investimento social privado como instrumento de desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. Investimento social é definido como a alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, sejam humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público. A organização é constituída por uma equipe técnica que desenvolve as seguintes atividades: a) prestação de consultoria e capacitação para empresas, famílias e indivíduos que desejam realizar ações sociais ou estruturar as já existentes; b) elaboração e implementação de metodologias de trabalho comunitário; c) realização e divulgação de pesquisas e práticas de investimento social. Sua atuação compreende três campos: Investimento Social Corporativo, cuja finalidade é auxiliar empresas a identificar e colocar em prática estratégias para investir recursos privados na área social, de forma alinhada com seus valores e negócios; Investimento Social Familiar, auxiliando famílias e indivíduos a transformar sua filantropia em ações estratégicas de investimento social privado; e Investimento Social Comunitário, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social de comunidades por meio de metodologias próprias e inovadoras, visando ao melhor aproveitamento dos recursos locais destinados ao benefício público.

Com a promoção de práticas de investimento privado por parte de empresas, famílias e comunidades, o IDIS sistematizou seus conceitos teórico-técnicos e publicou uma coleção de cinco volumes, intitulada *Investimento social*.

O volume de Kisil (2004) apresenta um resgate histórico dos conceitos de Filantropia e Investimento Social e aborda as diversas práticas adotadas na área no Brasil. Neumann (2004a) tematiza a abordagem e a ação direta na comunidade, destacando a importância do protagonismo comunitário, propondo que a própria comunidade lidere seu desenvolvimento, explicitando conceitos básicos, abordagens e princípios sobre desenvolvimento comunitário, denominado de "Desenvolvimento comunitário baseado em talentos locais", bem como os diferentes papéis da comunidade e das instituições sociais na promoção do desenvolvimento. Descreve também algumas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento da capacidade comunitária, propondo três estudos de caso ilustrativos. Observamos que esse tipo de intervenção, segundo Gohn,

> tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (2004, p.23).

Neumann (2004b) aborda a importância do trabalho de organização das comunidades para o desenvolvimento social e econômico local, apresentando princípios e instrumentos para a realização do diagnóstico baseado em talentos e recursos próprios. Propõe ainda uma forma de investimento no potencial e na capacidade da comunidade de promover transformações efetivas e sustentáveis na qualidade de vida local, visando canalizar recursos, de modo a promover o protagonismo comunitário e a postura proativa dos seus

componentes. Finalmente, apresenta um roteiro de avaliação das iniciativas, buscando sua eficácia, eficiência e efetividade.

Schlithler (2004) indica as redes de desenvolvimento comunitário como iniciativas para a transformação social, focalizando o tema das redes e mostrando sua importância para o terceiro setor. Fornece princípios e técnicas para a implementação e montagem de uma rede, orientando sobre planejamento, gestão, sustentabilidade, comunicação e avaliação das ações em rede. As redes devem envolver a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada de modo integrado, visando construir projetos coletivos orientados para a transformação social.

Duprat (2004) procura explicitar os diversos estágios necessários para estruturar um programa empresarial de investimento social na comunidade, trazendo um roteiro com orientações sobre modalidades de atuação empresarial no campo social, visando ao benefício da coletividade.

A publicação dessa coleção contou com o apoio da Fundação Interamericana, um órgão independente dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe para desenvolver programas que sejam inovadores, sustentáveis e participativos. Essa fundação financia primordialmente parcerias entre organizações de base sem fins lucrativos, empresas e governos locais, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer a participação, a responsabilidade e as práticas democráticas.

Como diz o ditado: "pela árvore se pode conhecer os frutos". Entendemos que o IDIS e suas publicações são muito interessantes como propostas de desenvolvimento social comunitário. Mas nos inquieta a aparente ausência de orientação política dos projetos e a omissão das coordenadas sócio-históricas concretas nas quais vive a população brasileira. A bibliografia utilizada na produção da coleção que resenhamos é majoritariamente norte-americana, manifestando a formação dos diversos autores que são provenientes das áreas de Administração, Publicidade e Marketing.

O marketing empresarial e as redes sociais como operadores da gestão dos "problemas sociais"

Podemos incluir as obras que resenhamos (Silva, 2000; Ashoka; Mckinsey, 2001; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Schlithler, 2004; Duprat, 2004; Senac, 2005) no conjunto mais amplo de uma literatura que propõe utilizar instrumentos que aumentem a eficácia da gestão de organizações assistenciais sob a lógica do mercado. Não estamos afirmando que informações técnicas sobre gestão não sejam necessárias ou importantes para as práticas administrativas de organizações da sociedade civil. O que é chamativo nessa literatura é a naturalização dos discursos que indicam o termo "terceiro setor" e responsabilizam a sociedade civil com relação a iniciativas que solucionem os problemas sociais. E isso é proposto num plano economicista, no qual se ausenta completamente um enfoque político crítico das causas estruturais e conjunturais múltiplas produtoras dos problemas sociais. Pensamos que alguns de seus efeitos mais imediatos seriam o esvaziamento da luta social, a ocultação das contradições estruturais da vida social e a promoção da alienação social, possibilitando a manutenção e a sofisticação da exploração. O discurso que predomina nessas publicações escamoteia a dimensão histórico-política da realidade social e cultural (Ianni, 2003; Sousa Santos, 2001, 2002a, 2002b, 2004, 2006), suprimindo a conscientização crítica dos atores sociais e estimulando os eventuais compromissos ético-políticos com os excluídos por meio do apelo à solidariedade e à responsabilidade social individuais (Castel, 1998; Conselho Federal de Serviço Social, 2007; Nardi, 2006). Esse processo se alinha bem com o objetivo que estamos constatando nas políticas públicas da área da Assistência Social: visam gerenciar o problema social nas suas múltiplas formas, mas não se propõe sua resolução. Assim, o marketing gerencial aplicado ao terceiro setor pode ser entendido como parte de uma ampla estratégia retórica oficial mistificadora. Trata-se de uma

> nova forma de enfrentamento da questão social pelo capital e Estado [...] expressa na assunção das responsabilidades pela sociedade civil ou na coresponsabilidade (não apenas do setor mercantil, mas também do não-mercantil), de modo a diminuir a demanda social do Estado. É uma forma de transmutar problemas sociais em assunto privado, de responsabilidade da família, comunidade, organizações não-governamentais, redirecionando a participação popular sugerida pela Constituição ao processo de implementação das políticas, inclusive com trabalho voluntário, recursos e infraestrutura da sociedade civil, ou seja, em cooperativismo, em solidariedade entre sujeitos antagônicos (Teixeira, 2007, p.155).

Podemos considerar que essas formas pretensamente inovadoras de trato da questão social são parte integrante das estratégias de redução do Estado como gestor e administrador da proteção social aos trabalhadores, do desmonte dos direitos sociais conquistados. Redução que se opera sob a retórica de ampliação da participação da sociedade civil, da solidariedade indiferenciada, do cooperativismo de todos perante as crises e a agudização da questão social. São táticas de recomposição da hegemonia das classes dominantes nas novas relações de produção e reprodução social.

É provável que os discursos que enunciam acerca de já estarmos todos enredados e interligados pelos múltiplos tentáculos das redes sociais, numa estratégia tipicamente conservadora, estejam justamente tentando conter a multiplicidade da diferença e da diversidade que é sempre construída histórica, social e politicamente. O reconhecimento político e oficial das conexões em rede pode estar, de modo ambíguo e hipócrita, insinuando que já não há exclusão ou diferença, aceitando e estabelecendo um paradigma estratégico como o das redes sociais, esvaziando seu significado transformador e disruptivo, e neutralizando seu potencial revolucionário, contribuindo para a normalização e homogeneização social. Quando o Estado recupera a rede social como tática discursiva e política pública, ele parece estar assepsiando as contradições sociais com a

intenção de ocultar todo e qualquer vestígio de alteridade, diferença e exclusão. Os diferentes excluídos, na sua alteridade radical, são o signo permanente da fratura que percorre de alto a baixo todo o sistema capitalista; são a denúncia concreta e a crítica permanente de um dos seus efeitos estruturais mais corrosivos.

Quanto mais o Estado se furta à sua função mediadora dos interesses e valores sociais contraditórios, mais ele se vê chamado a intervir na função de supridor das necessidades básicas de um grupo importante da população. É nesse contexto que ouvimos o sedutor canto das sereias repetindo os refrãos da rede social, da inclusão social e da responsabilidade social, música entoada por diversas ONGs e que parece encobrir a retirada estratégica operada pelo poder público da sua responsabilidade objetiva; ao mesmo tempo que permanece intacta a ideologia que vela sua conivência e sua participação direta na produção estrutural do problema social. Isso não chega a ser surpreendente para uma análise que reconhece no Estado o representante dos interesses e valores sociais dominantes, por mais que o discurso ideológico insista em apresentá-lo como mediador isento ou protetor dos desfavorecidos. Já vai longe o tempo das políticas do "bem-estar social" do pós-Segunda Guerra, que caracterizaram uma exceção quanto a essa posição estrutural do Estado.

A pobreza e os problemas sociais têm importantes determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais, para aquém e além dos aspectos da individualidade humana. A saúde, a educação, o trabalho e a autêntica cidadania são desenvoltamente apregoados como direitos de todos e dever do Estado e fazem parte de sua responsabilidade objetiva, prevista na Constituição Federal. A concepção de cidadania é complexa, há múltiplos aspectos implicados nesse conceito, porém ela nunca poderá deixar de ser considerada uma resultante do estado do jogo de forças sociais que se enfrentam no PEH, na gestão dos interesses globais. As conquistas recentes das lutas populares têm conseguido articular os dispositivos dos conselhos municipais (Gohn, 2004; Pastor, 2007; Teixeira, 2007) como instâncias deliberativas que proporcionam a participação popular no

planejamento, gestão e controle das políticas públicas relativas ao funcionamento da rede pública de Assistência Social, de saúde, de educação, entre outras áreas, nos seus diversos níveis federal, estadual e municipal. Mas para esses instrumentos institucionais poderem funcionar de modo efetivo, é necessário estudo, análise crítica da realidade, muito diálogo, engajamento social por parte dos diretamente interessados e capacidade de canalizar aspirações políticas para inventar novas realidades sociais, com novas práticas e novas relações.

Discernimento entre as redes de captura social e redes revolucionárias

As análises que empreendemos neste estudo sobre as redes sociais não pretendem ser únicas nem exaustivas; elas foram elaboradas dentro de um marco exploratório e eminentemente problematizador. Nossas avaliações não foram muito lisonjeiras, pelo contrário, procuramos construir uma análise que evidencia claramente o que não queremos, com o que não concordamos e quais as causas dessa discordância. Não temos uma proposta específica para apresentar, indicando a solução para os problemas discutidos, pois entendemos que não é papel do intelectual dizer, do alto do seu saber/poder, o que os outros têm que fazer para resolver suas dificuldades. Sua tarefa é problematizar as evidências cristalizadas do cotidiano e, de modo coletivo, democrático e dialógico, apontado para práticas autoanalíticas e autogestivas, buscar construir alternativas para a existência coletiva.

Analisando essa documentação, destacamos a predominância de uma perspectiva naturalizante da pobreza e dos problemas sociais, a ausência da problematização política de sua produção pelo sistema capitalista vigente e a oferta de iniciativas focais, fragmentadas, com metas bastante aquém do contingente populacional demandante, cuja precariedade formativa/educativa mantém os pobres em condição permanente de subalternidade.

As propostas de organização em rede social são hegemônicas nos projetos de inclusão social na atualidade, mas sua análise revela que se trata apenas da implementação de medidas compensatórias, pois os parâmetros dominantes pretendem promover apenas uma inclusão consentida. Nossa hipótese é que se trata de uma forma simbólica de controle social dos pobres por meio da crença na possibilidade de inclusão ao ingressar nas redes sociais, portadora de uma intencionalidade pouco ética e baseada numa grande ingenuidade epistemológica.

É verdade que há algum tipo de êxito e benefícios para aqueles que se conectam nas redes sociais, em seus esforços de formação e inclusão social. O sistema capitalista deve apresentar alguma permeabilidade que venha garantir sua hegemonia. Mas os eventos pontuais de caráter inclusivo não parecem promover transformações substantivas nas condições concretas de existência do conjunto da classe trabalhadora que, sendo submetida a processos de precarização cada vez mais intensos, é tomada como objeto de ações focais, de propostas assistencialistas ou filantrópicas.

Quando se trata do tema das redes sociais, aparentemente estamos diante de discursos altamente progressistas, mas quando os estudamos com mais atenção, essa impressão inicial se revela bastante ingênua. Sua análise crítica demonstra que se trata de discursos autoritários que propõem/impõem uma inclusão sem condições para todos indistintamente: isso bem poderia ser chamado de "inclusão excludente" ou "integração social perversa" que se realiza por meio de uma pressão etnocêntrica que forçosamente tende a igualar a todos. Tais discursos são construídos como verdades incontestáveis, como se, fora desses registros, não fosse possível pensar em sua existência. A problematização política que estamos elaborando pretende questionar quem tem o direito de dizer/impor/determinar os caminhos a serem seguidos por todos e por cada um. Acreditamos que o processo reflexivo é extremamente necessário para que talvez possamos produzir outras teorizações, ações e proposições, sem nos esgotar na denúncia ou no ativismo ingênuo e bem-intencionado.

Há uma tendência mundial de valorização de políticas que diminuam a intervenção do Estado, redimensionando as políticas públicas para processos de descentralização e participação. Essa tendência traz em seu bojo a precarização de investimentos e dos serviços que estão associados ao barateamento dos serviços que visam cobrir as demandas emergentes do problema social (Fonseca, 2007), de modo especial nas áreas da Assistência Social, da Saúde e da Educação. O movimento de recuperação e integração se autodenomina com os múltiplos significantes da inclusão social (educação para todos: escola para todos; saúde para todos: SUS; assistência para todos: SUAS) e das redes sociais. Todos são localizados de modo permanente em discursos e práticas de inclusão/exclusão, como se ninguém tivesse direito a resistir/desistir de pertencer à aldeia global, que é erigida como o padrão ao qual é preciso estar alinhado, conectado, mesmo que seja em suas margens ou periferia.

A rede social impede que alguém possa estar fora do mundo globalizado, ainda que de modo incompleto, ineficiente ou injusto. Cria-se uma hipotética posição entre inclusão/exclusão e se estabelece que a integração inclusiva seja a única alternativa politicamente correta. Há uma lógica perversa que sobrecodifica as relações de exploração, dominação e exclusão no binômio exclusão/inclusão, e a inclusão tem sido imposta como condição existencial para todas as ordens da vida. De um lado, consideramos que a inclusão constitui hoje a nova estratégia de controle dos excluídos, dos problemas sociais em geral e dos pobres em particular; seria outra forma de disciplinar a alteridade dos outros, que são, afinal, sempre os mesmos. Por outro lado, a inclusão não deixa de ser a palavra-chave de um discurso que pretende velar a característica reconhecida por todos como cerne da globalização: sua potência excludente e de segregação.

A luta dos diversos movimentos sociais pelo direito à cidadania e à qualidade de vida ampla e irrestrita é recuperada, assepsiada e esvaziada pelo Estado quando empunha a bandeira da inclusão por meio das redes sociais. A rede é constituída por programas, projetos e serviços múltiplos que tendem a fragmentar e desautorizar

os movimentos sociais, fazendo-os adotar uma postura reivindicativa e combativa. A nova política de Assistência Social visa cobrir todas as necessidades da população depauperada e tende a atribuir a responsabilidade social pela exclusão/inclusão aos indivíduos singulares, que devem escolher em qual lado querem viver, sem que possam se reunir para debater e construir projetos comunitários diversos.

Se, por um lado, o discurso sobre as redes sociais aponta para promissoras possibilidades de concretização da cidadania democrática e popular, por outro, é incontestável que ele emerge nas políticas públicas que estão situadas no contexto de mudanças de conjunturas nacionais e internacionais que explicitam a busca de redução de custos e de investimentos estatais com relação ao gerenciamento do "problema social". Isso não chega a ser surpreendente se considerarmos a compreensão, antes explicitada, da posição do Estado na sua relação com os interesses sociais amplos. Ao mesmo tempo fica patente que essas possibilidades de concretização da cidadania só podem ser promovidas a partir da participação protagonista dos sujeitos que, até aqui, são postos apenas como alvos dessas redes e nunca como seus participantes diretos.

Entendemos que só é possível avançar na solução de problemas com a participação política dos interessados, e as oportunidades oferecidas pelas iniciativas concretas no âmbito das políticas sociais públicas devem ser aproveitadas a qualquer custo para construir uma democracia popular.

A instituição Assistência Social é incumbida de costurar o esgarçado tecido social, e a estratégia discursiva e prática que instrumentaliza a noção de "rede social" é a novidade atual no cenário das políticas públicas sociais. Todos são chamados à responsabilidade social: o Estado e suas agências sociais nos níveis federal, estadual e municipal, o mercado e suas empresas, a sociedade civil organizada e seus diversos segmentos. Mas nossa análise crítica desse processo tem permitido perceber que nessa "rede social" falta um elo fundamental: aqueles que são de fato seus sujeitos principais. A rede social quer articular pessoas, grupos, entidades,

programas, serviços e projetos, visando atender o "problema social" e suas múltiplas refrações na vida social. Constatamos que há um esvaziamento das dimensões sociais, políticas e econômicas que incidem na produção do "problema social" quando o campo da Assistência Social é invadido e colonizado pelo discurso burocrático e técnico do marketing gerencial que predomina no setor do mercado. Entendemos que é fundamental consolidar a Assistência Social como política pública de direito universal de responsabilidade do Estado, e não como benemerência sua ou do empresariado. Também já assinalamos que esse pode ser um campo propício para o exercício de estratégias micropolíticas de avanço dos interesses socialmente subordinados e de desafio ao instituído.

"Rede" implica a noção de interdependência dialética entre seus elementos integrantes, supondo a interação interdependente entre as pessoas, grupos, entidades, organismos nacionais e internacionais em diversos planos: políticos, educativos, comerciais, científicos, tecnológicos. O processo de globalização mundial parte da centralidade da dimensão econômica da vida social e perverte as ricas e efetivas possibilidades da rede como estratégia de integração social, pois promove a codependência do centro capitalista, e não a interdependência. Ao invés de interdependência, o discurso hegemônico sobre a rede no mundo globalizado neoliberal parece apontar para a não diferenciação, para a subordinação e para o sincretismo social.

A grande rede, da qual a rede social é um desdobramento, na realidade um de seus efeitos deletérios, é constituída pelo capitalismo como sistema social e modo de produção da vida social, de relações sociais, de sujeitos, de bens de consumo, de valores, de ideias, de práticas discursivas e sociais. Para o capital em sua atual configuração não há fronteiras nem limites territoriais – ele ignora as soberanias nacionais, a autonomia e até a dignidade de povos e suas culturas. A circulação do capital pelo globo cria a grande rede produtiva, sobrecodificadora, dominadora, exploradora e excludente que conecta e captura os homens em suas malhas, desde as mais sutis até as mais ostensivamente concretas. Superar a exclusão

social por meio da construção coletiva de efetivas redes sociais revolucionárias é um dos grandes ideais de nossa época; ampliá-lo e exercitá-lo é, talvez, a tarefa mais desafiante, mas é também a mais preciosa e mais urgente para ser executada.

Conclusões

> Em sua função, esse poder de punir não é essencialmente diferente do de curar ou educar (Foucault, 1999, p.250).

A presente pesquisa visou estudar as condições das entidades de Assistência Social voltadas ao atendimento da infância e da adolescência consideradas em "situação pessoal e social de risco" numa cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo, utilizando o instrumental da AI. Como membros do CMDCA e do CMAS, inicialmente realizamos uma análise documental nos arquivos desses conselhos, relativa às entidades assistenciais voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, tais como OGs, ONGs e outros estabelecimentos assistenciais e filantrópicos.

Numa etapa posterior, procuramos conhecer alguns desses estabelecimentos assistenciais e, por meio de visitas de observação participante, buscamos estudar seus modos de funcionamento. Assim visamos compreender a estrutura, o modo de funcionamento, a efetividade, além dos principais problemas e desafios que essas entidades enfrentam. A análise dos planos de trabalho delas indica que, no universo da Assistência Social, a constelação criança/

adolescente orbita em torno do astro-rei "socioeducativo". Todas as atividades desenvolvidas nas entidades parecem recobertas por esse significante-mestre que conota dimensões protetoras e preventivas, pedagógicas e terapêuticas, educativas e correcionais, de vigilância e de repressão, promovendo controle e normalização.

Entendemos que a Psicologia, com a Pedagogia, faz parte dos pressupostos que compõem o campo multidisciplinar que compreende a ação socioeducativa das entidades assistenciais que atendem a crianças e a adolescentes pobres considerados em "situação pessoal e social de risco". Que tipos de práticas psicológicas poderiam ser encontradas nesses estabelecimentos? Encontramos evidências de que a lógica menorista ainda em vigor em muitas entidades assistenciais – que colocam em prática formas assistenciais predominantemente disciplinares e repressivas, correcionais e modeladoras – prescinde da Psicologia como prática social transformadora. Quando encontramos psicólogos nas entidades assistenciais, não é incomum que eles desenvolvam ações extremamente tradicionais, psicoterapêuticas, patologizantes do indivíduo e promotoras de ortopedia do comportamento, podendo ser denominados de "técnicos da conduta". Essa Psicologia não está alinhada com a perspectiva cidadã e emancipadora proposta pelo ECA, pautada na noção fundamental de sujeito social de direitos.

De acordo com nossas observações de campo, uma Psicologia científica seria pouco necessária numa entidade assistencial na qual predomina uma educação total que buscaria produzir indivíduos trabalhadores e utilizáveis no mercado. Nelas costuma ser importante o trabalho de recuperar e desenvolver a "autoestima", bem como as possibilidades e potencialidades da personalidade do indivíduo, prevenindo o comportamento violento e, sobretudo, o ingresso na criminalidade. Não é raro que os educadores busquem indícios de patologia, de distúrbio psíquico, de "problemas de comportamento", de desajuste emocional e familiar na clientela da entidade. Supõe-se que tudo isso poderia ser corrigido por meio de orientação socioeducativa, de entrevistas de apoio e de persuasão, realizadas por eles e por outros técnicos. A psicoterapia individual

e/ou grupal é artigo de luxo que raramente se encontra nesse universo institucional. A incipiente presença da Psicologia, quando se manifesta, tende a apresentar características predominantemente patologizantes do indivíduo, descontextualizando a produção de fenômenos na área da aprendizagem escolar e do comportamento social, remetendo os problemas à interioridade individual (Bock; Gonçalves; Furtado, 2002; Benelli, 2009). Aparentemente, seu objetivo maior seria promover o ajustamento social e o desenvolvimento das potencialidades individuais, visando à normalização social dos indivíduos. Trata-se de uma Psicologia eminentemente tradicional, alienada e alienante, alinhada com um paradigma médico e medicalizante da vida social em geral.

Afirmamos a importância de desnaturalizar e analisar de modo problematizador as causas estruturais e conjunturais que contextualizam a pobreza e as crianças e adolescentes por ela afetadas, num trabalho que garanta os direitos das crianças e dos adolescentes. Para estar à altura dessa empreitada, os psicólogos precisam de uma formação crítica esmerada, de grande qualidade humana e de opções éticas coerentes.

Nossa investigação compreende como a atenção, o cuidado e a proteção social à criança e ao adolescente se transformaram. Instalou-se o paradigma da caridade cristã, emergiu o paradigma filantrópico e higienista, que configurou estratégias disciplinares e correcionais para lidar com o indivíduo delinquente ou potencialmente perigoso, e apareceu o paradigma da Assistência Social, que considera esses indivíduos em "situação pessoal e social de risco" ou em "situação de vulnerabilidade social", apontando finalmente para a concepção de que eles são cidadãos sujeitos de direitos (Benelli, 2014; Benelli; Costa-Rosa, 2012).

Podemos afirmar que o paradigma filantrópico é hegemônico e predominante nos diversos estabelecimentos assistenciais pesquisados (Id., 2013). Ao paradigma filantrópico no campo da Assistência Social corresponde uma entidade assistencial socioeducativa que ainda se organiza a partir de uma lógica menorista que se articula num discurso filantrópico criminalizante das classes populares,

baseando-se na noção jurídica da "situação irregular", desenvolvendo práticas preventivas repressivas, correcionais e moralizadoras. Ao paradigma socioassistencial no campo da Assistência Social corresponderia uma entidade assistencial socioeducativa que se organizaria a partir da lógica dos direitos de cidadania, que se articula num discurso crítico, dialético e politizado, baseando-se na noção jurídica da "proteção integral" e desenvolvendo práticas institucionais educativas populares e emancipadoras.

Pensamos que algo dessa ordem é ausente ou, quando muito, absolutamente incipiente na realidade das entidades assistenciais pesquisadas, e tais práticas ainda estão por serem construídas. Duas décadas depois de promulgado o ECA, a cidadania integral para eles ainda é um projeto a ser conquistado. Os resultados da pesquisa oferecem dados que podem orientar os gestores e demais autoridades na implementação de políticas públicas mais efetivas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes no município, caso desejem repensar tanto seus discursos quanto suas práticas, buscando uma maior coerência com a altura da proposta da proteção integral contida no ECA.

Certamente pode parecer mais fácil entender e discutir os problemas fundamentais a partir de uma teoria e de uma perspectiva de análise crítica e rigorosa do que explicitar as propostas para equacionar as questões em pauta. Se não é fácil propor soluções para problemas complexos – e soluções simples não existirão, já que os problemas são complexos –, explicitar problemas mal colocados e opor a eles a precisão de um problema talvez já seja uma contribuição importante, embora modesta, procurando evitar qualquer atitude onipotente.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. *Historia de la filosofia*. Barcelona: Hora, 1994.

ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau:* analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais:* pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMÂNCIO, J. M.; DOWBOR, M.; SERAFIM, L. *Controle social:* dos serviços públicos à garantia de direitos. São Paulo: CEBRAP/IDS, 2010.

AMARAL, L. A. Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão. In: OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C.; SOUZA, D. T. R. (Org.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002. p.233-248.

AMARANTE, P. *Loucos pela vida:* trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ANHUCCI, V. *O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na perspectiva da participação e do controle social*. Londrina, 2007. 201f. Dissertação não publicada (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY & COMPANY, INC. *Empreendimentos sociais sustentáveis:* como elaborar planos de negócios para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ASSIS, S. G. (Org.) *Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

AYRES, B. R. C. Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo de informações. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.2, n.1, fev. 2001.

______. *Redes organizacionais no terceiro setor:* um olhar sobre suas articulações. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7703833--Redes-organizacionais-no-terceiro-setor-um-olhar-sobre-suas--articulacoes.html>. Acesso em: 02 out. 2016.

BANDITER, E. *Um amor conquistado:* o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

BECKER, F. *A epistemologia do professor:* o cotidiano da escola. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

BENELLI, S. J. O internato escolar como instituição total: violência e subjetividade. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, p.19-29, 2002.

______. Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, n.2, p.99-114, 2003a.

______. O internato escolar "O Ateneu": produção de subjetividade na instituição total. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.4, n.3, p.133-170, 2003b.

______. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v.21, n.3, p.237-252, 2004.

______. *Pescadores de homens:* estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: UNESP, 2006a.

______. Paradigmas eclesiais e pedagógicos na formação sacerdotal institucional: uma investigação em Psicologia Social. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.66, n.264, p.807-841, 2006b.

______. *A produção da subjetividade na formação contemporânea do clero católico*. São Paulo, 2007. 486p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

______. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v.26, n.4, p.515-536, 2009.

______. Pistas pedagógicas para a socioeducação de crianças e adolescentes na entidade assistencial. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org.). *Família, violência e políticas públicas:* pesquisas e práticas. Curitiba: CRV, 2012, p.59-87.

______. *Análise psicossocial da formação do clero católico*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

______. *Entidades assistenciais socioeducativas:* a trama institucional. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

______. *A lógica da internação:* instituições totais e disciplinares (des) educativas. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. A produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v.19, n.2, p.37-58, 2002.

______. Movimentos religiosos totalitários católicos: efeitos em termos de produção de subjetividade. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v.23, n.4, p.339-358, 2006.

______. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). *Psicologia, Estado e políticas públicas*. Assis: UNESP, 2010. p.25-85.

______. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.30, n.2, p.283-301, 2013.

______. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.28, n.4, p.539-563, 2011.

______. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, v.23, n.4, p.609-660, 2012.

BENELLI, S. J.; SILVA, S. I. M. O tema do sujeito e da subjetividade no pensamento de Foucault. In: LEMOS, F. C. S. et al. *Estudos com Michel Foucault:* transversalizando em psicologia, história e educação. Curitiba: CRV, 2015. p.91-105.

BENELLI, S. J.; RIBEIRO, I. G. S. Políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil: uma problematização do SINASE. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org.). *Violência, direitos humanos e políticas públicas:* avanços e impasses. Curitiba: CRV, 2014. p.9-32.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social:* fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO O. (Org.) *Psicologia sócio-histórica:* uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2002.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGHETI, R. S. *Limites e possibilidades de uma alternativa de educação:* análise do projeto Barracão da Cáritas Diocesana de Marília. Marília, 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

BRANDÃO, C. R. *Educação popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a.

______. *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b.

BRANDÃO, I. R.; BONFIM, Z. A. C. (Org.) *Os jardins da psicologia comunitária:* escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social*. Resolução n°. 237 de 14/12/2006. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2006a.

______. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa Pró-Conselho. *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar:* orientações para criação e funcionamento. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Programa Pró-Conselho, 2007e.

______. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm>. Acesso em: 5 maio 2009.

______. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 42 da Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

______. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Casa Civil. *Subchefia de Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 23 set. 2016.

______. Lei n.7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina e atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

______. Lei n.10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.5.452, de 1º de maio de 1943. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Cartilha SUAS 1:* orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007b.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Cartilha SUAS 2:* implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007c.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS. NOB/RH/SUAS/*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007a.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica NOB/SUAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o centro de referência da assistência social – CRAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006b.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o centro de referência da Assistência Social – CRAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o centro de referência especializado em Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006d.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o Programa Bolsa Família – PBF*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006c.

______. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

______. Presidência da República. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

______. Presidência da República. Lei n.8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

______. Presidência da República. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

______. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Prevenção ao uso indevido de drogas:* curso de capacitação para conselheiros municipais. Brasília: Presidência da República/Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2008.

______. Secretaria de Assistência Social. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Manual da Assistência Social:* curso de capacitação a distância. Série Diálogo. Brasília: Secretaria de Assistência Social/Ministério da Previdência e Assistência Social, s/d.

______. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007f.

______. Senado Federal. Lei Federal n.6.697, de 10 de outubro de 1979. Concepções, anotações, histórico, informação. *Código de*

Menores. 2.ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984.

______. Tribunal de Contas da União. *Orientações para conselheiros da área de assistência social*. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2007d.

BUJES, M. I. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 25-44, 2000.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos "criança" e "menor". In: Nascimento, M. L. (Org.). *Pivetes:* a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002. p.61-73.

CALDAS, R. W.; CRESTANA, S. (Org.). *Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas*. São Paulo: SEBRAE, 2005.

CAMARGO, M. F. *Gestão do terceiro setor no Brasil:* estratégias para captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2002.

CAMPOS, R. H. F. (Org.) *Psicologia social comunitária:* da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). *Paradigmas em psicologia social:* a perspectiva latino-americana. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CAPRA, F. *A teia da vida:* uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

______. *As conexões ocultas, ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, M. C. B. *Avaliação:* construindo parâmetros das ações socioeducativas. São Paulo: Cenpec, 2005.

______. *Avaliação de percurso:* fortalecer organizações sociais e induzir políticas de educação integral. São Paulo: CENPEC, 2008.

CASAROTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas empresas e desenvolvimento local*. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos:* da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

______. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÊA, G. S. S.; LUZ, A. S. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. *Revista Espaço Acadêmico*, n.63, 2006. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>. Acesso em: 24 fev. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Parâmetros socioeducativos:* proteção social para crianças, adolescentes e jovens – igualdade como direito, diferença como riqueza. São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007a. Caderno 1.

______. *Parâmetros socioeducativos:* proteção social para crianças, adolescentes e jovens – igualdade como direito, diferença como riqueza. São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007b. Caderno 2: conceitos e políticas.

______. *Parâmetros socioeducativos:* proteção social para crianças, adolescentes e jovens – igualdade como direito, diferença como riqueza. São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007c. Caderno 3: o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 15 anos.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, CFP, 2007.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de assistência social*. Brasília: CFP/CFESS, 2007.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia:* o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. Relatório: Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social. *Anais*... João Pessoa, 2003.

______. III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Identidade Profissional e Políticas Públicas: o Diálogo Corporativo com o Estado. *Anais*... Salvador, 2005.

______. IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. *Anais*... Maceió, 2007a.

______. VI Congresso Nacional da Psicologia. Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão. Caderno de Deliberações. *Anais*... Brasília, 2007b.

______. *Psicologia e direitos humanos:* desafios contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.

______. *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias:* referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). *A psicologia promovendo o ECA:* reflexões sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. São Paulo: CRP, 2007.

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.18, n.3, p.74-81, 2006.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaios de loucura e civilização:* 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

______. *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica:* contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: UNESP, 2013.

COSTA-ROSA, A.; LUZIO, C. A.; YASUI, S. Atenção psicossocial: rumo a um novo paradigma em saúde mental coletiva. In: AMARANTE, P. (Org.). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau, 2003. p.13-44.

COTRIM, G. *Educação para uma escola democrática*: história e filosofia da educação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. *Aletheia,* v.20, n.2, p.77-90, 2004.

______. (Org.). *Políticas públicas e Assistência Social:* diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

______. (Org.). *O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CRUZ, L. R.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.17, n.3, p.42-49, 2005.

CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N, M. F. (Org.). *Interlocuções entre a Psicologia e a política nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

DALLARI, D. A. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DANTAS, E. B. *Empreendedorismo e intra-empreendedorismo:* é preciso aprender a voar com os pés no chão. 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=923>. Acesso em: 02 out. 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs:* capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2009.

DELORS, J. *Educação:* um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

______. *Participação é conquista:* noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 2001.

______. *Educação pelo avesso:* assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2002.

______. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

______. *Pesquisa participante:* saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livros, 2004.

DIAS, G. P. Empreendedorismo: uma "nova" noção para a (com) formação humana, nos interesses do capital. In: VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO – REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE, 6 e 7 de novembro de 2006. *Anais*... Rio de Janeiro, UERJ, 2006. p.1-14.

DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org.). *Políticas públicas e clínica crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DOLABELA, F. *Pedagogia empreendedora:* o ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.8, n.1, p.3-16, 1999.

DUARTE, N. *Vigotski e o "aprender a aprender":* crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores associados, 2001.

DUARTE, S. G. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

DUPRAT, C. *A empresa na comunidade:* um passo-a-passo para estimular sua participação social. São Paulo: Global/IDIS, 2004.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p.7-33, 2008.

FERNANDES, K. R. *Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor*. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rede/ documentos/const_redes_org_terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2006.

FERREIRA NETO, J. L. *A formação do psicólogo:* clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.

FERRETTI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, s/v, n.109, p.43-66, 2000.

FONSECA, F. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, n.2 p.245-255, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

______. *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

______. *O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

______. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

______. Sexualidade e Poder. In: *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v.5. p.56-76.

FRAGA, A. Da rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.36-43, 30 mar. 2006. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

______. *Pedagogia do Oprimido*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, p.1129-1152, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.26, n.92, p.1087-1113, 2005.

GALLO, A. E. *Adolescente em conflito com a lei:* perfil e intervenção. São Carlos, 2006. 282p. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos.

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

______. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Revista Saúde e Sociedade,* São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, 2004.

______. *O protagonismo da sociedade civil:* movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

______. *Movimentos sociais no início do século XXI:* antigos e novos atores sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua:* análise e sistematização de uma experiência vivida. 5. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. B. (Org.) *As artimanhas da exclusão:* análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p.141-156.

GUATTARI, F. *Revolução molecular:* pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUIRADO, M. *Instituição e relações afetivas:* o vínculo com o abandono. São Paulo: Summus, 1986.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n.55, p. 30-41, 2001.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.) *Foucault e a psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

HURTADO, C. N. *Educar para transformar, transformar para educar:* comunicação e educação popular. Petrópolis: Vozes, 1992.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n.1, p.25-36, 2004.

JUSTO, C. S. S. *Os meninos fotógrafos e os educadores:* viver na rua e no Projeto Casa. São Paulo: UNESP, 2003.

KISIL, M. *Comunidade:* foco de filantropia e investimento social privado. São Paulo: Global/IDIS, 2004.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.27, n.96, p.877-910, 2006.

LACAN, J. *O seminário:* os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Livro 11.

______. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAKATOS, E. M. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1990.

LANCETTI, A. (Org.). *Assistência social e cidadania:* invenções, tensões e construção da experiência de Santos. São Paulo: Hucitec, 1996.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) *Psicologia social:* o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LAZAGNA, A. *Lênin, as forças produtivas e o taylorismo*. Campinas, 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

LEMOS, F. C. S. *Crianças e adolescentes entre a norma e a lei:* uma análise foucaultiana. Assis, 2007. 219f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p.53-74.

LIMA, A. L. *Os riscos do empreendedorismo:* a proposta de educação e formação empreendedora. São Paulo, 2008. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

LOBO, L.; CASSOLI, T. Circo social e práticas educacionais não governamentais. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.18, n.3, p.62-67; set./dez. 2006.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. *Políticas públicas:* conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOURAU, R. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARCÍLIO, M. L. O menor infrator e os direitos da criança no século XX. In: LOURENÇO, M. C. F. (Org.). *Direitos humanos em dissertações e teses da USP:* 1954-1999. São Paulo: EDUSP, 2000. p.39-49.

______. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.33, n.3, p.41-49, 2004.

MARTINS, C. F.; BRITO, L. M. T. Resgatando a história da política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; A.C. CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (Org.). *Clio-Psyché ontem:* fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001. p.243-248.

MARTINS, J. B. (Org.). *Temas em Análise Institucional e construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

MENESES, M. P. R.; SARRIERA, J. C. Redes sociais na investigação psicossocial. *Aletheia*, Canoas, n.21, p.53-67, 2005.

MERISSE, A. *A infância e seus lugares:* um estudo sobre as concepções de mães e funcionários de creches. São Paulo, 1996. 230p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *Município que respeita a criança:* manual de orientação aos gestores municipais. Paraná: CAOPCA, 2009. Disponível em: < https://www.

mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/cartilha_prefeito_eleito.pdf>. Acesso em: 1 set. 2016.

MONTAÑO, C. E. *Terceiro setor e questão social:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAIS, N. A. et al. Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v.9, n.3, p.379-387, 2004.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

MOVIMENTO DEGRAU. *Manual da entidade profissionalizante sem fins lucrativos*. [s.d]. Disponível em: <http://www.degrau.org.br/materias/degrau_materias.htm#>. Acesso: 6 maio 2010.

NARDI, H. C. A naturalização do discurso liberal: riscos de privatização do público. In: SPINK, M. J.; SPINK, P. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2006. p.165-188.

NEUMANN, L. T. V. *Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais:* ABCD. São Paulo: Global/IDIS, 2004a.

______. *Repensando o investimento social:* a importância do protagonismo comunitário. São Paulo: Global/IDIS, 2004b.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia:* o conhecimento humano para jovens do ensino técnico-profissionalizante. Petrópolis, Rio de Janeiro: Catedral das Letras, 2005.

OLIVEIRA, R. A divisão de tarefas na educação profissional brasileira. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, s/v, n.112, p.185-203, 2001.

______. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p.249-263, 2003.

OLIVERI, L. *A importância histórico-social das redes*. Disponível em: *<formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Importância+Histórico-social+das+Redes.rtf>*. Acesso em: 02 out. 2016.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia:* pesquisa, intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASTOR, M. A democratização da gestão da política de Assistência Social: fragmentos de um estudo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, n.2, p.222-227, 2007.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PAULA, L. *A família e as medidas socioeducativas:* a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional. São Paulo, 2004. 131p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, F. R. P. *Jovens em conflito com a lei:* a violência na vida cotidiana. Ribeirão Preto, 2002. 220p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social:* teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes/PucMinas, 2001.

PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação:* estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p.211-224.

PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

PINHEIRO, A. A. A. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v.9 n.3, p.343-355, 2004.

RAGO, L. M; MOREIRA, E. F. P. *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de Assistência Social:* caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

______. A trajetória e o significado do controle social na política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate. In: BRASIL. *Caderno de textos:* participação e controle social no SUAS. Brasília: CNAS/MDS, 2009. p.13-19.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.23, n.80, p.401-422, 2002.

REDE SOCIAL SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.redesocialsaopaulo.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2008.

REGO, T. C. *Vygotsky:* uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. Tensões discursivas nas políticas públicas para crianças e adolescentes: da educação para o trabalho

aos efeitos subjetivantes. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Org.). *Crianças, adolescentes e jovens:* políticas inventivas transversalizantes. Curitiba: CRV, 2015. p.281-297.

RITS – REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2008.

RIZZINI, I. O movimento de salvação da criança no Brasil: idéias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. In: CONGRESSO BRASA VIII, 13-16 out. 2006, Nashville. *Anais*... Nashville: Universidade Vanderbilt, 2006. Disponível em: <http://www.aprimoramentosgdca.org.br/> Acesso em: 10 jun. 2010.

______. *O século perdido:* raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *Revista PSICO*, Porto Alegre, v.37, n.2, p.169-174, 2006.

RODRIGUES, H. B. C. "Sejamos realistas, tentemos o impossível": descaminhando a psicologia através da Análise Institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. *História da psicologia:* rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU, 2013. p.609-657.

RODRIGUES, M. C. P. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. *Revista de Administração Pública,* Rio de Janeiro, v.32, p.25-67, 1998.

RUA, M. G. *Análise de políticas públicas:* conceitos básicos. 2009. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~paulopen/AnalisedePoliticasPublicas.doc>. Acesso em: 2 ago. 2009.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALIBA, M. G. *O olho do poder:* análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: UNESP, 2006.

SAMPAIO, P. A. *Construindo o poder popular*. São Paulo: Paulinas, 1982.

SANTANA, J. P. et al. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Revista Psicologia & Sociedade,* Florianópolis, v.16, n.2, p.59-70, 2004.

SANTOS, R. B. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Unesp, 2008.

SANTOS, J. R. O. *O adolescente em conflito com a lei na cidade de Assis*. Assis, 2008. 109p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, R. S. et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.41, n.5, p.819-834, 2007.

SANTOS, V. F. *A lei do desejo ou o desejo da lei?* Pacto edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de adolescentes em conflito com a lei. Assis, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. *Inovações em gestão social:* Rede Social São Paulo. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/Inovaes%20em%20Gesto%20Social%20Rede%20Social%20SP.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2008.

SAVIANI, D. *Escola e democracia:* teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1988.

SAWAIA, B. (Org.). *Artimanhas da exclusão:* análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHLITHLER, C. R. B. *Redes de desenvolvimento comunitário*: iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global/IDIS, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Plano de trabalho da entidade assistência pública para crianças e adolescentes*. 2002. (mimeo).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Pesquisa realizada junto ao Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente*, 2008. (mimeo).

SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS IV, 2007, Maceió. *Anais*... Maceió: Conselho Federal de Psicologia/ULAPSI, 2007. 132p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. *Programa formatos Brasil:* caderno do participante. São Paulo: SENAC, 2005.

______. *Redes sociais*. Disponível em: <http://www.sp.senac.br/redessociais>. Acesso em: 9 out. 2008.

SILVA, A. L. P. *Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem*. São Paulo: Global, 2000.

SILVA, R. C. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.

SILVA, I. (Org.). *O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular:* ciclo de seminários. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.18, n.1, p.71-80, 2006.

SIQUEIRA, C. E.; CASTRO, H.; ARAÚJO, T. M. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à globalização corporativa neoliberal. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p.847-858, 2003.

SOUSA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente:* contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

______. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

______. *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

______. *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

______. *Conhecimento prudente para uma vida decente:* um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

______. *A gramática do tempo para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, A. M. *Jovens e educação empreendedora:* que discurso é esse? Goiânia, 2006a. 136p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás.

______. Educação empreendedora: que discurso é esse? *Revista Educativa*, Goiânia, v.9, n.2, p.217-229, 2006b.

SOUZA, D. D. L. *Organizações não-governamentais:* um estudo de caso da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacio-

nal (FASE). Porto Alegre, 2005. 218p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, L. L. *Modelos organizadores na resolução de conflitos morais:* um estudo com adolescentes autores de infração. Assis, 2003. 214p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

SPINK, M. J.; SPINK, P. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2006.

SUGUIHIRO, V. L. T. Conselhos de direitos: caminho de sua consolidação. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.3, n.1, p.9-26, jul./dez, 2000. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n1_conselhos.htm>. Acesso em: 5 jan. 2008.

TAVARES, G. C. Bases para garantia do financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social *Caderno de textos:* participação e controle social no SUAS. Brasília, DF: CNAS/MDS, 2009. p.59-64. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/Textos_paraVII_Conferencia_Nacional2.pdf>. Acesso em: 1 set. 2016.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1980.

TEIXEIRA, S. M. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, n.2, p.154-163, 2007.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. Das redes sociais à inovação. *Ciência e Informação*, v.34, n.2, p.93-104, 2005.

VASCONCELOS, E. M. *Abordagens psicossociais:* volume I – história, teoria e trabalho no campo. São Paulo: HUCITEC, 2008.

VOLPI, M. (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo. Cortez, 1997.

WERMELINGER, M; MACHADO, M. H.; AMÂNCIO FILHO, A. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. *Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p.207-222, 2007.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. Disponível em: <http://www.globalpolicy.org>. Acesso em: 3 mar. 2008.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Revista Psicologia & Sociedade*, v.19, n.1, p.30-37, 2007.

ZANETTI, F. L. *A condição da arte e os novos paraísos artificiais*. Assis, 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Sobre o autor

Silvio José Benelli é professor da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Assis. Licenciado (1990) em Filosofia pela Faculdade Salesiana de FCL/Lorena, é psicólogo (2001) e mestre em Psicologia (2003) pela FCL da Unesp e doutor (2007) em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP. Autor dos livros *Pescadores de homens* (2006), *Análise psicossocial da formação do clero católico* (2013), *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional* (Vozes, 2014) e *A lógica da internação* (2015).

SOBRE O LIVRO
Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23,7 x 42,10 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
2016

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Luan Maitan